

**MARCELA KRÜGER CORRÊA**

**DAS ILHAS DE LÁ À ILHA DE CÁ: A CONSTRUÇÃO  
DA IDENTIDADE AÇORIANA NO LITORAL  
CATARINENSE**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Geografia  
Orientador: Prof Dr Nazareno José de Campos.

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Corrêa, Marcela Krüger

Das Ilhas de lá à Ilha de cá: a construção da  
identidade açoriana no litoral Catarinense / Marcela  
Krüger Corrêa ; orientador, Nazareno José de Campos,  
2017.

298 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis,  
2017.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Identidade. 3. Cultura  
açoriana. 4. Litoral catarinense. I. Campos,  
Nazareno José de. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
III. Título.

**Marcela Krüger Corrêa**

**Das ilhas de lá à ilha de cá: construção da identidade açoriana no litoral catarinense**

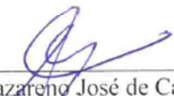
Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2017.

---

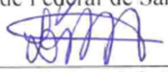
Prof. Dr. Elson Manoel Pereira  
Coordenador do PPGG/UFSC

**Banca Examinadora:**



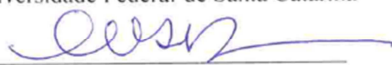
---

Prof. Dr. Nazareno José de Campos  
Universidade Federal de Santa Catarina



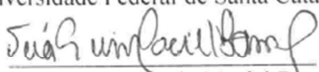
---

Profa. Dra. Leila Procópio Nascimento  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Profa. Dra. Vera Lucia Maciel Barroso  
Faculdade Porto Alegre



## AGRADECIMENTOS

Desafio imensurável no plano pessoal e profissional, o presente estudo foi realizado numa jornada longa, intensa, porém produtiva e enriquecedora. O resultado alcançado é sinônimo de superação, em todos os sentidos. Muitas pessoas, direta ou indiretamente, contribuíram para sua execução e merecem meus agradecimentos.

A Deus, por me ajudar a transpor grandes e difíceis barreiras; por iluminar o meu caminho, conduzir-me até a finalização de todas as etapas e por me dar forças para não desistir no meio do trajeto.

Ao Prof. Dr. Nazareno José de Campos, pela orientação e dedicação ao longo da trajetória, compreendendo meus limites e dificuldades.

À minha filha Isabela, que chegou durante a execução desta pesquisa, inspirando-me com sua luz em todos os minutos. Nasceu um bebê, uma mãe, um amor incondicional. A alegria de ter um bebê em casa ajudou a minimizar o fardo das responsabilidades e a premência do tempo que parecia aniquilar-me com seu peso.

Aos meus pais, que me ensinaram com o próprio exemplo a importância do aprimoramento profissional e me apoiaram em todos os momentos. A minha mãe, Walquíria, e à minha avó, Leca, por cuidarem da Isabela tantas vezes, para eu poder estudar.

Ao meu esposo, Diones, por haver-me dado o melhor presente da vida: a nossa princesa Isabela.

À minha irmã, Rafaella, ao meu cunhado Paulo, e aos meus sobrinhos Manuela e Bernardo, pelos momentos de descontração e leveza.

À tia Lena, por cuidar da Isabela diariamente com tanto carinho, não medindo esforços para minimizar a ausência da mamãe.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade de fazer esta pesquisa e pelo auxílio financeiro para que eu pudesse realizar a pesquisa de campo nos Açores. À Helena e à Renata, funcionárias do Programa, pela disposição em ajudar. E aos professores, pelos ensinamentos repassados.

Ao Prof. Wilson Francisco de Farias, pela entrevista concedida, e ao historiador Francisco do Vale Pereira, pela colaboração em repassar informações do NEA.

À querida Professora Mariangela Pieruccini Souza, pelo incentivo, carinho e pelas sugestões valiosas.

A todos os amigos que torceram por mim e me dedicaram gestos de carinho e apoio, em especial à Alessandra Lila, amiga e irmã do coração de longa data.

À professora Lia Leal, pela revisão gramatical do texto e pelas divertidas conversas varando a madrugada.

Ao Prof. Vidomar Silva Filho, pela tarefa de normatizar o texto.

À Priscila Andreia Naves, pelo auxílio na busca de referências bibliográficas.

À Renata Duzzioni, pela elaboração dos mapas.

À Professora Dra. Leila Procópia do Nascimento, pelas leituras, pelos ensinamentos e também por participar da Banca Examinadora.

À Professora Dra. Maria Bernadete Ramos Flores, por participar da Banca Examinadora.

À Professora Dra. Vera Lúcia Maciel Barroso, por participar da Banca Examinadora.

A todos e a cada um dos citados, a expressão do meu reconhecimento em duas singelas palavras: muito obrigada!

À Isabela, minha vida, minha luz...





*O período de maior ganho em conhecimentos e experiência é o período mais difícil da vida de alguém.*

Dalai Lama



## RESUMO

O presente estudo analisa a construção da identidade cultural açoriana em Florianópolis e no litoral catarinense, nos anos de 1990. Com a expansão econômica mundial, para diferenciar os lugares com vistas a explorá-los turisticamente, foi-lhes atribuída essa identidade. Por muito tempo a imagem da cidade foi baseada nos seus atrativos naturais. Mas o surgimento de um novo cenário competitivo exigiu a elaboração de uma identidade, retomando a etnia açoriana como representante cultural. Nesse sentido, ações planejadas pelo Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC foram instituídas para recuperar a autoestima e o orgulho cultural das raízes da população litorânea com o intuito de disseminar a açorianidade pelo litoral catarinense. Os imigrantes açorianos chegaram ao litoral do estado em meados do século XVIII, estabelecendo-se em pequenas propriedades nas quais desenvolveram uma agricultura de subsistência. Com o passar do tempo, essas propriedades geraram excedentes que dinamizaram a economia regional, adaptando-se a um novo modo de vida e a uma nova cultura. Os descendentes de açorianos esqueceram sua ascendência e por muito tempo acreditaram-se sem origem. O modo de vida não regido por relações capitalistas, em especial daqueles que permaneceram nas áreas rurais, foi visto como inferior por outros imigrantes, em especial alemães, instalados em algumas colônias do Vale do Itajaí e norte do estado, a partir de meados do século XIX. O progresso econômico de um foi utilizado como sinônimo de superioridade racial em relação ao outro. Diante disso, estabeleceu-se uma disputa identitária entre essas populações, encabeçada pelas elites políticas e econômicas regionais, que criaram discursos e imagens a fim de ganhar visibilidade, tanto no cenário estadual quanto nacional. A real valorização da origem açoriana como identidade cultural é, portanto, contemporânea. Para compreender essas questões, adotou-se o materialismo histórico dialético, utilizando a formação socioespacial, categoria de análise proposta por Milton Santos, assim como o espaço e o modo de produção. A esses referenciais somaram-se os pressupostos teóricos de Hall, Canclini, Harvey e Hobsbawn, para discutir teoricamente a questão da identidade na contemporaneidade e a sua relação com a atividade turística. O estudo caracteriza-se pela abordagem exploratória de cunho qualitativo. Dados e informações foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo com aplicação de entrevistas informais, por acessibilidade, e entrevistas semiestruturadas. Constatou-se que a identidade açoriana no litoral

catarinense é uma construção política, instituída por agentes que selecionaram elementos da cultura, que foram ressignificados para serem inseridos na lógica capitalista, ou mesmo inventadas tradições para diferenciar-se e gerar lucro.

Palavras-chave: Identidade. Cultura açoriana. Litoral catarinense.

## RÉSUMÉ

Cette étude analyse la construction de l'identité culturelle açorienne à Florianópolis et sur la côte de Santa Catarina dans les années 1990, à partir de l'expansion économique mondiale, qui, en instiguant la différenciation des lieux en vue d'une exploitation touristique, impliquait l'établissement d'une identité. Longtemps, l'image de la ville reposait sur ses attraits naturels, toutefois la mise en place d'un nouveau scénario concurrentiel impliquait l'élaboration d'une identité, reprenant l'ethnie açorienne en tant que représentant culturel. En ce sens, des actions prévues par le Núcleo de Estudos Açorianos de l'UFSC ont été instituées afin de retrouver l'estime et la fierté culturelle des racines de la population du littoral afin de diffuser l'açorianité sur le littoral de Santa Catarina. Les immigrants açoriens sont arrivés sur la côte de l'État au milieu du XVIII<sup>e</sup> siècle, s'établissant dans de petites propriétés dans lesquelles ils ont développé une agriculture de subsistance qui, au cours du temps, a généré des excédents qui ont stimulé l'économie régionale s'adaptant à un nouveau mode de vie et à une nouvelle culture. Les descendants des Açoriens ont oublié leur ascendance des Açores et ont longtemps cru être sans origine. Le mode de vie, non régi par des relations capitalistes, spécialement pour ceux qui vivaient dans les zones rurales, a été considéré comme inférieur par d'autres immigrants, spécialement par les Allemands installés dans quelques colonies de la Vallée d'Itajaí et le nord de l'État depuis le milieu du XIX<sup>e</sup> siècle. Le progrès économique des uns a été utilisé comme synonyme de supériorité raciale sur les autres. Face à cela, une dispute identitaire a été établie entre ces populations, avec en première ligne les élites politiques et économiques régionales, créant des discours et des images afin d'obtenir une visibilité à la fois sur la scène de l'État ainsi qu'au niveau national. La valorisation effective de l'origine açorienne en tant qu'identité culturelle est donc contemporaine. Afin de comprendre ces questions, le matérialisme historique dialectique a été adopté, en utilisant la formation socio-spatiale, la catégorie d'analyse proposée par Milton Santos, ainsi que l'espace et le mode de production. À ces références ont été ajoutées les hypothèses théoriques de Hall, Canclini, Harvey et Hobsbawn, pour discuter théoriquement de la question de l'identité dans le monde contemporain et de sa relation avec l'activité touristique. L'étude se caractérise par l'approche culturelle historique de type exploratoire qualitative. La collecte de données et d'informations a été réalisée à partir de recherches bibliographiques et documentaires

ainsi que d'études de terrain avec la réalisation d'entretiens informels, par accessibilité et entretiens semi-structurés. On peut constater que l'identité açorienne sur le littoral de Santa Catarina est une construction politique, mise en place par les agents qui ont choisi des éléments de la culture, ceux-ci étant réinterprétés pour être insérés dans la logique capitaliste, ou qui ont même inventé des traditions pour différencier et générer des profits.

Mots-clés : Identité. Culture açorienne. Littoral catarinense.

## ABSTRACT

The present study analyzes the construction of the Azorean cultural identity in Florianópolis and along side the Santa Catarina coast by the 90's. On account of the world economic expansion, to set the places apart by means of exploring them turistically, they were given this identity. Throughout many years the city image was seen by its natural attractions. Yet on the emerging of a new competitive scenario it was required the development of an identity, bringing the Azorean ethnicity back as the cultural representative. In this sense, actions planned by the Núcleo de Estudos Açorianos 'Azorean Studies Nucleus' of UFSC were intentionally organized to recover the self-esteem and the cultural pride of the coastal population roots in order to disseminate the azorianity along the coast of Santa Catarina. The Azorean immigrants arrived on the coast of the state in the mid-eighteenth century, settling themselves down into small estates which they developed their own subsistence agriculture. Over time, these properties generated surpluses that gave dynamism to the local economy, adapting to a new way of life and culture as well. The Azoreans descendants failed to remember their forefathers and for a long period of time they believed themselves without origin. Their way of living not governed by any capitalist relations at all, especially those remaining in rural areas, was seen as inferior by other immigrants, especially Germans, some belonging to Itajaí Valley Colonies and others to the north of the state by the mid-nineteenth century. The economic progress of one was used as a synonym of racial superiority over the other. In spite of this, an identity dispute was established between these populations, led by the regional political and economic elites who created speeches and images in order to gain visibility, both in the state and in the national scenario. The real appreciation of Azorean origin as a cultural identity is therefore contemporary. To understand these questions, dialectical historical materialism was adopted using socio-spatial formation, the category of analysis proposed by Milton Santos as well as the space and mode of production. To these references were added the theoretical assumptions of Hall, Canclini, Harvey and Hobsbawn, to discuss theoretically the identity question in the contemporary world and its relation with the tourist activity. The study is characterized by the qualitative exploratory approach. Data and information were collected through bibliographic and documentary research additionally the field research with the informal interview applications, through accessibility, finally, the semi-structured interviews. It was found the Azorean identity in the Santa

Catarina Coast is a political construction, conceived by agents who selected cultural elements which were given new meanings to be inserted in the capitalist logic or even invented traditions to differentiate themselves and generate profit.

Keywords: Identity. Azorean culture. Coast of Santa Catarina.



## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Localização das ilhas açorianas.....	30
<b>Mapa 2</b> – Localização dos primeiros núcleos de povoamento no litoral do Estado de Santa Catarina.....	74
<b>Mapa 3</b> – Município de Florianópolis: Ilha de Santa Catarina e parte continental.....	77
<b>Mapa 4</b> – Localização das primeiras freguesias açorianas nos atuais municípios, no litoral do estado de Santa Catarina .....	85
<b>Mapa 5</b> – Localização das primeiras freguesias açorianas na Ilha de Santa Catarina .....	86
<b>Mapa 6</b> – Municípios que participam do Conselho Deliberativo do NEA (2017) e Municípios que participaram do Mapeamento Cultural.....	202



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Área das Ilhas Açorianas em 2015 (%).....	32
<b>Gráfico 2</b> – População nas Ilhas Açorianas em 2015 (%).....	32



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – As Ilhas açorianas e seus concelhos (2016).....	29
<b>Quadro 2</b> – Dados gerais de Portugal e da Região Autónoma dos Açores (2015).....	31
<b>Quadro 3</b> – Ano e local de realização do Açor .....	203
<b>Quadro 4</b> – Troféu Açorianidade – nome da ilha e indicação correspondente .....	206



## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Ilha de São Miguel: encontro das terras com o mar .....	33
<b>Foto 2</b> – Fumarolas em atividade no Vale das Furnas (Ilha de São Miguel).....	34
<b>Foto 3</b> – Água em ebulição no solo no Vale das Furnas (Ilha de São Miguel).....	35
<b>Foto 4</b> – Vulcão dos Capelinhos e o antigo farol soterrado (Ilha do Faial) .....	35
<b>Foto 5</b> – Vista aérea do vulcão dos Capelinhos (Ilha do Faial) .....	36
<b>Foto 6</b> – Ilha do Pico vista de Horta, na Ilha do Faial.....	37
<b>Foto 7</b> – Ilha Terceira: divisão do solo para a agricultura com muros de pedras basálticas.....	38
<b>Foto 8</b> – Novo terminal marítimo de passageiros do Porto de Horta (Ilha do Faial) .....	40
<b>Foto 9</b> – Lagoa das Sete Cidades (Ilha de São Miguel): Lagoas Verde e Azul a partir da Vista do Rei, com a freguesia de Sete Cidades à esquerda.....	41
<b>Foto 10</b> – Marina e ao fundo terminal de cruzeiros Portas do Mar em Ponta Delgada (Ilha de São Miguel) .....	42
<b>Foto 11</b> – Criação de gado nos Açores .....	46
<b>Foto 12</b> – Império dos Inocentes da Guarita (1901). Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira .....	48
<b>Foto 13</b> – Império da Rua de Cima (1795). Freguesia de São Pedro, na Ilha Terceira .....	49
<b>Foto 14</b> – Império do Divino Espírito Santo (1918). Vila de São Sebastião, na Ilha Terceira .....	49
<b>Foto 15</b> – Império da Caridade (1895). Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira .....	50
<b>Foto 16</b> – Império da Caridade de Santa Cruz (1941). Praia da Vitória, na Ilha Terceira .....	50
<b>Foto 17</b> – Tourada em São Mateus, na Ilha Terceira .....	52
<b>Foto 18</b> – Alcatra sendo preparada para a festa do Espírito Santo, na Ilha Terceira .....	53
<b>Foto 19</b> – Cozido das Furnas, no Restaurante Miroma (Ilha de São Miguel).....	54
<b>Foto 20</b> – Talha e ouro no interior do Santuário de Nosso Senhor Santo Cristo dos Milagres (século XVIII). Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel.....	55
<b>Foto 21</b> – Rua Menino Deus no antigo Bairro da Toca, no centro de Florianópolis, na década de 1920.....	115

<b>Foto 22</b> – Região central de Florianópolis, fundos da Catedral na Rua Arcipreste Paiva (1910-1919) .....	115
<b>Foto 23</b> – Palácio do Governo no centro de Florianópolis, antes da reforma (1892) .....	117
<b>Foto 24</b> – Palácio do Governo em Florianópolis, após a reforma (1898) .....	117
<b>Foto 25</b> – Praça XV de Novembro, em Florianópolis, cercada com grades (1900) .....	118
<b>Foto 26</b> – Comércio no primeiro mercado público de Florianópolis, construído na linha da praia em frente à Praça XV de Novembro (entre meados e fins do século XIX) .....	119
<b>Foto 27</b> – Ala norte do mercado público de Florianópolis, na atual localização (início do século XX) .....	119
<b>Foto 28</b> – Sobrados e cortiços na Av. Hercílio Luz, em Florianópolis (1919) .....	120
<b>Foto 29</b> – Vista do Centro de Florianópolis nos anos de 1940 .....	123
<b>Foto 30</b> – Vista aérea do centro de Florianópolis, na década de 1950 .....	123
<b>Foto 31</b> – Vista aérea de Florianópolis, na década de 1960 .....	124
<b>Foto 32</b> – Florianópolis: parte de registro fotográfico realizado por José Ruhland em 1915 .....	167
<b>Foto 33</b> – Florianópolis em 2005 .....	168
<b>Foto 34</b> – Troféu Açorianidade sem a placa .....	205
<b>Foto 35</b> – Monumento em homenagem aos açorianos localizado próximo à cabeceira da ponte Pedro Ivo Campos .....	208
<b>Foto 36</b> – Grupo Folclórico Mixtura: Trajes típicos para apresentação de uma dança .....	216
<b>Foto 37</b> – Integrantes do Grupo Folclórico Mixtura: Trajes típicos das “raparigas açorianas” .....	217



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – <i>Boi de mamão no Ribeirão da Ilha</i> (Tolentino Sant’ Anna, 2012) .....	149
<b>Figura 2</b> – <i>A Bruxa Grande</i> (Franklin Cascaes, s. d.) .....	180
<b>Figura 3</b> – Saudosa Procissão da Mandioca no Campeche da Ilha de Santa Catarina (Franklin Cascaes, s. d.).....	182
<b>Figura 4</b> – Almofadas com referência ao modo de falar dos nativos da Ilha de Santa Catarina .....	218
<b>Figura 5</b> – Quadro com referência ao modo de falar dos nativos da Ilha de Santa Catarina.....	219



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ABAV	Associação Brasileira de Viagens
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACL	Associação Catarinense de Letras
APC	Área de Preservação Cultural
AUF	Aglomerado Urbano de Florianópolis
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BNH	Banco Nacional de Habitação
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCF	Comissão Catarinense de Folclore
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CETRE	Centro de Treinamento
CIDASC	Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina
CITUR	Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento da Região Sul
DEATUR	Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina
DIRETUR	Diretoria de Turismo e Comunicação do Município de Florianópolis
DRC	Direção Regional das Comunidades
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMAPA	Escritório Municipal de Agropecuária Pesca e Abastecimento
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FCFC	Fundação Cultural Florianópolis Franklin Cascaes
FENAOSTRA	Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana
GEACA	Gabinete de Imigração e Apoio às Comunidades Açorianas
IGEOF	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
MHSC Museu Histórico de Santa Catarina  
MERCOSUL Mercado Comum do Sul  
NEA Núcleo de Estudos Açorianos  
OMT Organização Mundial de Turismo  
ONU Organização das Nações Unidas  
PDAMF Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis  
PMT Plano Municipal de Turismo  
PND Plano Nacional de Desenvolvimento  
PRT Plano Regional de Turismo  
RAA Região Autônoma dos Açores  
RUP Região Ultraperiférica  
SANTUR Santa Catarina Turismo S.A  
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SETUR Secretária de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina  
SREA Serviço Regional de Estatística dos Açores  
SUDESUL Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul  
TELESC Telecomunicações de Santa Catarina  
TURESC Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina  
UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina  
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina  
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNISUL Universidade do Sul de Santa Catarina  
UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí  
UNIVILLE Universidade da Região de Joinville

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1 A QUESTÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	11
1.1 IDENTIDADE E CULTURA: ALGUNS APONTAMENTOS.....	12
1.2 IDENTIDADE CULTURAL: TEMPO E ESPAÇO .....	17
1.3 O TURISMO TAMBÉM PRECISA DE IDENTIDADE.....	22
2 DOS AÇORES PARA O LITORAL CATARINENSE: UM NOVO LUGAR, UMA NOVA VIDA, UMA NOVA CULTURA (SÉCULOS XVIII – XX).....	27
2.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ILHAS DE LÁ – O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.....	27
2.1.1 Os Açores no tempo e no espaço.....	42
2.1.2 Os movimentos autonomistas e o discurso da açorianidade nos Açores: uma questão política e econômica .....	57
2.2 IMIGRAÇÃO AÇORIANA E A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS ECONÔMICOS EM SANTA CATARINA.....	69
2.2.1 O litoral catarinense e a chegada dos açorianos no século XVIII.....	71
2.2.2 Relações pré-capitalistas e a pequena produção mercantil (séculos XIX – XX).....	89
3 CONFIGURAÇÕES E RECONFIGURAÇÕES DA IDENTIDADE DO LITORAL CATARINENSE NO SÉCULO XX .....	101
3.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE .....	101
3.2 UMA DISPUTA ENTRE IDENTIDADES: “SUPERIORIDADE” ALEMÃ OU MATUTOS DO LITORAL?.....	108
3.3 O “REVÉS” DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO (1937 – 1945) .....	129
3.4 ABRINDO OS ARQUIVOS: É PRECISO “RESGATAR” NA MEMÓRIA.....	135
3.4.1 O Congresso de 1948: na trilha das comemorações do II centenário da colonização açoriana em Santa Catarina .....	139
3.4.2 Os anos após o Congresso: alguns frutos e novos discursos .....	144

4 ATIVIDADE TURÍSTICA REGIONAL: (DES) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL AÇORIANA.....	155
4.1 FLORIANÓPOLIS - ILHA DA MAGIA: “VOCAÇÃO” TURÍSTICA E URBANIZAÇÃO (1970 – 1990).....	156
4.2 MODO DE VIDA, SOCIABILIDADE E PRÁTICAS CULTURAIS: O FIM DE UM CICLO.....	175
4.3 DE “AMARELO INDOLENTE” A AÇORIANO DESCENDENTE: UMA IDENTIDADE PARA O LITORAL..	189
4.4 ETNIZAÇÃO, ESPETACULARIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA AÇORIANIDADE .....	211
CONCLUSÃO .....	221
REFERÊNCIAS.....	227
APÊNDICES.....	265
APÊNDICE A – Questões para entrevista semiestruturada 1 (Núcleo de Estudos Açorianos - NEA).....	267
APÊNDICE B – Questões para entrevista semiestruturada 2 (Prof. Wilson Francisco de Farias).....	269

## INTRODUÇÃO

É intrigante refletir sobre a capacidade mercadológica do capitalismo de se infiltrar nas mais diversas esferas da sociedade. A lógica pautada em obter lucro a qualquer custo faz com que o capital monetário seja o principal recurso da sociedade. Nessa busca desenfreada, a ciência tornou-se uma das forças produtivas do sistema capitalista: passou a servir à produção e não mais à sociedade, o que reflete as graves distorções das relações entre os homens e a natureza. Para Santos (2004, p. 253), “a busca de mais-valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo [...] seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais”. E acrescenta: “[...] o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las [...]” (p. 253). Nesse sentido, as relações sociais e culturais estabelecidas em determinado espaço estão, em grande medida, direta ou indiretamente, associadas à lógica de acumulação capitalista.

Vale ressaltar que o espaço e a cultura também são constantemente produzidos e reproduzidos, visando, cada vez mais, atender as necessidades criadas por uma sociedade de consumo. Segundo Gastal (2006), o atual estágio do capitalismo pode ser denominado capitalismo *high tech*, no qual ocorre profunda simbiose entre tecnologia, cultura e capital. Essa simbiose se reflete diretamente no espaço geográfico, que é definido por Milton Santos (2004, p. 332) como “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]”, levando-o a concluir que tal definição varia conforme cada período, pois a natureza dos objetos e a natureza das ações existentes em cada momento histórico não são as mesmas. Para esse autor, tais sistemas “[...] em conjunto constituem sistemas técnicos, cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico (SANTOS, 2004, p. 322)”. E, diante disso, pode-se afirmar que a cultura influencia o sistema técnico espacializado em cada lugar e sofre sua influência.

Assim, a relação entre cultura, capital e espaço pode ser observada no litoral do estado de Santa Catarina, e mais claramente em Florianópolis, local onde a expansão da dinâmica capitalista pós-década de 1970, com transformações econômicas e sociais de âmbito mundial, nacional, regional e local, propiciou a escolha da atividade turística como o principal motor econômico do município. Essa atividade, construindo e reconstruindo o espaço com base em processos de urbanização intensa, contribuiu para desestruturar modos de vida não

regidos por relações tipicamente capitalistas, com o intuito de atender a demanda de um novo cenário de consumo.

Diante disso, percebe-se que o turismo reestrutura o espaço segundo as necessidades do capitalismo, de reproduzir e consumir os lugares, a cultura e tudo mais que lhe interessar. Nessa direção, Coriolano (1998) afirma que o turismo é acima de tudo um processo de transformação, pois quando o capitalismo compreende a importância do lazer na sociedade contemporânea, passa a comercializá-lo nos moldes dessa sociedade: atrelado às leis de mercado.

Até o início dos anos de 1990, a identidade cultural do município e também do litoral não estava claramente definida e era pouco evidenciada. O *marketing* para divulgar a região baseou-se principalmente nas suas belezas naturais, nas suas belas paisagens. E por muito tempo a “origem açoriana” permaneceu praticamente invisível, as populações do litoral acreditavam não ter origem, ser genuinamente brasileiras. Em decorrência de questões políticas e econômicas, os discursos e imagens<sup>1</sup> construídos para o “homem do litoral” buscaram associá-lo a adjetivos depreciadores, como indolente, amarelo, matuto, preguiçoso, inserindo-o numa disputa identitária com os teuto-brasileiros, a fim de homogeneizar a identidade do estado, mesmo sendo um estado multiétnico em sua formação. A construção da açorianidade no litoral de Santa Catarina está historicamente vinculada ao conjunto de transformações econômicas ocorridas em outras regiões do estado, como Blumenau, Brusque e Joinville, visto que as respostas de ordem produtiva elaboradas nesses espaços geográficos confrontaram o modo de vida pouco associado a relações capitalistas das populações litorâneas.

Todavia, num momento de intensa mundialização econômica, as diferenças culturais tornam-se atrativos valorizados pela atividade turística, o que levou a região litorânea a ser identificada com a sua origem açoriana. Portanto, como ensina Campos (2009), é nesse momento que a cultura açoriana foi elevada a uma posição de destaque para ser explorada pela atividade turística, podendo-se afirmar que a imagem efetivamente “positiva” do açoriano é contemporânea. Nesse cenário, muitas tradições locais e regionais que já se haviam perdido ou estavam em processo de se perder, foram selecionadas e ressignificadas para serem transformadas em mercadorias, chegando-se a “inventar” tradições. O termo “açoriano” passou a ser utilizado para designar

---

<sup>1</sup> Esses discursos foram proferidos por governadores e políticos (séculos XIX e XX), estrangeiros, e autores como Câmara (1948), Boiteux (1957), entre outros.



indistintamente tudo o que se referisse à identidade, memória, herança cultural, folclore, tradições, festas populares, arquitetura, culinária, entre outros, mesmo que não o fossem. Esse processo não se restringiu ao município de Florianópolis, sendo que a cultura açoriana como identidade foi disseminada ao longo do litoral catarinense, deixando-o “açorianizado”. E todo esse processo foi conduzido, na sua maior parte, pelo Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio de diversos agentes, mas em especial do Governo da Região Autônoma dos Açores.

É relevante salientar que, desde a chegada dos imigrantes açorianos ao litoral catarinense em meados do séc. XVIII, uma nova formação socioespacial se estabeleceu, uma nova cultura se formou, acrescentando contribuições indígenas, africanas e de outras etnias europeias. Mas a cultura não pode ser vista como fixa, estática, pois sofre mudanças no tempo e no espaço. Além disso, cabe acrescentar que, nas últimas décadas do século XX, o processo de expansão econômica, o desenvolvimento tecnológico e a influência dos Estados Unidos da América (EUA) levam a pensar numa cultura híbrida; e, no caso de Florianópolis, como uma cultura cosmopolita. Assim, a utilização do termo “açoriano”, ou que lhe seja associado, para designar a identidade cultural da região litorânea do estado de Santa Catarina nos anos de 1990, não pode ser entendido como algo isolado em si mesmo. Ao contrário: envolve questões psicológicas<sup>2</sup>, políticas e econômicas, inseridas em diferentes períodos e processos históricos.

Tendo isso em vista, surgiram alguns questionamentos que nortearam a condução desta pesquisa: A cultura do litoral catarinense é igual ou semelhante à do Arquipélago dos Açores? A retórica da açorianidade nos Açores é semelhante àquela criada no litoral catarinense? Como a cultura açoriana se constituiu processual e oficialmente em identidade regional? Como a atividade turística interferiu na construção da identidade cultural de Florianópolis? Quem foram os agentes da construção da identidade açoriana no litoral catarinense? De que maneira as manifestações “culturais açorianas” foram inseridas na lógica capitalista? Com base em tais interrogações, o questionamento principal foi sintetizado nesta indagação: de que modo e em que contexto ocorreu o processo de valorização da cultura açoriana

---

<sup>2</sup> Sentimento de inferioridade dos descendentes de açorianos em relação a outros imigrantes europeus, cuja origem era evidenciada como algo positivo. Como se verá, a população litorânea acreditava ser sem origem, por desconhecer a ascendência açoriana.

como identidade regional no litoral catarinense a partir dos anos de 1990?

Diante desses questionamentos, a ideia central que orientou o desenvolvimento da temática proposta ampara-se na tese de que a valorização da cultura açoriana como identidade cultural do litoral catarinense ocorreu por meio de ações institucionalizadas, num cenário de mundialização econômica, em que a atividade turística fomenta a diferenciação dos lugares.

Em decorrência, tem-se como hipóteses de tese: 1) A construção da identidade açoriana nos anos de 1990 não pode ser dissociada da lógica capitalista, uma vez que o capital se apropria tanto do espaço como da cultura. 2) Questões políticas e psicológicas também estiveram presentes na reconfiguração da identidade “açoriana”, mas, por si sós, não seriam suficientes para etnizar uma região. 3) A identidade cultural do litoral foi ressignificada e reconfigurada como resposta aos interesses do capital. Assim, o fio condutor da presente pesquisa estabeleceu uma reflexão sobre o processo de construção da identidade cultural e a relação que ela estabelece com a dinâmica capitalista na contemporaneidade.

À luz dessas questões, a pesquisa tem por objetivo geral compreender o processo de construção da identidade cultural do litoral catarinense com base na origem açoriana. Nessa perspectiva, especificamente, objetivou-se: 1) Caracterizar e diferenciar a formação socioespacial e cultural dos Açores e de Florianópolis, incluindo o litoral catarinense; 2) Analisar os processos de reconfiguração das raízes açorianas em Florianópolis; 3) Identificar os agentes responsáveis por disseminar a cultura açoriana no litoral catarinense; 4) Investigar a relação da atividade turística com o processo de construção da identidade açoriana no litoral catarinense.

A delimitação do recorte temporal – o período histórico que será examinado – deve estar relacionada à temática a ser estudada. Nesse sentido, os anos de 1990 foram eleitos para o aprofundamento desta pesquisa, pois nesse período o debate sobre a cultura açoriana foi retomado e a mesma tornou-se o mote da identidade regional do litoral catarinense.

Todavia, foi necessário voltar na gênese da ocupação do território, para compreender a formação socioespacial da região e as múltiplas determinações que influenciaram os diferentes períodos históricos e impactaram a construção da cultura regional. O mesmo foi realizado em relação aos Açores, local de onde vieram os imigrantes que ocuparam o litoral catarinense em meados do século XVIII.

Com relação ao recorte espacial da pesquisa, delimitou-se o litoral catarinense como espaço geográfico a ser estudado, haja vista ter sido a região com maior presença de descendentes de açorianos. Apesar disso, elencou-se Florianópolis como área para circunscrever o estudo de caso, por ser o município em que a atividade turística se desenvolveu como uma das principais atividades econômicas e associou a sua identidade cultural à origem açoriana.

A compreensão dos questionamentos apontados justifica plenamente a investigação da temática e a escolha da área do objeto, pois estes nos conduzirão a novos conhecimentos. Além disso, outros aspectos são relevantes e devem ser considerados. O litoral catarinense teve uma concentração de imigrantes açorianos que influenciaram a formação da cultura regional. Apesar de muito tempo adormecida, a cultura açoriana assumiu papel de grande representatividade na divulgação da identidade regional do litoral do estado no final do século XX. Por ser a principal fonte econômica de Florianópolis, a atividade turística julga importante divulgar, além da paisagem local, aspectos culturais relacionados a uma identidade regional. Essa pesquisa poderá representar uma importante contribuição da geografia para explicar a relação entre o modo de produção capitalista e a formação da identidade regional, numa área tardiamente incorporada por esse modo de produção. Há poucos estudos histórico-geográfico que aprofundam o processo de formação da identidade cultural litorânea do estado de Santa Catarina nesse marco temporal. A presente pesquisa permitiu aprofundar a análise da temática e desvelar questões relevantes para o ambiente acadêmico. Assim, poderá fornecer subsídios a futuros trabalhos.

Tendo em vista os propósitos do estudo, optou-se pela abordagem exploratória de cunho qualitativo, que tem como principal objetivo fornecer informações sobre determinado assunto, proporcionando maior familiaridade com o problema (ANDRADE, 2003; GIL, 2002). Nesse sentido, duas etapas foram indispensáveis para responder aos questionamentos e alcançar os objetivos propostos. A primeira etapa compreendeu a pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos científicos, teses, dissertações, anais de encontros, artigos de jornais, registros escritos e fotográficos nos seguintes locais: Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca da Universidade dos Açores (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC; Núcleo de Estudos Açorianos (NEA); Santa Catarina Turismo S/A – SANTUR; Casa da Memória; Instituto de Planejamento Urbano

de Florianópolis (IPUF) e em sites da Internet. E a segunda etapa compreendeu a pesquisa de campo em três ilhas dos Açores: São Miguel, Faial e Terceira. Nesses locais utilizou-se como técnica de coleta de dados a observação simples do pesquisador, com registros no caderno de notas e registros fotográficos, assim como também foram realizadas entrevistas informais, por acessibilidade, com membros da comunidade açoriana, com questões relacionadas ao sentimento identitário, o isolamento e as mudanças sociais a partir da globalização. De acordo com Gil (2008, p. 100), na técnica de observação, “[...] os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida”. Já a entrevista informal fornece uma visão geral do problema pesquisado e é recomendada para estudos exploratórios.

Dando continuidade à pesquisa de campo em Florianópolis, os dados foram coletados por meio da entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas. Essa técnica de coleta de dados “[...] parte de certos questionamentos básicos, [...] que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Para Michel (2005, p.45), nessa técnica “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”, pois “permite explorar mais amplamente uma questão”. Diante disso, optou-se por entrevistar o Coordenador de Comunicação do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), Francisco do Vale Pereira<sup>3</sup> (Apêndice A) e, num segundo momento, Vilson Francisco de Farias (Apêndice B), coordenador desse núcleo entre 1993 e 2000, período em que foi retomada a cultura açoriana e ocorreu sua disseminação para o litoral catarinense. Os depoimentos foram registrados em gravador digital, que facilitou o processo de transcrevê-los. Os dados e as informações obtidas foram analisados qualitativamente.

O presente estudo foi conduzido pelo Materialismo Histórico dialético, método idealizado por Marx e Engels (1999), a partir de uma abordagem histórica e cultural. Esse método considera o processo histórico e as relações dinâmicas e dialéticas que configuram a totalidade concreta da qual se originaram, o que permite uma melhor compreensão da totalidade. Para Triviños (1987, p. 73), ao utilizar esse método, o pesquisador “[...] deve ter presente em seu estudo uma

---

<sup>3</sup> Atualmente Francisco é Coordenador do NEA.

concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer”. O princípio da contradição presente nesta lógica sugere que para pensar a realidade deve-se aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Sendo assim, parte-se do real aparente, ou seja, da realidade como se apresenta à primeira vista, para realizar abstrações, isto é, elaborar o pensamento a partir de reflexões, teorias, e se chegar a realidade concreta, em outras palavras, o real pensado, a síntese de múltiplas determinações.

No intento de analisar com propriedade os aspectos que envolveram a construção da identidade cultural açoriana no litoral catarinense, tomou-se como aporte teórico uma categoria axial do marxismo, isto é, a formação socioespacial proposta pelo geógrafo Milton Santos, o modo de produção e o espaço. Coube a Santos (1977), no artigo intitulado “Sociedade e espaço: formação social como teoria e como método”, realçar a relevância do uso do espaço na geografia. Para ele, “[...] a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 81). Logo, é impossível dissociar a dimensão espacial dessa categoria, configurando-se em perspectiva teórica essencial nos estudos geográficos. Envolve as noções de desenvolvimento desigual e da sobrevivência de estruturas capitalistas das formações anteriores, como se observam em Florianópolis.

Santos (1977) afirma que é por meio da história – história da sociedade mundial aliada à da sociedade local – que se pode compreender a realidade espacial. Contudo, para definir o processo histórico responsável pela forma atual de uma sociedade, ou seja, a materialidade concreta expressa no espaço, deve-se iniciar pela sua gênese. O autor enfatiza ainda que a formação socioespacial é uma categoria que não se aplica a uma sociedade em geral, mas a determinada sociedade, haja vista que expressa a diferenciação espacial e, por conseguinte, explica por que regiões, países, centros urbanos, entre outros, diferenciam-se uns dos outros. Para o autor, “esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”, e salienta que a explicação provém “[...] do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 1977, p. 81-82).

Sendo assim, é estabelecida uma relação dialética entre as necessidades externas e internas, ou seja, entre as determinações

universais do modo de produção, cujos padrões são impostos de fora para dentro, e as mediações das formações sociais, sob o impulso das elites locais. Essa relação é fundamental para explicar as particularidades do lugar e, por conseguinte, os processos de diferenciação espacial. Percebe-se, então, que a sociedade não é estática: está sempre em movimento, em transformação, assim como a cultura e a identidade. Nessa direção, Santos (1977, p. 84) afirma que “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais”. Portanto, para melhor compreender uma realidade é preciso considerar que a cada fase da evolução do espaço este se modifica mais profundamente, respondendo às exigências sociais definidas pelas imposições das diferentes escalas, ditadas pelas relações de produção dominantes.

Diante do exposto, pode-se afirmar que cada sociedade resulta do arranjo espacial dos diferentes modos de produção. Estes coexistem de maneira que o modo de produção novo, dominante, não se realiza completamente, pois o velho ainda permanece entranhado nas formas sociais e nas técnicas do novo (SANTOS, 1977). Segundo Althusser e Balibar (1970), a cada momento histórico há sempre a convivência e a articulação de distintos modos de produção, ainda que sempre subordinados a um modo de produção hegemônico. Com efeito, os diferentes modos, sejam resíduos de modos passados, sementes de modos futuros e elementos de algum modo existentes na contemporaneidade podem ser encontrados numa formação social particular (HARVEY, 2006). Assim, o modo de produção está em cada formação social específica, associado com outros modos de produção subordinados, o que resulta nas diferenças específicas de cada sociedade. Isso pode ser observado em Florianópolis, onde as relações sociais e de produção, características de pequenos produtores independentes e proprietários de seus meios de produção, perduraram mesmo depois de serem estabelecidas as relações capitalistas. O velho e o novo se combinam, mas o novo é o que domina. O nível qualitativo e quantitativo de cada um dos modos de produção e a forma como se combinam definem as especificidades de cada formação, distinguindo-as umas das outras.

Nesse contexto, a formação social compreende uma estrutura técnico-produtiva determinada pelo modo de produção que se expressa geograficamente pela distribuição das atividades produtivas. Portanto, deve-se considerar que as relações sociais e culturais resultantes das relações econômicas se encontram representadas no espaço de acordo

com a lógica e as contradições do modo de produção dominante. O modo de produção é uma “realidade abstrata” que se desenvolve num “espaço geral”. Distinguir modo de produção e formação social é necessidade metodológica. Nesse sentido, o modo de produção poderia ser explicado como o “gênero”, enquanto as formações sociais seriam as “espécies”. Diante disso, “[...] o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a *possibilidade realizada*” (SANTOS, 1977, p. 85). Assim sendo, os processos de produção, circulação, distribuição e consumo, que formam o modo de produção, “[...] são histórica e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isto através de uma formação social” (SANTOS, 1977, p. 86).

Nessa direção, o presente estudo buscou explicar o processo de construção da identidade cultural de Florianópolis e do litoral de Santa Catarina com base na cultura açoriana, por meio da compreensão da gênese e da evolução da formação socioespacial, identificando as múltiplas determinações que influenciaram a organização do espaço e da sociedade, na qual a cultura está inserida. Portanto, para compreender a forma atual, a materialidade expressa no espaço, é imprescindível efetuar uma análise totalizante, e para isso é preciso voltar à gênese, percorrer os diferentes períodos históricos identificando os fatores endógenos e exógenos. Diante disso, foi de extrema relevância conhecer parte do arquipélago dos Açores e entender o processo migratório daquela população, o que está diretamente relacionado ao processo de formação social e econômica emergente no litoral catarinense, que não pode ser analisado sem identificar os fatores internos (local e regional) e externos (nacional e internacional), assim como suas múltiplas determinações. A esses referenciais somaram-se os pressupostos teóricos de Hall, Canclini, Harvey e Hobsbawn, para discutir teoricamente a questão da identidade na contemporaneidade e a sua relação com a atividade turística.

É importante mencionar que algumas dificuldades foram encontradas na elaboração desta tese, o que não comprometeu seu resultado final dos estudos, mas deixou lacunas, que poderão ser completadas em futuras pesquisas. Por exemplo: pela falta de um arquivo histórico na SANTUR, pouquíssimo material foi disponibilizado para a pesquisa; a dificuldade de acesso à Secretária de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina (SETUR), que não se dispôs a contribuir, limitando-se a informar que não dispunha de dados para a pesquisa. E a falta de um arquivo organizado no NEA da

UFSC, pois muitos documentos e materiais informativos não foram encontrados.

Para delinear suas intenções, o estudo foi estruturado em quatro capítulos além da Introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo – “A questão da identidade cultural na contemporaneidade” – apresenta uma discussão teórica sobre Identidade, analisando o processo de construção e a relação com a diferença. Discutiu-se a identidade na contemporaneidade e as relações que estabelece com a atividade turística. O segundo capítulo – “Dos Açores para o litoral catarinense: um novo lugar, uma nova vida, uma nova cultura (séculos XVIII – XX)” – caracteriza de forma geral o arquipélago dos Açores, situando as relações econômico sociais no tempo e no espaço, abordando também a conjuntura em que se formou a retórica da açorianidade. A partir daí, explica a vinda desses imigrantes para o litoral de Santa Catarina, associando-os à evolução urbana e econômica regional, até o momento em que as relações econômicas pré-capitalistas e mercantis foram dominantes. A gênese de cada formação deve ser o início para compreender o processo e a forma atual, isto é, a materialidade expressa no espaço (SANTOS, 1982). O terceiro capítulo – “Configurações e reconfigurações da identidade do litoral catarinense no século XX” – trata das disputas identitárias entre os teuto-brasileiros e o homem do litoral, a fim de legitimar uma identidade para Santa Catarina, situando essas questões no processo de construção da identidade nacional brasileira. Destaca a descoberta das origens açorianas em Florianópolis e os desdobramentos políticos dessa temática no município. E finalmente, o quarto capítulo – “Atividade turística regional: (des) construção da identidade cultural açoriana” – apresenta o desenvolvimento da atividade turística associado aos processos de urbanização intensa, destacando a dinâmica da cultura local. A partir disso, foca no processo de construção da identidade açoriana, destacando a transformação do amarelo indolente em açoriano descendente, os agentes envolvidos, as ações para açorianizar o litoral e os processos de mercantilização da cultura.



## 1 A QUESTÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Com o avanço do desenvolvimento econômico nas últimas décadas, a relação entre os conceitos de identidade e cultura tornaram-se de grande relevância para pensar e analisar os fenômenos socioculturais da contemporaneidade. Tais conceitos não são novos, mas devem ser tratados sob a perspectiva capitalista, a partir da mundialização econômica intensificada nas últimas décadas do Século XX. Ao mesmo tempo em que a supremacia do capital e do mercado atua no sentido de homogeneizar os países, as regiões, os lugares, há, por outro lado, a potencialização da demanda por singularidades e diferenças. Nesse sentido, os lugares que têm sua fonte econômica na atividade turística precisam diferenciar-se entre si como estratégia de atratividade; conseqüentemente, devem ter uma identidade cultural singular definida, sendo a etnia uma alternativa para a diferenciação.

Como importante desdobramento das noções relativas à cultura, o conceito de identidade é utilizado por diversas ciências, como geografia, história, sociologia, antropologia, entre outras, que buscam compreender o processo de formação e transformação das identidades culturais. E por ser um conceito aberto, está cercado de questões complexas. Por isso, nesta pesquisa, as formulações a respeito desse termo “são provisórias e abertas à contestação” como bem disse Hall (2014b, p. 9).

Nesta pesquisa, apoiou-se no campo de investigação dos Estudos Culturais, pois explora a forma de produzir, criar, difundir significados nas sociedades contemporâneas com caráter interdisciplinar. Assim, a cultura, a identidade, a etnia e a sociedade foram consideradas elementos dinâmicos, embora muitas vezes sejam tratados como estáticos, permanentes. Na contemporaneidade, a mobilidade, a fluidez e o dinamismo interferem nas identidades culturais, e assim elas devem ser compreendidas como um processo contínuo, que está sempre em construção, devendo-se considerar inadequada a expressão “perda da identidade cultural”. As referências identitárias são construídas e desconstruídas num processo dialético, fazendo com que se transformem identificações.

Diante disso, este capítulo discute e apresenta algumas proposições teóricas e conceituais acerca da questão da identidade cultural, que relações estão envolvidas na sua construção e como esse processo ocorre. Na sequência, buscou-se localizar a questão da

identidade cultural na contemporaneidade, relacionando-a aos processos de mundialização econômica; e, por último, foram abordados aspectos da relação entre identidade e atividade turística.

## 1.1 IDENTIDADE E CULTURA: ALGUNS APONTAMENTOS

Estudos sobre identidade cultural ganharam espaço nas últimas décadas, principalmente associados aos impactos da chamada globalização, como também às tradições inventadas e à afirmação de singularidades e reivindicação de direitos sociais e políticos historicamente negados a minorias.

Tanto a cultura como a identidade não podem ser tratadas como algo fixo no tempo e no espaço, isoladas de um contexto histórico e social amplo. Ao entender o caráter dinâmico, percebe-se que mudanças ocorrem em diferentes intensidades e visibilidades, motivadas por trocas, acontecimentos, que tanto podem ocorrer de forma sutil, como avassaladora. Existe uma relação dialética entre a mudança e a permanência, na qual os novos valores jamais substituem os antigos por completo.

Ao analisar a cultura, pode-se descrever e compreender uma realidade, entender o processo histórico que produz o espaço, a sociedade e a própria cultura, as relações de poder e o confronto de interesses, e também auxilia a pensar o processo de construção de identidade cultural. Woodward (2014, p. 18) entende que “a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre as várias identidades possíveis, entre um modo específico de subjetividade [...]”. A cultura deve ser concebida não como um produto da vivência dos homens, mas como um processo, e a identidade como um fenômeno social que se constitui a partir de relações em determinada localização. Isso nos remete a Santos (1992), que afirma que a cada momento histórico o elemento a ser definido muda seu papel, sua posição no sistema temporal e no sistema espacial. Os conceitos são casados com seu tempo, o que significa que somente são reais à medida que são atuais, como se percebe na definição de Warnier (2003, p. 23), quando afirma que cultura é:

[...] uma totalidade complexa feita de normas, de hábitos, de repertórios de ação e representação, adquirida pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda cultura é singular, geograficamente ou

socialmente localizada, objeto de expressão discursiva em uma língua dada, fator de identificação dos grupos e dos indivíduos e de diferenciação diante dos outros, bem como fator de orientação dos atores, uns em relação aos outros e em relação ao seu meio. Toda cultura é transmitida por tradições reformuladas em função do contexto histórico.

Quanto à identidade, Castells (1999) a define como um processo de construção de significados com base em atributos culturais. É construída por constantes exercícios de comunicação, argumentação e persuasão dos seus atores sociais, sobre seus modos de vida (BAUMAN, 2003). Para prender-se ao cotidiano precisa interconectar-se com a memória, no tocante aos seus valores e traços culturais (SANTOS, 2004). Por sua vez, Hall (2014b) concebe a identidade como um conjunto de representações culturais, construído em situações específicas, em locais históricos e institucionais específicos, dentro de práticas discursivas específicas, utilizando a história, a língua e a cultura para invocar uma origem relacionada a um passado histórico. Nesse sentido, o conceito de identidade adotado neste estudo deve ser compreendido como um posicionamento e não uma essência, o que quer dizer que a identidade não é fixa, estável, permanente, mas está sempre em formação, sempre em movimento, decorrendo de sistemas de representações articulados por práticas discursivas, que se diferenciam uns dos outros. Said (1990, apud HALL, 2014b, p. 41) defende ainda que “todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos”. Isso diz respeito ao que denominou de “geografias imaginárias”: paisagens características, senso de lugar, localizados no tempo, isto é, “[...] nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos [...]”.

Para Hall (2014a), a identidade emerge no interior dos jogos de poder, representando menos uma unidade do que um produto da marcação da diferença. E acrescenta que é por meio da diferença que a identidade é construída, é por meio da relação com o “Outro”, com aquilo que não é; portanto, com aquilo que está fora. Esse autor defende, portanto, que “a unidade, a homogeneidade interna que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento”, assim, complementando aquilo

que ‘falta’, pode ser mesmo um outro silenciado e inarticulado (HALL, 2014a, p. 110). Em sua visão, a identidade significa pontos de identificação, os pontos de sutura entre o discurso e a prática vivenciada. Essa ideia é fortalecida na afirmação de que

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2014a, p. 109-110).

Corroborando essa concepção, Woodward (2014) esclarece que a identidade deve ser entendida como algo relacional, isto é, uma identidade precisa de outra identidade, que não ela, para dar condições à sua existência. Para a autora, a formação de diferentes identidades decorre de um processo histórico, que está localizado no tempo e, convém acrescentar, também no espaço, e que algumas diferenças têm mais importância que outras, dependendo do lugar e do momento. Dessa forma, para a autora, será por meio da exclusão de uma identidade em relação à outra que a diferença se fará presente, o que em geral se relaciona ao sentimento de superioridade entre os grupos. Assim, pode-se afirmar que a construção da identidade é simbólica e social. Conforme Woodward, a condição simbólica dá sentido às práticas e relações sociais, definindo quem são os incluídos e os excluídos. Por sua vez, é por meio da condição social que as classificações de diferenças são vivenciadas nas relações sociais. Nesse sentido, se determinado grupo é tachado como inferior, por exemplo, os efeitos podem acarretar prejuízos simbólicos, materiais e sociais. Nessa direção, Silva (2014) explica que na disputa por pela identidade, os recursos materiais e simbólicos também estão envolvidos.

Então, a diferenciação é responsável pela identificação do outro, seja pela sua visibilidade ou pela sua invisibilidade. Isso resultará inevitavelmente numa hierarquia de identidade, pois diferenciar, classificar, normalizar significa também atribuir características positivas a uma identidade e negativas a outra (SILVA, 2014). Assim, para Cucho (2002, p. 187), “a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais”.

Logo, a identidade cultural não é inerente ao indivíduo, não nasceu com ele, é pré-existente na sociedade, e o indivíduo vai adquirindo-a com o passar dos anos. No seu processo de construção, ela mesma pode ser manipulada, instituída, valorizada ou desvalorizada. Deve ser compreendida e analisada como uma dinâmica relacional de identidade e diferença; em outras palavras, como um processo político. Então, partindo do pressuposto de que as identidades se constroem em contextos de relações de poder, o processo de identificação - diferenciação é estabelecido por aqueles que exercem o poder, sendo esses também os que definem a apropriação dos bens simbólicos e materiais. Nesse sentido, para Castells (1999, p. 23-24), os atores que constroem a identidade coletiva, e as suas intenções, são em grande medida “[...] determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem”. Pode-se afirmar que em tais relações se estabelecem lutas de representações, nas quais a construção de sentidos de identidade deve ser vista tanto como forma de dominação, como de resistência. Conforme explica Chartier (1990, p. 183),

A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e nomear a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma.

Tendo isso em vista, Castells (1999) explica que há três categorias de tipologias identitárias em relação à forma e à origem de construção. A primeira é a identidade de legitimação, que é criada por instituições dominantes com o objetivo de expandir e legitimar a dominação de uns sobre outros, o que não quer dizer que esses outros assumam uma posição passiva. Por exemplo: a identidade nacional, isto é, a construção de uma nação, pelo Estado. A segunda é definida como identidade de resistência, que busca libertar ou resistir à dominação e ou

à exclusão, é uma luta contra o opressor. Por exemplo: os movimentos das minorias culturais e étnicas, que ganham evidência na contemporaneidade. Em terceiro, destaca-se a identidade de projeto, que se refere à criação de uma nova identidade, a partir de material cultural que esteja disponível, para redefinir sua posição na sociedade. Nesta última, muitas vezes acredita-se numa essência fixa e imutável, e que embora tenha sido esquecida, uma identidade pode ser recuperada.

O autor entende que os processos de construção de identidade podem migrar entre essas tipologias, e assim uma identidade que começa como resistência pode tornar-se projeto. O caso da açorianidade no litoral catarinense parece se encaixar inicialmente na identidade de resistência à dominação de outras etnias, com destaque para a alemã. Mas num segundo momento migra, ou melhor, mescla-se com a identidade de projeto, uma vez que foi criado um discurso fundamentado nas origens da ocupação da região por imigrantes açorianos tratando a identidade como algo fixo no tempo e no espaço. A origem açoriana permaneceu esquecida por muito tempo, e sua retomada ocorre permeada por relações de políticas.

As políticas de identidade são aqui entendidas como estratégias que na maior parte das vezes são atribuídas a grupos dominantes, instâncias públicas ou privadas, manifestadas em ações que têm como objetivo a construção identitária de indivíduos, sem que esses, os mais interessados no processo, sejam devidamente ouvidos. Nesse sentido, destaca-se o estabelecimento de uma memória compartilhada em relação a um passado comum, uma origem comum, a fim de reforçar a coesão social e o sentimento de pertencimento ao lugar, ao grupo. O conhecimento da trajetória histórica é encarado como pressuposto fundamental para construir a identidade entre sujeitos e o lugar onde vivem, e também auxilia na recuperação da autoestima, no orgulho de pertencimento.

Enfim, a identidade e a diferença se constroem por meio de processos dialéticos de mudança-permanência no tempo e no espaço, ora evidenciando mais um, ora mais outro. Ao valorizar uma identidade, colocando-a em oposição a outra, reivindica-se a sua veracidade, a sua autenticidade, muitas vezes como se tivesse permanecido igual ao longo do tempo, o que de fato não acontece. Nessa perspectiva, coloca-se como tarefa para a geografia: pensar a identidade cultural na contemporaneidade sob o contexto de mundialização econômica.

## 1.2 IDENTIDADE CULTURAL: TEMPO E ESPAÇO

A contemporaneidade deve ser entendida como um novo momento, que “se sobrepõe ao moderno que, por sua vez, havia avançado sobre um momento pré-industrial [...]”, e a sobreposição desses momentos cria uma hegemonia sem eliminar os momentos não hegemônicos (GASTAL, 2006, p. 11). É caracterizada pelo predomínio das sociedades urbano-industriais, pelo intenso avanço do capital sobre todas as esferas sociais (política, econômica, cultural, tecnológica) e pela interconexão mundial advinda de transformações dos objetos técnicos, científicos e informacionais<sup>4</sup>. Na contemporaneidade estabeleceram-se novas condições de realização da vida social, com base na divisão internacional do trabalho, mediante a participação crescente dos Estados e das grandes corporações transnacionais.

Esse cenário pode ser concebido como um mundo globalizado, cujas configurações iniciaram após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), intensificaram-se a partir dos anos de 1970 e se consolidaram a partir dos anos de 1990. Sobre a complexidade que envolve compreender esse processo em escala mundial, Ianni (1997, p. 47) esclarece:

O capitalismo se torna concretamente global, influenciando, recobrando, recriando ou revolucionando todas as outras formas de organização social do trabalho, da produção e da vida. Isto não significa que tudo o mais se apaga ou desaparece, mas que tudo o mais passa a ser influenciado, ou a deixar-se influenciar, pelas instituições, padrões e valores socioculturais característicos do capitalismo.

Isto quer dizer que as esferas relacionadas à produção, circulação e consumo passam a ser influenciadas pelo capitalismo, que se faz presente e dominante, mesmo que outras relações sociais e de produção continuem a existir. Concordamos com Hall (2003) quando

---

<sup>4</sup> Estamos cercados de objetos técnicos (estruturados internamente), que foram concebidos em pesquisas científicas para exercer determinada função, e não descobertos ao acaso, e que a partir disso foram encaminhados para a produção material técnica. Estes objetos são, igualmente, informacionais, pois são eles próprios a informação, produzem informação e funcionam com base em informações (SANTOS, 1996).

afirma que o termo globalização não é novo, mas precisa ser associado à contemporaneidade, já que foi nesse momento que adquiriu novas formas. O mercado mundial se formou na Idade Moderna, com as explorações europeias, mas se intensificou a partir dos anos de 1970. Nesse sentido, tal globalização está associada

[...] ao surgimento de novos mercados financeiros desregulamentados, ao capital global e aos fluxos de moeda grandes o suficiente para desestabilizar as economias médias, às formas transnacionais de produção e consumo, ao crescimento exponencial de novas indústrias culturais impulsionado pelas tecnologias de informação, bem como ao aparecimento da ‘economia do conhecimento’ (HALL, 2003, p. 58).

Importante característica do modo de produção capitalista na atualidade é a rapidez em sua difusão: se em fases anteriores esse processo era gradual, na contemporaneidade tornou-se brutal (SANTOS, 2004). A “pulverização” de informações ocorre instantaneamente para o mundo todo, que está interligado por satélites, computadores, fibras óticas, televisores, celulares, etc., e assim a comunicação ocorre em tempo real. Além disso, a evolução dos transportes de alta velocidade aumentou sensivelmente a circulação de pessoas, produtos e mercadorias, que rapidamente chegam a qualquer lugar. A mobilidade tornou-se regra, e a distância deixou de ser empecilho ou barreira para os deslocamentos. Pode-se afirmar que a distância tornou-se um obstáculo superado pelo tempo. Nisso, Harvey (1989, p. 240) argumenta que

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas [...] e à medida que os horizontes temporais se encurtam até o ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais.

De fato, a mundialização econômica busca impor uma única racionalidade, mas os lugares reagem combinando variáveis, que podem ser comuns a vários lugares, de maneira particular (SANTOS, 1988,



2004). Esse processo corresponde a uma civilização cuja territorialidade se mundializou, mas que não pode ser vista como homogeneização cultural (ORTIZ, 1994). Isso ocorre, mas os avanços não chegam indistintamente para todos e a todos os lugares ao mesmo tempo; no seu processo de expansão, o capitalismo enfrenta barreiras econômicas, políticas, sociais e culturais, que tornam os lugares singulares, ou seja, diferentes uns dos outros. O que existe mesmo é uma percepção social de que as novidades tecnológicas estão disponíveis para todos. “O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade [...]” diz Santos (1988, p. 58). Esse autor vai além, defendendo que cada lugar é único, embora também conectado com os demais. Em suas palavras:

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. [...] Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos (SANTOS, 2004, p. 337).

Isso demonstra que é no lugar que as possibilidades se realizam. Por meio de ações globais desterritorializadas, o mundo se concretiza no lugar, e este evolui contraditoriamente em virtude tanto das determinações externas (globais) como internas (locais). “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2004, p. 339). Estabelece-se, portanto, uma relação dialética local-global, em que os locais são transformados em maior ou menor grau de intensidade e complexidade ao acolherem vetores da globalização. À medida que se acentua a tensão local *versus* global ocorrem mudanças estruturais que transformam as sociedades e as culturas. Assim, compartilha-se da ideia de que a mundialização econômica tanto tem uma ação homogeneizadora como regionalizadora.

De todo modo, pode-se dizer que há espaços de globalização, mas não um espaço globalizado (SANTOS, 2004). Os lugares não são todos iguais, muito pelo contrário: as diferenças cada vez mais são valorizadas para que a distinção seja visível aos olhos. Ao mesmo tempo em que há uma predominância da cultura ocidental em relação aos hábitos do cotidiano, o que é local também passa a ser valorizado. Segundo Robins (1991 apud HALL, 2014b, p. 45), “[...] ao lado da

tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’. Há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’”.

Um dos mais importantes aspectos do atual estágio do modo de produção capitalista a ter efeito sobre as identidades culturais decorre da compressão de distâncias e de escalas temporais, advindas das novas características espaço-temporais (HALL, 2014b). Essa compressão resulta num aumento de fluxos no espaço, no qual as fronteiras e os limites tornam-se mais permeáveis. Assim, as identidades culturais sofrem mais rapidamente influências advindas de outros espaços. Se por um lado Canclini (2000, p. 34) fala de uma “porosidade das fronteiras e fluxos multidirecionais”, por outro afirma que “certas tendências globalizadoras da economia reforçam algumas fronteiras ou levam a inventar outras novas”. O maior contato entre povos leva à ampliação das relações culturais.

De certa forma, pode-se interpretar que as distâncias foram encurtadas, os tempos foram reduzidos, os espaços distantes deixaram de ser isolados e um hibridismo cultural até então inimaginado materializou-se. Canclini (2006, p. 19) prefere o termo hibridismo a sincretismo ou mestiçagem, porque

[...] abrange diversas mesclas culturais – não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo ‘mestiçagem’ – e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que ‘sincretismo’, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais.

Para Harvey (2011), o termo hibridação também é o mais adequado para situar-se em meio à heterogeneidade, para explicar as formas mais modernas de interculturalidade e os processos sociais modernos ou pós-modernos. Tendo isso em vista, Hall (2014b) defende a ideia de que as identidades fixas e estáveis estão se tornando fragmentadas, como é o caso das identidades nacionais. Essas foram construídas para criar a ideia de nação, sob a ênfase de elementos de coesão como a língua, educação, delimitação de fronteiras para definir o território, sistema jurídico e militar, entre outros. Buscou-se eliminar as forças que atuassem sobre as diferenças e os discursos contra a unidade (CASTELLS, 1999). No caso do Brasil, apesar da diversidade cultural,

buscou-se criar uma nação brasileira hegemônica, eliminando aquilo que não estava dentro dos padrões da idealizada brasilidade.

Entende-se a identidade nacional como uma construção política, cultural e histórica: os elementos simbólicos a serem valorizados e instituídos para representar a identidade são escolhidos por alguns em determinado momento. Esses elementos atuam como símbolos de reconhecimento que exaltam as virtudes, as peculiaridades, as belezas, difundindo uma imagem positiva, romântica, que se tornará fonte de orgulho para toda sociedade. Para Hall (2014b), um indivíduo não nasce com um sentimento identitário, e a nação é tanto uma entidade política como uma entidade produtora de sentidos. Assim, esse autor explica que as diferenças regionais e étnicas foram subordinadas às culturas nacionais, mas “[...] não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas” (HALL, 2014b, p. 38). Diante disso, o autor salienta que “[...] as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade” (HALL, 2014b, p. 38). E também é importante ressaltar que são os sentidos produzidos que constroem as identidades, o que levou Anderson (1983 apud HALL, 2014b, p. 31) a denominar a identidade nacional como “comunidade imaginada”.

Com a globalização, esse discurso foi enfraquecido, e os sujeitos passam a ter várias identidades, cujo processo de identificação passa a ser mais “[...] provisório, variável, problemático” (HALL, 2014b, p. 11). A globalização altera o modo “[...] como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1991, p. 64). Também é nesse novo cenário que as identidades culturais relacionadas a etnias, além de outras minorias, passam a emergir, seja por meio de um resgate do passado, ou mesmo pela invenção de um, em geral associadas à expansão do capitalismo.

Diante disso, Hall (2014b, p. 39) chama atenção para três possíveis consequências da globalização sobre as identidades:

1. As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural [...].
2. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização.
3. As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.

Dentro desse contexto, a compreensão da reconfiguração de identidades culturais locais e as relações econômicas e espaciais que daí decorrem tornaram-se interesse da atual pesquisa, pois são as identidades “construídas” no espaço da produção que distinguem os lugares num mundo globalizado. Sobre essa questão, Hall (1997, p. 19) pontifica:

A cultura global necessita da “diferença” para prosperar – mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial (como, por exemplo, a cozinha étnica). É, portanto, mais provável que produza “simultaneamente” *novas* identificações [...] “globais” e *novas* identificações locais do que uma cultura global, uniforme e homogênea.

Nessa concepção, a diferenciação leva a cultura a se tornar um objeto de mercantilização, especialmente relacionado à atividade turística. Por isso, a valorização cultural manifestada a partir da retomada de um passado, ou caso seja necessário a invenção de um, deve ser investigada como um processo associado à lógica de acumulação capitalista.

### 1.3 O TURISMO TAMBÉM PRECISA DE IDENTIDADE

O turismo de massa na modernidade valorizou de modo especial “elementos” da cultura erudita, como exemplares arquitetônicos de grande relevância, museus e a cultura popular na forma de folclore. Mas na contemporaneidade, a busca por outras expressões humanas se alargou e a gastronomia; a música; o artesão, que passa a ser visto como um artista; a arquitetura popular e espaços populares simbólicos passaram a ser vistos como expressão cultural legítima (GASTAL; GEISS, 2007). Se na modernidade vivenciada nos anos de 1960 e 1970 acreditava-se que o velho e obsoleto deveria ser substituído pelo novo, pelo concreto armado e pelo vidro, na pós-modernidade, vivenciada mais fortemente nos anos de 1990, desperta para a restauração arquitetônica e para a manutenção de funções pré-existentes, como diversos mercados públicos, a fim de serem inseridos no circuito turístico como um local simbólico do próprio lugar, como é o caso do mercado público em Florianópolis.

A generalizada preocupação nas restaurações, revitalizações e recuperações de prédios históricos está associada ao resgate dos tempos e espaços passados para serem utilizados como via de divisas econômicas a ser captadas pelo turismo (GASTAL, 2006). Mesmo que a cultura não seja a principal atração turística, como em alguns lugares em que o turismo de lazer e de sol e mar predominam, como em Florianópolis e no litoral catarinense, ela é utilizada pelas estratégias de *marketing* para divulgar a região e inseri-la no cenário globalizado.

Na pós-modernidade, que deve ser entendida como a expressão cultural da economia globalizada (JAMESON, 1996), a fragmentação do sujeito exige uma análise mais complexa da sociedade, uma vez que a divisão de classes sociais ou as diferentes nacionalidades foram suplantadas por outras categorias minoritárias, como etnias, gênero, faixa etária, por exemplo, (GASTAL; SALES, 2012), como já se mencionou aqui. Diante disso, a cultura associada às especificidades étnicas se tornará importante produto a ser comercializado pelo turismo em festas, restaurantes, obras de arte, centros de memória. Por sua vez, a identidade cultural de um lugar é importante elemento para a atividade turística, embora muitos estudos comprovem os efeitos negativos desta última sobre a primeira.

O turismo contemporâneo valoriza a autenticidade, a diferença, o exótico, o patrimônio, a história. E as particularidades dos lugares exigem, na maioria das vezes, uma redescoberta da memória, da tradição e da identidade, afirma Ianni (1996). Esses ingredientes, indispensáveis para a construção ou reafirmação de uma identidade cultural, podem ser obtidos por meio da valorização de localismos ou, mesmo, pela “reinvenção das tradições” (HOBSBAWN, 1997). Essa prática consiste em reconstruir, ou até mesmo forjar o passado, para usá-lo como uma marca ou característica que identifique o local, e geralmente está relacionada com peculiaridades que diferenciam os lugares para serem comercializadas como atrativos.

Na visão de Hobsbawn (1997, p. 12), “[...] a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”. Em tal perspectiva, sugere que ao elaborar sentidos sobre o que é válido e perene do ponto de vista cultural para um certo grupo, o processo deve ser entendido como uma elaboração construída a partir de relações de forças desiguais, negociadas e imprevisíveis. Diante disso, são produzidos os mais variados discursos e representações sobre a cidade, e também sobre o campo, que utilizam a mídia como instrumentos de difusão e afirmação. A mídia é importante

veículo de difusão da identidade cultural e o turismo se apropria de ambos para atrair turistas e vender o lugar, a partir das suas particularidades, da sua identidade. Logo, “a identidade pode ressurgir, como uma forma consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização” (HAESBAERT, 1999, p. 171). Ou também, como estratégia para reproduzir o capitalismo, “construindo” identidades que, sob a égide do poder político instaura processos de elaboração de uma nova imagem para inseri-la no mercado mundial econômico, que está cada vez mais voltado para o turismo e para as práticas de lazer. Como exemplo, cita-se a produção de espetáculos que utilizam componentes étnicos apoiados nos processos de colonização, mesmo que essa já tenha ocorrido há mais de 250 anos, como é o caso da colonização açoriana no litoral catarinense.

A etnia é um termo que envolve as características herdadas culturalmente e que fundamentam a existência de um grupo num passado histórico comum. De acordo com Hall (2014b), esse termo é utilizado para fazer referência às características culturais, como costumes, tradições, língua, religião, partilhadas por um povo, o que leva a pensá-la como algo fundacional. Todavia, o autor coloca que isso é um mito, que se desfaz no mundo moderno, pois todas as nações não são formadas por um único povo, cultura ou etnia, elas são “híbridos culturais”.

Apesar disso, utilizar a etnia como meio para estabelecer a diferença, tem sido uma estratégia utilizada por muitos lugares, o que favorece sobremaneira a atividade turística. Nesse sentido, destaca-se a importância do folclore como atrativo turístico, uma vez que a cultura popular está relacionada a uma área definida, constitui-se como atração turística por ser diferente, seja como atração principal ou acessória. Isso corrobora Canclini (1983, p. 69) quando afirma que,

No discurso turístico e nos números percebemos a importância que possuem o artesanato e as festas populares em termos de desenvolvimento do turismo atual. Como atração econômica e de lazer, como instrumento ideológico, a cultura popular tradicional serve à reprodução do capital e da cultura hegemônica.

Assim, ao preservar o patrimônio cultural e valorizar a identidade local, o lugar tanto estabelece uma conexão com a dinâmica mundial por meio da atividade turística, como também fortalece seus

laços locais, em contraposição à padronização. Diante disso, o visual passa a ser mais importante do que o verbal, privilegia-se a forma em detrimento do conteúdo. “E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como ímã” (SANTOS, 2004, p. 269). Em muitos casos ocorre o que Gastal (2006) chama de “disneyficação” das imagens do que era tradição e o pastiche passa a ser utilizado como uma paródia vazia do passado.

Isso auxilia no entendimento do fato de diversos municípios, por menor que sejam em termos de área física ou população, advogarem para si o título de “capital” de alguma coisa ou se autoatribuírem um título que dê algum destaque, como se fosse uma marca que identifica, para que assim possam mercantilizar-se num cenário de grande competição. Por exemplo: Florianópolis, embora seja a capital do estado de Santa Catarina, é também chamada de capital do MERCOSUL e capital da ostra e da inovação; Joinville é chamada de capital da dança; Chapecó é considerada a capital da agroindústria; Pomerode se considera “a cidade mais alemã do Brasil”, entre tantas outras. Sobre tal cenário competitivo, Santos opina que “não vem da técnica essa necessidade frenética de competitividade, mas da política. [...] a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas globais, bancos globais, instituições globais” (SANTOS, 2004, p. 222). Assim, a diferenciação dos lugares pela exaltação de características culturais ocorre menos pela valorização da identidade local do que como uma estratégia frente à mundialização da economia.

Se por um lado a atividade turística impulsiona transformações nas estruturas e relações sociais e também espaciais, em decorrência dos processos de acumulação projetados, ao se apropriar da cultura, da identidade, das tradições, das manifestações culturais, ela também gera benefícios econômicos. Além do mais, pode fazer com que muitas tradições já em vias de extinção sejam retomadas, mesmo que ressignificadas, todavia com o interesse voltado para o lucro.

Os significados e sentidos culturais que são tecidos pela história, em lugar e tempo estabelecidos, produzem a identidade. Mas para melhor compreender o processo de construção da identidade açoriana em Florianópolis e litoral catarinense nos anos de 1990 é indispensável retornar à gênese dos primeiros colonizadores no arquipélago dos Açores, a fim de entender as relações sociais, espaciais, políticas, econômicas e culturais lá vivenciadas, incluindo-se aí o processo migratório e a construção da açorianidade nos Açores. Isso auxilia na análise da formação socioespacial que se constituiu em

Florianópolis e no litoral catarinense, ressaltando que o modo de vida estabelecido influenciou diretamente a construção da identidade dessa população, enquanto predominaram as relações pré-capitalistas e a pequena produção mercantil, como será demonstrado no próximo capítulo.



## **2 DOS AÇORES PARA O LITORAL CATARINENSE: UM NOVO LUGAR, UMA NOVA VIDA, UMA NOVA CULTURA (SÉCULOS XVIII – XX)**

Os processos migratórios carregam em si uma grande complexidade e podem ser desencadeados por diversos fatores, fazendo parte da história da humanidade. A mobilidade que os envolve implica, na maioria das vezes, mudanças culturais marcantes, pois as novas configurações naturais, sociais e econômicas, entre outras, interferem diretamente nas práticas, seja das populações que chegam (o migrante), seja da população do lugar. Há, portanto, uma via de mão dupla, que interfere no modo de vida dos que chegam e dos que já estão. Desse modo, no contexto de discussão acerca da identidade cultural do litoral catarinense, é importante retornar às origens dos imigrantes que para cá vieram no século XVIII: o arquipélago dos Açores.

Diante disso, buscou-se apresentar uma breve caracterização dessas ilhas e entender a sua formação socioespacial e cultural, destacando aspectos de ordem política e socioeconômica que influenciaram os imigrantes que vieram para o litoral catarinense em meados do século XVIII. Na sequência, contextualizou-se o conceito de açorianidade a partir de sua origem no primeiro movimento autonomista dos Açores, o que ocorreu somente no século XIX, até a sua evolução como discurso identitário da região.

Por fim, reconstitui-se o processo da imigração açoriana para o sul brasileiro, com destaque para o povoamento dirigido ao litoral catarinense. Abordou-se, assim, a sua formação socioespacial e cultural, considerando a dinâmica da pequena produção mercantil a fim de compreender características que estiveram presentes até o momento em que o capitalismo se tornou dominante em relação ao modo de vida dessa população, em especial em Florianópolis, capital do estado.

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ILHAS DE LÁ – O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES**

O arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas que estão divididas em três grupos segundo sua proximidade: o grupo oriental, constituído por São Miguel e Santa Maria; o grupo central, composto pelas ilhas Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Graciosa; e o grupo

ocidental, formado pelas ilhas Flores e Corvo<sup>5</sup>. Atualmente, o arquipélago é constituído por 19 concelhos<sup>6</sup> (quadro 1) e 156 freguesias. Constituem uma região Autônoma da República Portuguesa, que detém órgãos de governo próprios, nomeadamente a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional, com sede nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial. Oficialmente os Açores são designados por Região Autônoma dos Açores (RAA), dotada de autonomia política e administrativa consubstanciada no Estatuto Político-Administrativo da RAA. Os Açores, por pertencerem a Portugal, integram a União Europeia – UE, desde 1986, com o estatuto de Região Ultraperiférica (RUP) do território, devido ao grande afastamento do continente, conforme estabelecido no Tratado da União Europeia. De acordo com Azevedo (2017), há medidas específicas implementadas para apoiar o desenvolvimento das RUP, como importantes subsídios, com vistas a atenuar as limitações relacionadas à geografia dessa região e à economia pouco diversificada, o que implica dependência do exterior.

As ilhas estão localizadas no norte do Oceano Atlântico, entre as latitudes 36° 55' e 39° 43' N e as longitudes 24° 46' e 31° 16' W (mapa 1). Ocupam posição oceânica caracterizada pelo grande afastamento do continente, uma vez que as ilhas do grupo central se encontram a aproximadamente 1.600 km de Lisboa, capital de Portugal, e a 3.600 km de Boston, na costa dos Estados Unidos da América. A distância entre Santa Maria e Corvo – as duas ilhas mais afastadas – é de aproximadamente 600 quilômetros, e a distância entre as duas ilhas mais próximas – Faial e Pico – é de apenas 10 quilômetros.

---

<sup>5</sup> Inicialmente algumas ilhas tinham nomes diferentes: Ilha Terceira era conhecida como Ilha de Jesus Cristo; Pico era denominado São Dinis; Faial, como São Luís; Flores, como São Tomás; e Corvo, como Santa Íria.

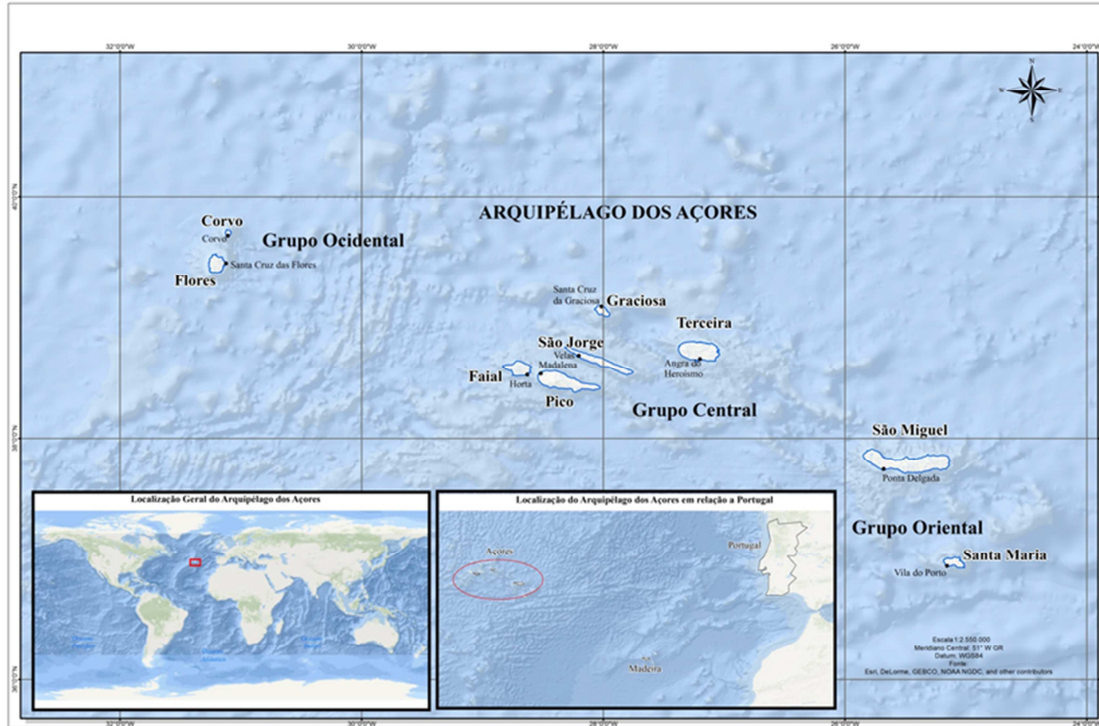
<sup>6</sup> Em Portugal, concelho é uma divisão administrativa que corresponde ao poder municipal em outros países. Está dividido em unidades menores, as freguesias, que no caso brasileiro se aproximam do distrito. Todavia, para Portugal, concelho não é sinônimo de município.

**Quadro 1** – As Ilhas açorianas e seus concelhos (2016)

<b>Ilha</b>	<b>Concelhos</b>
Santa Maria	Vila do Porto
São Miguel	Lagoa
	Ponta Delgada
	Ribeira Grande
	Vila Franca do Campo
	Povoação
	Nordeste
Terceira	Vila da Praia da Vitória
	Angra do Heroísmo
Pico	Madalena
	Lajes do Pico
	São Roque do Pico
Faial	Horta
São Jorge	Velas
	Calheta
Graciosa	Santa Cruz da Graciosa
Flores	Santa Cruz das Flores
	Lajes das Flores
Corvo	Corvo

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

**Mapa 1 – Localização das ilhas açorianas**



Fonte: Elaborado por Renata Duzzioni e pela autora (2017).

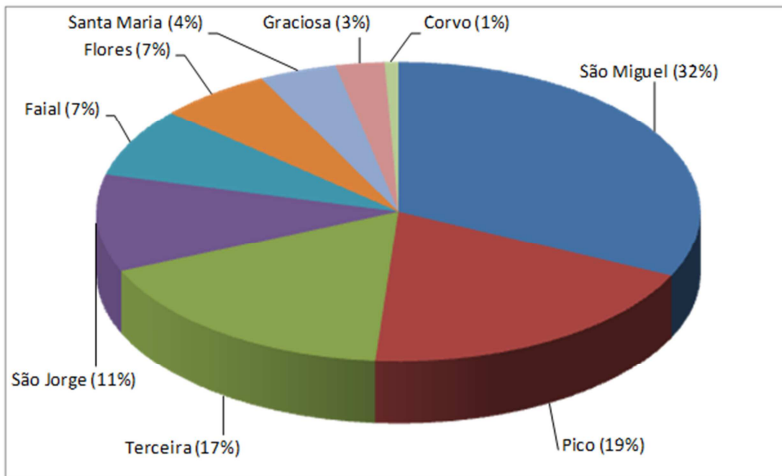
A soma da superfície do arquipélago (2.321,96 km<sup>2</sup>) corresponde a 2,5% do território luso (92.225,62 km<sup>2</sup>)<sup>7</sup> (quadro 2). No entanto, as ilhas revelam dimensões bem diferentes: as maiores, São Miguel, Pico e Terceira, representam cerca de 70% da superfície total do arquipélago, enquanto São Jorge, Faial, Flores, Santa Maria, Graciosa e Corvo, juntas, completam 30% (gráfico 1). Apesar da diferença de tamanho, todas se incluem na definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO de “pequenas ilhas”, ou seja, superfícies insulares com área inferior a 1 000 km<sup>2</sup> (AZEVEDO, 1996).

**Quadro 2** – Dados gerais de Portugal e da Região Autónoma dos Açores (2015)

<b>Local</b>	<b>Altitude máxima (m)</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População (hab.)</b>	<b>Densidade demográfica (hab./ km<sup>2</sup>)</b>
Portugal	2.351	92.225,62	10.341.330	112,1
Continente	1.993	89.102,14	9.839.840	110,4
Região Autónoma dos Açores	2.351	2.321,97	245.766	105,8
São Miguel	1.103	744,57	138.213	185,6
Pico	2.351	444,80	13.883	31,2
Terceira	1.021	400,27	56.141	140,3
São Jorge	1.053	243,65	8.556	35,1
Faial	1.043	173,06	14.824	85,7
Flores	914	140,96	3.699	26,2
Santa Maria	587	96,89	5.652	58,3
Graciosa	402	60,66	4.339	71,5
Corvo	718	17,11	459	26,8

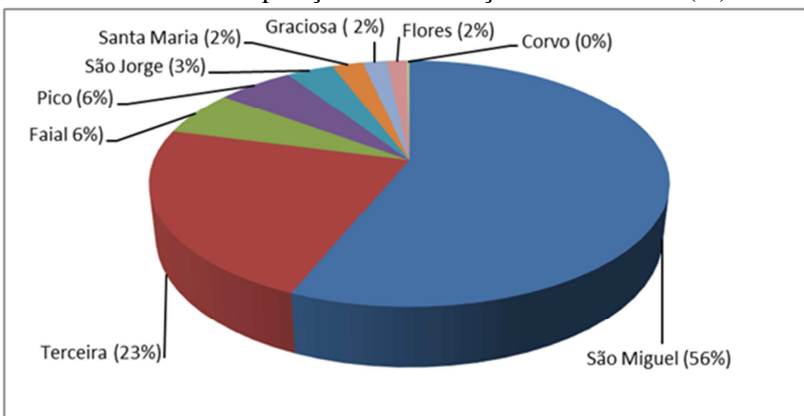
Fonte: Adaptado de Serviço Regional de Estatística dos Açores - SREA (2017).

<sup>7</sup> Esse número inclui todo o território de Portugal, continental e Insular. A área do Continente é de 89.102,14 km<sup>2</sup> (SREA, 2017).

**Gráfico 1 – Área das Ilhas Açorianas em 2015 (%)**

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os dados de área são ainda superados, em termos de concentração, pelos dados de população: de um total de 245.766 habitantes, quase 80% se concentram em São Miguel e na Terceira, enquanto que menos de 0,2% estão na Ilha do Corvo. Os maiores centros urbanos são: Ponta Delgada e Ribeira Grande, em São Miguel; Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, na Terceira; e Horta, no Faial.

**Gráfico 2 – População nas Ilhas Açorianas em 2015 (%)**

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

De origem vulcânica, as ilhas emergem bruscamente do oceano, encontrando-se as terras com o mar frequentemente através de declives muito acentuados (foto 1). A agressividade das costas cortada apenas por algumas poucas praias justifica a escassez de abrigos à navegação e ancoradouros naturais. O relevo é acidentado e há poucas áreas planas, sem grande representação no território insular, tornando as terras aráveis descontínuas e escassas.

**Foto 1** – Ilha de São Miguel: encontro das terras com o mar



Fonte: [http://siaram.azores.gov.pt/paisagem/\\_intro.html](http://siaram.azores.gov.pt/paisagem/_intro.html)

Pelo peculiar enquadramento geotectônico dos Açores – situado no ponto de intersecção das placas tectônicas euro-asiática, africana e americana – registram-se dois tipos de eventos: as erupções vulcânicas e as crises sísmicas. Tais eventos já provocaram grandes tragédias, como o terremoto de Vila Franca do Campo, em São Miguel, em outubro de 1522, que causou a morte de milhares de pessoas; o terremoto que ocorreu em São Jorge, em julho de 1757, que dizimou cerca de um quinto da população da ilha; o sismo da ilha Terceira, em janeiro de 1980, que provocou dezenas de mortes e destruiu muitos imóveis; o terremoto do Faial, em julho de 1998, com algumas mortes e destruição de parte de imóveis dessa ilha e também da ilha do Pico, entre tantos outros. A atividade vulcânica tem sua expressão mais visível na Ilha de São Miguel, a exemplo do Vale das Furnas, onde as fumarolas estão em plena atividade (fotos 2 e 3); e mais recentemente, com grandes

dimensões, foi o resultado de uma crise sísmica associada à erupção vulcânica que deu origem ao Vulcão dos Capelinhos, entre 1957 e 1958, na Ilha do Faial (fotos 4 e 5).

**Foto 2** – Fumarolas em atividade no Vale das Furnas (Ilha de São Miguel)



Fonte: Arquivo da autora (2015).



**Foto 3** – Água em ebulição no solo no Vale das Furnas (Ilha de São Miguel)



Fonte: Arquivo da autora (2015).

**Foto 4** – Vulcão dos Capelinhos e o antigo farol soterrado (Ilha do Faial)



Fonte: <https://volcanohotspot.wordpress.com/2016/07/23/coming-to-the-point-faial-azores-part-4/>

**Foto 5** – Vista aérea do vulcão dos Capelinhos (Ilha do Faial)



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/44554476>

A altitude de cada ilha é bastante variável (quadro 2), oscilando entre 402 metros na Ilha de Graciosa e 2.351 metros na Ilha do Pico<sup>8</sup> (foto 6). A nebulosidade no cimo das montanhas, os nevoeiros persistentes e o alto grau de umidade resultam numa atmosfera pesada, que foi denominada em 1841 por Bullar e Bullar (2001 [1841]) como *azorean torpor*. Os autores se referiam não apenas ao entorpecimento e à apatia que dominavam a população devido ao clima, mas também ao isolamento e à vastidão. Essa concepção determinista era comum à época, na qual os elementos da natureza e o modo de vida estavam diretamente relacionados.

---

<sup>8</sup> A ilha do Pico tem 16% da sua área acima dos 800m, sendo considerada o ponto mais alto de Portugal.

**Foto 6** – Ilha do Pico vista de Horta, na Ilha do Faial



Fonte: Arquivo da autora (2015).

O clima dos Açores, pela latitude, é subtropical atlântico e temperado úmido (BRITO, 1997), mas se caracteriza por uma grande imprevisibilidade, podendo mudar bruscamente em pouquíssimo tempo. O arquipélago está localizado na zona subtropical dos anticiclones do hemisfério norte, sendo o “anticiclone dos Açores” o fator dominante das condições meteorológicas da Região. Os ventos são frequentes e intensos, as temperaturas médias anuais ficam em torno dos 17°C e a umidade relativa do ar tem média anual elevada de 79%. Mas, em comparação com outras regiões situadas às mesmas latitudes, as temperaturas são mais amenas, com fracas oscilações térmicas ao longo do ano, grande pluviosidade e reduzida insolação.

A nebulosidade, as condições atmosféricas e o clima constituem condicionantes naturais que influenciaram no modo como o espaço foi ocupado e organizado (GREGÓRIO, 2008). Em geral, as habitações permanentes e as zonas de cultivo agrícola se estendem até cerca de 350 metros de altitude (FERREIRA, 2008). Acima disso e nas encostas, encontram-se as matas, as pastagens para a pecuária e os vinhedos.

Os solos são férteis, apesar da formação geológica recente. Os maiores problemas para a agricultura são atribuídos ao clima: os ventos são responsáveis pela ressalga (queima da vegetação), e a fraca insolação, devido à alta nebulosidade, dificulta o amadurecimento dos frutos (JOÃO, 1991). Desse modo, as condições naturais para a agricultura não são as mais ideais; no entanto não foram impeditivas para que diversas culturas fossem ali praticadas, inclusive em grande escala. De acordo com informações referentes ao ano de 2012 (MASSOT, 2015), a superfície agrícola útil do arquipélago era de 120.400 ha, o que corresponde a pouco mais de metade do território. Dessa superfície, 88% caracterizam-se como prados e pastagens permanentes, ideais para a criação extensiva de gado; 10% equivalem às terras aráveis (utilizadas para o cultivo de milho forrageiro para alimentação do gado); e apenas 2% é destinada à culturas permanentes, predominando as vinhas como a principal cultura. Uma particularidade em todas as ilhas diz respeito às pequenas áreas de terra rodeadas por muros de pedra basáltica, quase todos de configuração retangular, formando um mosaico que reflete na sua gênese a divisão de terras dos tempos do povoamento, a partir da retirada de terras do próprio terreno (foto 7).

**Foto 7** – Ilha Terceira: divisão do solo para a agricultura com muros de pedras basálticas



Fonte: <http://siaram.azores.gov.pt/paisagem/intro.html>.

Com relação à evolução demográfica, os últimos 50 anos foram caracterizados por perdas populacionais, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, período em que ocorreram grandes migrações para o Continente Americano, e migrações em menor escala para Portugal Continental. Nesse período, tal situação foi vivenciada na ilha do Faial quando da erupção do Vulcão dos Capelinhos, que provocou a destruição de muitas casas, campos agrícolas e pastagens. Diante disso, os açorianos foram beneficiados com uma quota especial de emigração para os Estados Unidos em 1958, com a concessão de 1.500 vistos. Todavia, nos anos de 1990 houve uma inversão dessa tendência demográfica, com pequeno crescimento da população residente, em especial na ilha de São Miguel (4,5%). Esse crescimento não diz respeito a todas as ilhas, sendo mais evidente e acentuado em São Miguel, Terceira e Faial, ilhas nas quais se concentram as principais funções administrativas e as unidades econômicas (FORTUNA; COUTO; FAIAS, 2007).

Todas as ilhas estão dotadas de infraestrutura portuária e aeroportuária, o que permite a oferta de serviços para movimentação de passageiros e cargas. O transporte marítimo é utilizado para movimentação de cargas e o aéreo para a circulação de passageiros inter-ilhas e ilhas-continente. Contudo, no período de verão as condições do mar melhoram e o transporte marítimo de passageiros torna-se viável entre algumas ilhas (foto 8).

Por sua vez, é oportuno salientar que embora o arquipélago apresente a maior subárea da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)<sup>9</sup> de Portugal, com a dimensão de 953.633 km<sup>2</sup>, é uma zona de grande profundidade e, sem plataforma continental, o que justifica, em parte, a escassa quantidade de pescado. Todavia, a produção de pescado é superior à necessidade da sua população (FORTUNA, COUTO; FAIAS, 2007).

---

<sup>9</sup> Espaço marítimo para além das águas territoriais, com a prerrogativa de utilização dos recursos e responsabilidade na gestão ambiental.

**Foto 8** – Novo terminal marítimo de passageiros do Porto de Horta (Ilha do Faial)



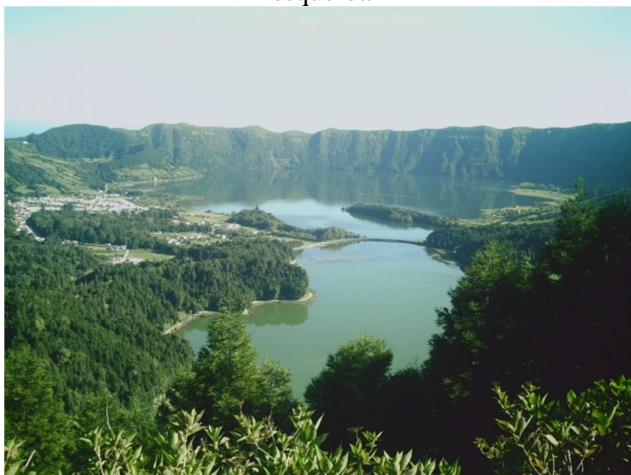
Fonte: <http://oportodagradosa.blogspot.com.br/2012/09/np-delphin-no-novo-terminal-maritimo-de.html>

Em 2012, a estrutura econômica da Região Autónoma dos Açores assentava-se, em grande parte, no setor terciário (serviços administrativos e sociais, relacionados predominantemente ao serviço público), empregando 74,8 % da população, enquanto 9,6% encontravam-se no setor primário e 15,6% no secundário. Nesse setor, predominam as atividades relacionadas à indústria agroalimentar e à transformação florestal. No setor agroalimentar se destacam a indústria leiteira, cervejeira e matadouros, que dão consistência às produções do setor primário, com destaque para a criação de gado (MASSOT, 2015). São Miguel, Terceira e Faial também são as que contam com a maior diversidade de atividades econômicas, as quais englobam a construção, pesca, agropecuária, comércio portuário, serviços terciários, atividades industriais, turísticas e administrativas. Por isso, são as que apresentam melhor infraestrutura no que diz respeito a rodovias, portos, aeroportos, hotéis, equipamentos turísticos e de lazer, o que reverte em um leque maior de opções de emprego. Nas demais ilhas, a infraestrutura urbana existente é menos acentuada, devido à população menos expressiva e

também ao fato de não concentrar polos administrativos regionais, o que influencia diretamente o salário da população. É relevante mencionar que a partir da autonomia política, formalizada em 1976 e da inserção de Portugal na União Europeia, a economia regional foi favorecida. Muitos investimentos foram feitos na criação de gado para produção de leite e derivados, na transformação de pescados e no setor turístico (em especial a partir de 1999).

Diante das belezas naturais de todas as lhas, a exemplo da Lagoa das Sete Cidades, na Ilha de São Miguel (foto 9), o turismo é uma atividade econômica de grande potencial, que vem crescendo paulatinamente desde os anos de 1990, a partir da busca de destinos alternativos ao turismo de massas. A região é ideal para o turismo rural, de aventura, de bem-estar e saúde, entre outros. São Miguel, Terceira e Faial se destacam tanto pela oferta de infraestrutura quanto à demanda. São relativamente recentes os investimentos em infraestruturas necessárias à consolidação dessa atividade, nomeadamente no que respeita às acessibilidades aéreas e marítimas e ainda quanto ao crescimento da oferta hoteleira. Os investimentos em marinas e portos para receber cruzeiros têm contribuído para aumentar o número de transatlânticos na região (FORTUNA; COUTO; FAIAS, 2007) (foto 10).

**Foto 9** – Lagoa das Sete Cidades (Ilha de São Miguel): Lagoas Verde e Azul a partir da Vista do Rei, com a freguesia de Sete Cidades à esquerda



Fonte: Arquivo pessoal de Nazareno José de Campos (2007).

**Foto 10** – Marina e ao fundo terminal de cruzeiros Portas do Mar em Ponta Delgada (Ilha de São Miguel)



Fonte: Arquivo da autora (2015).

Após essa caracterização geral do arquipélago açoriano é relevante retornar à gênese da região e repassar os diferentes períodos históricos para que se possa, então, compreender o processo migratório para o Brasil meridional no século XVIII, momento em que os imigrantes açorianos vieram povoar a região litorânea do estado de Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

### **2.1.1 Os Açores no tempo e no espaço**

Historicamente, os Açores estão sob o domínio português desde o século XV, quando as ilhas foram descobertas, pouco a pouco, por expedições marítimas que visavam ao expansionismo português. Foram então doadas em sesmarias a pequenos nobres da corte portuguesa com a obrigação de explorá-las (SANTOS, 1979). A escassez de documentos e a imprecisão dos dados cartográficos ainda geram dúvidas quanto à



data do descobrimento. Em especial, com relação à primeira ilha<sup>10</sup>, a maior parte dos historiadores se divide entre os anos de 1427 ou 1432, enquanto outros sugerem a descoberta em período anterior a esse. O nome Açores vem da palavra açor, que designa uma ave de rapina. Uma das versões mais divulgadas conta que os primeiros navegadores que lá chegaram viram milhares de aves na região, o milhafre, e provavelmente as confundiram com o açor, originando-se daí o nome do arquipélago.

Inicialmente, as ilhas foram povoadas por portugueses peninsulares, passando, com o correr do tempo, a receber habitantes de diferentes procedências, como flamengos<sup>11</sup>, provenientes da Bélgica; franceses; ingleses; italianos e judeus, entre outros imigrantes, além de escravos africanos. Apesar disso, para autores como Ribeiro (1983) e Nemésio (1928), a maior parte dos povoadores das Ilhas foi de origem portuguesa, daí a ênfase em classificar os açorianos como essencialmente portugueses. Essa afirmação também está apoiada na questão cultural, que, ao ser estudada por esses autores, revelou uma mesma base comum: a origem portuguesa.

Godinho (1974) caracterizou a emigração como um traço estrutural da sociedade portuguesa, o que também se aplica aos Açores. A emigração do arquipélago, de grandes contingentes ou não, perdurou desde as primeiras décadas de ocupação até os anos de 1980. Todavia, é importante salientar que os motivos foram diversos nos diferentes períodos históricos, entre os quais interesses políticos, em especial, necessidades régias de ocupar territórios; fuga de recrutamentos militares<sup>12</sup>; vulcanismo; escassez de terras aráveis; propriedade privada dividida muito desigualmente (concentração da propriedade fundiária, principalmente em São Miguel e Terceira); busca de melhores condições de vida em função do atraso estrutural da economia, que redundaram em pobreza, desemprego, baixos salários e pressão demográfica sobre a terra; e a falta de alternativas econômicas. De fato, grande parte desses problemas não poderia ter sido resolvida sem transformações profundas na estrutura econômica e social das Ilhas. Assim, os açorianos se

---

<sup>10</sup> Pesquisas realizadas indicam que provavelmente Santa Maria foi a primeira ilha a ser descoberta.

<sup>11</sup> Ver mais em Leite (2012).

<sup>12</sup> Cordeiro e Madeira (2003) afirmam que os Açores também serviam de “reservatório de homens” para recrutamentos militares para combater nas fronteiras do Império Português, no Continente ou no Ultramar.

espalharam pelo mundo<sup>13</sup> formando comunidades denominadas “comunidades de diáspora”, que abrangem inclusive os descendentes históricos que migraram em meados do século XVIII para o sul do Brasil, chegando hoje a ultrapassar a décima geração.

Devido a sua distância da terra firme, por muito tempo as ilhas açorianas foram associadas à expressão *fim do Mundo*<sup>14</sup>. Apesar disso, cumpre lembrar que entre o final do século XVI e o início do século XIX, essas ilhas desempenharam papel fundamental para a organização dos novos espaços do Ultramar<sup>15</sup>. A posição geográfica do arquipélago no Oceano Atlântico foi indispensável para a política expansionista portuguesa. De acordo com Rocha et al. (2005-2006), as medidas tomadas pela Coroa, entre as quais a criação da Armada das Ilhas para fornecer proteção ao arquipélago açoriano, confirmam essa posição de ligação.

A supremacia econômica da Ilha de São Miguel foi revelada desde cedo, embora a Ilha Terceira tenha ocupado importante espaço no tocante à navegação e ao comércio, tornando-se a sede da máquina administrativa, cuja jurisdição se estendeu por todo o arquipélago durante muito tempo. Além de ter integrado as rotas comerciais intercontinentais da economia luso-atlântica durante séculos, como ponto de escala, apoio e defesa da navegação<sup>16</sup>, a sua produtividade

---

<sup>13</sup> No século XIX, o principal destino foi Estados Unidos, e no século XX continuou nesse país e também para o Canadá. Sobre essas migrações, ver mais em ROCHA-TRINDADE (1995).

<sup>14</sup> Conforme percebido nos artigos “Os Açores já não são o fim do mundo” (CORREIO DOS AÇORES, 2007, p. 21) e “Corvo ‘não é o fim do mundo’” (AÇORIANO ORIENTAL, 2013). Ao questionar membros da comunidade açoriana, em entrevistas informais por acessibilidade, nas Ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, no período de 14 a 23/05/2015, sobre o fato de os Açores serem considerados o fim do mundo, foi unânime a resposta de que os Açores não eram mais o fim do mundo, pois com a Globalização tudo melhorou e eles tinham quase tudo de que precisavam, e quando necessário poderiam ir ao Continente, referindo-se aos voos frequentes.

<sup>15</sup> Desempenharam papel importante na conquista e na defesa dos territórios do norte da África, foram pontos fulcrais de apoio às caravelas nas viagens à Índia, no apoio à exploração do continente americano, como base de apoio aos aliados na última grande guerra, como nó nas redes de comunicação e da aviação comercial no Atlântico Norte (ROCHA, 2005-2006).

<sup>16</sup> Com destaque para as rotas de retorno do Cabo, na África, da Carreira das Índias e para os navios que cruzavam o Atlântico. De acordo com Daveau (1995), nessas rotas de retorno, as frotas eram empurradas pelos ventos alísios do hemisfério sul quando passavam perto da Ilha de Santa Helena, então

agrícola também foi explorada economicamente pela coroa portuguesa. A agricultura representou a atividade predominante em todas as ilhas desde o início da ocupação. Em Flores e Corvo, por exemplo, a agricultura ficou restrita a uma produção de subsistência (REGO, 2000; REGO, 2005), enquanto em São Miguel, Terceira e Horta, a produção foi destinada ao mercado externo e para suprir as necessidades do Império (SOUZA, 1988). A produção para o mercado externo foi baseada nos "ciclos" de monoculturas, como o do trigo nos séculos XV e XVI; o do pastel<sup>17</sup>, nos séculos XVI e XVII; o do trigo, novamente no século XVIII; o do milho e da laranja, no século XIX, e o do ananás e do gado bovino, no século XX (DIAS, 1999). Oportuno lembrar que até o final do século XIX as técnicas agrícolas utilizadas ainda eram bastante rudimentares, e os maiores problemas decorriam do clima, das pragas, da dependência do escoamento da produção para o mercado externo e da concorrência externa.

As ilhas de São Miguel, Santa Maria e Terceira foram as que mais se desenvolveram nas atividades triticultoras, pois apresentavam solo favorável ao cultivo de cereais. Já o pastel ganhou destaque na ilha do Faial, contando com tecnologia e mão de obra de origem flamenga. Por sua vez, o ciclo da laranja foi promovido por ingleses, especialmente na ilha de São Miguel, gerando grande desenvolvimento. Também o ciclo do Ananás teve maior expressão nessa ilha, no século XX. Com a crise da laranja no século XIX, a criação de gado surge como uma alternativa. A partir da década de 1990, dada a inserção do arquipélago na dinâmica econômica da Comunidade Econômica Europeia em 1986, houve grandes investimentos na criação de gado leiteiro (foto 11). A importância da criação desse animal é tamanha que se afirma que é difícil imaginar os Açores sem vacas, e que há mais vacas do que habitantes, sendo que ambos estão maioritariamente em São Miguel (RODRIGUES, 2016). O caminho que essa atividade seguiu também foi o da monocultura, o que implica em consequências inerentes a dependência de um único setor produtivo. A destarte, o turismo vem ganhando espaço como uma importante atividade econômica.

---

seguiram transversalmente aos ventos dominantes até atingir penosamente a latitude dos Açores, quando os ventos de oeste as levavam até o litoral da Península.

<sup>17</sup> Planta tintureira (utilizada para tingir tecidos), que era comercializada por mercadores de Flandres, França e Inglaterra. A região dos Açores foi um dos principais focos de intervenção do curso europeu sobre os navios que transportavam o pastel ao velho continente.

**Foto 11 – Criação de gado nos Açores**

Fonte: <http://www.vidarural.pt/acoes-vai-apoiar-organizacoes-produtores-5-me/>

O escoamento da produção das ilhas e os produtos que entravam davam-se exclusivamente pelo mar. No caso de Angra do Heroísmo, o porto centralizava o comércio regional, o que lhe garantiu posição privilegiada em decorrência do intenso tráfego de naus. Até o século XIX, o arquipélago açoriano foi um exemplo do que Febvre (1970) denominou ilhas-cruzamento, pois estavam situadas nas rotas de circulação mundial e mantinham intensas relações com o exterior. Isso demonstra que a insularidade não impediu sua integração com o mundo.

O mar só constitui um factor de isolamento maior que qualquer outro meio físico quando as ilhas estão fora dos grandes circuitos marítimos. Quando, pelo contrário, se encontram nesses circuitos, as ilhas tornam-se (muitas vezes por factores externos e de acaso) activos elos de ligação, fortemente abertas ao mundo exterior, e, em qualquer caso, muito menos isoladas que certas zonas montanhosas (BRAUDEL, 1983, p. 173-174).

De todo modo, cumpre enfatizar que o isolamento não foi uma característica do arquipélago como um todo. Essa vivência foi sentida de forma diferente pelas pessoas com condições sociais distintas, pois uma

melhor condição financeira poderia representar um agente facilitador para obter produtos e informação e estabelecer relações entre as ilhas e o continente. E também pelos locais com diferentes acessos.

Mas, no século XIX, com o advento da navegação a vapor e o aumento no tamanho dos navios, a escala nos Açores se tornou desnecessária, como era o caso das embarcações a vela, por força das marés, dos ventos e da necessidade de abastecimento<sup>18</sup>. Isso deu início a um processo de marginalização da região, com a diminuição do tráfego nos portos de Angra do Heroísmo e Horta.

Apesar da relação direta e intensa com o mar, a pesca foi atividade pouco desenvolvida no arquipélago. O mar instável e pouco seguro não tornou essa atividade atraente, confirmando a máxima de Brandão (s.d., p. 225): “Sai-se de manhã com mar chão, regressa-se à tarde com o mar revolto e escuro”. A geomorfologia das ilhas, com poucos pontos de ligação com o mar, devido ao litoral escarpado também dificultou o desenvolvimento da pesca. Soma-se a isso o fato de não contarem com plataforma continental: os fundos abissais iniciam logo a seguir à costa. No inverno a navegação é ainda mais difícil. Portanto, a vida de camponês oferecia menos riscos. Somente no século XIX a pesca da baleia adquiriu certa expressão, em especial na Ilha do Faial e do Pico, sendo explorada industrialmente principalmente por estrangeiros.

Em relação à cultura, merece destaque a forte religiosidade açoriana, herança dos primeiros povoadores portugueses das ilhas e que sobreviveu aos séculos seguintes. Isso, em parte, justifica o grande número de igrejas, capelas, ermidas, impérios, mosteiros e conventos que existiram e ainda existem no arquipélago. A Igreja Católica Romana domina significativamente, mas muitas tradições religiosas estão carregadas de características profanas<sup>19</sup>. De acordo com Vasconcelos (1992) e Costa (1963), o catolicismo das ilhas, amparado no temor a Deus e no respeito ao próximo, foi reforçado tanto pela insularidade e pelos cataclismos, quanto pelo empenho da igreja na formação, construção e estruturação social.

O culto ao Espírito Santo foi trazido pelos primeiros povoadores portugueses e se difundiu fortemente no arquipélago. Uma

---

<sup>18</sup> O porto de Ponta Delgada, em boa medida, manteve importante tráfego, haja vista o comércio com o exterior não depender das navegações por escala (JOÃO, 1991).

<sup>19</sup> Alguns rituais guardam semelhanças com a manifestação que ocorre no Brasil meridional.

festa é organizada e promovida pelo povo, por meio das irmandades. Tem como objetivo praticar a caridade em nome do Divino e pagar as promessas por graças alcançadas. Tradicionalmente, acontecem durante sete semanas depois da Páscoa. São vários rituais, entre os quais novena<sup>20</sup>, procissão, coroação do Imperador, e refeição, na qual é servida a “Sopa do Espírito Santo”, entre outras preparações. Os Impérios<sup>21</sup>, pequenos templos onde se veneram o Espírito Santo, entre o domingo de Páscoa e o domingo de Pentecostes (ou da Trindade), estão presentes em grande quantidade nas Ilhas, e registros apontam que inicialmente eram montados para as festividades e desmontados ao final das mesmas. De acordo com Noé (2012), há indícios que no século XVIII surgiram as primeiras construções em pedra, mas essa informação ainda não é consenso entre os historiadores. O eclétismo é o estilo arquitetônico dominante do século XIX, período em que foi construído grande parte dos Impérios, mas que se manteve ao longo do século XX. Na Ilha Terceira, destacam-se construções extremamente coloridas e ornamentadas (fotos 12 a 16), e é a Ilha que mais possui Impérios.

**Foto 12** – Império dos Inocentes da Guarita (1901). Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira



Fonte: Arquivo da autora (2015).

<sup>20</sup> Encontro de pessoas para realizar orações, realizado durante nove dias.

<sup>21</sup> Edifícios religiosos que se assemelham à pequenas capelas, a partir do qual se realizam os festejos do em honra ao Espírito Santo.

**Foto 13** – Império da Rua de Cima (1795). Freguesia de São Pedro, na Ilha Terceira



Fonte: Arquivo da autora (2015).

**Foto 14** – Império do Divino Espírito Santo (1918). Vila de São Sebastião, na Ilha Terceira



Fonte: <http://roteirodesazores.com/festa/imperio-do-divino-espírito-santo-da-vila-de-sao-sebastiao/>

**Foto 15** – Império da Caridade (1895). Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira



Fonte: Arquivo da autora (2015).

**Foto 16** – Império da Caridade de Santa Cruz (1941). Praia da Vitória, na Ilha Terceira



Fonte: <http://roteirodesazores.com/festa/imperio-da-caridade-de-santa-cruz/>



Já a festa de Santo Cristo dos Milagres<sup>22</sup>, com as origens de grande culto em fins do século XVII, tem grande apelo à fé e à devoção. Conta-se que há muito tempo atrás, a imagem foi embarcada para fora da ilha mas, em decorrência de um naufrágio da embarcação que a transportava, tal imagem voltou flutuando à costa da ilha. A partir daí, é levada em procissão pelas ruas de Ponta Delgada (São Miguel) e seguida por milhares de pessoas até ao momento em que volta a entrar no convento de Nossa Senhora de Esperança/Santo Cristo dos Milagres. A devoção congrega pagadores de promessas, decoradores de ruas com tapetes de flores, serragem de madeira e outros produtos<sup>23</sup>.

Por sua vez, as festas Joaninas ou Sanjoaninas ocorrem em quase todas as ilhas. Mas é na Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, que acontece com mais expressividade. Há desfiles, danças, carros alegóricos, fogueiras e muita diversão. Também na Ilha Terceira, destacam-se, como uma das principais manifestações culturais, as touradas a corda (foto 17). De origem ainda incerta, as touradas remontam ao século XVI. O mais aceitável é que essa tradição tenha sido iniciada com os castelhanos que ali se fixaram. Nessa brincadeira, que atualmente ocorre em via pública, o touro corre preso por uma corda colocada no pescoço, para ser utilizada, caso necessário, por “pastores” para segurá-lo ou orientá-lo. Um foguete é utilizado para avisar o início. Daí seguem-se os “passes” dos toureiros improvisados<sup>24</sup>, que são aplaudidos por todos os espectadores. A população fica em uma área específica com grade de proteção, em cima de muros, em lugares altos ou mesmo nas janelas das casas<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> Ilha de São Miguel.

<sup>23</sup> É semelhante à Procissão do Nosso Senhor dos Passos realizada no litoral catarinense.

<sup>24</sup> Denominados “capinhas”.

<sup>25</sup> Ao participar de uma tourada na Freguesia de São Mateus, registrou-se no diário de campo, ao entrevistar pessoas da comunidade por acessibilidade, que o animal não era maltratado, “o touro é tratado como rei! Ele só come e dorme.” Cada touro permanecia em ação durante 20 minutos, sendo utilizados 5 touros.

**Foto 17** – Tourada em São Mateus, na Ilha Terceira

Fonte: Arquivo da autora (2015).

No tocante à alimentação, de modo geral, a comida popular açoriana é simples, porém muito condimentada. Os temperos mais usados são: o alho, cebola, pimenta do reino, malagueta, louro, açafão, salsa, cebolinha, cravo e canela. Destaca-se o polvo guisado com vinho, que é cortado em pedaços e escaldado para ser, em seguida, refogado no azeite com cebola e alho e acrescido de vinho e batatas. E as lapas servidas ao bafo ou com molho Afonso, cujos moluscos são rapidamente refogados no azeite com alho, cebola e pimenta malagueta, sendo que há pequenas variações nas ilhas. Aprecia-se as sopas, caldos e as açordas<sup>26</sup> e o molho de vilão<sup>27</sup>, cujo principal ingrediente é o alho. O pão e o bolo de milho e o inhame estão presentes em todo o arquipélago.

---

<sup>26</sup> Sopa ou pasta preparada à base de pão esmigalhado, alho, especiarias e água. Possui imensa variedade de receitas, podendo ser preparada com ovos, peixe, carne, frango, entre outros.

<sup>27</sup> Molho preparado com alho, pimenta, vinagre. Geralmente é servido com peixes.

Mas cada ilha tem seus pratos típicos. Na Terceira destaca-se a alcatra<sup>28</sup>, pedaços de carne de gado com toucinho, cebola, alho, louro, pimenta e vinho, entre outros ingredientes colocados num alguidar de barro e cozidos lentamente (foto 18); a sopa azeda, preparada com feijão, abóbora, vinagre e especiarias; o bolo dona Amélia, feito com melado, canela, corinto (fruta vermelha) e farinha de milho; e as cornucópias, espécie de cones feitos com farinha, manteiga, açúcar, banha, pão torrado, amêndoas, recheados com ovos moles.

**Foto 18** – Alcatra sendo preparada para a festa do Espírito Santo, na Ilha Terceira



Fonte: Arquivo da autora (2015).

Em São Miguel há o cozido das Furnas, vários tipos de carnes e vegetais<sup>29</sup> são cozidos numa panela vedada, embaixo do solo geotérmico, por 6 horas (foto 19); o queijo fresco servido com molho de pimenta da terra (malagueta), normalmente como entrada das refeições; as queijadas de Vila Franca do Campo, o bolo lêvedo, um tipo de pão achatado; e a malassada, que lembra uma rosquinha frita de massa bem leve.

---

<sup>28</sup> No Brasil corresponde a um corte de carne. Nos Açores é o nome do prato.

<sup>29</sup> Carne de gado, porco, frango, morcela, chouriço, repolho, batata, inhame, cenoura, couve.

**Foto 19** – Cozido das Furnas, no Restaurante Miroma (Ilha de São Miguel)



Fonte: Arquivo da autora (2015).

Também há os queijos de São Jorge; o queijo e os vinhos do Pico, com destaque para o vinho verde<sup>30</sup>. Na doçaria, destacam-se o bolo de massa sovada, o arroz doce, a rabanada, e muitas receitas de doces conventuais portugueses. Por sua vez, o ananás é a fruta mais consumidas *in natura*.

A arquitetura civil, militar e religiosa presente nas ilhas açorianas traduz os modelos de edificações existentes em Portugal continental em diferentes épocas. Porém, foi necessário adaptar-se aos materiais de construção existentes nas ilhas, gerando uma variedade de outros modelos. Aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos também influenciaram as características arquitetônicas, desde a ocupação até a atualidade. As fortalezas, as igrejas e os palácios ainda existentes são amostras das riquezas que circularam nas ilhas entre o século XV e o XIX. Muitas igrejas possuem madeiras nobres e ouro que vieram do Brasil (foto 20).

---

<sup>30</sup> Variedade de uva branca.

**Foto 20** – Talha e ouro no interior do Santuário de Nossa Senhora Santo Cristo dos Milagres (século XVIII). Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel



Fonte: Arquivo da autora (2015).

Embora todas as ilhas açorianas tenham presentes elementos comuns ao modo de vida local, existem diferenças muito significativas, cada uma com suas peculiaridades, devido ao quadro humano, às condicionantes geográficas, e às dinâmicas próprias do processo de formação de cada uma das microrrelações sociais insulares, que decorrem particularmente da existência da figura administrativa da

freguesia<sup>31</sup>. A associação desses aspectos espelha a força do bairrismo e da miniaturização do espaço (RODRIGUES, 2005). Outro aspecto que demonstra essas diferenças são as variantes dialetais ou as pronúncias nos Açores (sotaques), que variam não apenas entre as ilhas, mas entre freguesias de uma mesma ilha, e mesmo entre localidades de uma mesma freguesia. Segundo o Professor Victor Rui Dorez (DORES, 2014), pesquisador das variantes linguísticas dos Açores, isso se justifica pela origem dos povoadores provenientes de diferentes regiões de Portugal. Mas, convém acrescentar ainda a influência de outros povos da Europa, como os espanhóis e os franceses<sup>32</sup>. Na ilha do Pico, por exemplo, Dorez (2014) identificou 47 pronúncias diferentes. E o fato de ainda preservarem características e expressões da língua portuguesa arcaica decorre do isolamento do arquipélago no oceano atlântico, segundo esse estudioso.

É fato que o aprofundamento do processo de mundialização econômica, intensificado a partir dos anos de 1990, facilitou a assimilação de novas práticas culturais entre os jovens açorianos, notadamente frutos da mídia eletrônica e da influência cultural do Canadá e dos Estados Unidos<sup>33</sup>. Por isso, pode-se dizer que culturalmente o arquipélago dos Açores passa por uma fase de transformações marcantes em que convivem mentalidades e práticas culturais diversificadas, nas quais os novos valores se confrontam com os valores culturais tradicionais.

Portanto, de forma geral, os Açores podem guardar características gerais comuns, como a religiosidade, a descontinuidade geográfica e a influência cultural de origem portuguesa, mas o arquipélago não constitui uma configuração una. São muitas as diferenças entre as várias ilhas, na dimensão, na orografia, na vegetação, e a essa diversidade territorial corresponde uma diversidade

---

<sup>31</sup> Em Portugal a freguesia é a menor divisão administrativa. No Brasil, a Freguesia se aproxima do Distrito, mas que perdeu a importância administrativa que tem em Portugal.

<sup>32</sup> Assiste-se à palatização do 1 na Ilha Terceira, onde Castela dominou. A influência espanhola também pode ser percebida nas touradas e no lado festeiro da população. Já na Ilha de São Miguel, a influência francesa, pode ser vista por meio dos povoadores do Centro-Sul do Continente, cuja influência francesa não deixa dúvida, diante dos topônimos Vila Velha de Ródão, Prouença, Nisa, Tolosa e a zona de influência dos Templários (FIGUEIREDO, 2008).

<sup>33</sup> Em grande parte por influência dos migrantes açorianos que passaram a viver naqueles países, e que ao retornarem ao arquipélago, trazem consigo novos costumes.

demográfica, cultural, social, econômica e política. A ênfase nas diferenças existentes entre o arquipélago e o continente, assim como a busca por características comuns a todas as ilhas, foram estratégias políticas utilizadas em diferentes momentos para construir a identidade açoriana, como será demonstrado a seguir.

### **2.1.2 Os movimentos autonomistas e o discurso da açorianidade nos Açores: uma questão política e econômica**

O conceito de açorianidade começou a ser esboçado muito antes de ser o nome cunhado pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, em 1932. Enquanto especificidade cultural que reivindica uma identidade, a açorianidade remonta à última década do século XIX, momento em que se acentuou a ambição pela descentralização do poder político no arquipélago diante do abandono do poder central frente a mais uma crise econômica e social. Mas é imprescindível retroceder um pouco mais na história, para entender a conjuntura que se formou no final dessa centúria.

Após o descobrimento dos Açores pela Coroa portuguesa, as ilhas foram divididas em capitânias e, a cada capitania, foi atribuído um capitão como donatário para governar. Tal sistema foi responsável pela evolução política, econômica e social de cada ilha e perdurou até 1766, quando o Marquês de Pombal criou o Governo Geral dos Açores, também conhecido como Capitania Geral dos Açores, com sede em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. Isso gerou profundas animosidades no arquipélago, pois o poder passou a se concentrar numa ilha só, colocando em causa os poderes locais, diluídos em todas as outras ilhas. A insatisfação, em especial da elite de São Miguel – a maior ilha, a mais populosa e a mais desenvolvida economicamente – perante o estatuto de periferia política em relação à Angra do Heroísmo criou uma grande resistência ao governo centralizado na ilha Terceira.

Assim, nos anos de 1820, sob o clima da revolução liberal, aumentou a insatisfação regional, e esse sistema deixou de funcionar como órgão político a partir de 1828, embora só seja formalmente extinto em 1832 quando é substituído pela Província dos Açores. Essa “nova” estrutura administrativa dividiu o arquipélago em três comarcas, mantendo Angra como capital provincial, com um prefeito; Ponta Delgada e Horta, ambas com um subprefeito. Todavia, em 1833, essa estrutura foi extinta e deu lugar à Província Oriental dos Açores, englobando as ilhas de São Miguel e de Santa Maria, com a capital em

Ponta Delgada; e a Província Ocidental, englobando as demais ilhas, com a capital em Angra. Em 1836, Portugal aprovou um código administrativo que consagrou a forma dos distritos<sup>34</sup>, concelhos e freguesias no país, formando nos Açores três distritos: Oriental (São Miguel e Santa Maria), Central (Terceira, Graciosa e São Jorge), e Ocidental (Faial, Pico Flores e Corvo), constituindo-se três polos distintos de poder<sup>35</sup>.

Ao longo da segunda metade dos oitocentos, a desilusão das promessas não cumpridas da Regeneração<sup>36</sup> e as crises econômico-sociais, resultaram na organização de um projeto de emancipação administrativa que aproveitou o contexto nacional de lutas político-ideológicas no final século XIX. Já notória nos anos de 1850, as dificuldades relacionavam-se a diversos fatores, entre os quais: problemas na agricultura, excessivo peso da carga fiscal, dependência do mercado externo e o fim da caça à baleia pelos Estados Unidos no distrito da Horta. Segundo o historiador Cordeiro (2006), essa crise foi

[...] acompanhada por uma forte agitação social que percorreria, em especial, a década de sessenta, mas que já havia sido significativa na anterior, tendo como principais motivações as tentativas de impedimento da exportação de cereais, ou a contestação a medidas legislativas de carácter administrativo, fiscal ou económico que as autoridades pretendiam aplicar nos Açores (CORDEIRO, 2006, p. 239-240).

Tal cenário de descontentamento abriu caminho para a luta em prol da conquista da autonomia açoriana, cuja intenção era organizar o poder político no arquipélago desligado do poder central, almejando

---

<sup>34</sup> O distrito em Portugal representa a principal divisão político-administrativa do país. No Brasil, constitui a menor estrutura político-administrativa.

<sup>35</sup> O Distrito de Horta incluía as Ilhas Faial, Pico, Flores e Corvo, sendo a sede na cidade da Horta. Os congêneres eram o Distrito de Ponta Delgada, composto pelas ilhas de São Miguel e Santa Maria, e o Distrito de Angra do Heroísmo, formado pelas ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa. Em 1975 esses Distritos foram extintos com a criação da Junta Regional dos Açores, órgão de governo provisório até a instauração da autonomia açoriana, em 1976 (RODRIGUES; FERNANDES, 2008).

<sup>36</sup> Período da Monarquia Constitucional portuguesa (1851 – 1869) caracterizado pelo esforço de desenvolvimento econômico e de modernização de Portugal, em que foram associadas pesadas medidas fiscais.



“[...] a aplicação das receitas públicas geradas nos Açores em benefício das próprias ilhas”, assim como também a redução “[...] dos entraves burocráticos, a diferenciação das leis a serem aplicadas nos Açores, o alargamento das competências [...] dos órgãos da administração açoriana” (CORDEIRO, 2006, p. 116). Com isso, pretendia-se promover e estimular o desenvolvimento da região na busca de melhores condições de vida, pois os pedidos e as reclamações do arquipélago frente ao poder central não eram atendidos. Todavia, conforme matéria no jornal *Correio Micaelense*, a concessão dessas questões “[...] por direito era devido aos nossos esforços constantes para termos uma vida desafogada e própria, adquirida por um trabalho incessante e coletivo” (CORREIO MICAELENSE, 1909). Com base nesses elementos, constata-se que as ilhas sentiam-se abandonadas pelo poder central. Nessa perspectiva, Pires (1995) explica:

Os açorianos criaram, pelo isolamento, pela solidão de ilha ou povoamento, pelas dificuldades e incompreensões de um poder distante, de um pauperismo imputável não só à natureza mas aos homens, uma espécie de lenda negra de abandono e incompreensão, uma consciência traumatizada e traumática de gente esquecida, ignorada no que precisa e no que é capaz de fazer, ávida de reconhecimento coletivo (PIRES, 1995, p. 14).

De fato, a inexistência de um sentimento de identidade regional comum ao arquipélago dificultava uma ação conjunta entre a população de todas as ilhas. Tal sentimento também é evidenciado por João (1991) no seu estudo “Açores no século XIX – Economia, sociedade e movimentos autonomistas”:

Se entendermos que a identidade regional, tal como a nacional, se exprime através da consciência que o povo tem de si próprio, e da unidade/solidariedade que é capaz de demonstrar em determinados momentos, então os açorianos estão bem longe de possuí-la na última década do século XIX (JOÃO, 1991, p. 21).

E é essa consciência de ser ilhéu ou habitante de uma freguesia, em detrimento de ser um habitante do arquipélago, que contribuiu para a formação de uma individualidade local, repleta de um bairrismo insular.

A força dos concelhos, materializada na rivalidade existente entre as elites locais e, em particular, a das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, por si só, já demonstrava a inexistência de uma noção de região à escala do arquipélago, e, por conseguinte, a inexistência de um sentimento de unidade e identidade comum, tendência que se exacerbou durante a revolução liberal (1820-1828). A esse respeito, pode-se trazer o exemplo de declarações de imigrantes, que chegaram aos Estados Unidos entre 1840 e 1915, entre os quais muitos açorianos, que demonstraram que o sentimento de identidade se restringia às ilhas, e não ao arquipélago como um todo, havendo, inclusive, muitas rivalidades entre os diferentes grupos (CONNOR, 1990 apud LEAL 1997).

No início dos anos de 1890, a elite de Ponta Delgada (ilha de São Miguel), tendo em vista os seus interesses políticos, econômicos e sociais, tomou a frente daquilo que se consagraria como primeiro movimento autonomista para obter a autonomia administrativa dos Açores em relação ao poder central, ou seja, a “livre administração dos Açores pelos açorianos”. Assim, os problemas econômicos e a geografia como espaço peculiar e diferente (insularidade) foram apontados como elementos comuns a todos os açorianos e como traço de identificação dessa população. Os costumes, as tradições e a cultura foram utilizados apenas para justificar a diferença entre o arquipélago e o continente, não como um sentimento que expressasse uma unidade regional, pois essa não existia. Colocou-se em prática um discurso segundo o qual os Açores não estavam apenas distantes geograficamente do Continente, mas dos “[...] hábitos de vida material e mental, um modo de ser da consciência individual e coletiva sensivelmente diferentes da população portuguesa continental” (MOTA, 1987, p. 15). As diferenças entre as ilhas eram evidentes, e isso fica claro no texto intitulado “Materiais para o estudo antropológico dos povos dos Açores. Observações sobre o povo micalense”, escrito por Furtado (1884). O autor primeiro generaliza, mas na sequência específica qual povo açoriano foi analisado. Segundo ele, seria impossível falar de um povo açoriano como uma realidade unificada, da cultura como um todo.

Os problemas e descontentamentos vivenciados pelo arquipélago passaram a circular com frequência na imprensa açoriana (JOÃO, 1996) no final do século XIX, na tentativa de mobilizar a população para reivindicar a autonomia açoriana. A imprensa pregava que para promover a união do arquipélago seria necessário sobrepor os interesses da região aos interesses particulares de cada ilha. Mas apesar das tentativas, o movimento autonômico não se tornou unânime no arquipélago, assim como o sentimento de união entre as ilhas não se

tornou homogêneo. Na ilha do Pico, por exemplo, o jornal *O Lajense*, em 29 de abril de 1893, publicou que o distrito de Ponta Delgada não conseguiria suprir as necessidades das ilhas onde não se situavam as capitais distritais, ao alegar que:

Concedendo-se a autonomia dos distritos e concentrando-se nas respectivas sedes toda a vida administrativa – quem nos assegura que as capitais não farão conosco partilhas leoninas? Quem nos assevera que não ficaremos, em relação a elas, na mesma situação em que presentemente nos encontramos perante o governo central? (O LAJENSE, 1893, apud CORDEIRO, 2006, s. p.).

Cerca de dois meses após essa afirmação, em 10 de junho de 1893, o mesmo jornal fez uma crítica ainda mais dura, afirmando que até aquele momento a dependência havia sido exclusiva da metrópole, mas que a partir de então, também foi “[...] imposta a das capitais dos distritos, que não nos hão-de ser madrastas menos cruéis! Simplesmente uma questão de mudança de tutor” (O LAJENSE, 1893, apud CORDEIRO, 2006, s. p.).

Por fim, esse movimento resultou na publicação de um Decreto em 2 de março de 1895, que possibilitou aos distritos requerer a aplicação de um regime de autonomia administrativa. Mas, na prática, poucas mudanças ocorreram. Criou-se uma ideia de todo, representada por São Miguel, para se contrapor ao continente, mas não houve um movimento cultural capaz de incutir na população um sentimento de identidade regional (açoriana): esse era e continuou sendo em nível distrital. Em Ponta Delgada o açorianismo foi um sentimento vago, pois a intenção era política, e assim a questão cultural foi subordinada. Já em Angra do Heroísmo defendia-se a união do arquipélago, e propagava-se a “pátria açoriana”, a “alma açoriana”, descobrindo os primórdios do açorianismo, mas a consciência ainda era distrital (ALMEIDA, 2007).

Então, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), teve início o segundo movimento autonomista (1919-1926). Da mesma maneira que o primeiro, a elite da Ilha de São de Miguel estava à frente da campanha, e os motivos políticos e econômicos do primeiro movimento foram acentuados pelos reflexos positivos da presença americana nessa ilha durante a guerra. Apesar disso, mais uma vez essa campanha autônômica não representava uma vontade unânime no arquipélago, principalmente por muitas vezes estar associada a ideias separatistas e

de independência, mas também por não haver uma igualdade de investimentos entre todas as ilhas, como se percebe na declaração de Ribeiro (1995, p. 16) em 1920:

A principio sujeito todo o Arquipélago ao Governo da Terceira, que estava longe de ser o que devia, depois dependentes do governo dos distritos, – as ilhas mais pequenas ou menos importantes estão numa injustíssima situação de inferioridade e quase abandono, em relação às que são cabeças de distritos. Enquanto que, por exemplo, na Terceira abundam os chafarizes públicos e as estradas a cortam em todas as direcções, a população da Graciosa tem falta de água em grande parte do ano, pelo mau aproveitamento das nascentes e deficiente canalização; e São Jorge, cujo terreno é vulcânico e pedregoso, em muitos lugares de difícil trânsito, está incompletamente servida de vias de comunicação. O espírito regional, em vez de se referir ao Arquipélago, circunscreve-se cada ilha – daí vem o desprezo pelos interesses comuns, que ficam abandonados, e a falta de união, que só nos pode ser prejudicial.

Da mesma forma que o primeiro, o segundo movimento também carecia de dois principais fatores: unidade e solidariedade, ou seja, um sentimento ainda inexistente. A partir de meados dos anos de 1910, tentativas de unir a população de nove ilhas e três distritos ultrapassaram a instância política, todavia, resultaram em algumas ações que também não tiveram grandes resultados. Então, foi por meio da vertente etnocultural que Armando Narciso passou a valorizar a identidade açoriana no jornal *Diário dos Açores*, invocando a originalidade da terra e do povo, dando origem à literatura açoriana, à pintura açoriana, à história açoriana e ao termo açorianismo para diferenciar a identidade açoriana (ALMEIDA, 2007). Esse termo foi definido por Enes (1995, p. 295) como “[...] um ideário de cariz político-ideológico, que pugnava pela afirmação da identidade açoriana e pelo reforço da consciência das populações, com vistas a defender os interesses do arquipélago face ao poder central”. Porém, caiu em desuso após a implantação do Estado Novo (1928-1943), uma vez que as ações políticas reivindicativas no arquipélago foram atenuadas. Para esse

autor, é o aprofundamento do açorianismo que daria origem ao termo açorianidade.

A partir dessa nova concepção da identidade açoriana, passaram a circular na imprensa termos como alma açoriana, espírito açoriano, e foi nessa direção que o escritor Vitorino Nemésio (1929) expressou, numa conferência intitulada “O Açoriano e os Açores”<sup>37</sup>, proferida na Associação Acadêmica de Coimbra, em 13 de fevereiro de 1928, a sua visão pluralista do arquipélago, delineando sua singularidade em relação aos portugueses do continente, como as circunstâncias históricas e geográficas específicas que criaram e desenvolveram a população do arquipélago. Esse mesmo autor definiu um tipo de açoriano com ênfase na sua hospitalidade, na disponibilidade para emigrar, na capacidade de se adaptar, no apego à terra e o seu fascínio pelo mar. Contudo, ao tentar aprofundar essa caracterização, deparou-se com as diversidades de cada ilha e a descontinuidade geográfica, o que o levou a identificar três tipos característicos<sup>38</sup> dos açorianos: o micaelense, o natural das ilhas de baixo<sup>39</sup> ou terceirense e o picaroto. O micaelense<sup>40</sup> foi definido pelo autor como o mais introvertido, o mais trabalhador e o que mais se afastava do tipo continental. O terceirense foi apresentado como homem mais festeiro e sociável, corajoso e valente. Por sua vez, o picaroto foi considerado a nata do insulano, em razão da forma trabalhadora, séria e ingênua como encarava a vida. Essas diferenças confirmam a permanência da consciência distrital e das intensas rivalidades, que ainda permaneciam vivas.

De todo modo, foi no curto artigo de Vitorino Nemésio, publicado no número especial da revista *Insula*, no âmbito das comemorações do V centenário do descobrimento dos Açores, que o

---

<sup>37</sup> O artigo tem vinte páginas e não dezoito, pois os números 17 e 18 foram repetidos uma vez. Assim, para evitar esta repetição, serão adotados os números 19 e 20.

<sup>38</sup> Para essa divisão, Nemésio adotou um critério fonético, o principal traço distintivo entre os falares ilhéus, tendo concluído que existe uma conexão entre as modalidades dos falares e o caráter, costumes e origens das gentes das ilhas. Por isso, coloca no mesmo plano do picaroto o jorgense, o faialense, o florentino e o corvino. Entretanto, essa divisão não é consenso entre todos os estudiosos. Opinião diferente tem Vasconcelos (1992), que distingue três grupos de linguagem popular açoriana, sendo o de São Miguel, o do Corvo e o das restantes ilhas.

<sup>39</sup> A expressão “ilhas de baixo” se refere às ilhas do grupo central e do ocidental. Mas nesse caso, o autor refere-se apenas às ilhas Terceira e Graciosa.

<sup>40</sup> Pessoa natural de São Miguel.

termo açorianidade foi cunhado (NEMÉSIO, 1932) para atribuir um nome à unidade psicológica dos açorianos. O termo açorianidade foi inspirado em ensaístas espanhóis, e em especial Miguel de Unamuno, que criou o termo hispanidade e a argentividade (NEMÉSIO, 1975). Esse termo deu grande visibilidade aos Açores, mas nas suas próprias palavras, foi “uma colaboração estritamente sentimental”, uma página em que demonstrou a sua consciência de ilhéu: a singularidade e a solidão de quem nasceu cercado pelo mar, uma espécie de “embriaguez de isolamento que impregna a alma e os actos de todo o ilhéu”. E destacou:

Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes (NEMÉSIO, 1932, s.p.).

Esse autor evidencia que a existência do açoriano é marcada pela história, em razão da descendência do português dos quatrocentos que se aperfeiçoou no viveiro insular. É marcada, também, por uma consciência do isolamento, da solidão e por um apego à terra. E ainda é marcada pela influência da geografia, do mar, do clima, dos sismos e dos vulcões.

No final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930, sob o clima de comemorações de mais um centenário dos Açores<sup>41</sup>, outros textos foram publicados em torno da memória e da identidade açorianas. Gervásio Lima, escritor terceirense, publicou, em 1928, *A Patria Açoreana*, texto no qual afirmava que o povo açoriano não se define pela diferença em relação aos outros portugueses, mas como

---

<sup>41</sup> Na década de 1920 começaram a circular as ideias para comemorar os 500 anos do arquipélago, no ano de 1932. Em 1929, uma comissão foi constituída, na ilha de São Miguel, para preparar as comemorações, sob a presidência do governador civil. Contudo, por questões políticas e administrativas, como a falta de interesse do poder central, que não disponibilizou verbas; o cancelamento da visita presidencial e a conseqüente desmotivação das forças locais, a organização das comemorações foi se desmantelando e o alcance do evento foi reduzido, apesar de não ter passado completamente despercebido (JOÃO, 2005).

representante do genuíno português, ancestral e elevado na alma da nação. Descreveu o povo daquele arquipélago como trabalhador, leal, crente, honesto, ousado, respeitador, simples, maleável, dócil, mas de valentia heróica. Aquele que desbravou as ilhas e foi colonizar outras regiões com o seu suor, nomeadamente o Brasil (LIMA, 1928)<sup>42</sup>.

O pesquisador Armando Narciso (1932) identificou os Açores na sua monografia romântica sobre a *Terra Açoreana* como uma “Pequena Pátria”, uma região inconfundível, de beleza natural com magníficas paisagens. Destacou as qualidades do povo que contribuíam para traçar um quadro de simplicidade rústica, em que os costumes antigos eram preservados, devido ao isolamento dos ilhéus. Essas colocações denotam a perspectiva de que a cultura açoriana pode ser definida como um aglomerado de semelhanças e diferenças, não só pelo fato de ser o território marcado por uma descontinuidade geográfica, mas também pelo conjunto de diferenças da sua população que a tornam única, fazendo com que a cultura açoriana seja rica em pontos homogêneos e heterogêneos, que vincam a sua identidade.

Na sua origem, o conceito de açorianidade traduziu um esforço político e ideológico de uma elite para fixar, no imaginário nacional português, um espaço de diferenças em relação ao continente, e de semelhanças em relação a todas as ilhas. Um espaço constitutivo da identidade cultural das populações do Arquipélago, sob o interesse de obter a autonomia político-administrativa das Ilhas. A açorianidade tem, portanto, sua origem ligada à uma política de contestação, encabeçada pelo primeiro movimento autônomo dos Açores. Isso explica o fato de que mesmo durante o período de comemoração dos quinhentos anos do arquipélago, o sentimento de unidade e de identidade regional comum ainda não se tornara realidade para as ilhas.

Mas a luta pela autonomia não chegaria ao fim tão cedo. Em 1938, foi realizado o Congresso Açoriano em Lisboa, com o intuito de dar visibilidade ao arquipélago no continente, e assim sensibilizar a administração sobre a necessidade de realizar uma partilha mais justa das verbas do erário. Diante disso, foram realizadas conferências, exposições e festas, com vistas a mostrar à “nação” portuguesa a importância do Arquipélago dos Açores.

Homens e mulheres reunidos no Congresso de 1938 estabeleceram, nesta experiência vivida,

---

<sup>42</sup> Esse autor deixa subentender um açoriano que seria colonizador “nato”. Mas, na verdade, a migração para outras terras, em geral, foi por motivos de dificuldades econômicas e sociais.

toda uma linguagem simbólica, edificando, com suas práticas discursivas, um sistema de imaginário, constituindo cultura política, na medida em que desejavam fazer a leitura comum do passado com a finalidade da construção de um futuro, sendo este urdido e vivido pelo colectivo (SERPA, 2000, p. 486).

Como se pode notar, mais uma vez, essas ações foram encabeçadas por uma elite que se manifestava em nome do arquipélago. De todo modo, corrobora-se o pensamento de Ferreira (1940), quando afirma ser uma ilusão considerar a autonomia dos Açores como mera decorrência da aplicação de princípios de descentralização administrativa. Principalmente após o golpe de Estado de maio de 1926, que derrubou a democracia parlamentar, e mesmo após a Ditadura Militar dar lugar à Ditadura Nacional e esta ao Estado Novo saído da Constituição de 1933.

Com efeito, foi somente em 1976 que a autonomia açoriana (política e administrativa)<sup>43</sup> se concretizou, passando o arquipélago a chamar-se Região Autónoma dos Açores. O Governo Regional instalou a sede em Ponta Delgada, em São Miguel; as Secretarias Regionais em Angra do Heroísmo, na Terceira; e a Assembleia Legislativa Regional em Horta, no Faial. Ao Representante da República na Região Autónoma dos Açores compete representar a soberania portuguesa e a coordenação dos serviços não regionalizados: Justiça, Chancelaria, Finanças e Forças Armadas, que também têm sede em Angra do Heroísmo<sup>44</sup>.

A partir daquele momento teve início um processo de rápida e profunda transformação da sociedade açoriana, com destaque para a criação das infraestruturas mínimas indispensáveis ao desenvolvimento, como a construção de portos<sup>45</sup> e aeroportos, investimentos em educação, saúde e telecomunicações. Cabe ressaltar que na nova conjuntura econômica lusa como membro da Comunidade Econômica Europeia, as ilhas portuguesas passaram a ter novas funções, não só no âmbito

---

<sup>43</sup> Mas continuou subordinado à República Portuguesa nas questões de defesa, justiça e relações diplomáticas.

<sup>44</sup> A competição político-administrativa entre as antigas capitais distritais permaneceu, e ainda perdura, mesmo após a unificação do poder.

<sup>45</sup> Em 1975, a maioria das ilhas não dispunha de estruturas portuárias que permitissem atracar um navio de médio porte.



nacional, mas também em relação à Europa, e isso explica também em muito a grande melhoria nas infraestruturas das Ilhas.

Nesse período, também teve início a construção oficial e institucional de uma identidade cultural do arquipélago. Mas, como não fazia mais sentido o discurso da açorianidade como retórica de confronto com o espaço nacional, já que a autonomia havia sido alcançada, o governo regional dos Açores, com o apoio dos principais partidos políticos e meios de comunicação, colocou em prática um processo de transnacionalização da açorianidade. Para isso, foram institucionalizados organismos de apoio às “comunidades açorianas” emigradas. Em 1977, foram implantados os Serviços de Emigração; em 1989, foi criado o Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas (GEACA) diretamente ligado ao Presidente do Governo Regional; e em 1998 esse órgão foi sucedido pela Direção Regional das Comunidades (DRC), também ligada à Presidência.

Esse processo de transnacionalização, como esclareceu Leal (2009), é mais amplo do que a etnicidade, pois além das relações culturais associadas à manutenção de práticas culturais, envolve contatos e vínculos formais (políticos e sociais) com a terra de origem. O autor destaca que após a autonomia o Governo Regional dos Açores colocou em prática uma política de apoio à organizações e eventos relacionados à cultura açoriana realizados nos Estados Unidos, no Canadá, no Brasil, por exemplo. Tais eventos referem-se à realização de congressos mundiais, seminários, colóquios, conferências e cursos, que contribuíram para disseminar o discurso da açorianidade. Dentre estes, destacam-se os Congressos de Comunidades Açorianas<sup>46</sup> realizados no arquipélago, as “Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra” em Falls River (Rhode Island – EUA); os “Ciclos de Cultura Açoriana” em Mississauga (Ontário – Canadá); o “Festival de Danças Gaúchas de Raízes Açorianas” no Rio Grande do Sul (Brasil); o “Açor - Festa da Cultura Açoriana” e a “Festa da Marejada” em Santa Catarina (Brasil). Vale ressaltar que esse apoio às organizações da diáspora apoio se dividem em três áreas: financeira e instrumental, fornecendo bibliotecas relacionadas à temática açoriana, trajes regionais, artesanato, entre outros; formação, com a realizando cursos e seminários<sup>47</sup> destinados à

---

<sup>46</sup> O I e o II Congresso de Comunidades Açorianas foram realizados em 1978 e 1986, em Angra do Heroísmo; o III Congresso aconteceu em Ponta Delgada, em 1991; o IV Congresso foi em Horta, em 1995.

<sup>47</sup> Aqui se destaca o curso “Açores: A Descoberta das Raízes”.

ativistas<sup>48</sup>; e informação e divulgação, enviando jornais açorianos, e concedendo apoio à imprensa étnica (LEAL, 2007).<sup>49</sup>

Nesse processo de transnacionalização, a açorianidade deixa de ser um discurso político-cultural local e regional para englobar as comunidades que vivem em outros países, daí a sua regionalidade transnacional (CABRAL, 1991) que o termo passa a traduzir. Na prática, esse discurso traduz o processo de apropriação, difusão e circulação de símbolos, manifestações culturais (festas do Espírito Santo, touradas, danças, músicas, poesias, entre outras), enfim, tudo que se denomina açoriano, para todas as comunidades açorianas, estejam elas nas próprias ilhas ou espalhadas pelo mundo – as chamadas “comunidades de diáspora”.

Até os anos de 1990, a açorianidade parece ser mais evidente nas comunidades da diáspora do que no próprio arquipélago. Uma pesquisa realizada com amostra representativa da população portuguesa, em 1990, demonstrou que apenas 26% dos açorianos inquiridos declararam identificar-se com a região<sup>50</sup>, enquanto na Madeira esse valor correspondeu a 44% (REIS; DIAS, 1993). Em outra investigação, realizada com uma subamostra representativa das ilhas Terceira e São Miguel, em 1995, foi introduzido o nível de identificação “ilha”. Isso reduziu a identificação com a região para 14% dos inquiridos, a freguesia ou cidade onde vivem agrupou 41,1% e a ilha, 26% (MENDES, 1995 apud MENDES, 1996). Estes dois últimos níveis indicam um localismo forte em detrimento da identidade regional, que se mostrou mais fraca. Convém salientar que o discurso da açorianidade atravessou o século XX como discurso político; mas, após a autonomia do arquipélago, passou a constituir-se em mote unificador da crescente aproximação, intercâmbio e valorização mútua entre os Açores e as comunidades de emigrantes e descendentes espalhadas pelo mundo, com destaque para Estados Unidos da América, Canadá, Brasil, Venezuela e Bermudas.

Durante a realização do trabalho de Campo para esta pesquisa nas ilhas de São Miguel, Faial e Terceira, entre os dias 14 e 23 de maio de 2015, percebeu-se que tal sentimento de identidade regional já estava mais difundido. Ao entrevistar cidadãos, por acessibilidade, em Ponta Delgada, Horta e em Angra do Heroísmo, sobre a rivalidade entre as

---

<sup>48</sup> Nessa pesquisa o termo ativista refere-se à pessoa que dissemina o discurso açorianista, e que trabalha em prol da açorianidade.

<sup>49</sup> Essa questão será retomada no Capítulo 4.

<sup>50</sup> 39% disseram identificar-se com a terra - povoação ou cidade - onde moram.

ilhas e o sentimento de açorianidade, todos responderam que se sentiam açorianos e que as rivalidades eram coisas do passado. Mas, especificamente na Ilha Terceira, alguns comentários demonstraram que ainda existe um certo sentimento de rivalidade tanto entre as freguesias, como em relação a São Miguel. Por exemplo: assistiu-se a um cidadão conversar com um amigo e afirmar que morava na melhor freguesia da Ilha, demonstrando forte sentimento bairrista. Esse mesmo cidadão mencionou que a Terceira era muito invejada por São Miguel, e explicou que naquela ilha fazia-se festa por qualquer motivo, enquanto em São Miguel, só se trabalhava.

Por fim, cabe salientar que recentemente o Diretor Regional das Comunidades, Paulo Teves, em visita ao Canadá para inaugurar um monumento em homenagem ao primeiro açoriano que lá chegou em 1852 e para os demais que o seguiram, afirmou que as comunidades açorianas da diáspora têm contribuído para a afirmação dos Açores e, conseqüentemente, de Portugal. Essa declaração corrobora a importância das comunidades externas, isto é, transnacionais, para a “manutenção” da açorianidade. Esse Diretor ainda caracterizou o ato como “um momento histórico e de reconhecimento da valentia e do espírito empreendedor do Povo Açoriano, características singulares que sempre nortearam a vida das gentes das ilhas” (GOVERNO DOS AÇORES, 2015).

Portanto, infere-se que o sentimento de unidade identitária dos Açores – a açorianidade – ainda é muito recente. Tal sentimento se evidencia muito mais entre as comunidades da diáspora do que entre os cidadãos comuns das áreas urbanas. De todo modo, a açorianidade compõe-se como um discurso político que nas suas origens surgiu para contrapor-se a Portugal, mas após obter sua autonomia tal oposição tornou-se desnecessária. Diante disso foi redirecionado para identificar as comunidades da diáspora espalhadas pelo mundo, nelas incluindo os descendentes de açorianos do litoral catarinense imigrados em meados do século XVIII, momento em que tal sentimento ainda não existia.

## 2.2 IMIGRAÇÃO AÇORIANA E A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS ECONÔMICOS EM SANTA CATARINA

O Brasil é um país culturalmente heterogêneo, que resultou de processos longos, complexos e espacialmente diferenciados, envolvendo sociedade e natureza (CORRÊA, 2011). O mesmo se pode afirmar do estado de Santa Catarina, que a partir das suas diferentes combinações

geográficas, originou formações socioespaciais diferentes. A contribuição açoriana no povoamento das terras brasileiras, considerando a dimensão do território nacional, foi diminuta, mas esteve presente na Bahia, no Maranhão, no Pará, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, entre outros. É, no entanto, tão antiga, que se alinha à própria história dos primeiros séculos do país.

Após a descoberta da América em 1492, o clima de disputa pelo domínio do território entre a coroa portuguesa e a espanhola se acirrou, e para evitar um conflito militar, foi assinado em 1494 o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o território e assegurou a exploração lusitana em parte do atual território brasileiro. Questionada por outras nações europeias, já que a divisão havia sido feita apenas entre os países ibéricos, os portugueses precisavam garantir a sua posse, já que os limites do território de cada coroa ainda eram incertos e inexatos. Nesse contexto, no início do século XVI, alguns poucos imigrantes açorianos foram trazidos para apoiar a fundação da cidade de Salvador, na Bahia (MADEIRA, 1999, 2001; ROCHA; RODRIGUES, 2008).

No século XVII, a coroa portuguesa necessitava fixar núcleos de povoamento em São Luís do Maranhão e no Pará para consolidar a ocupação portuguesa e defender o território, devido a disputas com a monarquia francesa, que desde o início do século XVI já fazia expedições pela região e tentava ali fixar-se em definitivo. De acordo com Cordeiro e Madeira (2003), a solução, em parte, foi encontrada na imigração açoriana<sup>51</sup>, cuja documentação indica um fluxo irregular durante todo aquele século. Conforme esses autores, a primeira leva composta por cerca de mil pessoas chegou ao Maranhão em 1619, com apenas metade deles, devido às péssimas condições da viagem. O mesmo pode ser dito das condições que lá os aguardavam, além das promessas não cumpridas, mas que aqui não serão exploradas. Entretanto, essas questões não impediram que novas levas fossem enviadas. De todo modo, é incerto o número de imigrantes vindos para essa região durante todo o século XVII.

Já no século XVIII, a maior contribuição açoriana no processo de expansão lusitana ocorreu para o sul do Brasil, para povoar regiões nos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Naquela época, as monarquias portuguesas e espanholas ainda negociavam os limites entre os territórios sul-americanos, negociação essa que perdurou

---

<sup>51</sup> Essa forma de colonização também é observada em Santa Catarina e Rio Grande do Sul que receberam levas de imigrantes açorianos no século XVIII.

até 1801, culminando com a assinatura do Tratado de Badajoz, na cidade espanhola de mesmo nome, que definiu os limites do Brasil semelhante atual tamanho. A estratégia utilizada foi o povoamento, uma vez que a presença de um contingente militar e a fixação de povoadores garantiriam a soberania portuguesa na região fronteira do Sul: Sacramento, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, após a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses em 1680<sup>52</sup>, às margens do Rio da Prata. Dessa forma, os diversos recrutamentos de civis e militares nos Açores com destino ao Brasil até o final do século XVIII foram pautados na justificativa de defesa de possíveis invasões ao território, ocupação e perspectiva de desenvolvimento econômico, como foi o caso da economia baleeira.

Com uma formação social historicamente determinada e geograficamente localizada, o litoral do atual estado de Santa Catarina é uma fração que se relaciona com o todo. Para compreender a sua formação cultural regional é preciso entender sua gênese e relacionar sua história às diversas escalas (global, nacional, regional e local). Também é necessário identificar e compreender as múltiplas determinações, inclusive as características do quadro natural, para que se possa estabelecer uma relação dialética entre homem e natureza, sociedade e espaço, questões estas que serão abordadas a seguir.

### **2.2.1 O litoral catarinense e a chegada dos açorianos no século XVIII**

O povoamento dirigido (DIÉGUES JUNIOR, 1950) do litoral catarinense está inserido na conjuntura histórica da ocupação do Brasil meridional pela Coroa portuguesa, que tinha como objetivo expandir seus limites territoriais no Brasil colônia visando à exploração econômica. Em meados do século XVIII, Portugal passava por um período de recessão econômica, e o poder público buscou criar medidas para auxiliar a expansão econômica direcionada para as colônias. Esse processo não estava associado ao comércio colonial proveniente do latifúndio agroexportador, já existente em outras regiões brasileiras, mas não pode ser entendido como um fato isolado.

Nos séculos XVI e XVII, os interesses econômicos no país estavam relacionados à produção agroexportadora centradas no nordeste

---

<sup>52</sup> Hoje território do Uruguai, em cuja margem oposta do rio se localiza Buenos Aires.

brasileiro, situando o restante do país como espaço periférico. Somente no século XVIII, a exploração das minas de ouro, deslocou o centro de interesse para o sudeste com destaque para Minas Gerais. Paralelamente, os interesses políticos, econômicos e militares voltados para essa região sul implicaram na sua ocupação.

Num cenário de disputa pela demarcação dos limites da costa sul-americana entre as Coroas espanhola e portuguesa, o diplomata português Alexandre de Gusmão arquitetou o projeto de consolidar a política do *uti possidetis* naquele “vazio territorial”, como estratégia das negociações que culminaram com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750 (CORTESÃO, 2006). Esse projeto contou com uma organização socioeconômica na qual os imigrantes desempenharam a função de defensores e também de trabalhadores livres. De todo modo, tal fato não pode excluir a participação da mão de obra escrava de negros africanos, como demonstram as pesquisas de Mamigonian (2006) e Santos (2009), entre outras.

As condições naturais relacionadas ao clima, tipo de solo, a ausência de riquezas minerais, o relevo (acidentado), a divisão da terra em pequenas propriedades, o quadro humano, a conjuntura econômica vigente (inexistência de recursos pecuniários para o Estado) e a ausência de um Mercado (a Europa demandava produtos tropicais complementares aos produtos do seu clima temperado), não permitiram que a exploração do litoral catarinense se assemelhasse à do Nordeste: uma produção de monoculturas em latifúndios destinadas ao comércio exportador da Metrópole. As características geográficas dessa região e os elementos humanos foram, portanto, determinantes para o tipo de estrutura econômica que se desenvolveu nas primeiras décadas de ocupação caracterizadas como pequenas propriedades baseadas numa produção de autossustentação<sup>53</sup>.

No tocante à ocupação humana, até o século XVIII o território catarinense era majoritariamente ocupado por populações indígenas e por uns poucos núcleos isolados de povoamento fundados por bandeirantes oriundos de São Vicente (atual estado de São Paulo), com destaque para Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco em 1658 (atual São Francisco do Sul), Nossa Senhora do Desterro<sup>54</sup> em 1675 (atual Florianópolis, localizada na Ilha de Santa Catarina) e Santo

---

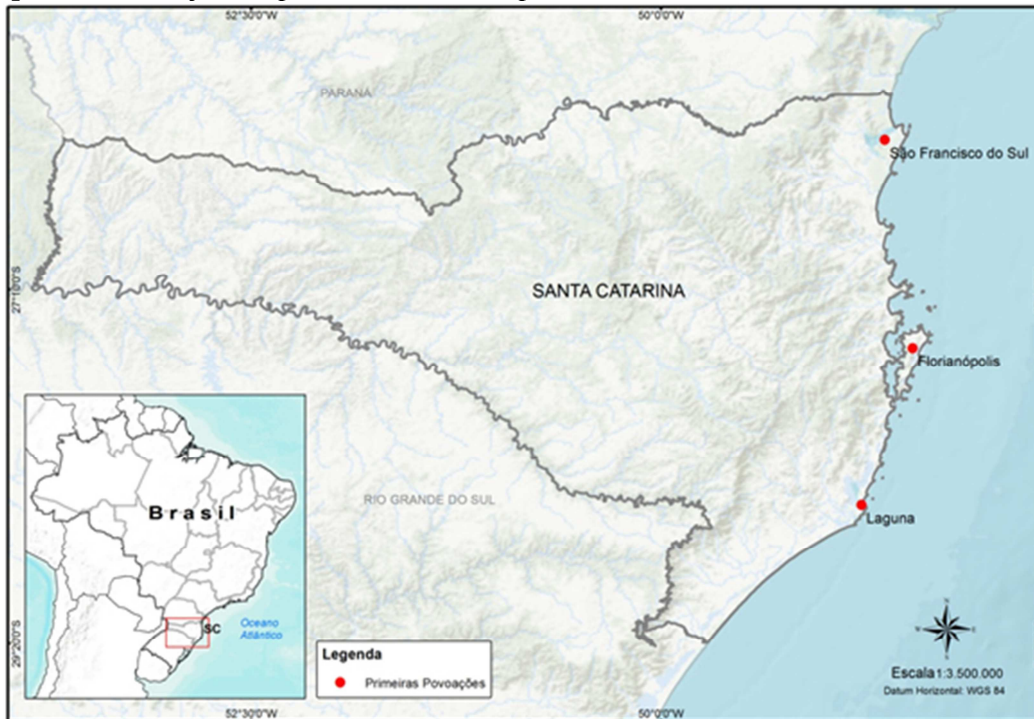
<sup>53</sup> Com o passar do tempo tornaram-se mercantis.

<sup>54</sup> Nome do município e da cidade de Florianópolis até 1894.

Antônio dos Anjos de Laguna em 1676 (atual Laguna) (LAGO, 1968)<sup>55</sup> (mapa 2). As comunidades indígenas do litoral catarinense pertenciam ao grupo tupi-guarani, praticavam a agricultura e a pesca, e por meio de escambo obtinham produtos dos navios que por aqui transitavam. Segundo registros históricos, índios “domesticados” também foram trazidos por Dias Velho, ao se instalar na Ilha de Santa Catarina. Sendo assim, não se pode negar a troca cultural estabelecida entre esses e os vicentistas, e desses com os imigrantes e escravos que aqui se instalaram posteriormente. Todavia, as bandeiras de apresamento provenientes da Capitania de São Paulo levaram ao quase extermínio da maioria dos grupos indígenas que aqui viviam.

---

<sup>55</sup> Pauli (1987) explica que as datas relacionadas à fundação desses povoados podem divergir entre alguns historiadores, pois os critérios adotados variam, como a chegada do fundador, a data da criação da freguesia e a construção da matriz, entre outros.

**Mapa 2** – Localização dos primeiros núcleos de povoamento no litoral do Estado de Santa Catarina

Fonte: Elaborado por Renata Duzzioni e pela autora, 2017.



De acordo com Mamigonian (1998), o escasso povoamento no século XVII abalava o reconhecimento do domínio português sobre o território, evidenciando a necessidade de uma política de ocupação. Em 1712, Frézier, um estrangeiro que passou por Nossa Senhora do Desterro, descreveu-a como um local carente de comodidades<sup>56</sup> (HARO, 1996). Afirmou que naquele período viviam na Ilha índios, escravos libertos, europeus (principalmente oriundos de Portugal e Espanha), desertores ou degredados das expedições marítimas<sup>57</sup> que passavam pela Ilha e das tentativas de colonização empregadas por bandeirantes vicentistas.

Os primeiros habitantes que aqui viviam, especialmente pelo modo de vida que levaram, não promoveram significativas transformações socioespaciais na região. Autores como Prado Júnior (1976) mencionam existir um grande vazio entre São Vicente e a Região do Rio da Prata. Considerar essa área como terra de ninguém (administrativamente) ou como espaço vazio (desabitada) configurou uma forma de justificar a sua apropriação<sup>58</sup> por quem a requeresse. Essa condição instigou a construção de um espaço lucrativo e racional, que viabilizou e fundamentou a efetivação do processo expansionista sobre a região. Além disso, havia a disputa territorial com a Espanha, haja vista a indefinição das fronteiras.

De acordo com Silva (2007), paralelamente ao avanço nas conquistas do sertão mineiro e a descoberta do ouro, o primeiro passo da Coroa portuguesa para apoiar o domínio do Brasil meridional foi encaminhar duas expedições, em 1711 e em 1714, chefiadas pelo sargento-mor da praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, sob ordem do governo do Rio de Janeiro, com o intuito de conhecer e explorar as possibilidades econômicas da região. Em seus relatórios, Aguiar deixou clara a excelente qualidade das terras da Ilha de Santa Catarina e a possibilidade de acomodar muita gente e de obter conveniências depois de povoada. Segundo Taunay (1981), em 1721 o

---

56 Cumpre salientar que os estrangeiros que passaram pelo litoral catarinense naquele período descreveram-no com um olhar carregado das referências europeias.

57 Boiteux (1916) referiu-se às expedições que passaram pela Ilha naquele período.

58 Pelo Tratado de Tordesilhas, o Sul seria predominantemente espanhol. Mas, apesar do pouco interesse imediato, seria Portugal, mais que Espanha, a ocupar determinados espaços, e, gradativamente, ampliaria a ocupação, seguindo predominantemente a premissa jurídica do *uti possidetis*, segundo a qual o território pertence a quem o ocupa.

referido militar respondeu um questionário proveniente do governador do Rio de Janeiro, elaborado com questões formuladas pela Coroa, no qual salientou vantagens de povoar a Ilha de Santa Catarina, entre as quais a facilidade de acesso; a abundância de madeira e gêneros alimentícios; a qualidade da cana, para formar engenhos; e a necessidade de construir apenas uma fortaleza no Estreito para impedir a aproximação dos inimigos. Todavia, não recomendou a caça da baleia, que mais tarde se tornaria uma atividade extremamente rentosa para os seus arrendatários.

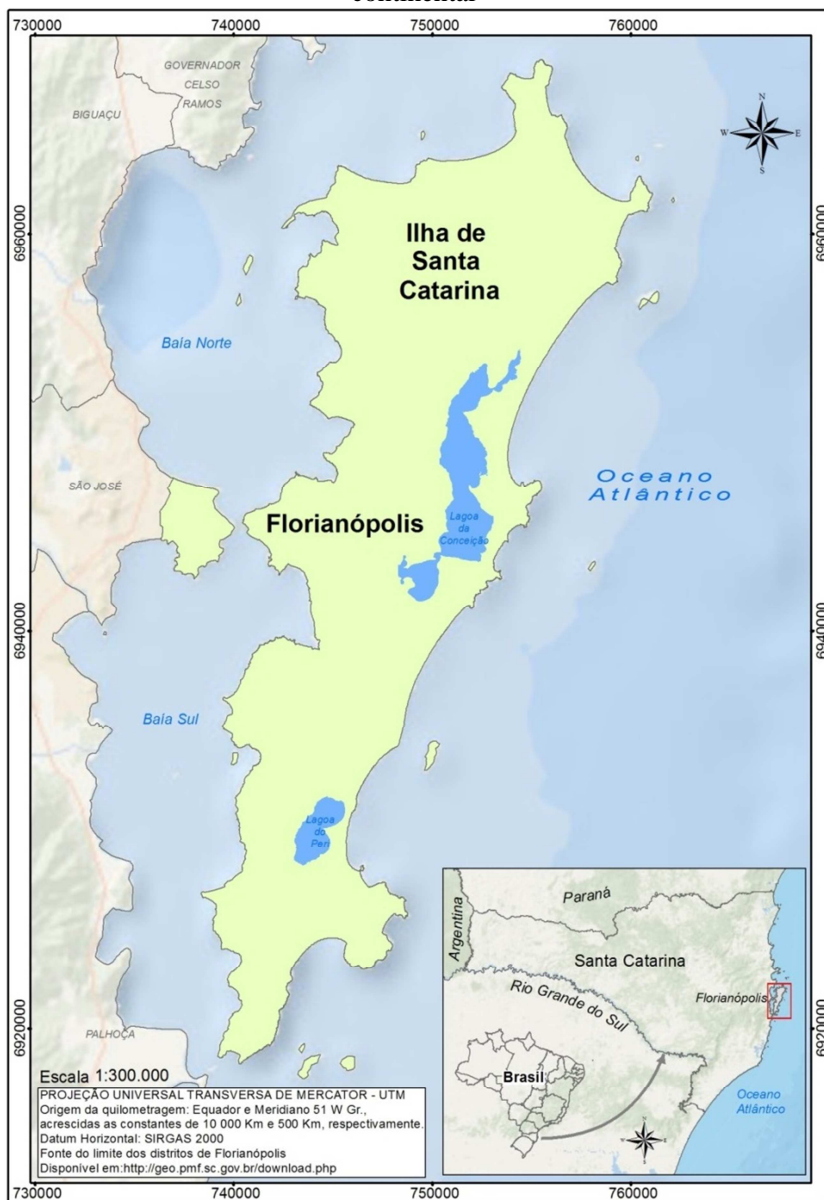
Pode-se constatar que a Ilha de Santa Catarina (mapa 3) começou a despertar a atenção da Coroa por suas condições geográficas e valorização do seu espaço e das terras adjacentes ainda inexploradas e desconhecidas. Cumpre lembrar, que sua localização era estratégica, estava entre os dois principais centros sul-americanos da época: Rio de Janeiro, então capital da Colônia, e Buenos Aires, localizada às margens do Rio da Prata, sobre a qual pairava o interesse econômico e militar de ambas as Coroas na época e onde estava localizada a Colônia do Sacramento. Também havia o interesse nos Campos do Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), para obter a graxa, o sebo e o couro do gado bovino<sup>59</sup>, que possuíam grande valor no mercado europeu, e o gado muar que passou a ser transportado para Sorocaba (SP) e comercializado aos mineiros, para ser utilizado como transporte nas minas, o que justificou a abertura de caminhos<sup>60</sup> do Rio Grande do Sul para o centro do país. Diante disso, pode-se dizer que esse comércio integrou o Brasil meridional no complexo colonial-mercantil e os grupos que faziam o transporte do gado do Sul para São Paulo ficaram conhecidos como tropeiros. Vale ressaltar, que até o final do século XVIII a carne de gado bovino era utilizada basicamente para o consumo local, sendo a partir daí que surgiram as primeiras charqueadas, o que dará início ao comércio da carne salgada, isto é, o charque.

---

59 O gado existia em abundância na região.

60 Entre os caminhos utilizados, existia o caminho do litoral ou da praia (semelhante ao atual traçado da BR 101), no qual vindos do Sul passavam por Laguna, São Francisco, Paraná e São Paulo, considerado penoso e quase intransponível; o caminho dos Conventos que em Santa Catarina iniciava em Araranguá, seguia por Lages e pelo Planalto Norte até chegar em São Paulo; e o caminho do Sertão ou Viamão, que passava por Vacarias, Lages, Curitiba e São Paulo.

**Mapa 3** – Município de Florianópolis: Ilha de Santa Catarina e parte continental



Fonte: Elaborado por Renata Duzzioni, 2017.

O fato de suas baías serem propícias à formação de excelente porto natural<sup>61</sup> possibilitava que os navios em trânsito pela região aportassem para manutenção e abastecimento de água, alimento e madeira<sup>62</sup>, o que justifica a sua atuação como base de apoio. Assim, as primeiras ações para consolidar o domínio português nessa região recaíram na organização religiosa e política, destacando-se a criação da Freguesia<sup>63</sup> de Nossa Senhora do Desterro, em 1714, e o seu desmembramento do município de Laguna, em 1726, e a conseqüente transformação em vila<sup>64</sup>, momento em que o nome foi alterado para Desterro. Mas foi somente após o “Grande Sítio”, segundo Silva (2007), imposto pelos espanhóis à Colônia do Sacramento, entre 1735 e 1737, devido a problemas diplomáticos na embaixada portuguesa em Madri, que a Ilha assumiu fundamental importância no sistema de apoio para defesa da costa sul brasileira, devido a sua posição peculiar. Esse dado corrobora a carta de André de Melo e Castro, vice Rei do Brasil, a Antônio Guedes Pereira, Secretário de Estado, em 23 de maio 1738 (apud PÍTSICA, 1993, p. 89):

Como hoje esta ilha nos é de tanta importância e sem ela não podemos manter coisa nenhuma do que temos no Rio do Prata e em especial no Rio Grande de São Pedro, porque o porto não é praticável no inverno, e no verão são raras as

---

<sup>61</sup> A função portuária remonta à origem do povoado de Nossa Senhora do Desterro e passa por todo o desenvolvimento da cidade, até o fechamento do porto nos anos de 1970.

<sup>62</sup> A madeira era utilizada principalmente para reparar avarias nas embarcações.

<sup>63</sup> No Brasil, a elevação à condição de freguesia garantia o acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Na freguesia, a antiga ermida merecia nomenclatura de matriz, ganhando a construção de uma sacristia anexa (MARX, 1991). Com a proclamação da República (1889) e a conseqüente separação oficial entre Igreja e Estado, a expressão “freguesia” foi substituída pela expressão “paróquia” por parte da Igreja, e “distrito” pelo Estado. Empiricamente, contudo, em muitos lugares, a população ainda se reporta ao lugar como sendo a freguesia, como é o caso do Ribeirão da Ilha.

<sup>64</sup> Vila é a sede do município. A elevação a tal categoria significa autonomia política e administrativa. Em solo urbano, a elevação à categoria de vila demandava a concomitante edificação de uma casa de câmara e cadeia e de um pelourinho fronteiro a ela. Seria escolhido um juiz ordinário, um promotor da câmara e vereadores (MARX, 1991; A. C. A. SANTOS, 2004; CABRAL, 1979).

vezes que se pode entrar sem dificuldade; todos os mantimentos e socorro que forem destinadas àquelas localidades necessitam fazer escala sempre no porto da mencionada Ilha, local onde devem ficar em depósito, até encontrar oportunidade para remetê-los por terra ao Rio Grande, na eventualidade de não ser possível o transporte por via marítima.

E ainda,

[...] podemos fazer neste local um dos mais convenientes e vantajosos estabelecimentos que podemos ter no Brasil. [...] isso nos é importante, em apoio ao que temos no Rio do Prata, como, principalmente, no caso que venha acorrer entrarmos em ruptura com alguma nação forasteira, cientes da utilidade que pode resultar em assenhoriar-se da Ilha, o que seria tão fácil diante do estado em que ela se encontra, como difícil voltar a recuperá-la. (p. 90)

Então, em agosto de 1738, D. João V expediu uma ordem ao governador do Rio de Janeiro para reorganizar o controle militar e político da costa litorânea entre aquela capitania e o Rio da Prata e criar a Capitania da Ilha de Santa Catarina<sup>65</sup>, subordinada ao Rio de Janeiro<sup>66</sup>, e por isso denominada de Capitania subalterna por muitos historiadores, visando reforçar a autoridade régia sobre esse território. Naquela época, a instauração de uma Capitania estava relacionada a diversos fatores; como a questão do valor econômico agregado ao território; a existência de poderes locais fortemente constituídos, que ameaçavam o poder da Coroa; importância estratégica militar e a relação tempo *versus* distância do centro de poder (SILVA, 2007). No caso da Ilha de Santa Catarina, não havia poderes locais constituídos que colocassem em risco o

---

<sup>65</sup> Capitania corresponde a um governo regional, eminentemente militar. Inicialmente a capitania restringia-se à Ilha de Santa Catarina, mas a partir da metade do século XVIII, percebe-se nos documentos históricos que o território da capitania compreendia o continente adjacente, incluindo Laguna e posteriormente São Francisco do Sul.

<sup>66</sup> Até 1838 o sargento-mor da ilha era subordinado ao capitão-mor de Laguna, e ambos eram subordinados ao governador de São Paulo.

império português. Também não tinha um peso econômico<sup>67</sup> tal como o nordeste (produção de açúcar). Por outro lado, ocupava posição estratégica na costa sul e encontrava-se a curta distância do Rio de Janeiro: cerca de sete dias por mar<sup>68</sup>.

Diante disso, com o objetivo de estabelecer uma base de apoio política e militar mais estável<sup>69</sup> no Brasil meridional<sup>70</sup> para consolidar as conquistas portuguesas e defender o território de possíveis invasões pela Espanha (e também França, Inglaterra e Países Baixos), haja vista a importância do porto para a região sul no processo de expansão portuguesa, entre 1739 e 1743 a Ilha foi fortificada com a construção de quatro fortalezas militares<sup>71</sup>, sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes<sup>72</sup>. Como não há registro histórico de que Silva Paes tivesse recebido a patente de Governador até a sua substituição em 1749, nesse período a Ilha é considerada uma Praça Militar. Cabral (1979) refere-se a Silva Paes como o impulsionador da vila de Desterro, o responsável pela formação da Capitania e que nomeou seus sucessores como governadores.

Concorda-se com Silva (2007) que a função desse sistema de defesa era dar suporte e proteger o funcionamento dos empreendimentos mercantis que operavam naquele território (costa sul), como o transporte de gado muar pelos caminhos das tropas, que partiam para o sertão mineiro; o comércio de couros e trigo via Rio da Prata e Rio Grande; o abastecimento das tropas no extremo sul, e posteriormente a caça da baleia<sup>73</sup>, entre outros.

---

<sup>67</sup> Antes da chegada dos açorianos, a Ilha já praticava o comércio de cabotagem, fornecendo frutos, feijão, aguardente, peixe seco, farinha de mandioca, etc., para as embarcações que ali aportavam.

<sup>68</sup> A duração dessa viagem era considerada curta para a época. De São Paulo a Goiás levava-se no mínimo 40 dias (SILVA, 2007).

<sup>69</sup> A Ilha encontrava-se fora do palco principal dos confrontos.

<sup>70</sup> A Colônia de Sacramento era considerada uma praça frágil, pois desde sua fundação em 1680 já havia sido invadida três vezes pelos espanhóis (1680, 1704 e 1735). Seria novamente em 1762, e 1777 passaria para o domínio da Espanha. Mas somente em 1801, com o Tratado de Badajoz, passará definitivamente a ser território espanhol.

<sup>71</sup> Santa Cruz, em Anhatomirim; São José, na Ponta Grossa; Santo Antônio, nos Ratonos e Nossa Senhora da Conceição, na Barra do Sul.

<sup>72</sup> Para melhor compreender a fortificação da Ilha de Santa Catarina, ver Souza (1991).

<sup>73</sup> O litoral catarinense foi incorporado à área de exploração da baleia em 1741. As armações baleeiras, montadas no litoral de Santa Catarina entre 1746 e 1798,

Mas tais ações não eram suficientes para que os objetivos da Coroa fossem alcançados. Ainda era necessário um corpo civil com uma estrutura econômica para que a região se desenvolvesse. Essa questão pode ser observada em cartas endereçadas à Corte de Lisboa, nas quais Silva Paes destacou a necessidade de povoar a região. Numa dessas cartas, datada de 1742, Paes escreveu a respeito das fortificações enfatizando que “[...] todas estas prevenções e obras, sem gente que as guarneça, são corpos sem alma [...]” (PIAZZA, 1992, p. 60), e recomendou que,

Se das Ilhas se puderem remeter alguns Cazaes<sup>74</sup> seria utilíssimo, e ainda algumas reclutas, por que assim se aumentaria a cultura destas Terras que são próprias, não só para todos os frutos, da América, senão tão bem da Europa, e dos filhos dos mesmos Cazaes se reclutaria o Terço ou Tropas, que aqui acesticem, e seriam mais permanentes do que os de fora [...] (PIAZZA, 1992, p. 60).

Como está claro no texto supracitado, um núcleo de povoamento forneceria recrutas para as atividades militares. E conseqüentemente, esse núcleo geraria impostos para a Coroa portuguesa, e o excedente da sua produção agrícola geraria comércio e/ou seria utilizado para abastecer os armazéns reais e auxiliar no sustento das tropas. Contudo, o investimento humano demorou a chegar. A provisão régia que estabelecia as normas da instalação desses colonos foi aprovada apenas em agosto de 1747. E em janeiro de 1748, após quase três meses de viagem, chegou a primeira leva de imigrantes oriundos do arquipélago dos Açores<sup>75</sup>, contabilizando 461 pessoas. É importante salientar que os açorianos já haviam manifestado a vontade de emigrar para o Brasil, nos anos de 1720, constando nos documentos oficiais a justificativa de superpopulação, vulcanismo e crises

---

geraram vultosos rendimentos durante a segunda metade do século XVIII. Porém, como os arremates do contrato não cabiam à Ilha, mas à Fazenda Real do Rio de Janeiro, a região pouco se beneficiou dessa atividade.

<sup>74</sup> Esclareça-se que um casal significava uma família: marido, mulher, filhos, e até parentes próximos e agregados.

<sup>75</sup> Devido ao pequeno número de imigrantes madeirenses que chegaram ao litoral catarinense, contabilizando apenas 59 pessoas (PIAZZA, 1992), conforme fontes oficiais é comum denominar apenas imigração açoriana e não açoriana e madeirense.

alimentares, embora as tentativas de organizar a imigração não se tenham efetivado (PIAZZA, 1992).

Apesar de alguns autores relacionarem a imigração de meados do século XVIII às questões citadas, como é o caso de Piazza (1992) e de Cabral (1979), Meneses (2007) é taxativo em afirmar que a sismicidade e o vulcanismo não influenciaram na vinda dos ilhéus em 1947, mas sim a questão ultramarina de ocupar as fronteiras meridionais, haja vista os interesses militares advindos da ameaça espanhola. Cordeiro e Madeira (2003, p. 119) também são categóricos em afirmar que “[...] a emigração para o Brasil caracterizou-se, [...] desde o século XVI, sobretudo pelo controle da Coroa”, mesmo nas situações mais difíceis de pobreza e catástrofes naturais. Assim, deixam claro que a vinda de imigrantes açorianos para o Brasil só ocorreu quando foi do interesse da Coroa, o que leva a crer que esta dificilmente se sensibilizaria em arcar com os altos custos de transporte de pobres que pediam para migrar, se não fosse do seu maior interesse. Para tais autores, “[...] essa ‘movimentação de gentes’ que tão profundamente tem caracterizado a evolução histórica dos Açores, deve ser entendida à luz de interesses, motivações, estratégias políticas e condicionalismos económicos e sociais” (CORDEIRO, MADEIRA; 2003, p. 119). A pobreza e a escassez de terras estavam diretamente relacionadas entre si. Com o aumento da população e a concentração de terra na mão de poucos, seria inevitável que boa parte se tornasse pobre.

De todo modo, de acordo com Silva (1992, p. 70), o processo de colonização da região sul do Brasil ocorreu “[...] num contexto de crise em Portugal em consequência da qual se projetava a expansão colonizadora”. Vale lembrar que a partir da Restauração da independência de Portugal (1640 – 1668) em relação à União Ibérica<sup>76</sup>, diversos tratados foram assinados com a Inglaterra, em troca de apoio político e militar para manter o seu império, com destaque para o Tratado de Methuen, conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, em 1703<sup>77</sup>. Nesse acordo comercial, Portugal passou a exportar a sua produção de vinhos em condições favoráveis à Grã Bretanha, e a importar da Inglaterra, tecidos com preços elevados. A desigualdade financeira resultante das relações comerciais estabelecidas entre os dois

---

<sup>76</sup> Após a Guerra da Sucessão Portuguesa (1578), devido à ausência de um sucessor ao trono dessa Coroa, ocorreu a união das dinastias portuguesa e espanhola, sob o controle dessa última. A União Ibérica perdurou de 1580 a 1640.

<sup>77</sup> Esse tratado vigorou até 1842.



países aumentou sobremaneira a dívida portuguesa com aquele país e aprofundou a crise advinda da decadência da economia açucareira na colônia brasileira. Apesar da descoberta do ouro na região das Minas Gerais, no século XVII, Portugal passou a utilizá-lo, em parte, para pagar a dívida com a Inglaterra, o que impediu o equilíbrio econômico da sua balança comercial. A mentalidade da Coroa lusitana não estava voltada para a industrialização, conseqüentemente contribuiu para o desenvolvimento do capital industrial inglês.

Para Silva (1992), as bases político-militares (construções das fortalezas) instaladas no litoral catarinense, o estabelecimento da pesca da baleia, por meio de uma grande produção manufatureira, e a pequena produção mercantil, desenvolvida a partir do povoamento dos açorianos, fizeram parte de um projeto que além de garantir o acesso ao Rio da Prata, permitiu aos capitais portugueses o desenvolvimento de uma manufatura de grande importância que atendia os interesses de acumulação primitiva do capital europeu. Mas a autora explica que essa concepção de conjunto é negada por diversos autores como Piazza (1983), Hübener (1981) e Bossle (1988), que destacam apenas o caráter político militar.

De todo modo, entre 1748 e 1753<sup>78</sup> (MENESES, 2007), estima-se que cerca de 6.000 pessoas (PIAZZA, 1992) vieram das ilhas de lá, isto é, do arquipélago dos Açores, para o litoral catarinense<sup>79</sup>, instalando-se entre os limites iniciais de Laguna e São Miguel. Esses colonos fundaram as freguesias de Nossa Senhora do Rosário da Enseada do Brito (1750), São José “da terra firme” (1751), São Miguel “da terra firme” (1752) e Sant’Ana de Vila Nova (1752, atual município de Imbituba). Parte seguiu, também, para Laguna, e outra para o Rio Grande de São Pedro<sup>80</sup> (PIAZZA, 1992) (mapa 4).

Na Ilha de Santa Catarina, os primeiros imigrantes se instalaram na vila de Desterro (atual núcleo central), e à medida que a população foi aumentando, novas freguesias foram sendo criadas: Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1750); Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio (1755); Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (1809); São

---

<sup>78</sup> Piazza (1992) periodiza a vinda dos Açorianos entre 1748 e 1756. Todavia, o último transporte de açorianos foi realizado em 1753. No ano de 1756 saiu da Ilha da madeira uma leva de emigrantes, mas a embarcação naufragou na Bahia.

<sup>79</sup> Alves (2007) realizou uma extensa pesquisa sobre a genealogia açoriana no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros estados, organizada em 52 tomos, tamanho A4, com aproximadamente 500 páginas, cada.

<sup>80</sup> Atual estado do Rio Grande do Sul.

João Baptista do Rio Vermelho (1834); São Francisco de Paula de Canasvieiras (1835) e Santíssima Trindade de Trás do Morro (1835) (PIAZZA, 1992)<sup>81</sup> (mapa 5).

Com a evolução política, administrativa e demográfica dessas freguesias, os desmembramentos foram ocorrendo e novas foram sendo formadas. Com a independência do Brasil, em 1822, foi criada a Província de Santa Catarina<sup>82</sup>, e em 1823, a vila Desterro foi elevada à categoria de cidade e de capital da província (COELHO, 1856; PELUSO JÚNIOR, 1991). Em 1889, com o advento da República, o estado se separou da igreja, resultando na transformação das freguesias em distritos, como unidades administrativas, e a criação das paróquias como unidades religiosas.

---

<sup>81</sup> Alguns estudos citam a existência de habitantes europeus antes da criação das Freguesias nos atuais distritos de Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha. Sobre Santo Antônio de Lisboa, ver Barros (1979) e Jesus (2011). Sobre Ribeirão da Ilha, ver Nórr (2010).

<sup>82</sup> Todas as Capitánias tornaram-se Províncias.

**Mapa 4** – Localização das primeiras freguesias açorianas nos atuais municípios, no litoral do estado de Santa Catarina



Fonte: Elaborado por Renata Duzzioni e pela autora (2017).

### Mapa 5 – Localização das primeiras freguesias açorianas na Ilha de Santa Catarina



Fonte: Elaborado por Renata Duzzioni e pela autora (2017).

É de grande relevância destacar que os imigrantes açorianos se inseriram na formação socioespacial litorânea catarinense, ampliando ainda mais os elementos constituintes da sociedade e cultura regional. As práticas culturais, a culinária, a arquitetura, os valores, os costumes, o modo de vida em geral, que os açorianos trouxeram consigo tiveram de ser adaptados ao que se praticava aqui. Assim, delinear-se contornos culturais característicos do litoral catarinense, mesclando os valores culturais que esses imigrantes trouxeram das suas origens com aqueles que aqui já viviam (indígenas e vicentistas) e com aqueles que para cá viriam posteriormente (africanos e outros europeus). Do índio, veio a influência na alimentação com a mandioca, o peixe, o pirão<sup>83</sup>, a técnica de escavar um tronco de árvore (guarapuvu) para fazer uma canoa. Os africanos contribuíram com afazeres domésticos, mão de obra para a construção civil, músicas e danças, como o Cacumbi<sup>84</sup>, por exemplo. Os açorianos trouxeram a forte religiosidade, com destaque para o culto do Divino Espírito Santo; brincadeiras infantis, a brincadeira do boi<sup>85</sup>; a ratoeira; a cerâmica; o linguajar cantado e com vários termos do português arcaico, entre outros. Portanto, a miscigenação de diferentes culturas deu origem à cultura do litoral catarinense.

Convém deixar claro que o termo “açoriano(s)” como identidade ou identificação de uma população ainda não existia na historiografia naquele momento, nem aqui e nem nos Açores. Na documentação oficial, as autoridades se referiam a eles como casais, casais das Ilhas, gente das Ilhas, casais de Sua Majestade. Eles próprios, além de usar essas expressões auto denominavam-se moradores da Ilha de São Miguel, da Ilha Terceira, do Faial e assim por diante. Portanto, pode-se afirmar que um sentimento de origem comum não foi trazido com esses imigrantes. Todavia, na bibliografia corrente sobre o tema, os autores, de modo geral, tratam dos açorianos como um povo homogêneo, coeso, apenas com características comuns, e que ao imigrar para o Brasil meridional contavam com uma identidade de “ser açoriano”, haja vista a origem insular. Mas como já foi explanado, a construção do sentimento identitário, de ser açoriano, é posterior à vinda

---

<sup>83</sup> Preparação à base de farinha de mandioca com adição de um líquido quente, que pode ser água ou caldos diversos.

<sup>84</sup> Dança afro-brasileira associada à devoção a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito.

<sup>85</sup> Também chamada de Boi na vara ou Boi no campo, hoje conhecida como farra do boi.

desses imigrantes; naquele período não havia, um sentimento comum em relação ao arquipélago. Isso possibilita pensar na questão da identidade do litoral catarinense, e em especial de Florianópolis, como algo produzido por meio de um processo histórico, num lugar específico, num tempo determinado, e compreender que a cultura do litoral catarinense denominada de açoriana não é uma réplica dos Açores.

Conforme aponta Holanda (1995), o português tem uma plasticidade social extraordinária, ou seja, uma capacidade de adaptação surpreendente, o que pode ser comprovado pela adaptação dos imigrantes no litoral de Santa Catarina e em outras regiões do Brasil. Isso remete a uma diluição cultural e a uma abertura para as mudanças e as trocas culturais à medida que o espaço vai sendo incorporado.

Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou [...] segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o pão da terra [...]. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. [...] Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado [...], o modo de cultivar a terra ateando primeiro fogo aos matos. A casa peninsular [...], voltada para dentro, ficou menos circumspecta sob o novo clima, ganhando a varanda externa [...] (HOLANDA, 1995, p. 46-7).

Com essa mesma concepção, Freyre (1957, p. 191) afirma que “é o português o portador da característica mais importante da vida colonial brasileira: o elemento da plasticidade, do homem sem ideais absolutos nem preconceitos inflexíveis.” É essa plasticidade que irá propiciar a influência de outras culturas como a indígena, a africana e tantas outras.

Embora os açorianos não tenham sido os primeiros habitantes da região, foi a partir da vinda desses imigrantes no século XVIII que teve início um processo efetivo de desenvolvimento econômico e social do litoral catarinense. Esse processo está vinculado à ascensão da pequena produção mercantil açoriana (BASTOS, 2005), cujos produtos, com destaque para a farinha de mandioca, foram responsáveis pela formação de um comércio regional. No caso de Florianópolis, especificamente, esse crescimento também se relacionou à função

administrativa de capital, à função portuária e ao estabelecimento de um corpo militar, que, segundo o autor, correspondeu à primeira fase da urbanização da cidade.

### **2.2.2 Relações pré-capitalistas e a pequena produção mercantil (séculos XIX – XX)**

Quando chegaram ao litoral catarinense, os açorianos receberam uma pequena porção de terra, da qual se tornaram proprietários e na qual passaram a praticar uma policultura de subsistência. Todavia, receberam muito menos do que lhes fora prometido nos editais régios, tanto no que se refere à quantidade de terra quanto aos insumos para trabalhá-la<sup>86</sup>.

A integração do Sul ao sistema econômico colonial, com a produção de diferentes gêneros, em vez da monocultura dominante em outros espaços da colônia, justificava-se, entre outros motivos, pela necessidade de abastecer as tropas aqui estabelecidas, pelas condições naturais, e o estímulo à fixação desses imigrantes com uma pequena produção, que já era praticada na pátria de origem. O projeto de trazer imigrantes para trabalhar a terra e defendê-la de invasores foi colocado em prática, pois a escassez de militares fez com que muitos imigrantes fossem forçados a participar como recrutas, dando origem à figura do “colono-soldado”. Mas isso implicava, muitas vezes, o abandono dos trabalhos agrícolas, o que demonstra a importância da função militar dentro do sistema de defesa em paralelo com a produção econômica, o que se confirma nas palavras de Coelho (1856, p. 65-66) sobre o período governado por Francisco Antônio Cardoso de Meneses (1762-1765):

No periodo d’este governo viveo o povo opprimido de trabalho nas obras publicas da Igreja Matriz da Villa do Desterro , das Fortalezas , cortes de madeira, conducções & ; e como os lavradores fossem constrangidos a esses trabalhos , e aos continuos exercicios como soldados , não dispensando d’elles [...] aos mesmos Vereadores da Camara sem necessidade alguma , tratando-os como jornaleiros , ficarão por isso as terras , pela maior parte , incultas; e os opperarios e serventes das obras que dos districtos vinhão nomeados semanalmente, privados de suas

---

<sup>86</sup> Mais detalhes em Silva (2007, p. 173 e 174).

utilidades , pois que nem recebem seus jornaes<sup>87</sup>, nem sua lavoura progressava: o commercio foi por essa causa interrompido, chegando a faltar aos mesmos habitantes da Villa os necessários mantimentos e fructos; [...].

Esses imigrantes acreditavam que encontrariam aqui a possibilidade de obter melhores condições de vida, mas o sistema socioeconômico vigente não atendeu a tal expectativa. As dificuldades encontradas e que se sucederam foram imensas, associadas a diversas circunstâncias, como o cultivo do trigo, prática agrícola tradicional nos Açores, que não tardou a ser substituído, entre outras, pelo cultivo da mandioca, dirigida à produção de farinha, que já era cultivada na Ilha<sup>88</sup> e no litoral (BRITO, 1829), sobretudo em São Francisco do Sul, cuja produção era exportada para Paranaguá e para a Colônia do Sacramento (BOITEUX, 1912).

As características do solo no litoral catarinense favoreceram o cultivo da mandioca, que pode ser produzida em solo arenoso e com poucos nutrientes. De acordo com Paes (1913) e Pítsica (1993), uma Provisão Régia de 31 de dezembro de 1754, comprova o incentivo da produção desse gênero agrícola como parte de uma política econômica de governo visando ao desenvolvimento da região. A boa qualidade da raiz estimulou o aperfeiçoamento do processo produtivo indígena pelos açorianos, com a criação dos engenhos de farinha. Tais engenhos dominaram a paisagem do litoral catarinense até os anos de 1960, e como esclarece Zeferino (2008), eram o centro da composição espacial do lugar, a estrutura dominante na paisagem cultural. Por sua vez, a pesca artesanal, praticada por boa parte da população, garantia o consumo diário de peixes e frutos do mar (siri, ostra nativa, berbigão, camarão). O peixe, de modo geral, era salgado e secado ao sol para que fosse conservado por mais tempo, já que não havia refrigeradores, podendo ser consumido frito, ensopado, cozido, escalado (aberto pelas costas) e assado. A carne de gado era consumida poucas vezes ao ano, somente em datas especiais.

---

<sup>87</sup> Remuneração por dia trabalhado. *Jornal* vem do francês *jour*, que significa dia.

<sup>88</sup> Em Santa Catarina os portugueses a assimilaram dos índios tupi-guaranis. Há relatos que no século XVI os índios carijós já forneciam a farinha de pau (de mandioca) e outros víveres aos navegadores que aqui aportavam.



Essa facilidade de produção tornou a mandioca o principal alimento do litoral, sendo consumida de diferentes formas em praticamente todas as refeições. A culinária dos açorianos adaptou-se às condições naturais encontradas no litoral catarinense, e assim ocorreu a substituição da farinha de trigo pela de mandioca, do pão pelo beiju e o cuscuz, e da carne pelo peixe<sup>89</sup>. Mas, para o desestímulo do desenvolvimento dessa cultura, frequentemente o governo confiscava a farinha para abastecer os armazéns reais e sustentar as tropas militares, sem efetuar prontamente os pagamentos pelos produtos fornecidos. O atraso do pagamento do soldo das tropas também impedia que o dinheiro circulasse entre os comerciantes.

Essas questões, entre outras, justificam as diferentes formas de resistência colocadas em prática pelos açorianos, como, por exemplo, omitir o número de jovens do sexo masculino para os censos, a fim de evitar o recrutamento militar obrigatório (SAINT-HILAIRE, 1936 [1820]). Outro exemplo era limitar a produção, ao invés de visar ao excedente. Tais questões atingiram diretamente o desenvolvimento econômico local, que ficou muito aquém do esperado pela coroa portuguesa. Esse aspecto é visível nos comentários do Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro, quando escreveu ao vice-rei Marquês de Lavradio, em 1778, sobre a necessidade de introduzir nos habitantes da Ilha e terras adjacentes “[...] o amor do trabalho entre os brancos, sem recair todo nos miseráveis escravos, como é vício transcendente em todas as partes do Brasil” (apud SILVA, 2007, p. 206). O mesmo pode ser observado quando o vice-rei se refere à “fraqueza” dos habitantes em se contentar com o cultivo de gêneros de pequeno valor. Por sua vez, em seus relatos, no século XIX, Saint-Hilaire (1936, p. 145-146) afirmou que “se os dados officiaes não exprimem a verdade é porque muita gente, com intenção de subtrahir do serviço obrigatório da milícia alguns membros da familia, nunca declarava o numero exacto de que esta se compunha”. Já o Relatório do Governador da Capitania, José Alberto de Miranda Ribeiro (1798, apud SILVA, 2007, p. 229) expõe que:

A irregularidade dos pagamentos tem sido a causa da decadência da agricultura, de maneira que se faz bastantemente sensível a diminuição que se experimenta nas farinhas, não obstante as vivas e repetidas persuasões que eu faço, e tenho feito aos Lavradores [...].

---

<sup>89</sup> No Capítulo 4, os aspectos gastronômicos serão retomados.

A partir do início do século XIX, o sistema de defesa deixou de ser prioridade e gradualmente a pequena produção de subsistência transformou-se em pequena produção mercantil, e assim foi sendo inserida no comércio colonial. A partir daí, a policultura familiar forneceu excedentes alimentares (farinha de mandioca, café, peixe seco, feijão, melado, etc.) que eram destinados ao Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até mesmo uma pequena quantidade para Montevidéu e Buenos Aires (MAMIGONIAN, 1966). Apesar de toda uma importante produção manufatureira, que gerou comércio regional e acumulação para a classe de comerciantes, e mesmo para parte dos pequenos produtores, a produção da farinha de mandioca não evoluiu para produção industrial propriamente dita. O mesmo pode ser dito da atividade pesqueira que passou a ser praticada em conjunto com a agricultura, de forma artesanal, dando origem às diversas comunidades de pescadores ao longo do litoral catarinense e também na Ilha de Santa Catarina. Todavia, com o passar do tempo, a pesca se tornaria uma alternativa de sobrevivência, sendo, para muitos, a atividade econômica principal.

Durante o século XVIII, foi consenso entre os viajantes estrangeiros que passaram por Santa Catarina, descrever a região como muito pobre e pouco desenvolvida. Cenário que se altera a partir do início do século XIX, conforme explica Krusenstern (1803, apud SAINT-HILAIRE, 1936, p. 33):

Grandes transformações se haviam operado. A região já não era a mesma. Parece que se desbravara vasta extensão do solo [...]. As onças haviam desaparecido, e os brancos passando para o continente, tinham penetrado o interior, passando duas léguas além da costa. A Villa do Desterro já não era mais como nos tempos de Bougainville. O numero de casas elevava-se de 150 para algumas centenas, a sua população triplicara e nas casas de negocio já se encontravam mercadorias de procedência européia. Os habitantes menos remediados eram asseados e não andavam maltrapilhos. As mulheres trajavam-se mais ou menos como as de Portugal, muito embora com mais simplicidade; [...]. Entretanto não havia gente rica.

Isso demonstra que até fins do século XVIII a Capitania de Santa Catarina pouco se desenvolveu, mas que com a vinda dos açorianos muitas transformações foram operadas. Todavia, só não foram maiores, como coloca esse autor, devido a administração despótica, em sua maioria, e os impedimentos em relação ao comércio, como a falta de estradas, por exemplo.

Durante o século XIX, a produção industrial na pesca se constituiu apenas e especificamente, na caça da baleia, atividade que se estabeleceu com divisão social do trabalho e hierarquia bem definida. Essa produção contava com mão de obra livre para as funções especializadas no mar (timoneiro, arpoador) e na terra (oficiais mecânicos, mestre do azeite), e com grande número de escravos para todas as outras funções de mar, do engenho e de apoio.

As armações baleeiras podem ser consideradas grandes unidades escravistas no litoral catarinense. Entre 1746 e 1807, foram fundadas seis armações baleeiras<sup>90</sup> no litoral catarinense. Eram administradas pelo contratador (ou pela Companhia, a partir de 1765) em Lisboa, com administrador no Rio de Janeiro, de onde vinham todos os apetrechos necessários e a mão de obra indispensável para o funcionamento das armações. Ainda assim, essa atividade não modificou em nada a condição de pobreza do lugar, e por essa época o comércio ainda não tinha destaque, na visão dos viajantes estrangeiros, como confirma o comentário do navegador francês Conde La Pérouse, quando passou pela Ilha em 1785: “Os habitantes não passam de meros espectadores desta pesca, que não lhes traz nenhum proveito” (LA PÉROUSE, 1996 [1797], p. 113).

Mas no caso de Desterro, no século XIX, além da função militar e administrativa de capital, a cidade passou a atuar como entreposto comercial na atividade portuária, apesar de que segundo Hübener (1981), quase sempre as importações superaram as exportações. Os produtos vindos, em sua maioria, do litoral catarinense, convergiam para a capital e então eram exportados principalmente para o Rio de Janeiro. Essa função foi incentivada com o estabelecimento de colônias alemãs e italianas nos vales atlânticos a partir da criação da Colônia de São Pedro de Alcântara (1829), fixada em lugar específico junto ao Rio Maruim;

---

<sup>90</sup> Em 1742 foi fundada a primeira e maior, localizada na atual praia da Armação da Piedade. Em 1772 foi fundada a armação da Lagoinha, na costa leste da Ilha; em 1778, a armação de Itapocoróia, localizada no atual município de Penha; em 1795, em Garopaba; em 1796, em Imbituba; e em 1807, na Ilha da Graça, em São Francisco do Sul.

Santa Isabel (1847) e Teresópolis (1860), fixadas no caminho da Serra em direção a Lages, em decorrência da política imperial de colonização europeia e de redução do tráfico de escravos, e política provincial de ocupação de espaços “vazios” na rota litoral – planalto, ajudando a conter os índios Xoklengs nos ataques à economia tropeira. Isso auxiliou no desenvolvimento de um intenso comércio entre Desterro e essas colônias, e inclusive na criação de casas comerciais de propriedade de novos imigrantes europeus na capital.

No final do século XIX, o comércio local não era mais formado apenas por alguns armadores e militares portugueses e açorianos, que ascenderam socialmente, mas principalmente por imigrantes europeus de outras etnias, com destaque para os alemães, que segundo Cruz (2008), exerciam certa influência política, militar, religiosa ou mantinham contatos na Europa. E foi nas últimas décadas do século XIX que esses comerciantes não apenas impulsionaram o comércio, mas também a indústria local<sup>91</sup>. Diante disso, pode-se afirmar que a formação do capital comercial local teve início com os luso-açorianos, mas no final daquele século foi dominado por europeus.

A função portuária teve grande importância para o domínio do Sul e para o comércio praticado na região, pois dinamizou o comércio local e a economia regional, em especial após a abertura dos portos brasileiros com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. A descrição do almirante Vassili Golovnin, em 1808, referente a sua estada na Ilha, retrata a importância desse porto para a navegação: “Este porto é um dos mais seguros de todo o mundo. Pode abrigar a maior frota de guerra ou mercante.” E acrescenta que:

Os navios, indo da Europa ao Pacífico e que atravessam o Atlântico, têm de entrar pelo menos num porto para abastecer-se de água doce e mantimentos frescos e dar descanso à tripulação. Para tal, há quatro portos: as ilhas do Cabo Verde, o cabo da Boa Esperança, o Rio de Janeiro e a Ilha de Santa Catarina. [...] os que pretendem penetrar no oceano Pacífico pela rota ocidental, contornando o cabo Horn, atracam num dos dois últimos (GOLOVNIN, apud HARO, 1996, p. 203-204).

---

<sup>91</sup> Como exemplo, cita-se Carl Hoepcke, empresário alemão que atuou no comércio atacadista de importação e exportação, construiu um estaleiro e uma empresa de navegação (1895), fundou uma fábrica de pregos (1896), de gelo (1903) e de rendas e bordados (1913) em Florianópolis.

Com relação ao comércio, as relações deixaram de ser apenas locais e/ou regionais. Após as restrições que a Inglaterra sofreu na Europa, na guerra imposta pela expansão francesa no início do século XIX, parte do comércio foi desviado para a América, e o porto de Desterro passou a receber navios ingleses com certa frequência, o que facilitou imediatamente a entrada dos seus produtos industrializados no Brasil.

Com a “abertura comercial” dos portos naquele período, as relações estabelecidas a partir da navegação começaram lentamente a fortalecer o crescimento do comércio, e a inserção do capital nas novas relações passou a realçar as diferenças sociais, que se tornariam plenamente visíveis no final do século XIX e início do século XX. Os pobres e os ricos passaram a se diferenciar no espaço quando a mercadoria dinheiro, ainda escassa, passou a possibilitar que apenas alguns ascendessem socialmente.

Foi o caso de João Pinto da Luz (1818-1866), um armador, comerciante que liderou um dos dois primeiros partidos políticos na cidade<sup>92</sup> e foi condecorado como cavaleiro da ordem de Cristo pelo imperador Pedro II durante sua visita a Desterro em outubro de 1845. E também de José Maria do Valle<sup>93</sup>, proprietário de diversos escravos, político, membro da Irmandade do Senhor dos Passos, provedora do Imperial Hospital de Caridade, também condecorado Cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi proprietário do Brigue Minerva<sup>94</sup>, uma das maiores embarcações que aportavam em Desterro, e que, assim como as demais, utilizava mão de obra escrava, além de atuar em outros ramos comerciais (O ARGOS, 1856).

É oportuno acrescentar que, mesmo tendo o comércio possibilitado a formação de uma elite, seu crescimento não foi contínuo nem linear ao longo do século XIX. A abertura dos portos e um contexto de forte navegação de cabotagem foram de grande relevância. Tal processo de formação de capital comercial em Desterro foi, portanto, muito complexo e incluiu roubo, contrabando, sonegação e a mão de obra de marinheiros escravos (SANTOS, 2009). Por sua vez, Peluso Júnior (1991) alerta que apesar do comércio, os pobres, isto é, a maior parte da população, exerciam atividades à margem dessa atividade, sem

---

<sup>92</sup> O partido progressista.

<sup>93</sup> Nasceu na cidade do Porto, em 1807, e faleceu em Desterro, em 1870.

<sup>94</sup> Tipo de embarcação, que em janeiro de 1856 tinha uma equipe de 12 marinheiros, dos quais 9 eram escravos.

um meio de vida definido, sempre prontos para qualquer possibilidade de ganho.

Diante disso, dois sistemas comerciais se destacaram em Desterro: um relacionado à pequena produção, em que os gêneros agrícolas e pesqueiros eram comercializados pelos pequenos produtores com a burguesia comercial da cidade e esta com os capitais comerciais do Rio de Janeiro; e outro, ligado ao comércio de importação-exportação, no qual os artigos industrializados eram comercializados também por essa mesma burguesia. As mercadorias locais transportadas para o porto e comercializadas em Desterro eram trazidas em embarcações por escravos<sup>95</sup>. A produção vinha das praias de toda a costa habitada pelos colonos (SANTOS, 2009), e também do interior do estado.

O dinheiro passou a ter seu lugar no cotidiano da cidade à medida que os interesses em bens materiais foram crescendo e aos poucos os comerciantes transformaram o poder econômico em poder político. Nesse ínterim, o desenvolvimento das atividades portuárias e comerciais influenciou a mudança da composição social da Ilha no final das duas últimas décadas do século XIX. Uma cidade de militares e pobres passou a dividir o espaço com navegadores e comerciantes abastados. Estes inseriram mudanças nas relações políticas e econômicas que se refletiram na arquitetura e nos hábitos de vida do espaço urbano (SANTOS, 2009). Esse período é considerado por Bastos (2005) como a segunda fase de urbanização de Florianópolis. A antiga área urbana da cidade, com traçado colonial, não correspondia mais aos anseios da elite local. A imagem de "progresso" e "modernização" apontada nos discursos oficiais era desabonada pela paisagem existente (ARAÚJO, 1989). Nas palavras desse autor:

A região central da cidade, [...], com suas ruas estreitas e tortuosas e com seu casario miúdo de arquitetura colonial açoriana, misturado a uns poucos edifícios de maior porte, [...], era, para os olhos dessa elite, a própria encarnação do atraso e de um passado o qual ela ambicionava ultrapassar em direção aos modernos padrões burgueses de urbanização e de organização social e que deveriam, sem

---

<sup>95</sup> A navegação em Santa Catarina e em Desterro dependia do trabalho da população de origem africana, pois além dos escravos, entre os marinheiros havia negros libertos e livres (SANTOS, 2009).

maiores delongas, ser impostos à população (ARAÚJO, 1989, p. 91-92).

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, investimentos em infraestrutura na área central da Ilha objetivavam transformar a paisagem da capital por meio de uma reforma urbana e sanitária. Buscou-se limpar e modernizar a área central da cidade. As ações envolveram medidas como demolição de habitações, na época julgadas insalubres; ajardinamento de praças; abertura e pavimentação de ruas e avenidas; instalação das primeiras redes de água encanada, esgoto e energia elétrica; expulsão da população pobre e negra do centro da cidade<sup>96</sup>; canalização do Rio da Bulha, na atual Avenida Hercílio Luz, e construção de prédios públicos e aterros, entre outras.

A arquitetura, muitas vezes designada açoriana em vez de luso-brasileira colonial<sup>97</sup>, tornou-se inadequada diante das novas práticas de saneamento e higiene e das novas técnicas de construção. Quanto à questão estética, também já havia sido superada pelo ecletismo, o novo estilo arquitetônico vigente e que passou a ser utilizado para renovar a cidade. Na área central, as casas antigas foram sendo reformadas ou derrubadas para atender às novas necessidades da economia em expansão<sup>98</sup>. Nas áreas rurais, devido ao isolamento, as mudanças foram pouco sentidas no início do século XX: a arquitetura colonial, assim como muitos hábitos e tradições, mantiveram-se até o momento em que os acessos viários foram construídos ou melhorados, entre 1950 e 1990. A partir daí, a maior parte das poucas construções que restavam foram utilizadas para empreendimentos turísticos, que, por sua vez, agravavam a degradação e em geral causavam mais descaracterização.

Isso posto, convém salientar que tais mudanças devem ser compreendidas dentro de um contexto maior e como influência de fatores externos, tanto nacionais como internacionais, cabendo observar que a Europa passou a exportar um modelo de civilização que já utilizava os benefícios da revolução industrial e vivenciava as contradições dela oriundas. Por sua vez, seguindo determinações do capitalismo internacional, o Brasil aboliu a escravidão (1888),

---

<sup>96</sup> Fica evidente a prática da exclusão social baseada no princípio de sanitarianismo e civilização no espaço urbano

<sup>97</sup> A arquitetura luso-brasileira é uma adaptação da arquitetura portuguesa no Brasil (REIS FILHO, 1973; CRUZ, 1997).

<sup>98</sup> Na área central da cidade restaram pouquíssimas construções do século XVIII e ainda sofreram descaracterizações devido aos novos usos. Um exemplo é a casa que hoje abriga o Museu Victor Meirelles na rua do mesmo nome.

proclamou a república (1889) e, instado pelos anseios de modernização urbana e social de suas elites, buscou superar o que era considerado ultrapassado, isto é, tudo que estivesse relacionado ao período colonial e imperial, e colocou em prática uma política higienista.

No contexto local, Florianópolis não apresentava problemas urbanos decorrentes de grande contingente populacional, nem da concentração de setor industrial, como Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, bastou o anseio de suas elites para promover um reajustamento social, buscando modernização e progresso (Araújo, 1989). Inclusive, houve a mudança do nome da cidade, que passou a chamar-se Florianópolis em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto. Assim como Paris era a inspiração do Rio de Janeiro, esta cidade era a inspiração da elite urbana de Florianópolis. Corroborando esse pensamento, Araújo (1989, p. 80) descreve como era esse sentimento da burguesia local;

[...] A esta burguesia ansiosa por ascender a posições que lhes garantissem situações de segurança material e prestígio, e a incorporar as modas e os hábitos que importava do Rio de Janeiro, não era mais suficiente ser branco, católico e proprietário: era preciso ser “civilizado”, ter “gosto” e ser “higienizado” (ARAÚJO, 1989, p. 80).

Por essa descrição, o morador “urbano” da Ilha se considerava civilizado, enquanto o habitante do interior era chamado de matuto, indolente, amarelo e preguiçoso (FERREIRA, 1994). Já Bittencourt (2004) afirma que os moradores de todo o litoral eram vistos como exemplo de atraso e degeneração<sup>99</sup>. Mas essa modernização, reflexo do interesse de uma elite local, não gerou propriamente progresso econômico, pelo menos para a população, devido à ausência de uma atividade econômica que dinamizasse a região.

Pode-se inferir que as relações sociais e de produção vigentes nessa economia não evoluíram para acompanhar o capitalismo, e os meios de produção pouco se aperfeiçoaram. Segundo Bastos (2005), o predomínio de relações pré-capitalistas dificultou a ideia de acumulação. Além disso, nas áreas rurais, o sistema de sucessão de terras que as parcelou, somado ao desgaste intensivo do solo e à geografia do relevo, dificultaram a produção em maior escala. A fraca divisão social do trabalho impediu que o diversificado artesanato se especializasse, e,

---

<sup>99</sup> Essa questão será detalhada no capítulo seguinte.



portanto, não se transformou em indústria. Somou-se a essas questões, o fato de os produtores locais serem intermediados por atravessadores do comércio local, e estes, por sua vez, estarem submetidos ao capital comercial do Rio de Janeiro, reduzia ainda mais os ganhos nas transações comerciais. Dessa forma, a acumulação do excedente acontecia respeitando a seguinte ordem:

[...] primeiramente pelo capital externo, que obtinha superlucros; em segundo lugar, pelo capital interno, que acumulava uma parte menor, e por fim, pelo próprio produtor que, naqueles momentos de preços favoráveis, também acumulava. Este, porém, não conseguia manter tal acumulação por muito tempo. Nos momentos de preços desfavoráveis, somado ao próprio sistema de herança antes referido, ocorria uma queda de todos os pequenos produtores (CAMPOS, 1991, p. 37).

Além disso, o grande crescimento econômico de algumas colônias alemãs (Blumenau, Joinville e Brusque) e o representativo desenvolvimento industrial por elas alcançado a partir do início do século XX, contribuiu para o processo de decadência da tradicional economia da capital e do litoral catarinense (MAMIGONIAN, 1986; PEREIRA, 2003). Acrescenta-se ainda a ascensão dos portos de São Francisco do Sul e de Itajaí, no início do século XX, em decorrência de intenso comércio de importação/exportação e também da exploração de madeira e erva mate no planalto e região norte, que saíam do estado através desses portos. O avanço da navegação a vapor e a necessidade de portos com calado mais profundo e investimentos na infraestrutura portuária fizeram com que paulatinamente o porto da capital entrasse em declínio, sendo desativado na década de 1970.

Destaca-se que, em âmbito nacional, nos anos de 1930, o desenvolvimento da indústria brasileira, fortalecida pela política de substituição das importações, apoiou-se em investimentos na integração do território, via estradas de rodagem. Isso foi fundamental para dinamizar a economia interna, mas Florianópolis, assim como a maior parte das cidades litorâneas catarinenses, permaneceu alijada desse processo pelas dificuldades de acesso. Convém lembrar que a ligação ao Continente pela construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926, não gerou um efeito dinamizador regional de maiores proporções devido à descontinuidade da malha viária, culminando com a estagnação

econômica<sup>100</sup> da região até o início dos anos de 1970, quando a BR-101 foi finalizada no estado e o cenário de desenvolvimento começa a ser alterado.

As dificuldades de urbanização de Florianópolis, desde as suas origens, estiveram de certa forma relacionadas ao seu desenvolvimento econômico, que até os anos de 1970 ficou à margem do capitalismo nacional e internacional. Além disso, apesar de ser capital do estado estava isolada das demais regiões. Num cenário em que o progresso é sinônimo de civilização, a região litorânea, que há muito já era depreciada, passou a ser alvo de um discurso depreciador. Pelo desconhecimento da sua origem de ascendência açoriana, auto denominavam-se “nós não somos de origem” em comparação a outras etnias, como a alemã, a italiana, entre outras. Diante disso, o século XX será palco de disputas políticas para criar uma identidade única para o estado catarinense, como será demonstrado a seguir.

---

<sup>100</sup> Essa condição afetou diretamente os capitais comerciais da capital catarinense, pois estes ainda estavam atrelados ao Rio de Janeiro, via transporte marítimo, que por sua vez já estava em decadência.

### **3 CONFIGURAÇÕES E RECONFIGURAÇÕES DA IDENTIDADE DO LITORAL CATARINENSE NO SÉCULO XX**

Conforme o que foi apresentado no capítulo anterior, a identidade açoriana, como um sentimento comum em relação a todas as ilhas do arquipélago, não existia à época da imigração para o Brasil Meridional. Somente no final do século XIX tal sentimento começou a ser propagado com fins políticos, mas era consenso que se havia semelhanças, as diferenças eram maiores ainda, acreditava-se que o todo não representava as nove ilhas. Apenas entre o final do século XX e início do século XXI, o sentimento de ser açoriano estava mais difundido. Ao se estabelecerem no litoral catarinense em meados século XVIII, esses imigrantes tiveram que se adaptar à região, desenvolveram-se a partir de uma pequena produção de subsistência, que com o passar do tempo tornou-se mercantil. Mas a falta de uma visão capitalista, entre outros fatores, dificultou o desenrolar de um processo de industrialização. Em sentido oposto, algumas colônias de origem alemã criadas a partir de meados do século XIX, adentraram no século XX com a industrialização em curso, e passaram a ser consideradas e evidenciadas pelas elites econômicas e políticas como superiores.

Diante disso, esse capítulo buscou compreender as disputas identitárias entre os teutos e os lusos brasileiros ao longo do século XX. Embora o estado catarinense seja marcado pela heterogeneidade cultural, em muitos momentos buscou-se disseminar a ideia de uma mono identidade. Na tentativa de trazer à luz possíveis reflexões para estas questões, fez-se uma incursão na construção da identidade nacional brasileira e catarinense, e em questões políticas nacionais e estaduais, que agenciam imagens conforme os interesses de cada período. Como se verá, será apenas quando a atividade turística emerge no estado, nos anos de 1970, que tais diferenças passam a ser aceitas.

#### **3.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

A identidade nacional, tanto na Europa como nos outros países, é uma criação moderna, cuja construção teve início no século XVIII, a partir da Revolução Francesa, mas desenvolveu-se plenamente no século XIX. Antes disso, não se pode falar em nações propriamente ditas. Num cenário de mudanças, surge um ideário de progresso, de civilização e razão que vai superar dogmas religiosos e definir um novo padrão de verdade. Vinculada ao liberalismo econômico, a ideia de estado-nação é uma elaboração política, na qual o pertencimento a determinada região geográfica fica estabelecido e implica busca pela origem comum,

mesmo que ela não exista e tenha de ser inventada. Conforme Thiesse (2001/2002), para criar uma identidade nacional é indispensável que as identidades preexistentes sejam abolidas ou subordinadas à identidade nacional, como características secundárias. Diante disso, a autora complementa que a nação surge como ideia nova e subversiva, que contesta o poder monárquico, constituído pelo direito divino ou de conquista, e a sociedade de ordens.

A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo (THIESSE, 2001/2002, p. 8).

Para essa autora, como revolução ideológica que se inicia, a nação deve ser vista como uma comunidade que institui igualdade e fraternidade entre seus membros. Uma nação é feita de um legado de lembranças, aceito e reconhecido por todos. Tal legado compreende um conjunto de elementos simbólicos e materiais que são admirados e transmitidos para as gerações seguintes, entre os quais a história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; os heróis, que representam as virtudes nacionais; monumentos culturais; folclore; lugares importantes; paisagem típica; língua; hino; bandeira; culinária, entre outras. Daí a relevância de visualizar um passado prestigioso e fonte de orgulho para sua população, pois é sobre esse passado comum que se dará a coesão nacional. Todavia, essa coesão é fruto de intenso trabalho para que o legado de lembranças seja reconhecido e aceito.

A nacionalidade é, portanto, uma identidade. O processo de formação identitária se apoia na determinação do patrimônio de cada nação, que muitas vezes precisa ser inventado, e na difusão do seu culto. O estabelecimento de identidades nacionais fortes tornou-se incontestável, como se estivessem arraigadas nas origens históricas de cada civilização, como se fossem imutáveis e fixas (THIESSE, 2001/2002).

Hall (2014b) destaca cinco pontos principais para formar a representação de uma identidade nacional: 1) criar uma narrativa da nação, fornecendo histórias, imagens, símbolos, rituais entre outros, que

serão compartilhados, a fim de conectar o indivíduo como parte da nação; 2) enfatizar as origens, a continuidade, a tradição. 3) Inventar tradições, ou seja, vincular práticas recentes ao passado imemorial; 4) criar um mito fundacional, isto é, uma história que localize as origens num passado distante; e 5) forjar uma ideia de pureza racial, como se isso fosse possível. Mas cabe destacar que esses itens também podem ser utilizados para a construção de identidades regionais, étnicas, entre outras.

No Brasil, o discurso nacionalista emergiu no século XIX, com a necessidade de legitimar o Estado. Para isso, buscou-se formular um conceito de identidade, definir limites e diferenças, eliminando descontinuidades que bloqueavam a emergência da síntese nacional. O primeiro foi estabelecer um patrimônio comum, o que, de certa forma, tornou-se mais complexo, devido às suas grandes dimensões do território.

Antes mesmo da independência brasileira, em 1822, algumas ações representaram tentativas isoladas de modificar a imagem do país e inseri-lo no cenário internacional não mais como colônia, mas como nação independente, moderna e promissora. Exemplo disso foi a organização da vinda de um grupo de franceses, em 1816, sob a denominação de “Missão artística francesa”, para fundar a Academia Imperial de Belas Artes, mas que só se constituiria oficialmente em 1826. Tal Missão tinha por finalidade implantar as artes úteis no país, em especial no Rio de Janeiro. Com a transferência da Família Real portuguesa para a capital do Império, em 1808, houve interesse de formar uma sociedade culta e ilustrada ao redor da nova Corte.

Na construção simbólica do nacionalismo brasileiro, a literatura e as artes, que estavam vinculadas ao Estado, representaram importantes ícones de apoio e divulgação. Coincidiu com o período da Independência a instauração do Romantismo nas artes do país, cuja orientação era valorizar o que era da “terra”, suas belezas naturais, e superar os valores lusitanos. Tendo isso em vista, o índio tornou-se o elemento escolhido como verdadeiro símbolo da nacionalidade, como se observa tanto na literatura, com destaque para as obras de José de Alencar, como na pintura, em obras de Pedro Américo e Victor Meirelles, por exemplo. Esses pintores abordavam temas relevantes à construção da história do país, cultuando mitos e heróis, como nas telas *A primeira missa do Brasil* (1861) e *A batalha naval do Riachuelo* (1872), do pintor catarinense Victor Meirelles, e *Independência ou Morte* (1888), de Pedro Américo, entre tantas outras. Mas, oficialmente, a ideia de formar uma identidade brasileira, uma imagem do Brasil

como nação, por meio de uma construção histórica, teve início com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, em 1838.

O discurso dos seus membros estava em consonância com os interesses do Governo Imperial, de escrever a história nacional. Evidentemente, tratou-se de uma narrativa linear, cronológica, ideológica, de corte positivista e liberal, uma narrativa centrada em grandes feitos militares, em grandes acontecimentos, como, por exemplo, a Guerra do Paraguai, na qual o Brasil foi vitorioso em conjunto com a Tríplice Aliança. Todavia, tal cenário foi alterado com a abolição da escravatura, em 1888, e mais propriamente com a proclamação da república, em 1889, pois as marcas de uma nova nação precisavam ser impressas sob uma nova ordem, com vistas ao progresso e à modernidade, sem as sombras de um passado que deveria ser apagado. Era o momento de criar uma nova identidade nacional e reescrever a história. Mas, pelo fato de o Brasil ser um país com grandes dimensões geográficas, o IHGB também incentivou a fundação de institutos históricos estaduais, com o intuito de cada estado contribuir com a construção da história nacional, recolhendo e enviando dados e informações históricas regionais. Isso ajudou a construir identidades regionais, que de modo algum deveriam sobrepor-se ou opor-se à identidade nacional.

Em Santa Catarina, até então ainda não se havia constituído um sentimento de identidade, um espírito catarinense. A população desconhecia o sentimento de pátria, que atuaria como um laço para unir os interesses comuns de todas as regiões do estado. Isto se deve, em parte, na visão de Silva (2007), ao modo como se formaram os primeiros núcleos de povoamento do estado, pois não havia uma dependência em âmbito econômico nem político entre eles, e apesar de Desterro ter-se tornado o centro político-administrativo, não participou da criação de novos povoados e vilas. Para esse autor, mesmo após a incorporação da Vila de Lages<sup>101</sup>, em 1820, essa configuração não foi alterada, só acrescentou uma peça ao mosaico de peças distintas. Além disso, a trajetória política e social, repleta de dificuldades, indecisões e confusões<sup>102</sup>, também colaborou para a inexistência de uma identidade

---

<sup>101</sup> Lages pertencia à capitania de São Paulo.

<sup>102</sup> Essas questões referem-se à instabilidade política diante da proclamação da República no Brasil; à frequente mudança de governadores; à indefinição de limites territoriais entre os estados de Santa Catarina e Paraná, que culminou com Guerra do Contestado em 1912; entre outras.

comum. De acordo com Moraes (2000 apud SILVA, 2007), a construção de um território implica a associação de três dimensões – militar, jurídica e ideológica – de forma hierarquizada. Para esse autor, em alguns casos a identidade constituída estabelece um meio jurídico para se afirmar, de forma diplomática ou militar. Em outros, o espaço é conquistado por um aparato militar e legislação forte, sendo a identidade criada após a formação do território. Para Silva (2007), esse último parece aproximar-se do caso de Santa Catarina, embora a formação militar e jurídica também seja posterior à criação dos primeiros núcleos de ocupação.

De todo modo, com o advento da República em 1889, surgiu a necessidade política de “reconstruir” formalmente um passado comum para criar uma pátria brasileira. Era preciso formar um cidadão republicano, e para isso adotou-se o modelo de civilização europeia, o que posteriormente seria contestado por diversos intelectuais. Os estados estariam vinculados a essa pátria, e por isso também precisariam de uma nova história. Então, em 1896 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), em Florianópolis, capital do estado, instituição de caráter científico e cultural, sob a organização de José Artur Boiteux<sup>103</sup>. Esse ato contou com a colaboração de 30 sócios fundadores<sup>104</sup>, a maioria formada por representantes do meio político, embora tivessem ocupações e formações profissionais distintas, como engenheiros, médicos, militares, professores, oficiais da marinha, funcionários públicos, desembargadores, jornalistas e juízes, entre outros. Por seu estatuto, a Instituição tinha entre as finalidades buscar, pesquisar, traduzir e publicar documentos relacionados à História, à Geografia, e a outras áreas, em especial do Estado de Santa Catarina, assim como organizar uma biblioteca e uma seção de museu (INSTITUTO HISTORICO GEOGRAPHICO DE SANTA CATHARINA, 1902). Outra finalidade do IHGSC era criar uma revista, intenção que se concretizou em 1902, para auxiliar na construção e divulgação da história do estado catarinense. Daí o dever dos sócios de “[...] incitar e desenvolver por todos os meios a educação cívica, o

---

<sup>103</sup> Político republicano com passagem pela câmara dos deputados e várias vezes deputado estadual durante a Primeira República (1889-1930).

<sup>104</sup> Os sócios se dividiam em fundadores, efetivos e correspondentes. Entre os fundadores estavam: Hercílio Pedro da Luz, José Artur Boiteux, Felipe Schmidt e Gustavo Richard. Entre os efetivos, Emílio Blum e Francisco Tolentino Vieira de Souza; e entre os correspondentes, Virgílio Várzea, Lauro Müller, Vidal Ramos, José Pinto da Luz e Lucas Alexandre Boiteux.

respeito e o amor à Pátria” (FERREIRA LIMA, 1913, p. 104), por meio da escrita de um passado comum, que tivesse pontos de identificação para instigar o patriotismo, e assim legitimar o regime republicano.

Ao analisar exemplares desse periódico, percebem-se três fases distintas devido à descontinuidade das publicações. Na primeira fase, que vai de 1902 a 1920<sup>105</sup>, dois números foram publicados; em 1902 houve uma pausa até 1913, sem nenhuma publicação; e a partir daí, os números seguiram até 1920. A segunda fase inicia em 1943 e finaliza em 1944<sup>106</sup>, com apenas quatro números publicados. E a terceira começa em 1979 e continua até a atualidade.

Observou-se que a maior parte dos artigos publicados na primeira e na segunda fase da revista aborda questões históricas relacionadas às origens do estado<sup>107</sup>, questões políticas, administrativas, militares e também biografias de personalidades. Em geral, seguiam uma linearidade pouco crítica e se baseavam somente nos documentos oficiais arquivados. Os autores narravam a história com um sentimento patriótico, que deveria ser estimulado e disseminado. Isso corrobora o modelo de produção historiográfica tradicional, denominado por Wolff (1994)<sup>108</sup> e utilizado por Gonçalves (2005, 2006) para analisar a produção historiográfica do IHGSC, a partir dos anos de 1940. O seletivo grupo de intelectuais do IHGSC se considerou no dever de buscar a verdade histórica e geográfica e divulgá-la (por meio da Revista), assim como também delimitou o que de certa forma deveria ser ensinado aos cidadãos catarinenses (SILVA; GASPARINI, 2010)<sup>109</sup>.

Não obstante, a ascendência lusa das personalidades que fizeram parte da construção histórica do estado ser observada nos artigos é relevante mencionar que até o final da primeira fase, em 1920, pouco foi escrito sobre os imigrantes açorianos que vieram para o litoral catarinense em meados do século XVIII, embora sua nacionalidade também fosse portuguesa. Em 1913 um artigo mencionou algumas provisões referentes à vinda desses imigrantes. E em 1916 foi transcrito o regimento do transporte desse povo para o sul do Brasil. Embora

---

<sup>105</sup> A primeira fase é composta por 15 revistas.

<sup>106</sup> A segunda fase é composta por 4 revistas.

<sup>107</sup> A exemplo dos fundadores e das primeiras povoações, dos primeiros administradores e governantes, entre outros.

<sup>108</sup> Esta autora utilizou como base as considerações de Burke (1992).

<sup>109</sup> Nas primeiras décadas do século XX, os programas curriculares de Santa Catarina foram, em sua maioria, produzidos com base na História escrita pela elite intelectual que fazia parte do IHGSC (SILVA; GASPARINI, 2010).



Serpa (1996) afirma que a identidade catarinense estava sendo construída apoiada na ascendência luso-brasileira e não açoriana, é relevante ressaltar que esse termo “identidade” precisa ser relativizado, pois só a valorização de um passado não pode ser encarada como sentimento identitário, até porque os luso-brasileiros do litoral já eram desvalorizados pela difícil situação econômica da região. Portanto, a açorianidade como discurso identitário ainda estava longe de ser proferido.

Oportuno ainda lembrar que, em Santa Catarina, as artes, entre as quais a literatura, a poesia e a pintura, pouca importância tiveram para divulgar a construção histórico-identitária do estado, diferentemente do que aconteceu na construção da identidade brasileira. Convém salientar que, se em âmbito nacional o índio passou a ser valorizado, no estado de Santa Catarina ainda tentava-se exterminá-lo<sup>110</sup>.

Por sua vez, na segunda fase da *Revista do IHGSC* (1943-1944), foi publicado no primeiro semestre de 1943 um artigo de quinze páginas intitulado “Os açorianos”, de Oswaldo Rodrigues Cabral, no qual o autor tratou da vinda dos açorianos para o litoral catarinense, destacando as dificuldades do percurso e dos primeiros anos após a chegada desses imigrantes (CABRAL, 1943). No segundo semestre desse mesmo ano, esse autor também publicou outro artigo sob o título “Decadência agrícola do açoriano”, com 19 páginas, cujo foco foi demonstrar a incapacidade agrícola, entre outros motivos, ressaltando para a penúria e a miséria em que muitos viviam no final do século XVIII. Esse período coincide com a campanha de nacionalização imposta pelo governo federal, como se verá na sequência, quando a origem lusa passa a ser valorizada em detrimento de outras, a fim de criar uma unidade cultural para o país. Todavia, o segundo texto mencionado parece demonstrar justamente o contrário.

Já na terceira fase, analisada no decênio 1979 – 1989<sup>111</sup>, percebe-se considerável aumento de artigos referentes a cidades povoadas por outras etnias, como a alemã e a grega, por exemplo. O oeste e o sul tornam-se interesse de pesquisas, no que se refere a questões políticas, econômicas, territoriais e identitárias, refletindo um

---

<sup>110</sup> Cabe destacar a figura do “bugreiro”, pessoa contratada por particulares e pelo governo, responsável por expulsar e/ou exterminar os índios Xokleng nas áreas de colonização localizadas entre o litoral e o planalto catarinense.

<sup>111</sup> Optou-se por encerrar a análise no final dos anos de 1980. Nessa década a diversidade cultural de Santa Catarina foi aceita, consolidou-se e passou a ser utilizada como estratégia de *marketing* turístico.

novo contexto e comprovando que a valorização de apenas uma etnia como representante identitária do estado já não fazia mais sentido. Nesta última fase, muitos intelectuais do IHGSC eram também membros das Instituições de Ensino Superior.

Por fim, pode-se dizer que apesar dessas três fases distintas, a revista ficou desativada por grande período. E como na primeira fase houve preocupação em realizar um “resgate” histórico do passado relacionado a personalidades lusas, o presente vivenciado naquele momento – a rivalidade política e ideológica entre as etnias teuto e luso-brasileiras – não se tornou alvo de interesse de pesquisa. Mas como se verá na sequência, a construção da identidade de um se baseia na diferença e exclusão do outro, e a política e os valores sociais, econômicos e culturais de cada período determinam o modelo de ideal representativo do todo.

### 3.2 UMA DISPUTA ENTRE IDENTIDADES: “SUPERIORIDADE” ALEMÃ OU MATUTOS DO LITORAL?

Como se demonstrou no capítulo anterior, a partir do momento em que os imigrantes açorianos chegaram em Santa Catarina, foi frequente encontrar nos documentos históricos registros sobre a falta de apreço pelo trabalho. Adjetivos e expressões como indolente e incapaz (ARAUJO, 1989), preguiçoso, atrasado, caboclo (ENTRES, 1929)<sup>112</sup>, “caboclo do litoral ou da praia”, “amarelos do litoral”, matutos<sup>113</sup>, entre outros, foram utilizados para designar o “homem do litoral”.

Os discursos de diversos governadores da Província, como já mencionado no capítulo anterior, foram precursores dessa direção. Mas, para isso, foi utilizada a exaltação de outra identidade: a alemã de forma especial. Em 1884, o então Presidente Francisco Luiz da Gama Rosa (SANTA CATHARINA, 1884, p. 8) mencionou, numa de suas falas na Assembleia Legislativa, que “as povoações, villas e cidades, construídas à maneira européa, com architectura elegante, jardins bem cuidados, ruas bem largas e regulares, [...]” representavam um padrão diferente das casas brasileiras. Na sequência, afirmou que se devem a essas ex-colônias os “[...] primeiros núcleos de indústrias, representados nas numerosas fabricas ahí existentes, providas de machinismos

---

<sup>112</sup> Livro Comemorativo do Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina.

<sup>113</sup> Nesse período, o termo “manezinho” não foi encontrado nas fontes pesquisadas.

aperfeiçoados, movidos à vapor, e destinadas à confecção de numerosos productos” (p. 8). E complementou: “a grande e superior raça germânica, que possui a irresistível fôrça de tenacidade, soube crear nos nossos desertos centros de poderio, civilização e riqueza, hoje votados a um engrandecimento seguro, progressivo e indefinido” (p. 10). Mais à frente, elogiou a “população italiana” e mencionou que se fosse possível trazer tais imigrantes para cá, “seria possível [...] atenuar, se não transformar o cunho originario da nossa população, no que haveria toda vantagem assinalada pela superioridade da raça italiana sobre a portugueza” (p. 10). Esses registros demonstram a crença na superioridade dos imigrantes europeus não portugueses, o que não se corrobora aqui. A “grandeza” de uma população não deve ser atrelada ao seu modo de vida nem ao seu progresso.

Alguns autores enfatizaram, inclusive, um estado de debilidade da população litorânea que se atribuía à alimentação. Em sua viagem a Santa Catarina em 1820, Saint-Hilaire (1936) salientou que as diferenças entre os imigrantes portugueses, que vieram para Santa Catarina e Rio Grande do Sul no mesmo período, se deram em especial pelo clima e pela natureza. Os que foram para o Rio Grande se tornaram criadores, andavam a cavalo, respiravam ar puro, comiam carne, “[...] adquiriram uma força e intrepidez notáveis; são robustos e corados” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 64). Já aqueles que vieram para Santa Catarina e tornaram-se pescadores, passavam muito tempo sobre uma canoa; alimentavam-se de peixes, frutos do mar e farinha de mandioca; respiravam as “[...] emanações quase sempre insalubres de um solo paludoso, não possuem tanto vigor – são pálidos e de feição doentia” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 64). Boiteux afirmou que ao imigrar para o litoral catarinense o açoriano “[...] sofreu na estrutura firme, maciça e sadia a ação deletéria do paludismo [...]”. E completou ser notável, “[...] especialmente nos habitantes da Ilha, uma já bem acentuada decadência ou degeneração fisiológica” (BOITEUX, 1957, p. 17). Em 1940, Câmara (1948)<sup>114</sup> também fez referência à alimentação:

As populações praiieras, de pequena estatura, indolentes, resignadas, anquilosadas, esquizotímicas, vivendo no minifúndio e sem assistência exterior, procuram obter, com o menor dispêndio de energias, o alimento de cada dia, que consiste no peixe, na farinha de

---

<sup>114</sup> O texto foi publicado pela primeira vez em 1940, e republicado em 1948.

mandioca, no café, no açúcar de engenho e na aguardente. (CÂMARA, 1948, p. 212).

E ainda,

Se o homem é função do alimento, [...] bem se avaliam os resultados dessa alimentação, monótona, desarmônica, incompleta, pobre em sais minerais, paupérrima em vitaminas, ora exclusiva de carbo-hidratos. Ao cabo de períodos de subnutrição, sobrevém a desnutrição e, daí, a inanição (p. 212).

Para Câmara (1948), a alimentação baseada na farinha de mandioca era a responsável pelo físico fraco e impróprio para o trabalho. Tais colocações demonstram que a alimentação também se tornou alvo do discurso de superioridade dos europeus não portugueses e justificativa para sua inaptidão para o trabalho, trazendo, em consequência o atraso econômico da região.

Até o final do século XIX, o estado de Santa Catarina teve pouca visibilidade no cenário nacional. Todavia, em decorrência da atividade industrial e do progresso de algumas cidades, mormente Blumenau, Joinville e Brusque, começou a propagar-se a positividade do imigrante europeu não português, em especial do alemão. No início do século XX, esse cenário se intensifica, pois o progresso econômico e material passou a se tornar sinônimo de civilização naquelas ex-colônias. Na visão capitalista, o homem do litoral, agricultor e pescador, não representava o ideal de homem trabalhador e disciplinado. A prática de uma agricultura vista como rudimentar complementada pela pesca artesanal e por uma indústria manufatureira ultrapassada, com pouca inserção no cenário nacional, colocavam as cidades fora do ritmo da nova ordem capitalista de produzir o progresso como era pensado.

Seyferth (1982, p. 17) esclarece que “[...] a aparente autossuficiência dos imigrantes, numa zona pioneira como o Vale do Itajaí no século XIX, é vista como exemplo prático, histórico, da superioridade do trabalho dos colonos alemães, que primeiro povoaram aquela região”. Apesar da ausência do Estado, deficiência de serviços públicos e falta de recursos, entre outros, o estabelecimento de uma forte organização comunitária, manifestada em associações assistenciais (religiosas e leigas), escolas, sociedades culturais e recreativas<sup>115</sup>, além

---

<sup>115</sup> Essas instituições não foram criadas para assegurar a especificidade étnica, embora num momento posterior tenham servido a esse fim. Em geral, vieram

de um complexo econômico e social advindo da atividade comercial, fizeram com que as colônias se diferenciasssem da sociedade litorânea. O discurso de progresso econômico, baseado na ótica capitalista, afirmava uma suposta superioridade da população alemã sobre os descendentes de portugueses, que seriam incapazes de se adequar a esse ideal por pertencerem a uma raça inferior. Assim, a partir daí, reforçou-se<sup>116</sup> a imagem da etnia alemã associada ao trabalho e à disciplina, denominando a si próprios de colonos, e pejorativamente caboclos ou brasileiros aos habitantes do litoral.

Vale ressaltar, que os estudos de imigração alemã evidenciam que no século XIX, esses imigrantes vieram para o Brasil meridional de diversas regiões da Alemanha, que não se constituía como nação com identidade definida, eram vários povos convivendo sem a presença de um estado unificado. Assim, esses imigrantes representavam grupos étnicos distintos, mas que segundo Maltzahn (2011, p. 61), “[...] assentados em solo brasileiro e confrontados com uma cultura estranha, comparada com a de seus vizinhos de origem “germânica”, desenvolveram entre eles um sentimento comum de pertencimento étnico”. Conforme esse autor, a identidade étnica teuto-brasileira foi construída por lideranças que pretendiam manter os elementos fundamentais da cultura “original”. E possivelmente, para não se abasileirar, haja vista que o brasileiro era visto como o outro a ser negado. Seyferth (2003, p. 59-60) confirma que,

A identidade étnica teuto-brasileira foi construída etnocentricamente por oposição aos brasileiros. Ela é dada pela origem alemã e se atualiza através da língua, da cultura e de um modo de vida diferente, resultante da experiência da imigração, da conservação de costumes germânicos e do pioneirismo do colono.

Mas essa visão não deixa de ser romantizada, uma vez que tantas foram as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de fundação, que a estagnação do empreendimento fez com que os fundadores da colônia, Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt, entregassem a administração ao Império, após dez anos da fundação.

---

suprir as lacunas deixadas pelo Estado. A "escola alemã", por exemplo, foi criada devido à falta de escolas públicas para atender à demanda local.

<sup>116</sup> Essa imagem positiva não foi construída no Brasil, já existia antes de imigramem (FROTSCHER, 1998).

Segundo Frotscher (1998), o “trabalho” foi utilizado como critério de distinção étnica, mas como uma construção social, deve ser visto como algo construído e não algo nato. A etnia, de maneira semelhante, deve ser entendida como algo inato, não natural, assim como também não é fixa, pois certamente mudou no curso da história. Conforme essa autora,

A etnia teuto-brasileira é construída culturalmente por agentes sociais, em lugares sociais, em meio a estratégias de poder [...], em meio a estratégias de barganha, de exclusão e inclusão de elementos, tendo que para isso sofrer mudanças de valores e significados (FROTSCHER, 1998, p. iv).

E o mesmo se aplica à etnia luso-brasileira no litoral catarinense em outros momentos. Em ambos os casos, as diferenças são diluídas, como se essas etnias fossem únicas. É preciso relativizar tanto a ideia de isolamento como de homogeneização cultural, pois o discurso propagado é uma construção política de elites econômicas, que em geral se difere, pelo menos em parte, daquilo que é vivenciado por toda a sociedade.

Além disso, o que pouco se expõe, mas merece ser registrado, é que o progresso daquelas ex-colônias<sup>117</sup> que se industrializaram seguiu o caminho tradicional da acumulação capitalista, isto é, exploração e expolição da mão de obra operária. Isso corrobora o pensamento de Vegini (1984, p. 26) quando se refere ao desenvolvimento industrial de Joinville no início do século XX: “[...] o processo de acumulação capitalista [...] seguiu caminhos de expolição, exploração, e de opressão [...]”. O desenvolvimento industrial de parte de algumas colônias germânicas está associado aos valores socioculturais nos quais se configurava uma ética voltada para o trabalho de um lado, mas de outro, e não menos importante, à exploração capitalista. No sistema capitalista, o perfil ideal de trabalhador é aquele pautado na disciplina, no alto rendimento produtivo e, acima de tudo, na sua alienação. Tais características já estavam inseridas na mentalidade dos imigrantes alemães, que ao deixarem a Europa já vivenciavam os reflexos da Revolução Industrial. A ideologia capitalista se articula aos aspectos sociais, tornando-se a principal ótica para interpretar a materialidade concreta, gera conformismo e subordinação ao naturalizar o sofrimento

---

<sup>117</sup> Grande parte das colônias fundadas durante o período imperial não tiveram êxito econômico, haja vista haverem sido abandonadas à própria sorte. Esse foi o caso de São Pedro de Alcântara, entre outras, colonizadas por alemães.

humano, o individualismo e a desigualdade. Seu amplo alcance incide sobre as práticas cotidianas em geral, nos processos de formação e construção de identidade, nos valores e na consciência moral, na percepção e nos sentidos atribuídos ao passado e ao futuro, nas características intelectuais, entre tantas outras. Assim, os operários alemães e teutos que não prosperaram permaneceram invisíveis na história. De acordo com Frotscher (1998), na historiografia de Blumenau diluem-se os conflitos, as lutas de classe e as desigualdades<sup>118</sup>. Além disso, também se pode inferir que tal progresso causou muitos danos ambientais, principalmente erosão do solo, ocupações irregulares de encosta, a naturalização das enchentes como fenômenos catastróficos para omitir as ocupações à beira do rio, desde a fundação da cidade.

A vivência fechada da sociedade alemã, em parte consequência da ausência do estado, contribuiu para que os alemães preservassem as suas tradições e a sua cultura, inclusive a utilização da língua alemã. Por outro lado, isso fez com que tal “superioridade” atribuída à essa cultura passasse a ser vista por muitos estudiosos da época como o “perigo alemão”, que ameaçava a sociedade e a cultura brasileira. Em tal cenário, diversos intelectuais da época, como Silvio Romero<sup>119</sup>, apoiaram e estimularam uma corrente antigermanista, alegando as diferenças culturais calcadas na língua, na religião, nos costumes, no sistema de trabalho, nos ideais, e a resistência dessa etnia em se abrigar. Mas essa visão não era consensual: houve também quem defendesse os alemães, como o jornalista catarinense Crispim Mira<sup>120</sup> (VEGINI, 1984). De todo modo, apesar de expor de forma negativa a imagem dos alemães e teutos-brasileiros, esses conflitos não abalaram a imagem da “raça superior e trabalhadora”.

Como construção simbólica, o trabalho carrega tanto um lado positivo, que embasou a valorização de alemães e teuto-brasileiros, como um lado negativo, fortemente vivenciado por portugueses e espanhóis. De acordo com Holanda (1995, p. 38), “um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia desses povos é a invencível repulsa que sempre lhe inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho.” Para esse autor, o apreço pela atividade utilitária jamais se naturalizou. Prefere-se a ociosidade à luta insana do

---

<sup>118</sup> Ver mais em Vidor (1995), cuja obra faz uma análise crítica sobre a industrialização do Vale do Itajaí.

<sup>119</sup> Ver mais sobre o assunto em Romero (1902, 1979).

<sup>120</sup> O Jornalista nasceu em Joinville, mas tinha ascendência portuguesa.

dia a dia. Ele afirma que para os portugueses e espanhóis, a vida ideal é a de grande senhor, sem esforço nem preocupação, que o ócio é mais importante do que o negócio e “que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor” (p. 38), o que se aproxima do ponto de vista da Antiguidade Clássica. Para esses povos, o trabalho tinha uma carga pejorativa, a noção desse termo estava carregada de sofrimento, esforço, e estava relacionado à escravidão. É preciso lembrar que, no Brasil colonial, trabalho era para escravo; ao invés de dignificar o homem, desonrava-o. Somente no final do século XIX, após a abolição da escravatura, uma nova imagem foi criada para positivar o trabalho, em prol da ordem e do progresso.

É relevante destacar que o homem do litoral também possuía um rico universo de valores socioculturais, embora sua concepção de trabalho, de modo geral, não estivesse associada à acumulação capitalista. Nesse sentido, nas áreas rurais, o modo de vida associado à forte religiosidade e ao ritmo e ciclos da natureza determinavam o período de realizar muitos afazeres. Por exemplo: a pesca da tainha e as farinhadas (colher a mandioca e produzir a farinha). Todavia, essa concepção era inaceitável para uma sociedade capitalista, cujo relógio marca o tempo, o tempo produtivo que se reverte em dinheiro e o tempo improdutivo que implica perdas. Essa concepção corrobora o pensamento de Thompson (2005), ao afirmar que os homens que utilizam o relógio para controlar o tempo do trabalho veem o “passar do tempo” como uma atitude antieconômica.

Por outro lado, é fato que, até a metade do século XIX, não havia na área central da Ilha de Santa Catarina uma divisão clara entre ricos e pobres. Muitas pessoas viviam em casinhas geminadas alugadas, aumentadas ou assobradadas que formaram os primeiros cortiços próximas aos sobrados da elite que estava em formação. Até o início do século XX, Florianópolis era vista como uma cidade “enferma” (GERBER, 1998), carente de infraestrutura urbana básica, como tratamento de esgoto, água encanada e luz elétrica. Era grande o número de habitações insalubres que se caracterizavam pela pouca circulação de ar. Por se tratar de cidade portuária, aumentava ainda mais a incidência de epidemias, pois, além das doenças originadas na própria região, também estavam sujeitos a outras enfermidades, trazidas pelos próprios marinheiros ou passageiros imigrantes doentes que aqui aportavam (fotos 21 e 22).



**Foto 21** – Rua Menino Deus no antigo Bairro da Toca, no centro de Florianópolis, na década de 1920



Fonte: Acervo Casa da Memória.

**Foto 22** – Região central de Florianópolis, fundos da Catedral na Rua Arcipreste Paiva (1910-1919)



Fonte: Acervo IHGSC.

A partir de meados do século XIX, lentamente as diferenças sociais começaram a desenhar-se com um processo de acumulação de riquezas em decorrência das atividades portuárias e da diversificação das atividades comerciais na área central da cidade, o que permitiu a ascensão de uma nova elite. Essa elite passa a frequentar Teatro, Clubes, Sociedades, assim como admirar música e literatura. No cenário nacional, a proclamação da República, em 1889, trouxe novas formas de civilidade, entre as quais uma intensa preocupação com a estética e a higiene, por influência da Europa. Como já mencionado, as políticas higienistas sanitárias que chegaram primeiro aos grandes centros do país não tardaram a ser implantadas na capital do estado catarinense. Nos primeiros anos da república, pretendia-se modernizar, embelezar, extinguir a imagem de atraso e associar a capital do estado ao progresso. Assim, conforme Araújo (1989), a população de baixa renda tornou-se alvo de investimentos de controle e, com a justificativa de reajustamento social, foi sendo expulsa dessa área, passando a ocupar, em sua grande maioria, as encostas dos morros.

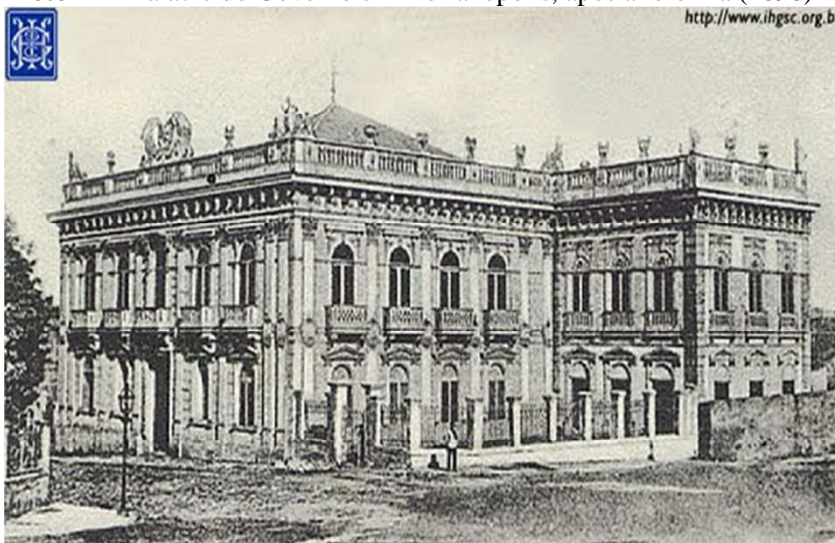
Um exemplo dessa modernização foi a reforma realizada no Palácio do Governo (atual Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), Palácio Cruz e Souza) em 1896, na época, um sobrado colonial, que após as obras adquiriu características ecléticas, como pode ser comparado nas duas figuras que seguem (fotos 23 e 24). Há de lembrar que as construções habitacionais também passaram por remodelações estéticas, a fim de se modernizarem.

**Foto 23** – Palácio do Governo no centro de Florianópolis, antes da reforma (1892)



Fonte: Acervo Casa da Memória.

**Foto 24** – Palácio do Governo em Florianópolis, após a reforma (1898)



Fonte: Acervo IHGSC.

Outro exemplo foi o cercamento da Praça XV de Novembro entre 1894 e 1912, com grades importadas da Inglaterra, a fim de seleccionar a entrada de pessoas, tornando-a um lugar elitizado (foto 25).

E também a construção de um novo mercado público<sup>121</sup> ao lado da Alfândega, inaugurado em 1899, para substituir o antigo, que havia sido construído em 1851 na parte sul da Praça XV, em frente a praia, na atual praça Fernando Machado (fotos 26 e 27), e a canalização do Rio da Bulha entre 1919 e 1922, na atual Av. Hercílio Luz, a fim de melhorar o saneamento e a estética do local para que aos poucos os novos sobrados possam ocupar o lugar dos antigos cortiços (foto 28).

**Foto 25** – Praça XV de Novembro, em Florianópolis, cercada com grades (1900)



Fonte: Acervo Casa da Memória.

---

<sup>121</sup> Aqui refere-se a ala norte do mercado. A ala sul foi inaugurada em 1931 e destinou-se a comercialização de peixes e carnes.

**Foto 26** – Comércio no primeiro mercado público de Florianópolis, construído na linha da praia em frente à Praça XV de Novembro (entre meados e fins do século XIX)



Fonte: <http://www.mercadopublicofloripa.com.br/sobre-o-mercado/>

**Foto 27** – Ala norte do mercado público de Florianópolis, na atual localização (início do século XX)



Fonte: <http://www.mercadopublicofloripa.com.br/sobre-o-mercado/>

**Foto 28** – Sobrados e cortiços na Av. Hercílio Luz, em Florianópolis (1919)



Fonte: Acervo IHGSC.

Tendo isso em vista, o modo de vida e as tradições populares tornaram-se alvo de inúmeras críticas das elites dirigentes. A esse respeito, Oliveira (2001) cita a condenação do Entrudo<sup>122</sup>, as brincadeiras da Festa do Divino, os Ternos de Reis, a Malhação de Judas, os Batuques de escravos e libertos e os Reinados Africanos das Irmandades de negros<sup>123</sup>. A imprensa criticava a exposição de gaiolas nas fachadas das moradias, o hábito de criar animais, as roupas a secar nas janelas, entre outras (O DESPERTADOR, 1840, p. 3; A OPINIÃO, 1916, p. 1). De acordo com Siebert (2001), criticavam-se os antigos costumes e se propunham formas de sociabilidade e práticas cotidianas adequadas aos “semibárbaros catarinenses”, num inquestionável “processo civilizador”. Conforme Serpa (1997, p. 106), as elites

---

<sup>122</sup> Brincadeira popular realizada no período do carnaval que consistia em molhar uns aos outros como água, perfume, e outras variantes em pó e até sólidos.

<sup>123</sup> Como se percebe, a presença de manifestações culturais africanas indica que a população negra estava organizada e não era tão insignificante quanto afirmaram alguns estudiosos, como Fernando Henrique Cardoso.

vislumbravam a civilização do povo “[...] a partir de paradigmas europeus, criando novas formas de sociabilidade que denotassem mudanças de hábitos culturais considerados rústicos e obsoletos; enraizados numa população marcada pela heterogeneidade étnica e cultural”. Para as elites, a cultura popular comprometia a sua imagem civilizada, pois na esfera pública a convivência era inevitável.

A remodelação social também era interesse da Igreja Católica, que naquele momento passava por um processo de romanização. Tal processo, na visão de Bastide (1951, apud SERPA, 1997), foi a afirmação da Igreja como autoridade institucional e hierárquica dentro do catolicismo<sup>124</sup>, com vistas a substituir o catolicismo popular e tradicional pelo romano universal. Segundo Serpa (1997, p. 21), “o combate às manifestações religiosas populares está na esteira do ideal de construção de uma nação civilizada, através de padrões culturais europeus [...]”. Em outras palavras, objetivava-se substituir as práticas religiosas populares regionais carregadas de rituais profanos que se confundiam com a cultura local. Assim, de acordo com o autor, presentes no catolicismo popular sem a “gerência” da hierarquia eclesiástica, a benzedura, a atuação de leigos com papel de destaque nas capelas e nas irmandades, o culto exacerbado aos santos, as festas, as novenas, as procissões, as promessas, as práticas devocionais em oratórios ou a imagens estampadas e penduradas na parede, entre outras, misturavam o sagrado e o profano com caráter festivo<sup>125</sup>, o que estava em desacordo com as novas regras de Roma.

Comungando dos mesmos interesses, a Igreja e as elites dirigentes<sup>126</sup> selaram uma sólida aliança. Os discursos eclesiásticos da época propagavam uma imagem negativa da população, daí a necessidade de reformular os princípios que norteavam o processo civilizatório. Era preciso atuar contra as resistências oferecidas pelo povo praticante do catolicismo popular de origem luso-brasileira (SERPA, 1997). A crença de que o progresso seria a redenção para todos os problemas sociais, tornando “civilização” e “controle” as palavras de ordem no período, não foi vivida apenas em Santa Catarina, como já mencionado no capítulo anterior, mas em diversas cidades brasileiras e de todo o mundo. Sevckenko (1999, p. 30) aponta quatro

---

<sup>124</sup> Essa necessidade surge quando a Igreja é separada do Estado Republicano.

<sup>125</sup> Tais práticas são características do catolicismo popular português do século XVI, que, remontam à época medieval.

<sup>126</sup> Constituída nesse período por comerciantes, políticos, militares, industriais, parte de origem portuguesa, mas principalmente europeus de outras etnias.

princípios vigentes nesse período de intensas transformações sociais, que podem ser visualizados em Florianópolis na prática, ou ao menos desejado, como no último princípio:

[...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade [...]; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

Na visão de Tocchetto (2010), a necessidade de “higienizar” a cidade era indispensável para o desenvolvimento do capitalismo e do fortalecimento da burguesia. Para construir e manter a ordem social era necessária “[...] a organização do espaço urbano, do trabalho e do convívio social para garantir a formação de indivíduos fortes, sadios, moralizados e ordeiros, fundamentais para a expansão do mercado de trabalho” (TOCCHETTO, 2010, p. 255). Todavia, convém ressaltar que os mais abastados também eram os responsáveis por praticar ações que colaboravam para construir uma imagem negativa da capital do estado, embora essa elite não se identificasse como produtora “de sujeira e dos maus odores”; a culpa recaía sempre “no outro”, o pobre e o negro, como marca da alteridade.

Mas todas essas ações não foram suficientes para alterar a imagem negativa promovida por um discurso desqualificador, que permaneceu, em parte, até os anos de 1960. Apesar de Florianópolis ser a capital do estado<sup>127</sup>, não desenvolveu nenhum setor econômico com expressividade, contrastando com cidades como Blumenau, Brusque e Joinville, que passaram da manufatura a efetivas indústrias com grande dinamismo, inserindo-se no mercado nacional a partir do final do século XIX. De todo modo, a expectativa de um futuro moderno e civilizado, nos moldes burgueses, fez com que os vestígios edificadas e os costumes insalubres do passado de Desterro fossem desaparecendo pouco a pouco. Esse processo foi mais lento devido à estagnação econômica vivenciada após os anos de 1930, implicando transformações urbanísticas das próximas décadas em menor escala, como pode ser

---

<sup>127</sup> Como foi demonstrado no capítulo anterior, essa região teve dificuldades de inter-relação com as demais do estado até o início da década de 1970 pelas dificuldades de acesso, entre outras coisas.



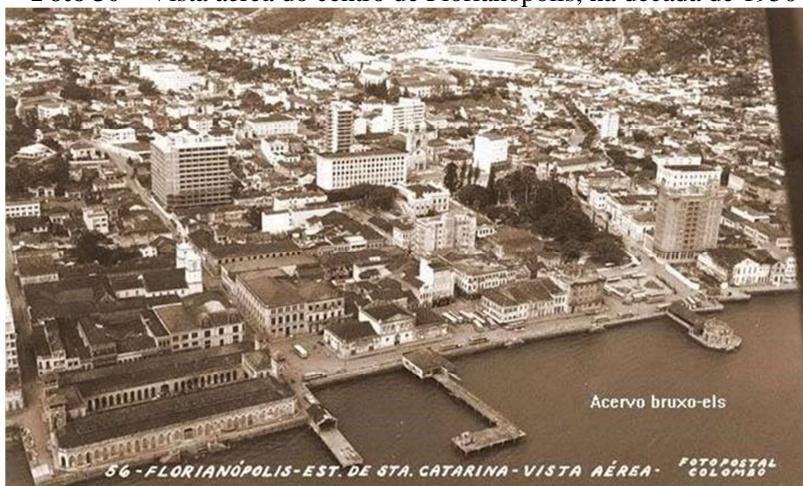
observada a evolução urbana da área central da cidade nas fotos referentes às décadas de 1940, 1950 e 1960, em relação à construção de edifícios com mais de cinco andares (fotos 29-31).

**Foto 29** – Vista do Centro de Florianópolis nos anos de 1940



Fonte: <http://www1.udesc.br/?id=2199>

**Foto 30** – Vista aérea do centro de Florianópolis, na década de 1950



Fonte: [http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album006/pages/6001-%20Vista%20parcial%20da%20cidade%20-%20final%20dos%20anos%20de%201960\\_jpg.htm](http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album006/pages/6001-%20Vista%20parcial%20da%20cidade%20-%20final%20dos%20anos%20de%201960_jpg.htm)

### Foto 31 – Vista aérea de Florianópolis, na década de 1960

<http://www.ihgsc.org.br>



#### Vista aérea de Florianópolis

A vista, da década de 1960, mostra a capital de Florianópolis antes do grande surto imobiliário que a sacudiu à partir de 1970, bem como o perfeito contorno marítimo que definia a cidade como caracteristicamente litorânea, antes dos aterros sul e norte. Observe-se a Praça XV de Novembro beirando o mar, ainda com a construção do chamado Mira Mar.

Fonte: Acervo do IHGSC.

De todo modo, a paisagem, conforme Santos (1986) é o espelho do momento que vive a sociedade, e sendo assim, à medida que os processos de mudança se instauram, a economia e as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço. Segundo Castells (1983, p. 268), “o espaço urbano não é um texto já escrito, mas uma tela permanentemente reestruturada, por um simbólico que se modifica à medida da produção de um conteúdo ideológico pelas práticas sociais que agem na e sobre a unidade urbana”.

É importante destacar que durante quase todo o século XX, o conhecimento da ascendência açoriana não existia na memória da população. Mesmo porque, como já se viu aqui, o sentimento identitário em relação à região não era evidente. Ora, se o IHGSC, instituição responsável pela construção da história do estado<sup>128</sup>, e por consequência, corresponsável pela construção da identidade local e estadual, não a percebia, não se poderia esperar o contrário da população. A população

<sup>128</sup> Pelo menos de uma determinada versão dela.

litorânea ou de Florianópolis se autodefinia como “nós não somos de origem” (FERREIRA, 2006), ou seja, acreditava ter uma ascendência local. O mesmo foi observado por Flores (1998a), quando questionou sobre a origem dos avós de habitantes do litoral catarinense em pesquisa realizada entre 1988 e 1990, e estes responderam: “[...] nasceram aqui; são brasileiros; não sei de onde vieram; não são de origem (ser de origem é ser descendente de alemão ou de outra etnia estrangeira)” (FLORES 1998a, p. 120).

Em paralelo, ratifica-se que a invisibilidade relacionada a questões políticas e econômicas do arquipélago açoriano para Portugal foi uma realidade constante, durante séculos. Além disso, a região e o “ser açoriano” não se constituíam como um referencial de identidade dentro do próprio arquipélago, nesse sentido, há de se supor que aqui a situação estabelecida não fosse muito diferente.

Apesar dessa aparente modernização da capital, no cenário político a valorização das áreas de colonização alemã passam a ser evocadas por políticos do Vale do Itajaí como forma de barganhar investimentos com o governo estadual. Em 1919, em discurso na Assembleia Legislativa do Estado, Marcos Konder assim se manifestou:

A natureza não é ali [Vale do Itajaí] maior do que o homem, pelo contrário, este procurou imitar senão exceder aquela em sua grandeza. Afora os indefectíveis Jeca Tatus, que em diminuto número se circunscrevem ao litoral; às marinhas, onde gozam beatificamente a sua miséria, pescando nos rios bagres ou siris, extraindo ostras ou mariscos nos recifes da costa, afora estes miseráveis, vítimas da sua ignorância e principalmente das endemias reinantes, a massa geral da população vive devotada ao trabalho, quer na cultura do solo ubérrimo, quer no afã das indústrias agrícolas e pecuárias, quer na lida de suas fábricas de várias espécies (KONDER, 1919, p. 2).

Naquele momento, as causas do atraso brasileiro constituíam assunto constante. Em 1918 o escritor Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu, caracterizado como ignorante e preguiçoso, um sujeito visto como “[...] incapaz de evolução, impenetrável ao progresso (LOBATO, 1918, p. 279)”, como o caboclo do interior, responsável por tal atraso. De forma semelhante, para Konder (1919), o problema de Santa Catarina estava localizado no litoral, sendo a sua população

responsável pelo atraso econômico e social. Em diversas publicações na língua alemã, o discurso seguia nessa mesma direção, ou seja, desqualificar os habitantes do litoral. Uma delas afirma que o alemão sobrepujava a natureza por meio do trabalho, enquanto nas regiões de colonização lusitana, como no litoral sul, a população se deixava domar pela natureza: “a indolência humana não quis aqui criar nada a partir destas terras ricas [...] onde as próprias pessoas é que vegetam” (FOUQUET, 1933, apud FROTSCHER, 2003, p. 87). Noutra, o autor diz que só resta compadecer em relação a essa população, e que eram “[...] vítimas da verdadeira pobreza, perdendo toda e qualquer possibilidade de dirigir suas vidas” (FOUQUET, 1933, apud FROTSCHER, 2003, p. 87). Também chama os açorianos de “gentinha” para a criticar a sua incapacidade produtiva e a condição econômica da região litorânea em que predominava a presença de descendentes de açorianos.

É visível a repulsa e o ar de superioridade na linguagem desse escritor, todavia é relevante mencionar que a valorização do imigrante europeu não português é generalista, os discursos não mencionam as colônias que não tiveram êxito econômico, tais como São Pedro de Alcântara, Santa Isabel (atuais municípios de Águas Mornas e Rancho Queimado), Hamônia (atual município de Ibirama), entre outras. E assim, colocam sobre o homem luso-brasileiro toda a responsabilidade pelo atraso econômico da região. Frotscher (2003, p. 89) coloca que

Se o paradigma de civilização vigente no estado durante a Primeira República, desqualificava o homem do litoral por ser inadequado a um ideal de desenvolvimento capitalista, Eugen Fouquet acrescenta a este paradigma a idéia de que os descendentes de portugueses seriam incapazes de se adequar a este ideal por pertencerem a uma raça inferior.

Todavia, sabe-se que a raça enquanto diferença genética ou biológica, não pode ser utilizada para diferenciar os povos. É uma categoria discursiva que se apoia em um conjunto frouxo, em geral pouco específico, de diferenças relacionadas à características físicas “[...] como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro” (HALL, 2014b, p. 37).

Mas a população litorânea não era inferiorizada somente por estrangeiros. Na obra *Santa Catharina – história, evolução*, publicada em 1937, o médico Oswaldo Rodrigues Cabral descreve os açorianos

como população pobre, contente e sem higiene, como se observa na passagem que segue:

À beira-mar o homem é pescador e faz da pesca a sua maior ocupação. Raros têm ao lado da casa uma pequena plantação, sendo frequente, ao fundo do terreiro, a capoeira das gallinhas. A pesca dá para o sustento e para mercar. Pequenas são as suas economias. Veste pobremente e o calçado usa nos dias festivos. A sua casa é pobre, mas quasi sempre limpa. Não conhece, todavia, os confortos da hygiene. Ao fundo, a touceira de bananeiras ou o cerrado cafezal lhe serve para lugar de despejo. À frente da casa, na praia, sobre estacas, estende as suas rêdes de pesca e puxa as canôas em que se aventura pelo mar bravio. Em certas aguas e em certas epocas a pesca é verdadeiramente milagrosa. [...]

Vivendo assim livre e despreocupado, leva a vida contente. [...] É hospitaleiro e possui uma noção da solidariedade humana. Não hesita em ajudar o companheiro em perigo, embora tenha de compartilhar d'elle (CABRAL, 1937, p. 18-19).

O autor defende ainda, que os “açoritas” não eram afeitos ao trabalho por preconceito (na maior parte do país, o trabalho braçal era executado por escravos), e nem aptos para a agricultura, motivos estes, entre outros, pelos quais teriam, em seu entendimento, fracassado economicamente. Na sua concepção,

Vivem estas como outróra viveram as póvoas paternas: sem estímulo, abandonadas, guardando a mesma primitiva organização, mantendo-se precariamente da pesca diaria, da pequena lavoura e da industria da farinha, preparada em pequena escala. Os habitantes parecem esperar do Céu favores e desgraças, num fatalismo maometano, recebendo-os ambos com a indiferença dos vencidos (CABRAL, 1937, p. 113).

Na mesma obra citada, o autor refere-se ao colono europeu não português de forma bem diferente. Os adjetivos utilizados demonstram

as suas qualidades, e o seu modo de vida sugere a sua superioridade, que está associada ao trabalho:

Simples, economico, trabalhador, moureja a terra de sol a sol. [...] a sua casa é limpa e confortável, [...] embora o seu mobiliario seja bastante simples. A' noite o chefe da família lê [...] versiculos da Bíblia e jornaes na língua nativa. [...] Terreiro limpo. [...] E' pacifico, não provoca desordens, obediente e cumpridor das leis. Educa os filhos com carinho, mandando-os á escola, ás vezes distante (CABRAL, 1937, p. 19).

Observa-se que o discurso de representação utilizado pela elite política e letrada catarinense e, por conseguinte, também representantes do Estado, colocava a população de origem açoriana numa posição de forte inferioridade. Os principais representantes do Estado tanto participavam como permitiam tais formações discursivas, pois a maior parte guardava fortes vínculos com o Vale do Itajaí (SEYFERTH, 1994), como foi o caso de Lauro Müller, Hercílio Luz, Adolfo e Victor Konder, entre outros<sup>129</sup>. Além desses, havia muitas pessoas integrantes da elite regional que detinham muito poder, fazendo articulações e barganhas, sem ocupar propriamente cargos políticos.

Contudo, com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal, a dominação política e econômica dessa elite foi rompida. Assim, os representantes do Partido Republicano Catarinense perderam seus cargos políticos no governo do estado e o general Ptolomeu de Assis Brasil, político gaúcho, assumiu como

---

<sup>129</sup> Nascido em Itajaí, Lauro Müller foi governador de Santa Catarina e chefe supremo do Partido Republicano Catarinense. Hercílio Pedro da Luz foi governador por três vezes (1894 – 1898, 1918 – 1922 e 1922 - 1924); nasceu em Desterro, em tradicional família de políticos do Império, mas teve o seu grande centro de influência em Blumenau, local onde iniciou sua carreira política em 1891, quando foi chefe local da Inspeção de Terras e Colonização, o que permitiu manter um contato permanente com os colonos. Ao assumir o governo do estado pela primeira vez, teve entre seus seguidores importantes empresários de Blumenau e Brusque, cujo apoio revertia em vantagens à industrialização do Vale do Itajaí (SOUTO, 1980). Natural de Itajaí, Adolfo Konder iniciou sua carreira política ao ser Secretário de Estado de Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura (1918 – 1920); foi deputado federal e governador do estado (1926 – 1930). Victor Konder, também de Itajaí, morou e trabalhou em Blumenau, foi deputado federal (1920) e ministro da Viação e Obras Públicas (1926-1930).

interventor de Santa Catarina. Em 1931, o Partido Aliança Liberal<sup>130</sup> transformou-se no Partido Liberal Catarinense, formado por vários políticos oriundos do Planalto do estado e que teve Nereu Ramos como seu primeiro presidente. Em 1932, Ptolomeu pediu exoneração da Interventoria, e após muitos contatos com o governo federal, Aristiliano Ramos foi nomeado seu substituto, em 1933. Mas, ao disputar as eleições na Assembleia Legislativa em 1935, Nereu Ramos venceu-o e se tornou governador do estado.

Com a criação do Estado Novo (1937-1945) foi implantada uma campanha de nacionalização, com o objetivo de integrar e unificar os descendentes estrangeiros nos referenciais de brasilidade, a fim de forjar uma identidade homogênea e coesa para todo o país (CAMPOS, 1998). A partir daí, em Santa Catarina, por um período, os luso-brasileiros adquiriram uma visibilidade positiva, como será demonstrado a seguir.

### 3.3 O “REVÉS” DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO (1937 – 1945)

De fato, desde o século XIX já existia a preocupação de fortalecer uma imagem da identidade brasileira. Mas só a partir de 1937 essa questão é tratada com mais ênfase, e as “manifestações de resistência” ao abramileiramento, em especial naquelas zonas de colonização do sul do Brasil, deveriam ser combatidas. A política nacional implantada era contra a regionalização e expressava intolerância com as diferenças. É nesse contexto de mudanças políticas que o cenário da identidade cultural do estado catarinense começaria a ser alterado.

Em Santa Catarina, à época, os imigrantes alemães ainda não haviam desenvolvido um sentimento de pertencimento e identidade com a nova pátria, o que era visto como grave ameaça para o nacionalismo e para a nação brasileira. Isso era considerado um problema que precisava de solução imediata, pois estavam fechados em torno de sua língua, de sua cultura e de sua própria nacionalidade. Embora não haja consenso sobre tal questão, Seyferth (1999) defende que não eram apenas os alemães que estavam fechados na sua própria cultura de origem, ao afirmar que:

---

<sup>130</sup> O partido Aliança Liberal foi criado em 1927 por Nereu e Aristiliano Ramos, políticos do planalto catarinense, a partir de uma cisão no interior do Partido Republicano Catarinense.

Se os teuto-brasileiros pareciam excessivamente étnicos na visão nacionalista, que permeou a campanha de nacionalização - em parte devido às denúncias sobre a “conspiração nazista” enfatizada em publicações da década de 40 que usaram material coletado pelo Departamento de Ordem Política e Social -, isto não significa que os demais grupos apresentassem evidências atenuadas ou toleráveis de etnicidade. A significativa expressão numérica das escolas alemãs [...] e a importância da imprensa, da literatura, das revistas e almanaques e seu papel de divulgação da germanicidade, porém, deram visibilidade ao grupo “alemão” e o transformaram em paradigma de enquistamento (SEYFERTH, 1999, p. 204-205).

Nomeado interventor estadual em 1937, o Governador do estado Nereu Ramos<sup>131</sup> estava alinhado ao projeto ideológico de homogeneização nacional. Tendo em vista uma concepção integracionista, a partir de 1938 atuou de forma sistemática, e muitas vezes até violenta, contra os descendentes de imigrantes, com destaque para os alemães. Com o apoio do exército<sup>132</sup> fechou escolas, igrejas, sociedades esportivas e recreativas (clubes de tiro, de canto, bolões, etc.), fiscalizando e punindo a quem se opusesse a aceitar as novas “regras” de nacionalização. Assimilação era a palavra de ordem: todos os imigrantes e seus descendentes deveriam assimilar a brasilidade e por consequência falar a língua portuguesa<sup>133</sup>. Daí uma série de “investimentos” do Estado para incutir nesses estrangeiros o “sentimento nacional”. A educação escolar foi um dos meios utilizados

---

<sup>131</sup> Com a Revolução de 30 há uma inversão de grupos políticos no comando do estado de Santa Catarina, transformando um controle político que perdurara por boa parte da década anterior. É possível ler nessa inversão os delineamentos de uma étnico-geografia do poder político estadual, já que os Ramos eram de Lages, de ascendência lusitana, ligada à indústria madeireira e pecuarista do planalto.

<sup>132</sup> Oficiais do Exército subordinados à 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, cuja jurisdição incluía os estados do Paraná e Santa Catarina, começaram a visitar cidades desses dois estados.

<sup>133</sup> Ver mais em SANTOS (2009).



para eliminar as especificidades étnicas que prejudicavam a homogeneização do país e criar uma unidade para nacionalizar os estrangeiros.

No livro *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, Freyre (1980, p. 47) afirma ter tido no Sul do Brasil "[...] a oportunidade de ver nitidamente confirmados os perigos para a integridade da cultura luso-brasileira [...]". Mostrava-se preocupado com o futuro da cultura luso-brasileira frente aos "europeus de outras origens que não a portuguesa que simplesmente trazem ao Brasil [...] os valores de suas diversas culturas" (p. 49). É bem provável que o livro *O mundo que o português criou*, também da autoria de Freyre (FREYRE, 1940), tenha colaborado para que os intelectuais catarinenses de origem portuguesa reinterpretassem a história de Santa Catarina, investindo no estudo e na celebração da imigração açoriana.

A partir daí, o discurso oficial no estado direcionou-se parcialmente para a valorização dos luso-brasileiros; afinal, eram de origem portuguesa e falavam português, portanto eram considerados brasileiros. Assim, a população do litoral catarinense, composta em parte por descendentes de açorianos, passou a ser valorizada como parte da identidade nacional. Mas cumpre enfatizar que para essa população as referências à colonização e à identidade de gênese açoriana eram esparsas e serviam apenas para explicar as causas da debilidade econômica da região. A origem dos ascendentes era desconhecida pela maioria. De todo modo, não havia nada mais brasileiro do que ser "sem origem", ou seja: não saber a procedência de seus antepassados.

O termo parcialmente quer dizer que essa valorização não foi consenso entre todos os intelectuais. Tanto que em 1940, Câmara (1948) publicou um artigo intitulado "Estrangeiros em Santa Catarina", em que afirma a superioridade étnica dos alemães em relação à população litorânea, sobre a qual menciona: "Os homens das praias catarinenses é bem a reprodução, degenerada, do açoriano que malogrou no litoral à época do povoamento" (CAMARA, 1948, p. 52). E conclui:

As causas essenciais da apatia vivenciada devem ser buscadas, preliminarmente, nas condições econômicas dessas massas humanas, que lhes não permitem o estabelecimento dum estado sócio-cultural menos primitivo e tanto mais chocante quando comparado ao das, por exemplo, regiões de colonização (CAMARA, 1948, p. 52).

Por causa da Segunda Guerra Mundial, novamente a divulgação de um suposto “perigo alemão”<sup>134</sup> intensificou ainda mais a campanha de nacionalização no Sul do país. Nesse sentido, alterar a imagem incômoda e imprópria de uma Santa Catarina “estrangeira”, em razão da marcante presença de imigrantes (sobretudo em áreas de maior destaque na economia regional) tornou-se uma urgência. Falcão (2000) assinala que tais intelectuais reinterpretaram a história,

Não apenas esmaecendo o papel dos descendentes de outras tradições culturais, como também inaugurando uma temática até então inexistente, ou pouco efetiva: o açorianismo, ou mais exatamente o estudo e a celebração da imigração proveniente das ilhas dos Açores (e da Ilha da Madeira), em meados do século XVIII, como definidoras da identidade catarinense e sustentáculo da brasilidade das populações residentes no Estado (FALCÃO, 2000, p. 179).

Esse contexto nos remete a Bourdieu (2001, p. 12), quando afirma que “as frações dominantes, cujo poder se assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação, quer por meio da própria dominação simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores [...]”. Tais questões também demonstram como “as representações são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). E assim, a nova tônica discursiva começa a tornar-se visível em parte das novas publicações sobre a história do estado, nas quais o elemento açoriano passa a adquirir uma nova imagem. Em 1941, Cabral publicou *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina* (CABRAL, 1941), em que reformulou parcialmente sua interpretação sobre tais sujeitos, que aparecem como fracassados apenas economicamente, mas vitoriosos em termos culturais<sup>135</sup>. Ao se referir ao descendente açoriano, esclarece:

[...] o açoriano não fracassou. Muito ao contrário, constituiu-se e definiu-se como

---

<sup>134</sup> Essa ideia já havia sido veiculada no final do século XIX e início do século XX e durante a primeira Guerra Mundial. Sobre o assunto ver Magalhães (1998) e Seyferth (1991).

<sup>135</sup> Fica clara a influência de leituras de caráter sociológico, particularmente dos trabalhos de Gilberto Freyre, como os constantes do livro *O mundo que o português criou*.

elemento de elevada significação na estruturação social catarinense – e o seu decantado fracasso não passa de apressada e unilateral observação da sua incapacidade agrícola (CABRAL, 1941, p. 24).

Desacertadamente, Cabral (1941) reafirma que a agricultura não era a inclinação natural do açoriano. O autor utiliza essa questão para justificar a pobreza da população, esclarecendo que aqueles que ficaram ligados à terra fracassaram, mas enfatiza que quem procurou outros meios, como a política, o comércio, o mar, tornou-se vitorioso, como se pode observar na passagem que segue:

São os remanescentes destes que ainda subsistem, isolados, em pequenas povoações, à beira das praias, ligados à pobreza da terra pela indigência em que vivem, extinguindo-se numa agonia longa e dolorosa, que se tem buscado para estampar como descendente do açoriano fracassado, quando estes são apenas os dos que não tiveram coragem de abandonar a terra, contrariando a índole dos seus maiores, querendo forçar tendências inexistentes e que, por isso, sucumbem à pobreza, à incapacidade, à rotina agrícola e ao isolamento (CABRAL, 1941, p. 28-29).

Todavia, afirmar que os açorianos não eram agricultores foi um engano de Cabral, contestado posteriormente, sobretudo por Menezes (1952). Cabral (1941) eleva parte dos açorianos a uma posição de destaque em relação aos colonos estrangeiros, aos quais chamou pejorativamente de alienígenas. Enfatizou que os açorianos se firmaram “[...] como fator principal da evolução histórico-político-social de Santa Catarina” (CABRAL, 1941, p. 34), e que o fracasso agrícola não representou “[...] a falência de seu espírito, da sua alma, da civilização lusa que legou aos seus descendentes” (p. 34). Nos parágrafos finais do artigo, o autor parece fazer uma espécie de releitura da história para tentar corrigir o equívoco da construção identitária de uma Santa Catarina estrangeira.

Destinada à população em geral e vendida em bancas de jornal, a revista *Cultura Política*, na qual esse artigo foi publicado, foi criada para divulgar a proposta política do Estado Novo. Os colaboradores eram, em geral, funcionários do Estado, professores, militares, membros de Instituto Histórico e Geográfico de vários estados. Portanto, a

mudança da postura política de Cabral não pode ser vista como algo desinteressado. Ele era um membro da elite e estava atento ao contexto de fortalecimento de um discurso de identidade nacional, advindo do Estado Novo, e a afirmação de uma identidade catarinense associada à herança lusitana (neste caso, açoriana) pode também ser interpretada como parte de uma estratégia de aproximação do estado. Objetivava-se tornar Santa Catarina tão “brasileira” como as outras unidades da federação, seguindo a lógica dos discursos então dominantes. Cumpre lembrar que o estado era um “território de passagem” no Sul do país, com pouca representatividade política no cenário nacional se comparada aos seus vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul. Assim, reivindicar uma identidade aceita pelo espaço nacional significava adquirir uma visibilidade até então inexistente.

Em parte, o processo de nacionalização do sul ocorreu de forma distinta entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que também recebera imigrantes alemães. Neste último, os teuto-brasileiros estavam mais integrados à sociedade e não representavam ameaça ao gaúcho. Bitencourt (2013) aprofunda a análise dessas diferenças e esclarece:

[...] em espaços sociais diferentes a realidade é construída distintamente, objetivada a partir de disputas próprias, nas quais a identidade afirmada como genuína reflete as necessidades e interesses dos que a fizeram aflorar. Nos dois Estados procurou-se forjá-la enquanto uma identidade histórica e em todos os dois casos havia a disputa com um “outro”. Com relação a Santa Catarina esse outro, os colonos teutos e seus descendentes, melindrava a brasilidade do Estado perante o governo nacionalista. Para o Rio Grande do Sul o outro, a influência platina, maculava sua origem e formação lusa. Assim, em ambos os casos, os intelectuais engajados na lusitanização, lançaram mão da história como o saber verídico a consolidar a identificação requerida (BITENCOURT, 2013, p. 137).

Como se viu, em Santa Catarina, inicialmente, os teuto-brasileiros negavam os luso-brasileiros, mas num segundo momento o cenário se inverteu. Já no Rio Grande do Sul, os teuto-brasileiros se identificavam com os gaúchos, mas estes negavam os platinos. Ambos

os casos corroboram a afirmação de que a identidade “surge por oposição”, negando a outra, pois ela “não se afirma isoladamente”, podendo identificar-se com determinado grupo ou rejeitar aquele tido como contrastante (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

Tais incursões pela política estadual trazem detalhes que ajudam a entender alguns fatos como a valorização da etnia alemã durante a República Velha, em que políticos mantinham fortes ligações com a região do Vale do Itajaí, e a valorização do elemento luso a partir do Estado Novo, com a implantação da campanha de nacionalização. Mas todos os esforços seriam parcialmente cristalizados apenas em 1948, com as comemorações do Segundo Centenário da Colonização Açoriana em Santa Catarina, com destaque para o Congresso de História Catarinense. Naquele momento tem início a construção do discurso identitário da cultura de gênese açoriana<sup>136</sup> no sul do Brasil, cujas ações partem da elite política e intelectual do estado catarinense, e praticamente se restringem a esse meio, como será demonstrado a seguir.

### 3.4 ABRINDO OS ARQUIVOS: É PRECISO “RESGATAR” NA MEMÓRIA

Durante os anos de 1940, ganhou destaque no meio político a comemoração do primeiro centenário das cidades de Blumenau (1950) e Joinville (1951). No caso de Florianópolis, comemorar o segundo centenário da cidade em 1948 seria uma boa oportunidade para dar maior visibilidade aos luso-brasileiros, valorizar “os nacionais” e tentar compensar o peso do “fracasso econômico” da colonização açoriana, ao qual foram submetidos desde o final do século XIX. É relevante mencionar que, embora o termo “fracasso” tenha sido utilizado por diversos autores, como Cabral, a economia proporcionada pelos descendentes de açorianos foi de grande importância enquanto serviu aos propósitos econômicos da metrópole, durante os séculos XVIII e XIX<sup>137</sup>.

Apesar do fim do Estado Novo, as representações políticas sobre os elementos étnicos do estado, alteradas naquele período,

---

<sup>136</sup> O que posteriormente será interpretado por Flores (1998b), como a “invenção da açorianidade”.

<sup>137</sup> Sua decadência foi por inúmeros motivos, muitos dos quais já foram anteriormente expostos.

continuaram ditando a ordem e por algum tempo deram continuidade às ideias nacionalistas. Aderbal Ramos da Silva ocupou o cargo de governador de Santa Catarina (1947), enquanto Nereu Ramos assumiu como vice-presidente da República (1946-1951). No final de 1947, por meio de seus membros que naquele momento compactuavam com o cenário político estabelecido, o IHGSC decidiu realizar solenidades para celebrar o segundo centenário da colonização açoriana no sul do Brasil. Dividido em dois momentos, o evento contou com o patrocínio do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa e da Prefeitura Municipal. O primeiro aconteceu entre os dias 20 e 22 de fevereiro de 1948, para assinalar a chegada dos primeiros colonos em 20 de fevereiro de 1748 em Desterro<sup>138</sup>. E o segundo, denominado I Congresso de História de Santa Catarina, ocorreu no mês de outubro daquele mesmo ano.

A necessidade de dar visibilidade à cultura açoriana é percebida na carta em que o Presidente o IHGSC, Henrique da Silva Fontes, escreveu ao Embaixador de Portugal, para pedir auxílio à vinda do Professor da Universidade de Coimbra, Dr. Manuel Paiva Boléo<sup>139</sup>, no lugar do etnógrafo açoriano Luís da Silva Ribeiro, que não pôde comparecer (CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1950). Fontes justifica que a cultura açoriana sofreu um embate da cultura germânica e por isso a importância da vinda desse convidado para representar a vitalidade e a resistência da cultura luso-brasileira ante outras culturas e tradições. Isso também corrobora o depoimento de Francisco<sup>140</sup>, colhido por Eugênio Pascele Lacerda, para a sua tese *O Atlântico açoriano – uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*:

[...] Havia um slogan que dizia assim: "Florianópolis, cidade que seduz. De dia falta água, de noite falta luz". O porto estava sendo desativado, que era o sustentáculo. Bom, com isso, resultou num olhar para a colonização alemã; de se acirrar, se acentuar o pensamento de que se o Brasil tivesse sido colonizado por

<sup>138</sup> Chegaram em 06 de janeiro 1748, mas ficaram em quarentena no navio até fevereiro.

<sup>139</sup> Boléo é linguista e dialectólogo (professor) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ao retornar para Portugal publicou um relatório sobre o evento e a região.

<sup>140</sup> Lacerda (2003) afirma que Francisco participou do evento, mas não apresenta o seu sobrenome.

alemães e por ingleses, e não por portugueses, estaria muito melhor desenvolvido. Então havia uma espécie de complexo de inferioridade em Florianópolis. E isso era atribuído a colonização portuguesa, a colonização açoriana. Ora, a repressão ao grupo alemão aqui em Santa Catarina foi realmente algo fantástico. Talvez não tanto pelo receio de que os alemães pudessem dar apoio ao nazismo [...], mas talvez já um pouco essa descarga social de um certo complexo de inferioridade daqui dessa região portuguesa sobre os alemães. [...] Porque o alemão debochava de nós: são os "barriga-verde"; "comedor de berbigão"; são tudo uns manezinhos, são tudo uns amarelo, indolentes, não trabalham; "nós aqui é que produzimos; o alemão é que produz, é que trabalha. [...] Comentários até na imprensa. Isso fez mexer um pouquinho com os brios. [...] (FRANCISCO apud LACERDA, 2003, p. 89-90).

Realizada em fevereiro de 1948, como já se viu aqui, a primeira etapa das comemorações ficou restrita aos atos mais formais, como o lançamento da pedra fundamental de obelisco comemorativo no jardim da atual Praça XV; discurso proferido pelo Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral; a apresentação da orquestra da Sociedade de Cultura Musical, no teatro Álvaro de Carvalho; conferência sobre a colonização açoriana pelo Dr. Antônio Nunes Varela, no Clube Doze de Agosto; e uma solenidade religiosa, com o canto *Te-Deum*, conduzida pelo Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, na Catedral Metropolitana (CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1950).

Todos os discursos proferidos pelos então organizadores do evento guardavam caráter memorialista, de reviver o que havia sido esquecido, de resgatar na memória, de criar um elo entre o passado e o presente e levá-lo para o futuro. A tônica era resgatar o conhecimento da origem. Mas será que esse conhecimento realmente existia? Ou teria de ser inventado? Afinal, já se haviam passado duzentos anos desde a chegada dos açorianos ao litoral catarinense, e “para muitos brasileiros foi essa a primeira vez que ouviram falar das diferentes Ilhas dos Açores” (BOLÉO, 1950, p. 18).

Se nas décadas anteriores o discurso identitário foi utilizado para depreciar a imagem do colono açoriano, naquele momento a intenção era valorizá-lo, destacá-lo. Era necessário tornar pública a nova imagem a que os açorianos e seus descendentes deveriam estar associados: de bravos soldados protetores da sua terra. Isso fica visível no discurso proferido por Cabral (1950a) durante a colocação da pedra fundamental do monumento comemorativo ao segundo centenário da chegada dos casais açorianos, em 20 de fevereiro de 1948:

Se as fainas agrícolas não conduziram à vitória esperada, se os açorianos não imitaram os gregos, dos quais dizia Homero que lavravam o solo aspirando com delícia o cheiro da terra revolvida de frescor, se não realizaram eles o sonho de Silva Paes, limitados nas suas esperanças à criação de núcleos agrícolas, entretanto alicerçaram obra de maior envergadura: – o açoriano e o madeirense, pela sua descendência, conservaram para o Brasil este pedaço de chão sobre o qual o castelhano ousou pôr o pé, mas não logrou deitar a mão, nem descansar a cabeça (CABRAL, 1950a, p. 37).

Percebe-se a sutileza com que Cabral menciona o fracasso agrícola dos açorianos, mas compensa a importância daquela população por conservarem o pedaço de chão ao fazer referência à invasão espanhola na ilha de Santa Catarina, em 1777. Na continuidade desse discurso, ele justifica que a escolha do material para fazer o monumento em homenagem aos açorianos não foi o ferro nem o bronze, porque se moldavam, mas o granito, que em suas palavras “[...] quebra, mas não cede [...]” (CABRAL, 1950a, p. 37). É possível que nessa passagem Cabral se haja referido ao fato de que a cultura açoriana não se teria moldado à cultura germânica.

Tais práticas podem ser entendidas como estratégias para apagar os traços negativos atribuídos a uma população considerada “historicamente” indolente e preguiçosa, e na sua transformação em “homem típico do litoral”. Ora, os atos comemorativos ajudaram a acentuar a visibilidade desse “novo homem”, das suas tradições culturais e dos seus bens materiais. Numa dimensão da cultura política, sob o interesse de alguns, produzem-se discursos em que a origem étnica assume caráter de questão política. Para Jacques Le Goff (1984, p. 38) “[...] a maré da comemoração é sobretudo um apanágio dos



conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objectivo e um instrumento de governo”. Para esse autor, “a memória é um lugar e exercício do poder”. A segunda etapa das comemorações ocorreu com o I Congresso Catarinense de História, como se verá na sequência.

### **3.4.1 O Congresso de 1948: na trilha das comemorações do II centenário da colonização açoriana em Santa Catarina**

O I Congresso Catarinense de História foi realizado entre 5 e 12 de outubro de 1948, como parte da segunda etapa das comemorações do segundo centenário da colonização açoriana. O foco do evento era tratar dessa colonização e da vida catarinense em seus vários aspectos e assim foi dividido nas seguintes seções: 1) História Geral Catarinense; 2) História Demográfica e Política; 3) Colonização Insulana; 4) História Econômica; 5) História Social e Cultural; 6) Linguagem e Folclore; 7) Geografia Histórica e Cartografia; 8) História Local; 9) Genealogia e 10) Biobibliografia.

Ao analisar o primeiro volume dos Anais desse evento, que apresenta a história e a forma como se deu sua organização, percebe-se que todas as ações, além de serem planejadas pela elite política local e regional, serviam para enaltecer essa mesma elite. A população em geral foi convidada pela imprensa, embora os atos comemorativos não houvessem sido pensados para o grande público. A intenção era valorizar os açorianos ilustres, que ocupavam posição de destaque e que serviam de exemplos por haverem galgado posição elevada na sociedade, como pessoas bem sucedidas.

Prosseguindo na análise desse primeiro volume, nota-se que ainda não se falava em “açorianidade”; afirmava-se na época que a origem dos colonos era portuguesa e não açoriana, mas o termo era, às vezes, utilizado para designar a população em si. Ainda no mesmo volume consta a transcrição da conferência proferida pelo Dr. Antônio Nunes Varela, na qual fica evidente a sua contribuição para a construção da identidade que se pretendia. Ele afirmou que “tudo quanto aqui se admira, o que temos de tradição vem das ilhas do Velho Mundo” (CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1950, p. 52). É importante alertar para um detalhe: “tudo” que veio das ilhas do “Velho Mundo” reforça a ideia de que nenhum “outro” teria contribuído para a formação cultural regional, permanecendo a invisibilidade do índio, do africano e demais europeus que para cá vieram. Esse “tudo” também

sugere que o que temos seria uma cópia do que veio daquelas ilhas, como se as diferenças naturais geográficas do litoral catarinense, inclusive a disponibilidade de matérias-primas e as influências externas, não tivessem implicado mudanças culturais que se estabeleceram ao longo do tempo. De todo modo, é importante salientar que o termo “açoriano”, associado à identidade, não estava presente nesse discurso.

O segundo volume dos Anais contemplou os trabalhos apresentados na primeira, segunda e terceira seção do congresso, enquanto o terceiro volume publicou os artigos da quarta, quinta e sexta seção. Sobre a colonização açoriana foram apresentados nove trabalhos, entre os quais “Contribuições dos casais açorianos à fixação do Uti-possidetis”, de Manuel Diegues Júnior; “Síntese histórica do Arquipélago Açoriano”, de Olyntho Sanmartin, e “Os Açorianos”, uma versão ampliada do artigo “A Vitória da Colonização Açoriana”, de Oswaldo Rodrigues Cabral. Com relação a esse artigo, da mesma maneira que no primeiro, o autor conclui que, apesar das dificuldades que os açorianos vivenciaram, o que determinou o fracasso econômico foi a falta de índole para as atividades agrícolas (CABRAL, 1950b).

Curioso e ao mesmo tempo intrigante foi encontrar nesse volume dos Anais o artigo “Contribuição à história da colonização alemã do Vale do Itajaí”, de Max Tavares D’Amaral<sup>141</sup>, no qual o autor fez afirmações depreciativas sobre as populações praijeiras, isto é, portugueses e ou açorianos que colonizaram o litoral (D’AMARAL, 1950). Exaltou a imagem do colono alemão como se tivesse sido o único a ter êxito, como se tivesse sido o que mais contribuiu para o desenvolvimento político e material do estado e o que mais demonstrou amor à terra. Isso fica visível mesmo após a supressão de partes, estabelecida pela comissão dos anais como condição para sua publicação, o que também não evitou que se gerasse grande polêmica no evento. Esse artigo demonstra que apesar do fim das ações nacionalizadoras implantadas no Estado Novo, o sentimento de superioridade alemã em relação aos açorianos ainda estava bem vivo. E assim persistiram os debates em torno da oposição entre cultura teuto-brasileira e luso-brasileira em Santa Catarina. Há registros, que a apresentação dessa pesquisa foi um dos momentos mais polêmicos do Congresso.

---

<sup>141</sup> Esse autor era de origem luso brasileira e nasceu em Itajaí. Foi promotor público em Rio do Sul, atuou em importantes indústrias têxteis e foi eleito Deputado Federal.

Além da apresentação dos trabalhos, também foram organizadas outras atividades como a Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica, realizada pelo Prof. Victor Antonio Peluso Júnior, que pretendeu apresentar a influência açoriana no litoral catarinense. Antes da abertura dessa exposição Peluso Júnior proferiu algumas palavras sobre o confronto entre alemães e açorianos, enfatizando que “o açoriano venceu entre nós, porque a vitória de um grupo não se mede pela aceitação passiva de instrumentos técnicos de outros grupos, mas pela sobrevivência de padrões que o caracterizam” (BOLÉO, 1950, p. 39). Também foram apresentadas danças e brincadeiras culturais do boi de mamão, da dança Jardineira e do Cupido. Sobre tais danças, Boléo (1950), o único português que veio de Portugal especialmente para participar do Congresso<sup>142</sup>, afirmou serem bastante estilizadas, o que sugere certa distância da origem açoriana, embora para nós representassem “sobrevivências” de costumes vindos dos Açores” (BOLÉO, 1950). Todavia, a origem açoriana dessas tradições seria colocada em dúvida em momento posterior, nos estudos da Comissão Catarinense de Folclore, como será explicado mais à frente.

Além dessas, ocorreram excursões pela grande Florianópolis, a fim de perceber a influência açoriana em algumas comunidades. E, a pedido de Boléo, foi feita uma viagem ao Vale do Itajaí para ele conhecer a região de colonização alemã e italiana. A sua impressão merece ser aqui registrada:

É difícil falar sem paixão da zona de colonização alemã. Não há dúvida de que, sob o aspecto material, representa contraste flagrante com a zona de colonização portuguesa e brasileira. Em vez das casas de madeira, com janelas sem vidros, com aspecto pobre, senão mesmo miserável (refiro-me, evidentemente, às aldeias<sup>143</sup>), encontramos casas alegres, com canteiros de flores e árvores a cobri-las de sombra. [...] Nas casas, nas ruas, o asseio e a ordem, que revelam um mais elevado nível de civilização material (BOLÉO, 1950, p. 41).

---

<sup>142</sup> O Engenheiro açoriano Euclides Rosa estava em São Paulo fazendo uma exposição artística e, ao saber do evento, deslocou-se às próprias custas para Florianópolis para participar do Congresso (BOLÉO, 1950).

<sup>143</sup> Certamente o termo “aldeia” foi utilizado para as localidades mais afastadas, predominantemente rurais, como o Rio Vermelho.

De certa maneira, essas palavras podem colaborar para o entendimento da desqualificação empreendida pelos alemães e do seu sentimento de superioridade em relação à população do litoral. Num momento em que o atual progresso material presente em nossa vida é encarado como sinônimo de civilização, o julgamento daquele que não o possui torna-se inevitável. Contudo, discorda-se que vitória e fracasso possam ser reduzidos ao progresso técnico de uma sociedade. Essa é uma visão capitalista, que não considera a exploração humana e a predação da natureza, entre outras questões.

Apesar de haver sido tratada a redenção dos açorianos durante o Primeiro Congresso de História Catarinense, como grande parte dos estudos posteriores ao evento menciona, ficou claro, que para Cabral, apenas os homens ilustres e que deixaram a agricultura foram vitoriosos; a maior parte, que permaneceu na beira das praias continuou a ser vista como fracassada. Nesse sentido, o Primeiro Congresso de História Catarinense foi o marco fundacional do enaltecimento do elemento açoriano na constituição da brasilidade de Santa Catarina, mas isso ocorreu de forma selecionada. Por sua vez, Campos (2009, p. 179) afirma que “[...] os ecos do referido encontro pouco são sentidos [...]”, e na sua opinião, a invisibilidade da cultura açoriana até se aprofunda com as políticas desenvolvimentistas dos anos 1950-1960, pois evidenciam o “atraso” dessas populações, principalmente daquelas que ainda viviam no meio rural.

De todo modo foi a partir das comemorações do II Centenário da Colonização Açoriana, e mais propriamente do I Congresso de História Catarinense, que os arquivos sobre a colonização açoriana começaram a ser “abertos”<sup>144</sup> em busca de informações que ajudassem a “construir” a história dessa população em Florianópolis e no litoral catarinense. Também se pode afirmar que, a partir daí, a brasilidade do estado foi alcançada, o que corrobora com a percepção de Boléo (1950, p. 48) no discurso proferido na Assembleia Legislativa, ao afirmar que “[...] o estado de Santa Catarina atingiu há muito aquilo a que poderia chamar, à falta de melhor expressão, a ‘maturidade étnico-psicológica’; quero dizer que já está tão consciente de sua brasilidade que não receia prestar pública homenagem, [...], ao elemento que mais contribuiu para formar a grande nação brasileira.”

Pode-se dizer que a plêiade de homens ilustres – os protagonistas do evento de 1948 – foram os responsáveis por criar

---

<sup>144</sup> Diretoria de Terras, Biblioteca Pública, arquivos eclesiásticos.

lugares de memória, descobrir a origem açoriana de determinadas práticas, de nomear as muitas coisas que tinham origem açoriana, embora outras tenham passado a ser açorianas sem nunca terem sido. Portanto, foram estes, também, os responsáveis pela gênese do que se denominou posteriormente de “invenção da açorianidade” (FLORES, 1998a), e também por inventarem muitas tradições, já que “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 21). Assim sendo, entende-se por “invenção da açorianidade”, naquele momento, a retomada da origem açoriana para dar uma ascendência à população litorânea, com a finalidade de criar uma identidade, pois como já se mencionou, o termo “açoriano” como referência de origem praticamente não era utilizado. O sentimento de ser açoriano ainda era muito superficial, haja vista a recente descoberta.

Tendo isso em vista, a invisibilidade, principalmente do índio e do negro, justificam, em parte, equívocos como denominar a origem açoriana para tudo, como é o caso do boi de mamão; da farinha de mandioca; de preparações culinárias e da arquitetura colonial portuguesa (luso-brasileira), entre outros. Tal fato nos remete às reflexões de Nora (1993, p. 9) quando afirma que a memória é “carregada por grupos vivos” e é sempre “vulnerável a todos os usos e manipulações”. Sendo assim, é relevante enfatizar que esse resgate da identidade cultural de gênese açoriana foi conduzido pelas elites políticas e econômicas locais<sup>145</sup> ante a necessidade de se colocar perante o outro, em especial os imigrantes e descendentes de alemães.

As palavras de Serpa (2000) sobre o Primeiro Congresso Açoriano, realizado em Portugal em 1938, podem aqui ser utilizadas para bem caracterizar as comemorações do bicentenário da colonização açoriana no estado de Santa Catarina:

[...] estabeleceram, nesta experiência vivida, toda uma linguagem simbólica, edificando, com suas práticas discursivas, um sistema de imaginário, constituindo cultura política, na medida em que desejavam fazer a leitura

---

<sup>145</sup> Essa elite era constituída por intelectuais, profissionais liberais, políticos, empresários, entre outros. Nesse momento, a academia local, com representantes das áreas de história, geografia, sociologia, antropologia, ainda não havia sido oficialmente constituída. A criação da Faculdade Catarinense de Filosofia ocorreu na década de 1950 e a Universidade Federal de Santa Catarina, na década de 1960.

comum do passado com a finalidade da construção de um futuro, sendo este urdido e vivido pelo colectivo (SERPA, 2000, p. 486).

Convém relembrar que nos Açores o discurso político da açorianidade, que começou a ser construído no final do século XIX por parte da elite do arquipélago, com vistas a se diferenciar de Portugal continental e obter a sua autonomia, não se tornou unânime durante quase todo o século XX. De forma semelhante, no litoral de Santa Catarina, o discurso identitário construído sobre a origem lusa também surgiria da necessidade de contrapor-se a um outro (alemães), e por muito tempo ficou restrito ao meio intelectual. Embora tendo fim as comemorações do Congresso, a Revista Atualidades ainda dedicou uma edição especial sobre o tema em dezembro de 1948, na qual Cabral escreveu um artigo, destacando:

O alto nível intelectual e cultural da sua gente demonstra, através de estudos, monografias e teses, que a dominante da sua trama social é o elemento luso, originário daquelas ilhas, cuja capacidade de absorção dos elementos alienígenas ainda permanece intacta e integralmente eficiente, impondo os seus costumes, a sua maneira de falar, os seus hábitos, preponderantemente no meio social (CABRAL, 1948, p. 36).

Ao fim do Congresso, a origem açoriana ganhou uma nova dimensão e entre outras resultantes destaca-se a criação da Subcomissão Catarinense de Folclore, subordinada à Comissão Nacional de Folclore e posteriormente transformada em Comissão, na qual a dimensão da açorianidade seria levada adiante.

### **3.4.2 Os anos após o Congresso: alguns frutos e novos discursos**

A descoberta das raízes açorianas evidenciadas durante o Congresso de 1948 continuou rendendo frutos nos anos subsequentes. Um deles foi o papel desempenhado pela Comissão Catarinense de Folclore, formada pela plêiade da Ilha para dar continuidade aos estudos sobre a cultura açoriana. A criação dessa Organização estava

relacionada com as ações da Comissão Brasileira de Folclore<sup>146</sup>, que pretendia criar, em cada estado brasileiro, núcleos de estudos folclóricos que estivessem conectados entre si, pois almejava expandir o campo do estudo folclórico brasileiro de forma a contemplar todas as regiões. Em Santa Catarina, a subcomissão Catarinense de Folclore (CCF) foi oficialmente instituída em 07 de outubro de 1948, em sessão plenária do I Congresso de História Catarinense, por solicitação do Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore, Renato Almeida ao IHGSC, feita em meses anteriores.

Vale ressaltar, que após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre outras, que passaram a valorizar e a fomentar as culturas locais. Nessa conjuntura foi criada no Brasil em 1947 a Comissão Nacional de Folclore, e a partir dessa as várias subcomissões em diferentes estados.

Em Santa Catarina, Oswaldo Rodrigues Cabral tornou-se o Secretário Geral da Subcomissão e Almiro Caldeira de Andrade, subsecretário. A maior parte de seus membros fundadores já atuava no Instituto e muitos deles ocupavam funções políticas e administrativas no poder público estadual ou municipal. Além daqueles já citados, outros políticos e intelectuais, como Oswaldo Ferreira de Mello Filho, Othon Gama D'Eça, Victor Antônio Peluso Júnior, Walter Fernando Piazza e Martinho de Haro<sup>147</sup>, continuaram a trilhar a perspectiva cívico-patriótica do IHGSC (GONÇALVES, 2006). A partir de 1953, Piazza assumiu no lugar de Cabral, já que esse voltou sua atuação para a criação da Faculdade de Filosofia em meados dos anos de 1950.

Essa subcomissão contou com o apoio do IHGSC e do Departamento Estadual de Estatística, que cedia a biblioteca para as reuniões e imprimia os boletins informativos. Em 1961<sup>148</sup>, transformou-se em Comissão Catarinense de Folclore, só se oficializando em 1970, quando seu estatuto foi aprovado e registrado no cartório competente após sua publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

---

<sup>146</sup> Após 1961 a Comissão Brasileira de Folclore passou a chamar-se Comissão Nacional de Folclore, enquanto as subcomissões passaram a ser nominadas de Comissões Estaduais.

<sup>147</sup> A Subcomissão reunia políticos e a intelectualidade catarinense que depois passaram a exercer o magistério na Faculdade Catarinense de Filosofia, criada em meados dos anos de 1950.

<sup>148</sup> Oficialmente transformou-se em Comissão Catarinense de Folclore em 1970.

O primeiro Boletim foi publicado em setembro de 1949, e desse ano até 1962 as publicações caracterizam a primeira fase. Após anos de interrupção, em 1975 retomam-se as publicações que continuam até os dias atuais, e assim se poderia falar em uma segunda fase. Nos números iniciais, percebe-se a intensa tentativa de Oswaldo Rodrigues Cabral e da “plêiade de homens ilustres”, quase todos descendentes dos “açorianos vitoriosos”, a partir do Congresso de 1948, de coletar e registrar as práticas culturais do estado, com destaque para credices e superstições, benzeduras e brincadeiras infantis, entre outras, para compor uma identidade do homem do litoral catarinense. E assim, a partir de uma seleção de elementos realizada pela CCF, constituiu-se formalmente o folclore da “cultura açoriana”, assim como as regras para o seu “funcionamento”.

É importante esclarecer que a busca por tradições e respectivos registros precisa ser compreendida dentro das relações de poder vigentes, pois são tais relações que definirão o que deve ser pesquisado, como e onde. Isso pode ser observado nas práticas de coleta do “material folclórico”, cujos questionários ou “inquéritos” sobre assuntos folclóricos, previamente elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística, continham instruções ao inquiridor sobre o que deveria ser aceito ou não como manifestação folclórica, ou considerado como “área relevante” (SUBCOMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE, 1950). Assim, uma questão que surge, mas que não será aprofundada nesta pesquisa por fugir do tema proposto, é se o folclore produzido de forma sistemática pela Comissão Catarinense de Folclore é o mesmo que aquele praticado pelas pessoas e transmitido pela oralidade? Diante do exposto, valemo-nos da definição de Sayão (2004, p. 10) para esclarecer que o folclore é “[...] um conjunto de dizeres que se manifestam sob a forma de textos e/ou imagens, produzido por determinados sujeitos (identificados como folcloristas) em momentos socioculturais específicos [...]” Esse autor deixa claro que são esses sujeitos (folcloristas) que “[...] se apropriam de certas manifestações populares para compor um quadro do que seria uma ‘cultura popular’”, definindo o folclore como “[...] o resultado de uma leitura sobre certas práticas populares e como uma apropriação (que implica em escolhas, com seleção) do universo ‘tradicional’” (SAYÃO, 2004, p. 12). Isso facilita o entendimento de cultura popular, na concepção de Certeau (1994), que a compreende como um produto que está inserido numa relação com uma cultura dominante, um produto imposto pelo sistema econômico dominante. Diante disso, percebe-se que o folclore deve ser entendido como uma das categorias discursivas que busca legitimar uma



identidade cultural em Santa Catarina, nesse caso a açoriana, apoiada nas práticas culturais populares selecionadas, que até então eram menosprezadas, consideradas inferiores, inclusive atrasadas.

Nessa pesquisa, a cultura é entendida como algo dinâmico, que está sempre em transformação para acompanhar a sociedade em que está inserida, assim, acredita-se que o “resgate” é também é uma forma de intervenção. Essa ideia corrobora com Silva (2009, p. 61) quando afirma que “[...] enquanto a dinâmica da cultura elege e estabelece o que se mantém e o que se reelabora, sem a necessidade de intervenções diretas, o resgate busca isto de maneira ‘forçada’”. Este autor acredita que uma prática cultural não pode ser transplantada no tempo ou no espaço sem que se altere o significado e sua razão de existir, pois inevitavelmente o tempo e o espaço não serão mais os mesmos, ou seja, as condições do momento já não são as mesmas de quando determinada prática cultural era realizada.

Diante disso, pode-se entender o folclore como “uma produção” atribuída ao povo, como um discurso inventado, uma vez que as práticas são selecionadas e sistematizadas, perdendo parte da sua espontaneidade, do seu verdadeiro modo de acontecer. Portanto, não podem ser consideradas realizações “naturais”, como é o caso do boi de mamão, em sua origem uma brincadeira infantil do litoral catarinense, mas frequentemente denominada de açoriana. Quando foi selecionada para compor o folclore dessa região, transformou-se num folguedo com regras fixas para ser apresentado, o que lhe deu outro significado. Com o surgimento de um novo contexto social, como já exposto, essa prática cultural perdeu o valor para as novas gerações, o que demonstra a dinâmica da própria cultura. Mas uma forma de garantir a sua perpetuação foi transformá-la em folclore. Todavia, esse processo exigiu a ressignificação dessa prática cultural para adequar a sua nova finalidade. De uma brincadeira espontânea, tornou-se um espetáculo com regras a serem seguidas, haja vista a necessidade de considerar a sua atratividade para fins comerciais. Sobre a apresentação do boi de mamão, o jornal *O Estado* publicou o seguinte:

### **Conheça o “Boi-de-Mamão”**

Os turistas que estiverem interessados em conhecer algumas das tradições da Ilha podem começar pelo “Boi-de-Mamão”, um dos traços mais característicos da formação do povo ilhéu. Hoje já existe até um Centro Folclórico onde se reúnem os grupos do “Boi-de-Mamão”, na Estrada Geral do Itacorubi, no

caminho da Lagoa da Conceição. A brincadeira do boi demonstra, antes de tudo, o caráter eminentemente rural do açoriano aqui aportado que, ao contrário do que se pode imaginar, liga-se mais à terra do que ao mar. No “Boi de Mamão” o personagem principal é o boi, que teria a cabeça de mamão. Outras figuras são a cabra, a bernúncia, a Maricota, o cachorro, o cavalinho, o urso branco, o urso preto, o marimbondo, o macaco e o jaraguá. O grupo é composto por elementos que formam a cantoria, liderados pelo chamador e acompanhados geralmente por uma sanfona de percussão [sic]. Os demais componentes do grupo são o vaqueiro Mateus, o anão e o doutor. Cada bicho tem melodia e ritmo diferente dos demais e, conseqüentemente, dança e coreografia diversas. E vale a pena ser visto pelos visitantes. Melhores informações podem ser obtidas no Portal de Florianópolis, na cabeceira continental da Ponte Colombo Sales, onde os turistas poderão saber onde se apresentam estes grupos (Jornal *O Estado*, 6 de janeiro de 1985, p. 10).

Como se pode observar, o boi de mamão tornou-se uma mercadoria a ser vendida, como pode se observar a tela “Boi de mamão no Ribeirão Ilha”, do artista de Florianópolis, Tolentino Sant’Anna (figura 1). O mesmo pode ser dito sobre a Ratoeira<sup>149</sup>, uma brincadeira apropriada por grupos folclóricos e associações comunitárias, que foi ressignificada para ser apresentada em festas e eventos típicos.

---

<sup>149</sup>Sobre esta, ver mais em Silva (2009).

**Figura 1** – *Boi de mamão no Ribeirão da Ilha* (Tolentino Sant’ Anna, 2012)



Fonte: [https://tolentino1966.blogspot.com.br/2012/03/blog-post\\_2740.html](https://tolentino1966.blogspot.com.br/2012/03/blog-post_2740.html)

A Ratoeira que se pratica hoje é diferente daquela se praticava no passado. Apesar disso, é devido ao seu resgate que hoje ainda se conhece, mesmo que de forma ressignificada. Sobre isso, Silva (2009, p. 61-62) afirma que “[...] pode ser um sinal de que o resgate opera como uma transgressão tolerável da tradição, na medida em que é algo transformador daquilo que se pretende perpetuar.” Todavia é importante destacar que esse perpetuar significa levar para o futuro uma tradição alterada, adaptada.

De fato, ao servir aos interesses turísticos a autenticidade das práticas culturais ou atributos, em geral perdem sua autenticidade. Isso corrobora com a seguinte colocação da Fundação Franklin Cascaes, de Florianópolis:

Onde se quer que se tenha desenvolvido uma indústria do turismo que, como atividade econômica, move-se pela lógica do lucro, elas acabam por se tornar a melhor embalagem para um produto, que se destina a um tipo especial de consumidor, que quer comprar o típico, o diferente, o exótico, sem se importar muito com sua autenticidade. (FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES, 1995, p. 4).

Contudo, à medida que as pesquisas se foram aprofundando, algumas tradições, denominadas açorianas a partir daquele Congresso, começam a ter a origem questionada. Em 1953, Cabral escreveu um artigo que foi publicado no Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, no qual põe em questão a origem açoriana das danças pau de fitas, jardineira e vilão, já que no Peru e na Venezuela havia danças

semelhantes (CABRAL, 1953). Nessa mesma publicação, Mello Filho (1953) também coloca em dúvida a procedência açoriana do boi de mamão, porquanto essa tradição não existe em Portugal, mas algo semelhante havia nas suas colônias africanas.

Embora os intelectuais da CCF se apresentassem como defensores do folclore regional, essa postura não admitia mudança, o que requer que se viva uma história já dada, pronta e que contraditoriamente vai contra a própria ideia de cultura. Ao afirmar que uma sociedade tem determinada característica não quer dizer que ela ficará inerte ao longo do tempo, pois a cultura é dinâmica. Isso significa que poderá mudar conforme as necessidades dos indivíduos que a compõem e as influências que eles recebem em suas trocas culturais. Isso remete a Claval (2007, p. 89), quando coloca que a cultura só existe através dos indivíduos aos quais é transmitida, e que, por sua vez, a utilizam, a enriquecem, a transformam e a difundem. Essa visão é corroborada por Garcia Jr. (2002, p. 46), quando complementa que apoiar um passado que se liga ao presente pela tradição significa combater a autonomia, a inventividade, a criatividade.

Outra resultante do Congresso foi estabelecer uma relação entre os intelectuais de Santa Catarina e dos Açores, que se expandiria para intercâmbios de publicações<sup>150</sup> entre a CCF e o Instituto Histórico da Ilha Terceira, as revistas *Insulana* (de São Miguel) e *Douro Litoral* (PIAZZA, 1991). Esse contato com a terra de origem foi a semente para as relações que se estabeleceriam mais à frente como se verá no capítulo 4.

De todo modo, tais ações não foram suficientes para manter a identidade catarinense forjada no elemento açoriano, já que foi perdendo forças ao longo dos anos de 1960. Para esse enfraquecimento colaborou o fato de ainda pesar sobre os ombros do estado a imagem bem-sucedida dos teuto-brasileiros, já que as políticas desenvolvimentistas dos anos 1950 e 1960 contribuíram para evidenciar o modo de vida “atrasado” das populações litorâneas, notadamente aquelas ainda ligadas às tradições rurais. De acordo com Lohn (1999), a implantação do ideário desenvolvimentista colocado em prática a partir do governo Juscelino Kubitschek tinha entre seus pressupostos a modernização do campo e da cidade, levando em consideração as necessidades da população diante da lógica capitalista e da racionalidade urbano-industrial. Em tal cenário, a

---

<sup>150</sup> Etnógrafos açorianos como Carreiro da Costa publicaram no *Boletim da CCF*, e o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* publicaria, por exemplo, artigos de Oswaldo Cabral e de Walter Piazza na década de 1950.

população litorânea de Santa Catarina, ainda atrelada aos velhos hábitos de produção rural, deveria inserir-se numa “cultura racional e intensiva”.

Nesse contexto, foi criada em 1956, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), para promover os serviços de extensão rural e incentivar os agricultores a aderir à modernização agrícola, já que a atrasada população do campo era considerada a única responsável pela situação de pobreza em que se encontrava. Argumentando nessa direção, Lohn (1999, p. 48) esclarece que “os modos e hábitos de trabalhos costumeiros da população rural catarinense apareciam como problemas que deveriam ser superados”. Contudo, Florianópolis não foi contemplada com a atuação dessa entidade, e a imagem de atraso persistiu no meio intelectual e acadêmico. Num estudo antropológico sobre a população rural da Ilha, Santos (1971, p. 43), concluiu que “as populações rurais da Ilha de Santa Catarina, por serem em maioria descendentes dos casais açorianos, estão diretamente ligadas a uma cultura tradicional que aproxima-se muito do que culturalmente era vigente em Portugal do século XV”. E assim, complementa que essas populações são portadoras “[...] de uma cultura tradicionalista, conservadora e marginalizada, às impulsões que lhe poderiam modificar”.

Essa colocação atribui à cultura a incapacidade de modernizar-se e parece se assemelhar a concepção de Cabral nos anos de 1940, quando afirmou que os açorianos que ficaram na terra haviam fracassado. Então, como manter a identidade do estado apoiada numa imagem de população atrasada, pobre e preguiçosa? Em relação às dificuldades em manter o discurso identitário associado à cultura açoriana, convém salientar ainda, que esse ficou restrito ao meio político e intelectual, pois não houve um trabalho de conscientização com a população em geral, assim como as práticas comemorativas não tiveram continuidade: o monumento da praça XV em que foi colocada a pedra fundamental não foi finalizado e caiu no esquecimento. E, além disso, a falta de recursos para a FCC e o desinteresse dos membros da Comissão Catarinense de Folclore a partir do momento em que se envolveram com Faculdade de Direito e de Filosofia e Letras nos anos de 1950, e em especial com a criação da UFSC nos anos de 1960.

Por outro lado, isso remete à colocação de Roger Chartier (1990), quando afirma que as representações não se medem por critérios de veracidade, mas pela sua capacidade de mobilização e de se apresentarem como passíveis de crença. Não é imprescindível que elas sejam verdadeiras, mas desejáveis e plausíveis, compondo um quadro de coerência no qual é possível acreditar. A identidade do homem do litoral

se tornaria um problema para ele próprio somente mais tarde, sobretudo no final da década de 1980, com a polêmica criada acerca do que a mídia chamou de “farra do boi”<sup>151</sup>.

Com o passar do tempo, o cenário mundial passou a acenar com uma nova tendência de diversidade, e os interesses políticos para dar continuidade ao fortalecimento da identidade açoriana se abrandaram e foram sendo substituídos por outros, como a valorização das diferentes culturas do estado, por meio de políticas integradoras visando ao desenvolvimento da atividade turística. Em 1968 a FCC dava sinais de retorno, momento em que Doralécio Soares assumiu como Secretário Geral. Mas a retomada da publicação dos Boletins da FCC só ocorreu em 1975, explorando novos temas mais distantes do viés açorianista, e evidenciando as diferenças culturais do estado catarinense, que dariam origem a um novo discurso político: o Catarinensismo.

No processo de construção dessa “nova identidade” catarinense, Oswaldo Cabral, um dos principais intelectuais que esteve à frente da valorização das raízes açorianas, manifestou-se de maneira bem diferente ao traçar o perfil cultural catarinense em 1971:

Toda gente sabe que os Estados sulinos apresentam uma estrutura social compondendo um complexo mosaico de culturas, decorrente das diversas etnias que entram na sua formação como povo, fugindo, até certo ponto, àquele decantado, celebrado e pouco preciso, senão falso, esquema de ser o Brasil apenas um **melting-pot** em cuja composição figurariam o português, o aborígine e o negro, três raças tristes a cantar saudades, tendo os olhos plantados na nuca, voltados para o passado e não à testa, buscando descobrir os melhores caminhos para construir seu futuro (CABRAL, 1971, p. 13).

Se em momentos anteriores o discurso de Cabral se voltou ora para os estrangeiros não portugueses, ora para os luso-brasileiros, desta vez seria o momento de reconhecer o “mosaico de culturas”, que ia além do português, do índio e do negro, que até então estavam fora dos discursos étnicos. Nessa mesma direção, Theobaldo da Costa Jamundá, outro intelectual catarinense que atuou como diretor da Divisão de Letras da Secretaria de Cultura do Estado de Santa Catarina, na década

---

<sup>151</sup> Ver Bastos (1993) e Flores (1998a).

de 1970, caracterizou o catarinense como um “produto formado da complexidade geográfica deste Estado”. Tal complexidade dizia respeito às diferenças identitárias de cada grupo cultural: o açoriano, com sua “resistência física e espiritual”; o germânico, com a “activeza e a engenhosidade”; o ítalo, a “catadura e a criatividade”; o austríaco, a “sensibilidade artística”; o polonês a “tenacidade e a religiosidade”; o belga e o francês com o “romantismo” e a “imaginação”; o africano com a “tolerância gigantesca”, e o índio com sua “acuidade” (JAMUNDÁ, 1974, p. 54). Foi assim que surgiu a ideia de um “mosaico” com as diferentes culturas e a diversidade, passando a ser pensada como característica cultural própria do estado.

Não é uma invenção deste momento; não é uma invenção gramatical para a colocação de um assunto comercializável. Catarinensismo é o processo que ebule no caldeirão do complexo da cultura catarinense. O culto ao catarinensismo é a maneira de cultivar a tradição brasileira adjetivada como catarinense (JAMUNDÁ, 1974, p. 76).

Mas o sentimento de ser catarinense promovido pelo discurso identitário do catarinensismo não era unânime, como foi com a figura do gaúcho no Rio Grande do Sul. No artigo “A identidade catarinense”, Peluso Júnior (1984) percebeu que tal sentimento era mais forte na capital e proximidades, diminuindo sua força à medida que se afastava dessa região, tanto para oeste, como para norte e sul. A função de capital exercia certa influência para que a intensidade de sentir-se catarinense fosse mais forte. Por outro lado, as rivalidades ainda existentes entre as diversas regiões do estado; a distância da capital em relação a grande parte das cidades do estado e a dificuldade de acesso até os anos de 1970; a má distribuição de recursos, privilegiando a sede do poder estadual, e ainda a omissão do poder público estadual no que se refere a questões políticas, econômicas e sociais nas regiões mais distantes da capital, contribuíram para que o catarinensismo fosse mais um discurso político identitário utilizado para cimentar a diversidade cultural e econômica de Santa Catarina, e assim promover uma identidade cultural coletiva, baseada na variedade de culturas. Mas é muito complexo falar de uma identidade catarinense a partir de um espaço geograficamente catarinense, já que praticamente não existem características comuns a todas regiões. A mesma negativa se aplica também ao homem catarinense.

A miscigenação operada e em operação na população catarinense tem similitude com a brasileira. Com afirmação por imagem pode-se dizer que examiná-la é examinar um pedaço da colcha de retalhos. Num apelo a uma explicação científica, é conveniente tomar o sociólogo Gilberto Freyre, na projeção do raciocínio em desenvolvimento aqui, naturalmente, limitado na proporção da dimensão catarinense (JAMUNDÁ, 1974, p. 72).

Para Jamundá (1974), a “miscigenação” acentuou as diversidades do “povo” catarinense. As diferenças não deveriam ser tratadas como relações de forças desiguais, mas como diversidade a ser explorada pela atividade turística. Cada sub ou microrregião do estado deveria explorar os “potenciais” da “cultura popular” e contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

O problema da desintegração das diversas regiões “culturais” existentes no estado<sup>152</sup> e a inexistência de uma única identidade comum, em parte deixaram de ser um problema, a partir da década de setenta, pois a lógica dominante – o mercado – mostrava que isso poderia ser também uma vantagem lucrativa. Principalmente porque naquele momento a atividade turística começava a dar os primeiros passos, e as diferenças passaram a ser utilizadas como estratégias de *marketing* para promover as diversas regiões. Todavia, o discurso que afirma a “diversidade cultural catarinense”, embora se diga democrático por “levar em conta a heterogeneidade cultural”, é também o discurso da fixidez, pois entende as diferentes culturas como algo estático, fixas no tempo.

Portanto, é no momento em que o capital se apropria da cultura que a diversidade cultural do estado passa a ser indispensável para o posicionamento das cidades e regiões. Nesse novo contexto, Blumenau continuou utilizando as suas referências germânicas para caracterizar a cidade e atrair turistas, enquanto Florianópolis deu ênfase às suas belezas naturais, para posteriormente requerer a sua identidade açoriana, como será demonstrado a seguir.

---

<sup>152</sup> Tal preocupação já era vislumbrada mais explicitamente no governo de Felipe Schmidt, em 1889 (SANTA CATHARINA, 1899), e no Governo de Hercílio Luz, sobretudo no seu segundo mandato, como atesta a construção da ponte homônima.



#### **4 ATIVIDADE TURÍSTICA REGIONAL: (DES) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL AÇORIANA**

Como se viu no capítulo anterior, a identidade deve ser entendida como construção social, cujo processo não pode ser dissociado de práticas políticas e culturais em que se evidenciam discursos, imagens e interpretações formulados pelas elites, a fim de que seus interesses sejam atendidos.

A partir dos anos de 1970, Florianópolis passou a investir na atividade turística como alternativa econômica para uma cidade com belas paisagens e economia relativamente estagnada. Portanto, essa atividade não surgiu naturalmente por suposta vocação: foi planejada pelo poder público em diferentes escalas. Tal atividade, associada ao processo de urbanização intensa e crescimento da máquina pública, implicou transformações espaciais, sociais, ambientais e culturais do município, em especial da Ilha de Santa Catarina<sup>153</sup>. A legislação que norteou o desenvolvimento dessa atividade caracterizou-se mais como diagnóstico do que planos de ações, tendo sido claramente pensada e atualizada, quando necessário, para atender interesses das elites locais em detrimento do todo. Apesar da opção pela atividade turística, não havia uma identidade cultural forte que caracterizasse o município até o final dos anos de 1980: a estratégia de exploração turística adotada baseou-se especialmente no turismo de sol e mar.

Mas no início dos anos de 1990, com a intensificação do processo de abertura econômica no cenário nacional, a ameaça da homogeneização cultural instigou a valorização das identidades locais, engendrando novas configurações para a identidade local e regional. Assim, nesse cenário, ocorreu a retomada da cultura açoriana em Florianópolis e a açorianização do litoral catarinense, por meio de ações institucionais planejadas.

Diante disso, fez-se uma incursão pela trajetória do desenvolvimento da atividade turística na Ilha e pelos processos de urbanização que rapidamente transformaram o espaço e a paisagem locais. No momento em que o capital se expande, tudo se transforma

---

<sup>153</sup> Parte do município de Florianópolis, a Ilha de Santa Catarina é a porção do território que se constituiu em destino turístico a partir dos anos de 1970, quando as praias da região continental já estavam em decadência devido à poluição, e, em termos urbanos e especulativos, não se mostravam mais interessantes ao capital.

para ser mercantilizado, inclusive a cultura, que, sob a retórica do resgate, é inserida no circuito mercadológico, como será demonstrado na sequência.

#### 4.1 FLORIANÓPOLIS - ILHA DA MAGIA: “VOCAÇÃO” TURÍSTICA E URBANIZAÇÃO (1970 – 1990)

A Organização Mundial de Turismo compreende o turismo como “[...] fenômeno social, cultural e econômico que implica o deslocamento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual, com finalidade pessoal ou profissional” (OMT, 2014, tradução nossa). Barreto (1995, p. 9) conceitua turismo como a atividade “[...] que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída dos turistas de determinada cidade, país ou estado”. De outra maneira, Trigo (1999, p.12) define turismo como:

[...] uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas.

Então, pode-se dizer que o turismo diz respeito às atividades realizadas por pessoas em viagens, movimentando vários setores da economia, porquanto envolve comércio e diferentes serviços, entre os quais hospedagem, gastronomia, transportes, agências de viagens, operadoras de turismo, centros comerciais e guias de turismo, entre outros. Como se reconhece, o turismo é um fenômeno dos tempos modernos, invenção do capitalismo (CORIOLANO; SILVA, 2005). E nesse sistema todos os objetos possíveis, sejam naturais ou sociais (artificiais), tornam-se objetos de consumo. Nesse sentido, segundo Ouriques (2005), por meio da valorização de lugares, os atributos paisagísticos são utilizados para despertar sensações de prazer e desejo, e assim é produzido o fetichismo espacial. A “mercadoria-paisagem” se torna a matéria-prima do turismo, que promove a venda da natureza, das construções históricas e das manifestações folclóricas.

A partir dos anos de 1960 o turismo explodiu como atividade de prazer para milhões de pessoas e como fonte de lucro e oportunidade de investimento, passando a chamar-se turismo de massa (TRIGO, 1993). Isso se deve a diversos fatores, como: advento de novas tecnologias; melhoria nos meios de transporte (automóvel, avião) e nos meios de comunicação; conquistas das classes trabalhadoras, com a diminuição gradual da jornada de trabalho, alterando hábitos e produzindo novos estilos de vida; progressivo adensamento das áreas urbanas, que impôs a evasão do cotidiano e o lazer como verdadeira necessidade, revitalizando e estimulando novas configurações econômicas, entre outros.

A atividade turística guarda uma grande capacidade de dinamizar as economias em diferentes escalas: local, regional e nacional. Desse modo, pode promover o desenvolvimento, inclusive constituindo-se no principal motor econômico, o que requer controle e gestão direcionados para políticas públicas eficientes. Todavia, quando o planejamento, a gestão e as políticas instituídas visam a beneficiar alguns em detrimento do todo, a própria atividade pode ficar comprometida.

Em Florianópolis, a atividade turística também passou a ser planejada de maneira mais efetiva a partir dos anos de 1960, foi estruturada nos anos de 1970, consolidou-se nos anos de 1980 e se reestruturou nos anos de 1990. Mas a atratividade da orla marítima como espaço de lazer começou em momento anterior. Por muito tempo, o mar foi associado à locomoção; à comunicação, ao comércio e à pesca como meio de sobrevivência. Mas, contraditoriamente, também era o local onde se despejavam o lixo e os dejetos.

Sobre o banho de mar, Ferreira (1994, p. 22) comenta que “[...] primeiro foi encarado como ‘abuso ao Código de Posturas’, depois como ‘tratamento médico’, ‘refrigério contra o excessivo calor’, ‘divertimento das famílias’ e, por fim, como turismo”. Na Ilha, somente no final dos anos de 1910 a população urbana começou a ter seu interesse despertado pela orla como espaço de lazer. Em 1918, em editorial, o jornal local *Terra Livre* aponta a necessidade de melhorar o acesso ao interior da Ilha, que eram meras picadas utilizadas basicamente por carros de boi, para que pudessem ser instaladas estações balneárias, nas quais famílias pudessem desfrutar de um lugar elegante. De acordo o jornal, a região norte ainda era quase desconhecida dos habitantes da cidade, mas mesmo assim já se sonhava em construir uma linha de bonde elétrico para atrair os “banhistas” de

fora. No entanto, por muito tempo os planos ficaram apenas no papel (TERRA LIVRE, 1918).

Por ocasião da inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926, as praias do continente, entre as quais a Ponta do Leal, no Estreito, na direção norte, e Coqueiros, Itaguaçu, Praia do Meio e da Saudade<sup>154</sup> na direção sul, tornaram-se o destino de lazer preferido das elites daquele período<sup>155</sup>, enquanto as praias da Ilha ainda eram redutos de pescadores artesanais, que viam a praia como local de trabalho e fonte de alimentação. Corroborando essa afirmação, Lago (1988, p. 185) descreve assim o uso das praias:

Até a década de 50, a praia de Coqueiros era o recanto preferido pelas classes média e aristocrática de Florianópolis. As praias de Canasvieiras, dos Ingleses, de Jurerê, da Lagoa da Conceição, de Pântano do Sul, de Armação do Sul, bem como as mais distantes, em áreas continentais (Pinheira, Aririú, Garopaba) eram recantos terminais de comunidades agrário-pesqueiras. Até esta década apenas se esboçavam algumas operações de compra de terrenos para futuros empreendimentos loteadores.

Na década de 1930 o banho de mar se consolidou na área urbana, surgindo naquele momento as primeiras residências secundárias – as casas de veraneio – nas praias do continente (FERREIRA, 1994). Contudo, na contramão dessa expansão, Bitencourt (2005) esclarece que no início dos anos de 1930 entrou em atividade o primeiro hotel do norte da Ilha, o Hotel Balneário de Canasvieiras, destinado a um seletos público local e do Rio Grande do Sul. Esse hotel representou os primeiros passos para desenvolver a atividade turística na Ilha. Funcionando apenas na temporada de verão, por muito tempo foi o único hotel do interior. E o projeto se desenvolveria lentamente devido às dificuldades de acesso e à falta de infraestrutura como um todo. A partir de 1940 o hotel passou a utilizar um gerador, pois a energia elétrica só chegaria ao norte da Ilha nos anos de 1960, quando as praias

---

<sup>154</sup> Antes de se tornarem balneários, as praias do continente também eram aldeias de pescadores. Estreito e Coqueiros pertenceram ao município de São José até 1944.

<sup>155</sup> O interesse pelas praias do continente permaneceu até a década de 1960, quando as do norte da Ilha emergiram como nova e melhor opção.

locais começavam a despontar como balneários em detrimento das praias do continente.

Quando comparada com outras cidades em âmbito nacional, em relação ao progresso, Florianópolis foi por muito tempo concebida como uma “cidade sem futuro e parada no tempo.” Caracterizada como pacata, como local provinciano de forma pejorativa até os anos de 1950, Florianópolis foi defendida por diversas ideias isoladas de pessoas que acreditavam no potencial turístico da Ilha. Mas essa crença logo esmorecia quando se analisava a realidade incontestável: faltavam estradas, hotéis, restaurantes, rede telefônica, entre outras carências já citadas, que impediriam o desenvolvimento da atividade. Apesar disso, as elites almejavam um novo padrão de modernidade para a cidade, na época já acreditando que seria alcançado com o desenvolvimento da atividade turística, tanto que muitos adquiriram terras entre os anos de 1930 e 1940, o que demonstra a existência de planos para esses balneários. Já em fase de decadência, a atividade portuária agrupava atividades e categorias sociais na área central que não condiziam com os bons costumes nem com a imagem que se queria para a cidade. Mamigonian (1986) explica que até os anos de 1960 Santa Catarina era considerada apenas um território de passagem entre São Paulo e Porto Alegre, com a capital, Florianópolis, isolada do restante do estado por sua estagnação econômica e devido aos seus precários acessos.

Apesar disso, convém salientar que o primeiro plano diretor de Florianópolis, restrito à área central e continental, promulgado em 1955 pela Lei nº 246 (FLORIANÓPOLIS, 1955), previa que a atividade portuária ainda seria o elemento dinamizador da economia do município e responsável por seu progresso. Planejou-se construir um novo porto e infraestrutura, na área continental, para adequá-lo às novas demandas do setor, mas que nunca se concretizaria. A atividade turística aparecia apenas como “função acessória”, significando que não deveria constituir-se como base da sustentação econômica local. O documento menciona inclusive a falta de identidade do município (PAIVA; RIBEIRO; GRAEFF, 1952). Como o plano não estava de acordo com o que se pretendia para a Ilha, foram editadas sucessivas leis que alteraram seu conteúdo. Na condição de capital com pouca influência econômica no estado, o desejo da elite hegemônica era modernizá-la e desenvolvê-la para torná-la uma metrópole. Para tanto, Lago (1996) afirma que a atividade turística foi escolhida como redentora para todos os problemas locais.

O marco para institucionalizar de modo mais efetivo a atividade turística no município, no estado e no país, ocorreu praticamente ao

mesmo tempo, nos anos de 1960. Em 1965, o governador de Santa Catarina, Celso Ramos, sancionou a Lei nº 3.684 (SANTA CATARINA, 1965), que criou o Serviço Estadual de Turismo, gerido por um Conselho Estadual de Turismo, vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1966, o Governo Federal destinou maior atenção para regulamentar e estimular a atividade turística, com a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por meio do Decreto Lei nº 55/66 (BRASIL, 1966). Por sua vez, em 1967 a administração municipal sancionou a Lei nº 853 (FLORIANÓPOLIS, 1967), que criou o Plano Municipal de Turismo (PMT) e a Diretoria de Turismo e Comunicação (DIRETUR). Tanto a lei municipal como a estadual deixam claro que as funções do estado e do município eram orientar e incentivar a atividade, enquanto a execução ficaria a cargo das empresas privadas que atuassem no município. Em Florianópolis, também em 1966, foi criada a Ilhatur, primeira agência de viagens da Ilha e terceira do estado, mas devido às dificuldades já apontadas, essa agência passou a trabalhar apenas com o turismo emissor (OLIVEIRA, 2011). Em 1968, com a Lei Nº 4.240/68 o governo do estado revogou a Lei nº 3.684/65, que definia a Política de Turismo para o estado e criava o Departamento Autônomo de Turismo (DEATUR). No primeiro artigo dessa Lei consta como seu primeiro objetivo “1- Desenvolvimento de turismo interno, como fator de integração do estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, 1968), sinal de que a integração das diversas regiões do estado, mencionada no capítulo anterior, era um problema que poderia ser solucionado por meio do turismo.

Com órgãos burocráticos voltados para a atividade turística, ao menos na teoria, a iniciativa privada receberia apoio para suas ações de explorar o turismo no estado e na capital. Segundo Lago (1996, p. 264), embora Florianópolis fosse repleta “[...] de lugares adequados ao turismo de veraneio [...]” estes não reuniam condições de receptividade, era necessária uma “ação enérgica” do setor público e do privado para que as condições se tornassem propícias. Até as décadas de 1960 e 1970, a vida social e o universo cultural que caracterizavam as diversas comunidades do interior da Ilha foram preservados pela desarticulação espacial dos diversos núcleos, ou seja, pela dificuldade de acesso deles entre si e com o centro da cidade. Oportuno mencionar que a manutenção desse modo de vida tradicional era visto como sinal de atraso e que, na visão de diversos autores, precisava ser modernizado. Mas foi justamente por esse “atraso” que nas décadas seguintes a Ilha congregaria diversos fatores positivos determinantes para consolidar a

atividade turística. De acordo com Barreto (1995), esses fatores relacionam-se à beleza da paisagem, ainda bem preservada, ausência de violência e presença de segurança, facilidade de circulação e política de preços favoráveis. No caso do turismo internacional, especificamente de argentinos e uruguaios, a autora destaca ainda como vantagem o câmbio favorável, dispensa de vistos de entrada e pouco controle alfandegário<sup>156</sup>.

Ao longo dos anos de 1970 intensificou-se a promoção do turismo em Florianópolis. Em 1971, com a intenção de viabilizar crédito para projetos turísticos e hoteleiros e fomentar a atividade turística, foi criado o BESC Empreendimentos Turísticos S/A<sup>157</sup>, com base num convênio com a EMBRATUR e o Banco Nacional de Habitação (BNH) (SANTOS, 1993), que foi responsável pelo financiamento da maior parte das obras hoteleiras realizadas nos anos de 1970. Tal ação representou mais um indicativo de que a atividade turística era a vocação escolhida pelas elites dominantes da cidade. Segundo Oliveira (2011), em 1973 a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), em convênio com a EMBRATUR, entregou ao governo estadual o Plano Regional de Turismo (PRT), com levantamento detalhado do potencial turístico da Região Sul, com inventário de infraestrutura e recursos, definição de prioridades, identificação de déficits e diretrizes para promover o setor, mas o plano nunca foi utilizado por questões políticas. Segundo o autor, foi um dos planos mais completos elaborados para Florianópolis. Em 1974 o BESC Empreendimentos Turísticos S/A teve seu nome alterado para BESC Turismo S/A. Em 1975, ele e a DEATUR foram extintos, sendo criada a Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (TURESC). Em 1977, uma fusão dessa empresa com a Citur/Rodofeira de Balneário Camboriú deu origem à Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina (CITUR). Esse nome permaneceu até 1987, quando foi alterado para Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), ao se vincular à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, cujos objetivos gerais visavam a interiorizar e desenvolver a atividade no estado.

---

<sup>156</sup> Esses fatores associados ao *marketing* realizado ajudam a explicar o *boom* de turistas argentinos que “invadiram” a Ilha nas temporadas de verão da década de 1980. Vale lembrar que o Brasil e a Argentina possuem um acordo bilateral que favorece o turismo desde 1933 (BARRETO, 1995).

<sup>157</sup> Para Cardoso (2013a) o ano correto seria 1968. Entretanto, não foi possível identificar a data exata.

Em relação à cultura, Hachmann (2011) deixa claro que nos anos de 1970 a Comissão Catarinense de Folclore se aproximou dos órgãos oficiais de turismo do estado e do município, o que permitiu que a cultura popular passasse a ser vista como atrativo turístico, ao ser divulgada como tal, ao mesmo tempo em que teve um viés preservacionista. Na visão dessa autora,

[...] a transformação da cultura em atração turística foi um dos meios que os folcloristas encontraram para participar do projeto desenvolvimentista e conciliar folclore e modernidade, criando assim uma forma nova através da qual a cultura popular continuou a fazer parte do mundo moderno (HACHMANN, 2011, p. 76).

Embora a cultura fosse evidenciada, a origem açoriana como identidade étnica ainda não tinha grande importância. Em estudo realizado pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Sul (CODESUL) sobre o desenvolvimento do turismo em Florianópolis, Lago (1970) menciona que embora as praias fossem o principal atrativo turístico, a cultura “açorita-madeirense” também poderia ser utilizada, pois apesar de ser da mesma classe da cultura lusitana, tinha suas peculiaridades que garantiriam um algo a mais aos turistas. Convém salientar que essa peculiaridade encontrava-se na cultura popular, aquela que por tanto tempo foi considerada atrasada, que foi responsável, em parte, pela construção de imagem negativa do homem do litoral. Também a partir dessa visão foi fundado, em 1971, o Eco Museu do Ribeirão da Ilha, pelo Departamento de Sociologia da UFSC, por iniciativa do Professor Nereu do Vale Pereira, com o objetivo de explorar o turismo por meio da cultura, como forma de preservá-la (N. V. PEREIRA, 2016).

Em 1979, a Prefeitura de Florianópolis autorizou a transformação da DIRETUR até em 1981, em Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte por meio da Lei n. 1.674 (FLORIANÓPOLIS, 1979) e foi criada pelo Estado a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) com a missão de valorizar a cultura e preservar a arte catarinense. Mas, em paralelo com esses esforços, o patrimônio arquitetônico e histórico era destruído para dar lugar ao progresso. A preservação da cultura local foi sobrepujada pelo “progresso”, como se pode ver num anúncio da construtora local CEISA – Construções e Empreendimentos SA: “É uma pena, mas uma capital



não tem o direito de ser somente patrimônio histórico”. A empresa afirmava “gostar muito da arquitetura do século XVII”, mas apesar disso, ajudava “a construir a Capital do século XX”<sup>158</sup>. Isso evidencia que as prioridades em nome do turismo e da exploração imobiliária alteraram a estrutura urbana sem considerar o patrimônio histórico da cidade.

Enquanto eram tomadas as primeiras iniciativas para organizar a atividade turística, em meados dos anos de 1960 teve início a instalação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>159</sup> no bairro Trindade, chamado até então de “Trás do Morro”, contrariando a ideia inicial de localizá-lo na área central da cidade, conforme indicava o primeiro Plano Diretor de Florianópolis. As terras onde foi instalado o Campus da UFSC foram apropriadas pelo Estado na década de 1940 e doadas à União para essa finalidade. Nela havia a fazenda modelo Assis Brasil, dirigida à criação de gado bovino de raça. Mas somente em 1970, após a Reforma Universitária do final dos anos de 1960, as antigas faculdades foram extintas e os cursos passaram a fazer parte da UFSC, que teve suas instalações físicas ampliadas para abrigá-los.

Por sua vez, o bairro Itacorubi recebeu diversos órgãos do setor agrícola<sup>160</sup>, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (1965) e aparelhos estatais, como a TELESC (1976) e a CELESC (1988). Em 1978, ampliada, a sede das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) foi transferida<sup>161</sup> do centro da cidade para o bairro Pantanal. Dessa forma, com o deslocamento da malha urbana para

---

<sup>158</sup> Jornal *O Estado*, 15/06/1974, Suplemento Especial, p. 11.

<sup>159</sup> Criada pela Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, a UFSC incorporava todas as faculdades existentes em Florianópolis. Foi oficialmente instalada em 12 de março de 1962, em sessão solene no teatro Álvaro de Carvalho, com a presença de ilustres personalidades locais. Ver mais em Neckel e Kuchler (2010).

<sup>160</sup> Entre esses órgãos constam o Laboratório de Solos e Minerais (entre 1961 e 1965), Centro de Treinamento da EPAGRI – CETRE (1964), Secretaria da Agricultura (1975) e outros, que posteriormente passariam por um processo de fusão, formando a Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Difusão Tecnológica de Santa Catarina (EPAGRI) (1986); Centro de Ciências Agrárias (CCA), da UFSC (1977); Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (CIDASC) (1982) (SANTOS, 2003).

<sup>161</sup> A transferência dos funcionários da ELETROSUL do Rio de Janeiro para Florianópolis iniciou em 1975, quando diversas instalações foram alugadas, tanto no centro da cidade como no continente, até a transferência para a sede construída no bairro Pantanal.

a região da Trindade e adjacências, especialmente devido à UFSC e à Eletrosul, ocorreram: urbanização, adensamento do solo, valorização fundiária, ascensão do setor imobiliário, crescimento do comércio e da indústria da construção civil, exigindo maiores investimentos públicos em infraestrutura e sistema viário.

A vinda de migrantes de classe média, como professores, funcionários públicos, profissionais liberais, estudantes, entre outros, impulsionou o desenvolvimento de alguns bairros, como Trindade, Carvoeira, Córrego Grande, Pantanal, Serrinha, Itacorubi e até a Lagoa da Conceição. E promoveu também a formação de outros até então inexistentes, como Santa Mônica, incluindo nele o loteamento Parque São Jorge, Jardim Anchieta, ambos densamente povoados hoje, mas antes de 1970 tomados por mata, reflorestamento de eucalipto e espaços rurais. Pereira (1974) esclarece que o índice de residentes no bairro da Trindade cresceu mais de 80% entre 1966 e 1968. Sobre a ELETROSUL, Faccio (1997) informou que do escritório central do Rio de Janeiro foram transferidos cerca de 600 funcionários com suas famílias. Eram funcionários com alto nível de qualificação profissional, percebendo salários acima da média local, além de adicional como incentivo à transferência durante dois anos. O impacto causado na economia local não foi somente pelo quantitativo de funcionários, mas também pela sua capacidade de consumo, que demandou serviços e infraestrutura urbana sob vários aspectos. Essa nova classe média em formação, composta por servidores públicos e profissionais liberais, também desejava investir no seu lazer, comprar uma casa de praia, já que naquele momento as férias e o tempo livre de descanso já estavam estabelecidos no modo de vida urbano. Como se pode perceber, o crescimento da máquina pública influenciou diretamente a expansão e a estruturação urbana de Florianópolis, haja vista que até a década de 1960 a região central da Ilha concentrava todos os órgãos políticos e administrativos da sede do governo municipal e estadual, enquanto as áreas “de trás do morro” guardavam características rurais.

Então, a estruturação viária visando à expansão urbana da área central em direção aos bairros passou por intensas transformações, notadamente para construir a Av. Beira Mar Norte<sup>162</sup> nos anos de 1960,

---

<sup>162</sup> Oficialmente denominada Av. Rubens de Arruda Ramos, essa avenida foi construída entre 1963 e 1965.

e o aterro da Baía Sul, a ponte Colombo Machado Salles<sup>163</sup>, a Via Expressa e a ampliação da Beira-Mar Norte na década de 1970. A rodovia SC-401 – ligação do norte da Ilha com o centro – teve as obras de pavimentação finalizadas em 1974; e a SC-404 – ligando o trevo do Itacorubi à Lagoa da Conceição; a SC-405 – acesso ao Campeche, Armação e Pântano do Sul; e SC-406 – acesso ao Rio Tavares, foram pavimentadas entre o final dos anos de 1970 e início de 1980. A conclusão das obras da BR-101 em 1971, inserindo o estado de Santa Catarina na rota que ligava o país de norte a sul, mais a melhoria dos acessos às praias da ilha, acima citados, facilitaram a vinda de migrantes e de turistas para a região.

Com tantas mudanças em curso, ainda em 1971 foi publicado o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF) (ESPLAN, 1971), que representava uma prévia do novo Plano Diretor, já que o antigo, além de pouco utilizado, estava obsoleto. Entre as obras prioritárias para a Ilha constava a construção de um “Setor Oceânico Turístico da Ilha” com uma via ligando a praia da Joaquina, Campeche e Morro das Pedras, a “Via Parque”, e uma via expressa para o sul da Ilha, que se interligariam. Nota-se que embora o crescimento da ilha já estivesse direcionado para o leste e para o norte, esse documento indicou o Sul como a direção a ser seguida. Em termos de importância, tal documento situou as praias de Canasvieiras e Jurerê em sexto lugar em relação às prioridades previstas, não merecendo, portanto, investimentos urbanos como os já programados para a região sul. É oportuno lembrar que Sugai (1994) confirma que as proposições desse plano tiveram grande resistência, por parte da hegemonia política e econômica local e estadual, o que justificou a sua morosa tramitação durante seis anos, até ser aprovado em 1976, sob pena de perder os recursos federais disponibilizados para as obras viárias. A elite política e econômica regional pretendia direcionar a expansão urbana da Ilha para a direção oposta ao que previa o novo plano, como já vinha acontecendo, e assim o fez. Intrigante perceber que nesse documento, mais uma vez, a atividade turística ainda não aparece como principal alternativa econômica da cidade, apesar de todos os encaminhamentos na direção dessa vocação. Por isso, em linhas gerais, assim como o primeiro, esse plano serviu mais para orientar as intervenções viárias das

---

<sup>163</sup> Inaugurada em 1975, essa ponte consolidou o fim das atividades portuárias da capital. Mesmo porque, de baixa altura em relação ao nível do mar, a ponte impediria a passagem de navios de maior porte.

décadas de 1970 e 1980, do que foi utilizado pelos gestores públicos para nortear o desenvolvimento e a expansão do município.

Em âmbito nacional, em 1975 o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND dedicou um capítulo específico ao desenvolvimento urbano, pois o número de cidades médias era inadequado para equilibrar a dualidade das grandes metrópoles versus pequenas cidades. Assim, para aumentar o número de cidades médias, era preciso investir em políticas de habitação, saneamento e transporte para garantir mobilidade do interior para a área central e integrar regiões consideradas isoladas. Então, em nome da integração nacional e do “progresso”, o Estado estimulou a urbanização por meio de incentivos de crédito para a construção civil e melhorias na infraestrutura urbana, apoiando investimentos nos meios de comunicação e no sistema viário, entre outros (BRASIL, 1975). Em tal cenário, Florianópolis também era considerada um centro médio a ser desenvolvido, principalmente por fazer parte do conjunto de cidades destinadas ao turismo e ao lazer.

A partir daí, teve início a disponibilização de crédito federal para grandes obras de urbanização da cidade, e assim a atividade turística deixou de ser apenas “sonhos e planos”. Investimentos públicos favoreceram a consolidação da urbanização, linhas de crédito incentivaram o desenvolvimento da construção civil para edificar hotéis, pousadas e casas de praia, entre outros. Por sua vez, a recém construída Av. Beira Mar e proximidades consolidaram-se como a nova área nobre da cidade, com a construção de edifícios residenciais em escala crescente. As áreas com vista para o mar passaram a ser valorizadas, e as pessoas queriam morar perto do local de trabalho, isto é, no centro, onde as atividades terciárias e administrativas se desenvolviam. Também se destaca a construção do novo terminal de cargas e passageiros do Aeroporto Hercílio Luz, em meados dos anos de 1970, na atual localização.

O processo de verticalização, segundo Ramires (1998, p. 2) deve ser entendido como “[...] a materialização das transformações técnicas que atingem a cidade contemporânea de forma contundente”. Para o autor, esse processo é uma opção planejada pelos atores sociais diante dos interesses econômicos que envolvem a estruturação interna das cidades, e o poder público assume papel relevante aprovando uma legislação urbana subordinada aos interesses dos grupos que produzem esse espaço. A verticalização revoluciona a paisagem urbana, ocasionando transformações profundas baseadas nos progressos técnicos. De fato, em Florianópolis a paisagem foi completamente alterada com a construção de edifícios (fotos 32 e 33), assim como os

hábitos sociais relativos às relações de vizinhança, à redução do espaço de lazer, ao acesso ao sol e utilização de elevador, entre outros. Essa questão fica visível ao observar uma foto da cidade do ano de 1915, em que a ponte Hercílio Luz ainda não havia sido construída e outra foto do ano de 2005.

**Foto 32** – Florianópolis: parte de registro fotográfico realizado por José Ruhland em 1915



Fonte: <https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/recortes-da-capital-catarinense-registrados-ha-101-anos>

**Foto 33** – Florianópolis em 2005

Fonte: [http://www.michael-weidemann.com/detail\\_brazil\\_florianopolis101.html](http://www.michael-weidemann.com/detail_brazil_florianopolis101.html)

Na esfera municipal, ações mais concretas em relação ao “planejamento” foram iniciadas em 1977, quando foi criado o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), para planejar o crescimento urbano no tocante ao turismo e elaborar planos diretores. No entendimento de Sostizzo (apud LENZI, 2014), “[...] esse órgão foi criado, entre outros motivos, devido aos interesses do capital turístico e imobiliário que pretendia investir na cidade sem grandes receios”. Assim, no mesmo ano da sua fundação, o IPUF elaborou o Plano de Estruturação do Espaço do Aglomerado Urbano de Florianópolis, aprovado por meio da Lei Nº 1.516/77 (FLORIANÓPOLIS, 1977) para mudar o zoneamento e classificar os balneários do norte da Ilha como “Zona de Urbanização Prioritária”, alterando o Plano Diretor. Tal mudança justificava a imediata execução da “Via de Contorno Norte-Ilha”<sup>164</sup>, em vez de outras obras de infraestrutura consideradas mais importantes para a cidade naquela época (SUGAI, 1994), como a Via Expressa Sul, postergada por mais de 20 anos. O poder público direcionou os investimentos influenciado pela força dos seus próprios representantes: as elites dominantes. Detentora de terras no norte da

---

<sup>164</sup> Via expressa que liga o anel viário da ponte Colombo Salles até o entroncamento da SC-401 com a SC – 404 no Itacorubi, com derivação para o Campus Universitário na Trindade, As obras foram concluídas em 1982.

Ilha, essas elites eram as maiores interessadas em direcionar os investimentos para aquela área.

Em 1981 o IPUF e a Secretaria de Turismo do município de Florianópolis - SETUR elaboraram o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis (PDTAUF) (IPUF, 1981)<sup>165</sup>, com o objetivo de orientar os agentes públicos e privados com propostas de dar ênfase às potencialidades turísticas do Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF), e em especial da ilha, com o intuito de “gerar novos empregos, ampliar as oportunidades de acesso popular aos bens e serviços básicos e definir uma estrutura espacial descentralizada, que propicie um desenvolvimento urbano equilibrado” (IPUF, 1981, Apresentação, n. p.). O plano também destacava a relevância em adotar a expressão “Ilha de Santa Catarina”, uma vez que os atrativos se localizavam quase exclusivamente na Ilha, e também pelo fato de haver poucas ilhas no Brasil e na Argentina, daí ser, por si só, uma atração turística uma ilha com centro urbano (IPUF, 1981)<sup>166</sup>. O documento considerava importante realizar atividades turísticas em locais onde houvesse bens patrimoniais e em comunidades pesqueiras tradicionais. Esses lugares históricos foram divididos em: “1) Centro Histórico de Florianópolis e São José; 2) Núcleos pesqueiros do interior da Ilha de Santa Catarina e 3) Antigas fortalezas” (IPUF, 1981, p. 73)<sup>167</sup>. Apesar de deixar claro que as medidas adotadas nesses locais deveriam evitar sua descaracterização, o documento não indicou nenhuma ação para fazê-lo. Assim, nem tudo que foi proposto nesse plano turístico foi realizado, principalmente no tocante à preservação.

Em 1984 foi apresentado pelo IPUF o Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina (IPUF, 1984), aprovado pela Lei Municipal nº 2.193 (FLORIANÓPOLIS, 1985). Esse plano objetivava controlar o uso e a ocupação do solo daquelas áreas, diante do intenso processo de urbanização já em curso, com destaque

---

<sup>165</sup> Esse plano fez parte do programa de cidades de porte médio, financiado pelo CNDC/BIRD e realizado em parceria com o Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR).

<sup>166</sup> Esse aspecto já demonstra a intenção de atingir os turistas argentinos.

<sup>167</sup> O Ribeirão da Ilha (zona nº 4) foi identificado como o núcleo pesqueiro mais significativo de Florianópolis, seguido da Lagoa da Conceição (zona nº 3), identificada naquela época como já em processo de descaracterização. Santo Antônio de Lisboa era considerado “um conjunto histórico em menores proporções”, o que justificava o fato de não estar incluso nas principais zonas turísticas da cidade nesse primeiro momento (IPUF, 1981, p. 76). Todavia, no Plano dos Balneários, de 1985, torna-se um local a ser explorado turisticamente.

para a região norte da Ilha, principalmente em decorrência da atividade turística, à época já vista como predatória e de pouco retorno econômico local. Também destacava a necessidade de preservar, além dos recursos naturais, os núcleos populacionais e a cultura local para atrair turistas. Esse documento criou Áreas de Preservação Cultural (APC) e declarou esses locais “históricos” como área especial de interesse turístico, assinalando o início das ações de preservação patrimonial de forma menos isolada<sup>168</sup>.

Em 1987, foi criada a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), com o objetivo de “[...] fomentar uma ação cultural forte, autônoma e articulada com os setores turísticos, proporcionando maior autonomia às políticas públicas para a área da cultura em Florianópolis”. Consta que a entidade tinha entre seus compromissos, atuar “[...] no resgate da história e da memória de Florianópolis, promovendo e divulgando as manifestações culturais tradicionais e contemporâneas, além de preservar o patrimônio cultural material e imaterial de nossa cidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2017). A FCFFC deveria atuar como um agente fomentador e facilitador da cultura, mediando o setor público e o privado, mas por estar relacionada diretamente ao poder político vigente, a direção de suas ações variaram conforme os interesses de cada administração, o mesmo ocorrendo em relação ao repasse de verbas, que resultavam em mais ações ou menos ações.

Segundo Cardoso (2013b), em 1989 um programa de desenvolvimento turístico foi lançado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis com intenção de tombar, restaurar e preservar os distritos de Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, tanto em seu aspecto material como imaterial. Nesse programa, a identidade açoriana ficou estabelecida como representante cultural a ser explorada pela atividade turística, embora o autor não tenha encontrado indícios de ações específicas no local até o final dos anos de 1990. Atualmente, Santo Antônio de Lisboa está na “Rota Gastronômica do sol poente”<sup>169</sup>, com significativo número de restaurantes e estabelecimentos comerciais voltados para o turismo, sendo divulgado como reduto da cultura açoriana. O mesmo pode ser dito do Ribeirão da Ilha, localidade com diversos restaurantes e reconhecida como o reduto histórico mais antigo

---

<sup>168</sup> Até então só se realizavam por meio do tombamento.

<sup>169</sup> Os bairros Sambaqui, Cacupé e Santo Antônio de Lisboa fazem parte da “Rota Gastronômica do Sol Poente”, com pratos majoritariamente à base de frutos do mar; divulgada na mídia como típica açoriana.



e original da colonização açoriana na Ilha, como menciona Pereira (G1 SC, 2014). Todavia, em ambas as localidades as poucas construções representativas que restaram são do século XIX. Apesar de citada nesse documento, na prática a identidade açoriana parece não fazer muito sentido para o poder público local e estadual, pois pouco foi feito para preservá-la. Há convivência dos gestores públicos com a urbanização desenfreada e com a especulação imobiliária, porque os próprios representantes do município e do estado também eram beneficiados. Diante disso, a preservação cultural tornou-se mais um mero discurso sobrepujado pelo capital.

Na década de 1980, o turismo de massa estava consolidado. Objetivava-se crescimento econômico, geração de emprego, inserção do estado no novo mapa geoeconômico da globalização (ZANELA, 1998). Em parte, os discursos políticos foram direcionados à população local para conscientizá-la sobre a importância de receber bem o turista. E para divulgar a cidade, foram utilizadas estratégias de *marketing* apoiadas na constante espetacularização da cultura regional. Como exemplos, pode-se citar a expressão “Ilha da Magia”, relacionada aos estudos do Prof. Franklin Cascaes<sup>170</sup>, entre os quais o folclore relacionado à presença das bruxas na Ilha. Essa relação teve início em agosto de 1988<sup>171</sup>, quando Santa Catarina participou da XVI feira da Associação Brasileira de Viagens (ABAV), realizada em São Paulo, com dois estandes: um para Blumenau e outro para Florianópolis. De acordo com Michelmann (2015), Gelci Coelho (Peninha), diretor do Museu Antropológico da UFSC, foi responsável por conceber o estande de Florianópolis, e o artista plástico Jone de Araújo materializou a ideia, fugindo completamente do modelo tradicional adotado pelos outros estandes. Inspirado no trabalho de Franklin Cascaes, o cenário contou com um fundo de aniagem pintada com símbolos esotéricos e decorada com barba de velho, recepcionistas vestidos com fantasias de teatro de “diabo” e “bruxas”<sup>172</sup>, e um caldeirão com uma bebida tradicional da Ilha, a consertada, para servir aos visitantes, como se fosse uma poção mágica. Pode-se afirmar que o objetivo era vender o município para o

---

<sup>170</sup> Artista plástico e professor da Escola Industrial de Florianópolis, Franklin Cascaes nasceu e viveu em Florianópolis. Nos anos de 1940, com sua esposa Elizabeth Pavan Cascaes, iniciou pesquisas sobre o cotidiano das comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina. Produziu uma vasta obra artística, que compreende esculturas, desenhos e outros, sobre a cultura local.

<sup>171</sup> Leal coloca que o evento aconteceu em 1986, mas o correto é 1988.

<sup>172</sup> Tais fantasias tinham sido utilizadas na peça *Cascaes*.

mercado turístico, e diante da ausência de uma identidade clara, a obra de Cascaes foi utilizada para criar um lugar mágico, exótico, repleto de belezas naturais, um paraíso com inúmeras praias. Enfim, estava criada a Ilha da Magia.

Esse exemplo evidencia a articulação do turismo com a cultura local, sendo essa selecionada e ressignificada para ser inserida na "lógica do espetáculo". Assim, a partir disso, a SANTUR e a SETUR, projetaram e lançaram uma campanha publicitária intitulada "Florianópolis – Ilha da Magia", que criou certo fetiche em relação ao local, colaborando para a divulgação do seu aspecto exótico. Embora muitos turistas, e até locais, não tenham conhecimento da origem dessa expressão, o fato é que até hoje se fala em Ilha da Magia. O *marketing* desenvolvido para o município deu-lhe uma posição de destaque no cenário do turismo nacional e internacional. Além de Ilha da Magia, outro título de destaque foi o de “Capital Turística do MERCOSUL”, instituído pelo vereador de Florianópolis, Michel Curi, em 1993 (ZANELA, 1999). Iniciativas como essas confirmam, segundo Machado (2000), a “fabricação de uma vocação” que resulta na “produção do lugar”. Ao analisar o discurso turístico sobre a ilha, Zanela (1999, p. 48) reforça essa ideia, afirmando que,

As imagens da ilha são criadas com várias significações explícitas de sedução, encanto, magia, que são induzidas pela linguagem dos divulgadores – os políticos, empresários, comerciantes, guias, promotores – os “fazedores do turismo”. O espectador/ouvinte, por sua vez, pode sentir o prazer da visita, viajar no verde, bronzear-se ao sol, banhar-se nas belas praias, mergulhar na cultura, na tradição, na paz e na liberdade que lhe passam a imagem e o discurso.

Também foi no final dos anos de 1980 que o termo *manezinho da Ilha*<sup>173</sup> perdeu parte de seu caráter pejorativo e passou por um processo de ressemantização (RIAL, 2001). O termo foi muito utilizado para fazer referência ao nativo do interior da Ilha, o pescador caracterizado como indolente e preguiçoso, com roupas características e um peculiar jeito de falar rápido e cantante. Mas, à medida que o

---

<sup>173</sup> Acredita-se que o nome manezinho derive de Manoelzinho, diminutivo de Manoel, nome muito comum em Portugal e também em Florianópolis, destino de muitos imigrantes lusos.

progresso chegou trazendo para cá novos moradores, o que era da terra passou a ser valorizado. Diante disso, em 1987 o jornalista Aldírio Simões criou o troféu “Manezinho da Ilha”, para homenagear ilhéus de destaque, reforçar a identidade cultural da Ilha e dar uma visibilidade positiva ao termo. Essa positivação se tornou ainda mais evidente com a vitória do tenista Gustavo Kuerten no torneio de Roland Garros, em 1997, ao declarar que era manezinho da Ilha, apesar da sua ascendência alemã.

Assim, nos anos de 1990 os reflexos de todo o processo vivenciado desde a década de 1970 não poderia ser outro senão o crescimento desordenado e o meio ambiente depredado, o que gerou graves problemas de saneamento, abastecimento de água, mobilidade urbana, carência de parques e áreas públicas de lazer, afastamento da cidade em relação ao mar, entre muitos outros aspectos negativos. A tônica do progresso e do desenvolvimento ignorou os efeitos nocivos de uma desordenada ocupação territorial, visando apenas ao lucro e aos benefícios associados aos interesses de um poder político e econômico.

Nesse momento, houve um repensar da atividade turística na cidade, o que indicou a necessidade de reestruturar essa atividade, com o intuito de praticar aqui um turismo mais elitizado. Percebeu-se que o turismo de massa gerou muitos danos, e geraria ainda mais se algo não fosse feito. Assim, começou a se propagar um novo discurso explorando expressões como “ecologicamente correto”, “sustentabilidade”, “preservação”, “junto da natureza”, como estratégia de venda para atrair um público selecionado e com alto poder aquisitivo. Percebeu-se a necessidade de profissionalizar a mão de obra para atuar no setor, criando cursos técnicos e superiores para atender a demanda de profissionais capacitados. A inauguração do Costão do Santinho Resort (1991) na praia homônima, do Centro de Eventos Centro Sul, na área central de Florianópolis (1998), a instalação de hotéis de redes internacionais e a construção de condomínios de luxo também contribuíram para modificar a imagem do turismo praticado em Florianópolis. Passou-se a focar num público mais elitizado, e o turismo de eventos se tornou uma alternativa para superar as dificuldades da sazonalidade. Apesar disso, conforme se pode constatar,

A atratividade turística fica comprometida pelo adensamento populacional registrado em alguns balneários, como é o caso de Canasvieiras, Ingleses e Lagoa da Conceição, enquanto empreendimentos turísticos de grande porte criam loteamentos reservados às

classes altas, implantados a partir da década de 80 em grandes glebas de terras (Jurerê Internacional e Praia Brava). O turismo tornou-se o grande vetor do crescimento urbano de Florianópolis e projetou Santa Catarina nacionalmente, apesar dos limitados investimentos públicos e da precariedade do planejamento para o setor (PEREIRA, 2003, 120-1).

De modo geral, esses foram os principais fundamentos da “organização”, implantação e gestão da atividade turística em Florianópolis, que resultou de políticas federais, estaduais e municipais. Ficou claro que não faltaram planos, estudos, órgãos de apoio, embora esses se caracterizassem mais como diagnósticos, e por falta de ações conjuntas, acabaram, em sua maioria, ficando no papel. A atuação dos órgãos públicos em geral seguiu na direção oposta ao que estava planejado, pois os interesses das elites dominantes passaram a interferir diretamente na concretização das ações para direcionar a urbanização da cidade. E como se pode notar, a vocação turística foi eleita por essa elite, cuja exploração da base natural, quase que exclusiva, levou a uma rápida depredação ambiental.

As políticas de turismo deveriam contribuir com ações norteadoras para o planejamento, crescimento e desenvolvimento da atividade de maneira sustentável. Para Goeldner; Ritchie e McIntosh (2002, p. 295), o turismo tanto deve promover benefícios aos destinos turísticos como deve minimizar impactos negativos, como sazonalidade e efeitos diretos no meio ambiente. Na visão de Pigram e Wahab (1997), as configurações de turismo ideal se desenvolvem com base em recursos naturais complementares e processos sociais compatíveis. Mas para Dias (2003), em geral as políticas de turismo não são planejadas, surgem de maneira espontânea e segundo as necessidades imediatas da atividade. Já Edgell et al. (2008) defendem que as políticas de turismo são fragmentadas e mal definidas pelos governos em todo o mundo. Pouco explorado no meio acadêmico, a preocupação de se estabelecer políticas específicas só aparece quando o setor assume importância econômica ou quando começa a causar transtornos.

Os locais com maior fluxo de turistas tendem a sofrer os efeitos predatórios dos intensos processos de urbanização com grandes impactos socioambientais, e até culturais, e ainda a valorização exagerada do lugar. Florianópolis não escapou desse processo, da

mesma forma que outros municípios do litoral catarinense, da costa brasileira e também do mundo todo. O desenvolvimento dessa atividade e a urbanização desenfreada impactaram diretamente o modo de vida e as práticas culturais da população das áreas rurais da Ilha, como se verá na sequência.

#### 4.2 MODO DE VIDA, SOCIABILIDADE E PRÁTICAS CULTURAIS: O FIM DE UM CICLO

A expansão da dinâmica capitalista a partir dos anos de 1970 implicou profundas transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais em nível mundial, nacional, regional e local. Os modos de vida não regidos por relações tipicamente capitalistas passaram a se dismantelar de forma acelerada, sendo profundamente alterados. Florianópolis também vivenciou esse processo: o desenvolvimento da atividade turística e a urbanização desenfreada influenciaram diretamente a construção e a transformação do espaço, a constituição social, o modo de vida da população, o surgimento de novas formas de trabalho e a mudança de valores culturais. Apesar de tais processos não representarem a origem das mudanças culturais, não há dúvida que lhe deram grande impulso. Nesse aspecto, Campos (2009, p. 190) confirma:

A partir dos anos 1970 a região litorânea catarinense, refletindo os rumos que tomava o capitalismo a nível nacional e mundial, sofre rapidamente uma série de transformações, alterando com profundidade a constituição social, econômica e ambiental da região. Fazem-se presentes novos contextos (econômico, social, político e cultural), possibilitando o surgimento ou expansão de interesses do capital em sua dinamicidade. Nesse período ocorre a expansão da urbanização na região, dinamizando igualmente a especulação imobiliária.

A mudança de um sistema econômico para outro gera alterações na estrutura da sociedade, embora sem que o sistema anterior fosse substituído por completo, apagando ou eliminando todos os objetos e valores. Isso significaria eliminar instantaneamente a identidade das pessoas. Mas a partir do momento em que o progresso começa a alterar

ou substituir os antigos modos de vida e as tradições culturais, tem início a formação de novas identidades, miscigenando o que restou das culturas tradicionais com as novas, advindas do emergente contexto social, econômico e cultural. Lefebvre (1991) afirma que o gênero de vida<sup>174</sup> urbano comporta um sistema de objeto e um sistema de valores diferentes do rural. Para esse autor,

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos serviços (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

Rompido o “isolamento” do interior da Ilha, o progresso chegou trazendo água encanada, eletricidade e os benefícios delas advindos, como a televisão e a geladeira, por exemplo. Em consequência disso, a indústria doméstica se desarticulou, o tempo da natureza deixou de estabelecer a sazonalidade das atividades relacionadas ao trabalho e as tradições que estavam associadas às antigas condições materiais foram substituídas, sofreram mudanças e/ou desapareceram por não fazerem mais sentido no novo contexto.

O modo de vida da população litorânea, em especial das áreas rurais, estava relacionado ao calendário oficial da Igreja, às práticas devocionais e às estações do ano, estando todos relacionados entre si. As celebrações litúrgicas como Natal, Epifania do Senhor (dia de Reis), Quaresma, Páscoa e Pentecostes (período das festas do Divino Espírito Santo) definiam as festas e os ritos, em geral com muitas características profanas, e também as práticas devocionais, como as procissões, pagamento de promessas, novenas e festas de santos padroeiros, entre outros. Por sua vez, as estações do ano, associadas aos ciclos lunares e das marés, influenciavam diretamente o trabalho na pesca e na agricultura, definindo quando plantar, quando colher, a safra de determinado peixe e o período de defeso. Portanto, a religiosidade e os ciclos da natureza como definidores do tempo, já mencionados no capítulo anterior, caracterizavam essa sociedade como atrasada. E era no tempo de não trabalho, em especial, que se promovia o boi de mamão, a brincadeira do boi (atualmente denominada farrá do boi), os ternos de

---

<sup>174</sup> O gênero de vida é definido pelo autor como o “modo de viver”, com um sistema de objetos e um sistema de valores correspondentes.

reis, as festas juninas, do Divino Espírito Santo, entre outras. Ou, como no caso da ratoeira, acontecia também no tempo de trabalho.

O pescador, o lavrador, a rendeira, o artesão, rapidamente perderam o seu espaço na terra, que era indispensável para reproduzir um modo de vida associado à subsistência e à autossuficiência. O valor de uso da terra foi substituído pelo valor de troca, ou seja, a terra se tornou uma mercadoria, um investimento garantido pela especulação imobiliária (CAMPOS, 2002). Convém salientar que a terra constitui condição geral de reprodução do capital e da sociedade, a produção do espaço urbano se dá, na afirmação de Singer (1982, p. 23), “pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola [...], o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo”. Em outras palavras, o crescimento de uma cidade se dá com a incorporação de terras agrícolas e a sua transformação em terras urbanas. Sendo assim, na Ilha muitos pescadores artesanais, ou lavradores-pescadores, venderam suas terras, como forma de solucionar parte de suas dificuldades financeiras, e se mudaram para locais mais distantes das praias, devido aos valores mais baixos dos aluguéis ou dos terrenos. Ao serem inseridas no processo de especulação imobiliária, essas terras adquiriam valor ainda maior quando eram revendidas.

Segundo Campos (1991), com essa mudança de função, as terras devolutas<sup>175</sup> e as de uso comum, também participaram do processo de especulação. Para o autor, o uso dessas terras foi uma prática muito comum na Ilha de Santa Catarina até meados do século XX, nas quais a população colocava o gado para pastar, retirava lenha e madeira, entre outros usos. Mas muitas dessas terras foram apropriadas de forma obscura por grupos econômicos e/ou representantes da elite política e econômica local, estadual e de fora do estado. As terras pertencentes ao governo do estado, em sua maioria, já eram fruto de apropriações de terras de uso comum, realizadas por volta de 1940.

Com a cidade se expandindo em direção às antigas freguesias da Ilha, num primeiro momento para o norte, depois para o leste e mais

---

<sup>175</sup> Originariamente, são terras dadas em sesmarias, posteriormente devolvidas à Coroa, por terem caído em comisso. Em 1946, o Decreto Lei nº 9.760/46, no seu art. 5º, definiu terras devolutas como aquelas que não se encontram aplicadas a algum uso público, ou que não foram, legitimamente, incorporadas ao domínio privado. Pode-se dizer que são terras não incorporadas ao patrimônio particular e nem se destinam a uso específico pelo poder público, mas de todo modo são terras públicas (BRASIL, 1946).

recentemente para o sul, rompeu-se a tradicional e histórica divisão entre área central, sediando o aparato político-administrativo e as atividades comerciais e de serviços, e o interior da ilha, depositário da tradição, voltado para a agricultura de subsistência e a pesca artesanal (REIS, 2002). Todo o espaço da Ilha, portanto, independentemente de ser urbano ou rural, área central ou interiorana, tornou-se parte dos interesses e das dinâmicas do capital. Ao pesquisar sobre a praia de Canasvieiras, localizada na porção norte da Ilha, Bitencourt (2005, p. 151-152) salienta que:

A implantação dos projetos de loteamento e as alterações que deles decorreram transformaram o cenário trazendo lentamente mudanças. Mansões, hotéis, restaurantes com janelas para o mar, foram ocupando o espaço que antes era praticamente vazio. A praia, que era o lugar do trabalho e significava o isolamento, passou a simbolizar também o lugar do lazer de onde se abriram outras possibilidades de renda para as famílias locais, assim como para as populações vindas de outras regiões.

Como se pode perceber, as funções pré-existentes das antigas comunidades foram alteradas com a mudança de função da terra, implicando novas formas de apropriação e uso do espaço. Além das acima citadas, acrescenta-se a casa de veraneio; moradia permanente de migrantes; estabelecimentos comerciais e de serviços, como farmácias, padarias, supermercados; e equipamentos de turismo e lazer, como hotéis e restaurantes, entre outros. A concentração de restaurantes na Avenida das Rendeiras, na Lagoa da Conceição, na orla da praia de Santo Antônio de Lisboa e do Ribeirão da Ilha são exemplos dessa mudança de função. Tal cenário pode ser observado no desenho *A Bruxa Grande* (figura 2), realizado por Franklin Cascaes em 1976, em que a figura de uma grande bruxa é associada à modernidade e à destruição cultural local. Segundo Souza (2000, p. 91), nesse desenho Cascaes retratou

[...] uma entidade fantástica dotada de grandes pernas em forma de edifícios, que esmagam os antigos casarios coloniais de Florianópolis. [...] reflete a angústia do artista que não se conformava em ver as transformações em curso. [...] a bruxa deixa cair sobre as ruínas



das habitações tradicionais, moedas, simbolizando a especulação imobiliária, que retira os pescadores de suas antigas moradias para estes irem habitar outros lugares estranhos a sua cultura.

Entre os anos de 1940 e 1960 acentuou-se a queda das atividades agrícolas, que já estavam em decadência. O esgotamento dos solos, o parcelamento da terra devido ao sistema de sucessão, que a repartia entre todos os filhos; as técnicas agrícolas tradicionais e a concorrência com municípios vizinhos foram fatores preponderantes para que muitos pescadores-lavradores passassem a dedicar-se exclusivamente à pesca. Todavia, a pesca artesanal também já dava sinais de dificuldades devido à concorrência com a pesca industrial e a diminuição dos cardumes. Assim, a migração temporária para Rio Grande (RS), Santos (SP) ou Angra dos Reis (RJ), para trabalhar na pesca embarcada, foi uma alternativa econômica encontrada por muitos desses pescadores. Nessa atividade, muitos conseguiram capitalizar-se para adquirir barcos e redes, garantindo o sustento da família. No entanto, Capelesso (2010) esclarece que a situação piorou ainda mais com a promulgação do Decreto-Lei 221 (BRASIL, 1967), que definiu a pesca como indústria de base e permitiu o acesso a incentivos fiscais, com vistas a aumentar a produtividade pesqueira. Esses incentivos permitiram a modernização de parte do setor, mas afetou fortemente a pesca artesanal. Como a maior parte dos pescadores artesanais do litoral catarinense não participou desse processo, esses trabalhadores acabaram marginalizados, tornando-se ainda mais pobres, pois com a concorrência desleal da pesca industrial, a atividade já não garantia mais sequer o sustento das famílias.

**Figura 2 – A Bruxa Grande** (Franklin Cascaes, s. d.)



Fonte: Acervo Museu de Antropologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC/Museu de Antropologia e Etnografia – MARquE.

Com a transformação do espaço de trabalho em espaço de lazer, novas alternativas de trabalho surgiram para que as famílias pudessem sobreviver. Entre essas, destacam-se atividades como de garçom, jardineiro, camareira e faxineira, na maioria das vezes em contratos

temporários, recebendo poucas remunerações. Por sua vez, a construção civil, a UFSC e outros órgãos públicos representaram possibilidade de trabalho assalariado mais rentável, embora se tratasse de atividades subalternas relacionadas com manutenção, limpeza, serviço de copa e cozinha, entre outras. É oportuno enfatizar, segundo Santos (1978), que quando um novo momento chega para substituir outro, ele encontra no espaço geográfico formas preexistentes às quais ele deve se adaptar para poder se estabelecer. Assim o autor coloca que as sobras materiais, ou seja, objetos do passado que permaneceram no presente e o servem, são denominadas de rugosidades. Essas se comportam como traços de união com os novos aspectos da vida social estabelecida, mas no passado já existiram como significados. Conforme o autor, a periodização é importante para compreender o conhecimento do mundo e que tempos diversos coabitam no mesmo período e entender que ao mudar a realidade o instrumental precisa ser readequado.

Nesse cenário, os engenhos de farinha, dominantes na paisagem local e no litoral, começaram a ser desativados entre os anos de 1960 e 1970. No entendimento de Zeferino (2008), os engenhos eram o centro da composição espacial da estrutura dominante na paisagem cultural. Eles não eram apenas locais de trabalho, de produção de farinha, de fonte de renda: eram espaços de sociabilidade em que se vivenciavam a solidariedade e o trabalho coletivo. Boa parte da vida interiorana se passava em torno do engenho. Mas com a chegada do progresso, tudo se alterou. As novas gerações foram perdendo o interesse, preferiam deslocar-se para trabalhar na cidade, na construção civil, a ficar na labuta da roça e do engenho. Outra questão a ser destacada refere-se ao avanço da urbanização, pois as terras nas quais eram plantadas a mandioca, em geral próximas à praia, foram sendo compradas com vistas à especulação imobiliária e à construção de casas de praia. Cabe enfatizar também a dificuldade em obter novas peças do engenho para reposição, quando alguma se danificava ou se desgastava pelo uso e precisava ser substituída (CARUSO, 1977)<sup>176</sup>. A forma como esse processo foi conduzido gerou uma drástica mudança cultural na região, ilustrada por Cascaes em “Saudosa Procissão da Mandioca no Campeche da Ilha de Santa Catarina” (figura 3), deixando para trás os instrumentos de trabalho, o carro de boi e os animais. De todo modo, o desenho confirma que o progresso venceu. Atualmente, os poucos engenhos em atividade só produzem farinha para o próprio consumo ou

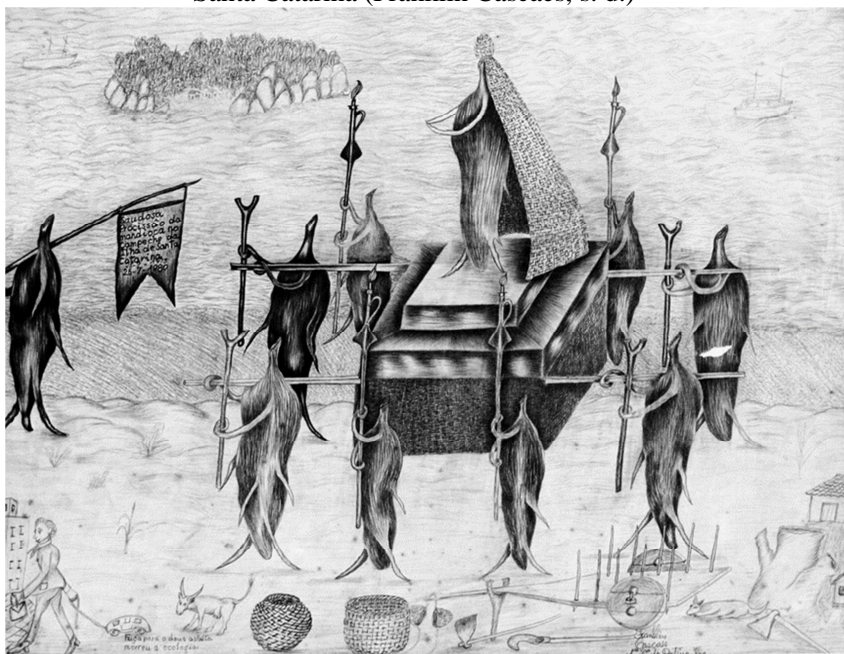
---

<sup>176</sup> Atualmente, os poucos engenhos ativos só produzem farinha para consumo próprio e principalmente servem à atividade turística e de lazer.

estão associados à atividade turística e de lazer, colaborando para vender a imagem de um passado açoriano. Andermann (1996, p. 94) corrobora essa ideia ao afirmar:

O andar lento do tempo, pelas rodas do carro de boi, foi substituído pelo correr dos automóveis, o tempo voando, levando o progresso e desmontando o engenho. Sobrou do engenho as lembranças, as histórias, as cantorias, das quais a imprensa apropria-se para formar outra imagem do engenho, que possa ser vendida.

**Figura 3** – Saudosa Procissão da Mandioca no Campeche da Ilha de Santa Catarina (Franklin Cascaes, s. d.)



Fonte: Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC/MARquE

A grande quantidade de engenhos espalhados por Florianópolis e pelos demais pontos do litoral comprova que a farinha de mandioca foi um dos principais produtos comercializados no litoral catarinense no século XIX. Parte era destinada ao consumo e o excedente para o escambo, enquanto a moeda financeira não dominou a região, ou para a

exportação. A farinha e seus derivados, como o polvilho e a tapioca<sup>177</sup>, eram utilizados em diversas preparações culinárias, como o pirão, o beiju<sup>178</sup>, o cuscuz<sup>179</sup>, a rosca de massa<sup>180</sup>, a bijajica<sup>181</sup>, o mané pança<sup>182</sup>, etc. O pirão foi uma das preparações mais importantes na alimentação do homem do litoral: comia-se pirão com tudo em todas as refeições, com fruta, com café, com doces ou salgados, razão pela qual o homem do litoral também ficou conhecido como “papa-farinha”. O pirão poderia ser preparado com água quente (pirão d’água), caldo de peixe e ou de frutos do mar ou caldo de feijão. O líquido poderia ser colocado sobre a farinha, ou esta poderia ser colocada aos poucos no caldo, ainda sobre o fogo para escaldar. Com diversas denominações, o pirão também era chamado de jacuba (feito com líquido não suficientemente quente para escaldar, mantendo o sabor da farinha crua), loque (pirão escaldado molinho), pirão de café, pirão de náilon, pirão d’água, pirão de pinto (também não escaldado), pirola, piroca, grude (dada a constituição que ficava), etc., dependendo da região da Ilha e da maneira como era preparado. O pirão e o peixe eram considerados o “arroz com feijão” dos dias atuais. Os pratos tradicionais na mesa do manezinho, segundo Müller (2012), eram o “peixe cozido no feijão”, a “ostra da pedra cozida no feijão”, a “galinha ensopada com mamão verde”, a “solda de ovos”<sup>183</sup>, o “berbigão com abóbora”, o “camarão com

---

<sup>177</sup> Fécula extraída da mandioca, usualmente granulada.

<sup>178</sup> De origem indígena, o beiju ou biju é preparado com a massa de mandioca crua (antes de ser torrada), açúcar, sal, podendo acrescentar farinha de milho, amendoim, cravo, canela, erva doce, entre outros. A massa é aberta em pequenos discos e levada à uma chapa quente para torrar levemente dos dois lados, ou ao forno.

<sup>179</sup> É preparado com a mesma massa do beiju, mas é cozido no vapor, depois fatiado e torrado na chapa ou no forno.

<sup>180</sup> É feita com a massa crua da mandioca, açúcar mascavo, sal, ovos, canela, cravo, erva doce, água ou leite e assada no forno.

<sup>181</sup> Há diferentes tipos de receitas, mas a tradicional de Florianópolis lembra um bolinho. É preparada com a massa da mandioca crua, amendoim e açúcar mascavo, sendo cozida no vapor numa espécie de cuscuzeira de barro.

<sup>182</sup> É preparado com a massa de mandioca crua prensada, ovos, açúcar mascavo, sal, cravo, canela, erva doce, podendo acrescentar farinha de milho ou de amendoim. Discos são abertos e envoltos em folha de bananeira para serem assados no forno ou na chapa.

<sup>183</sup> Sopa de ovos.

chuchu”, a “cacuanga”<sup>184</sup> e a “mineirinha de taiá”<sup>185</sup>. Acrescentam-se ainda a “concertada”<sup>186</sup> e o “nego deitado”<sup>187</sup>. O peixe poderia ser enopado em posta, frito em posta na banha de porco, assado inteiro e recheado, ou para sua conservação, escalado, salgado e secado ao sol, pois ainda não havia refrigeradores. Essa técnica já era utilizada nos Açores e também é semelhante àquela utilizada para fazer o charque e o frescal de carne de gado, já que o sal é um conservante natural e, associado à desidratação, garante maior durabilidade. Segundo Caruso (1981), Cascaes também cita o peixe enrolado na folha de bananeira e assado sobre uma telha ou sobre uma lata.

Mas, diante das profundas mudanças, o pirão e o peixe foram deixando de ser a principal comida do cotidiano da população; a ostra nativa deixou de ser extraída da pedra; o camarão passou a ser criado em cativeiro; a conservação do peixe pela salga deixou de ser necessária, passando a ser comprado no mercado público, fornecido por grandes empresas pesqueiras; a galinha caipira foi substituída pela galinha criada em granja; a farinha de mandioca passou a ser adquirida no comércio, entre outros exemplos. O fogão a lenha foi substituído pelo fogão a gás, a panela de barro foi substituída pela de alumínio, o refrigerador e outros eletrodomésticos passaram a ser utilizados, facilitando a execução de novas preparações. Mas se a cultura não é fixa, a culinária também não o é. Para Montanari (2009, p. 11), “cada tradição é o fruto – sempre provisório – de uma série de inovações e das adaptações que estas provocaram na cultura que a acolheu”. Tal como a linguagem, “[...] a cozinha contém e exprime a cultura de quem a pratica, é depositária das tradições e da identidade de grupo” (MONTANARI, 2009, p. 11).

Apesar disso, com a expansão da atividade turística, a culinária tradicional foi parcialmente retomada e selecionada para que alguns pratos fossem comercializados em restaurantes turísticos por valores antes sequer imaginados, tornando-se típicos da região. Esse foi o caso

---

<sup>184</sup> A massa, originalmente puba (fermentada), é preparada com especiarias, enrolada numa folha de bananeira e cozida na água fervente. É semelhante a uma pamonha.

<sup>185</sup> As folhas de taioba (também chamada de taiá) são cortadas bem finas (retira-se as nervuras e o talo) e depois refogadas da mesma maneira que se faz a couve.

<sup>186</sup> Bebida preparada com café, cachaça e especiarias.

<sup>187</sup> Bolo achatado cuja massa preparada com farinha de milho é enrolada na folha de bananeira para assar.

do pirão feito com o caldo de peixe, da tainha frita, da anchova escalada, por exemplo. Tais preparações deixaram de ser uma comida comum, cotidiana, e adquiriram novo valor simbólico, um valor identitário e de mercado. E assim o pirão de cada dia tornou-se gastronomia. Com isso se percebe que o capital se apropria de tudo que é possível para obter lucro, e a preservação de uma tradição e/ou o seu resgate não podem ser entendidos como algo isolado em si mesmo. Para Garcia (2003), esse “resgate” não representa necessariamente uma volta às origens, mas a utilização do conceito de tradição como argumento de venda, porque a elaboração de um prato provavelmente contará com as facilidades tecnológicas atuais. O movimento de “resgate” das tradições, de “recuperação” da cultura local precisa ser compreendido sob o ponto de vista capitalista, segundo o qual tudo se torna mercadoria, inclusive a culinária, que é também um objeto de consumo da atividade turística. Beluzzo (2006) esclarece que atualmente a tendência é valorizar cozinhas locais em todas as partes do mundo. Essas informações mostram que o movimento do capital sobre a cultura não é específico de Florianópolis.

Em geral, o turista busca a culinária típica do local, aquilo que é diferente, que é característico, o que não quer dizer necessariamente que seja a comida tradicional. Pelo fato de Florianópolis ser uma cidade litorânea, a proximidade com o mar facilita a obtenção de pescado, fazendo com que as preparações culinárias com essa matéria-prima despertem o interesse de turistas, haja vista que não fazem parte do cotidiano de grande parte da população brasileira. Os pratos típicos podem ser considerados aqueles escolhidos ou que se tornam “naturalmente” emblemáticos de um local ou de determinada região, devido à massiva aceitação. Maciel (2001) salienta que a constituição de uma cozinha típica vai além de pratos pitorescos, não sendo necessário ser um prato tradicional para ser típico. Já a comida tradicional deve ser entendida como aquela em que as preparações foram passadas de geração em geração, com pequenas variações nas receitas<sup>188</sup>. Müller (2012, p. 29) define a gastronomia tradicional como “[...] conjunto de produções gastronômicas elaboradas em conformidade com valores simbólicos, tradicionais e históricos, construídos dentro de um espaço-tempo determinado e passados de geração para geração”. Assim,

---

<sup>188</sup> As receitas podem ter pequenas variações na quantidade ou nos tipos de ingredientes, mas a essência e o resultado final da preparação pouco diferem. Com o passar do tempo, alguns ingredientes podem ser alterados ou adaptados, devido aos novos hábitos de consumo.

elaborações mais recentes, como a sequência de camarão, brochete de camarão com arroz à grega (erroneamente constam nos cardápios como “camarão à grega”), camarão gratinado, moquecas, ostras em diferentes preparações etc. podem ser considerados típicos, mas não são tradicionais de Florianópolis nem dos demais pontos do litoral catarinense.

Com tantas mudanças, uma tradição diretamente afetada foi a brincadeira do boi, também chamada de boi na vara, que ocorria nas áreas rurais, em espaços amplos, públicos ou privados. Segundo Campos (2009), com as transformações ocorridas, principalmente após os anos 1970, em que muitas terras foram cercadas ou apropriadas, incluindo aquelas de uso comum, alterou-se a configuração do espaço, e tal brincadeira passou a ocorrer nas ruas, entre as propriedades e as casas. Nessa nova configuração urbana, os espaços rurais foram reduzidos e a natureza foi afastada, tornando frequentes as reclamações de tumulto, destruição de cercas, invasão de domicílios, danos ao patrimônio público e privado, lesões corporais. A sociedade que estava em formação passou a valorizar novas atitudes e comportamentos em relação à natureza, incluindo-se aí os animais. Assim, a brincadeira do boi passou a ser chamada de “farra” do boi. Então, em 1988, como afirma Flores (1998), a farra do boi foi colocada na ilegalidade, sob o argumento de maltratar os animais e colocar em risco a segurança pública. Os farristas passaram a ser considerados “fora da lei”. Reportagens em todo o país trataram do assunto, despertando campanhas de repressão. Todavia, a crítica a essa prática não era recente: a autora esclarece que em 1928 já havia registro em jornal, e embora fosse uma prática comum nas áreas rurais, havia quem fosse contra.

A repercussão negativa prejudicou a imagem de uma cidade turística, cuja prática passou a ser caracterizada como selvagem, primitiva, repugnante etc. Nesse sentido, Martins (1995) alerta que o turismo na cidade exigia um “produto limpo”, o que poderia ser traduzido como minimamente aceito. Lanfant (1980, p. 25) salienta que os elementos que formam o produto turístico, tais como serviços (hotéis, restaurantes, transportes), objetos culturais (patrimônio artístico e cultural), particularidades geográficas (paisagens) e elementos menos palpáveis, como a hospitalidade, as curiosidades étnicas, os costumes, são amalgamados dentro de um “pacote de serviços e de imagens sedutoras”. Isso quer dizer que a farra do boi não fazia parte do pacote de imagens associadas à sedução, portanto daquela maneira não poderia ser inserida na lógica do espetáculo que a Ilha da Magia deveria vender.



A década de 1970 representou o momento decisivo e impulsionador do desenvolvimento econômico e urbano de Florianópolis, o que modificou drasticamente a feição urbana e rural da Ilha e suas práticas culturais. O turismo, a urbanização e a especulação imobiliária “caminharam de mãos dadas”, pensamento corroborado por Fuster (1971, p. 32) ao afirmar que “a incidência do turismo, com sua necessidade de bens e serviços, faz florescer a especulação sobre o solo turístico, provocando uma supervalorização dos terrenos aptos a edificação de hotéis, apartamentos, etc. [...]”. A partir dali, as comunidades rurais tradicionais da área litorânea catarinense foram sendo afastadas do contato com o mar para transformar-se em balneários, que cresceram desordenadamente, passando a abrigar empreendimentos para atender à crescente demanda de turistas e novos migrantes permanentes. Nessa direção, Machado (2000, p. 128) assinala que “os arranjos e rearranjos locais passaram a fazer da cidade e de seus entornos um espaço cada vez mais de construção/destruição, público/privado e trabalho/capital [...]”. É relevante enfatizar que Florianópolis está vinculada ao contexto nacional e mundial. As mudanças ora advêm dos reflexos do que se passa no país e da sua relação com o mundo, ora da sua própria reação a tal cenário.

Os benefícios e as facilidades do progresso foram almejados por quase todos: a convivência com muitos migrantes de outras regiões do país e turistas ocasionaram trocas culturais, despertando, principalmente na população jovem, o desejo de se inserir nesse “novo” modo de vida, a fim de distanciar-se do adjetivo “desqualificativo” de “manezinho”<sup>189</sup> para buscar um novo referencial de vida.

Todas as mudanças relacionadas à desintegração de um modo de vida implicaram a transformação do espaço e a inserção dessa sociedade no sistema capitalista. A estrutura econômica, social e fundiária rural foi desarticulada para ser inserida no modo de produção dominante na vida urbana. Pode-se dizer que é o fim do ciclo de um modo de vida, em que novos valores, novas atividades, novas práticas se cristalizarão e se sobreporão aos até então existentes, constituindo-se em novas identidades culturais. Aqui não se pretendeu falar de todas as manifestações culturais da Ilha, mas apenas traçar um panorama geral sobre as mudanças ocorridas no modo de vida do povo ilhéu.

Para Claval (2007), a cultura como herança transmitida pode ter sua origem em passado longínquo, mas deve ser entendida como um sistema aberto, não fechado, imutável. Isso permite compreender a

---

<sup>189</sup> Sinônimo de matuto.

cultura como um processo histórico e dinâmico, que varia no tempo e no espaço. A mudança é inerente a esse processo, a sociedade muda, os significados mudam, os interesses mudam, o contexto muda e os eventos culturais também mudam. Nessa direção Arantes (1995) explica que, mesmo que se queira preservar a tradição na tentativa de impedir a deterioração, não será possível evitar a mudança de significado.

A partir do início da década de 1990, com a abertura econômica brasileira nos ditames do neoliberalismo e da chamada globalização, intensificou-se um processo de homogeneização cultural, mas que, em contrapartida, instigou o fortalecimento e a exaltação das diferenças culturais, como identidades regionais<sup>190</sup>. Assim, Florianópolis precisava de uma identidade cultural relacionada a uma etnia, já que o local e o regional tornaram-se um atrativo indispensável para diferenciar os lugares. Muitas cidades do estado já tinham essa identidade definida, as quais foram utilizadas nas estratégias de *marketing* para divulgar Santa Catarina e atrair turistas. Diante disso, ocorreu um processo de etnização cultural de Florianópolis e do litoral catarinense, no qual a cultura regional passou a ser denominada de origem açoriana. Apesar de não ser a única etnia a formar a história de Florianópolis, foi a escolhida pela elite política e intelectual. Ser “nativo” passou a ser sinônimo de orgulho, e tudo que era nativo novamente passou a ser açoriano, mesmo que não fosse. Como será demonstrado, o sentimento de inferioridade manifestado na necessidade de ter uma origem reconhecida e valorizada, em parte foram questões motivadoras, mas as possibilidades econômicas vislumbradas foram sobressalentes para etnizar a região litorânea a partir da cultura açoriana.

Para tentar compreender melhor o processo de açorianização de Florianópolis e do litoral catarinense – etnização cultural – buscou-se resgatar as três retomadas dessa cultura: a primeira nos anos de 1970, a segunda nos anos de 1980 e a terceira nos anos de 1990, como se verá na sequência.

---

<sup>190</sup> Cabe ressaltar que a propalada globalização caminhou conjuntamente com a fragmentação territorial e a diversificação sociocultural, mostrando que, num mundo tão complexo e heterogêneo, uma visão unificada, homogênea, não vingaria.

### 4.3 DE “AMARELO INDOLENTE”<sup>191</sup> A AÇORIANO DESCENDENTE: UMA IDENTIDADE PARA O LITORAL

A redescoberta e a valorização das raízes açorianas em meados do século XX, no Primeiro Congresso de História Catarinense, pode ser considerado o primeiro passo para construir a identidade cultural de Florianópolis e do litoral catarinense com base nessa etnia, pois foi a partir daí que estudos passaram a ser realizados, e também que enganos foram cometidos e transmitidos para as gerações subsequentes, como afirmar que grande parte das práticas culturais do litoral catarinense eram de origem açoriana, mesmo que não fossem. As ações daquele período trouxeram poucos resultados práticos no sentido de criar uma identidade para aquela população, uma vez que ficaram limitadas ao meio político. Porém, as sementes lançadas germinariam e frutificariam mais tarde.

Após um período de dormência, como se viu no capítulo anterior, a temática açoriana começou a ressurgir durante os anos de 1970, dentro da UFSC, com a criação dos cursos de graduação em Estudos Sociais, História e Geografia. Os professores, em grande parte das áreas das ciências humanas ou de áreas afins, passaram a divulgar a temática açoriana em aulas e em projetos de pesquisa e extensão. Pode-se destacar Walter Fernando Piazza<sup>192</sup>, estudioso da cultura açoriana e professor de História de Santa Catarina, do curso de graduação em História; Nereu do Vale Pereira<sup>193</sup>, Professor do Departamento de Sociologia, que em 1971 lançou um projeto de desenvolvimento do turismo cultural açorianista para o Ribeirão da Ilha, que resultou na criação do Eco Museu do Ribeirão da Ilha. N. V. Pereira (2016b) também destaca a importância de Carolina Galloti Koenig, Professora do Departamento de Língua e Literatura Vernácula, que comungando com a temática de estudos açorianos, transformou o Núcleo de Estudos Portugueses (NEP) em Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), em 1974. E também de outros, como Oswaldo Cabral, Celestino Sachet, Doralécio Soares, Oswaldo Ferreira de Mello, Franklin Cascaes e Victor Antônio Peluzzo Júnior, além dos já citados. Esse grupo de estudiosos da cultura

---

<sup>191</sup> Forma pejorativa de chamar o homem do litoral descendente de açoriano, variante de “praiano indolente”.

<sup>192</sup> Foi discípulo de Oswaldo Rodrigues Cabral.

<sup>193</sup> Nereu do Vale Pereira foi aluno de Cascaes na Escola Industrial de Florianópolis, em 1942.

açoriana pode ser considerado o embrião não oficial do que se tornaria o NEA nos anos de 1980 e 1990.

Também na década de 1970 foram descobertos os trabalhos de Franklin Cascaes. Professor da Escola Industrial de Florianópolis<sup>194</sup>, artista, escritor, pesquisador da cultura da Ilha de Santa Catarina, Cascaes não fazia parte da elite local e não era considerado um intelectual, por não pertencer à Universidade; suas obras tinham características estilísticas que se originaram da deformação do estilo barroco, e pode-se dizer que não correspondiam ao gosto daquele período. Descoberto em 1972 por Gelci José Coelho (Peninha), então Diretor do Museu de Antropologia Oswaldo Rodrigues Cabral, da UFSC<sup>195</sup>, o artista foi aproximado da instituição em 1974, quando parte das suas obras, entre as quais esculturas, desenhos e outras peças, relacionadas à cultura do litoral catarinense, passaram a fazer parte desse museu. A partir daí, Cascaes saiu do anonimato, participou de diversas exposições, publicou dois livros e no final dos anos de 1970<sup>196</sup>, sua obra tornou-se objeto de estudo de uma tese de doutorado, momento em que a expressão “ilha da magia” provavelmente foi utilizada pela primeira vez (MICHELMANN, 2015; LEAL, 2007). Com a sua morte em 1983, aumentou sobremaneira o interesse de outros pesquisadores sobre sua arte e suas pesquisas, para diferentes usos, como peça de teatro, enredo de carnaval<sup>197</sup>, série de televisão, propaganda, entre outras (MICHELMANN, 2015).

É relevante salientar que suas obras representam importante fonte de pesquisa sobre a cultura popular da Ilha. Cascaes quis relatar com detalhes o modo de vida, as tradições, as lendas, as histórias, para que ao menos ficassem registradas, já que estavam caindo no

---

<sup>194</sup> Fundada em 1910 como Escola de Aprendizes e Artífices. Em 1940 o nome foi alterado para Escola Industrial de Florianópolis. Passou por outras alterações até chegar ao atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC.

<sup>195</sup> A partir de 1993 passou a chamar-se Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral. Em 1965 Cabral criou o Instituto de Antropologia junto à Faculdade de Filosofia e Letras, já incorporada à UFSC. Em 1968 passou a funcionar na atual sede; no início dos anos de 1970, com a reforma universitária, foi transformado em Museu.

<sup>196</sup> A tese de doutorado foi escrita por Adalice Maria de Araújo e intitulada *Mito e magia na arte catarinense* (ARAÚJO, 1977).

<sup>197</sup> O samba enredo foi apresentado no I Encontro Sul-Brasileiro de Comunidades Luso-Açorianas, como pré-estreia, mas não desfilou no carnaval porque a Prefeitura cancelou o apoio ao evento de 1997.

esquecimento devido ao progresso, que para ele era visto como um golpe fatal à cultura tradicional. A partir das suas anotações, registros diante do que lhe era contado ou mesmo vivenciado em diversas comunidades, também fez suas releituras e deu suas impressões, colaborando com a constituição do folclore da Ilha, em especial no tocante a bruxas e outros seres míticos, como o boitatá.

Entre outras ações isoladas em relação à cultura açoriana, ainda se pode citar o tombamento de um conjunto arquitetônico do século XVIII, composto por uma Igreja e um sobrado e um aqueduto do século XIX, localizados em Biguaçu, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em 1978, e a criação do Museu Etnográfico Casa dos Açores nesse sobrado. E também, uma viagem para os Açores em 1979, em que Piazza e Nereu do Vale Pereira<sup>198</sup> participaram, estreitando laços com o Instituto Universitário Açoriano, que viria a tornar-se a Universidade dos Açores.

Como se pode notar, nos anos de 1970 ocorreu a primeira retomada da cultura açoriana, na qual ações pontuais, incluindo a aproximação com os Açores por meio da formação de um grupo de pesquisadores universitários<sup>199</sup>, no qual havia remanescentes do Congresso de 1948, com o objetivo de realimentar as pesquisas sobre a temática açoriana e disseminar seus resultados no meio acadêmico. Isso se refletiria, nos anos de 1980, considerado nessa pesquisa o período da segunda retomada da cultura açoriana, com a popularização e expansão da temática no ambiente acadêmico, entre outras ações. Nesse sentido, pode-se destacar a realização da Primeira Semana de Estudos Açorianos na UFSC, em 1984, que contou com a presença do Reitor da Universidade dos Açores, Prof. Antonio Machado Pires, que na oportunidade assinou um Termo de Cooperação entre as duas universidades. Em 1987, novamente em Florianópolis, foi realizada a Segunda Semana, que contou com a presença de diversos professores da Universidade dos Açores. A Terceira Semana ocorreu em 1989, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel. E a Quarta e Quinta foram realizadas respectivamente em 1992 e em 2004, ambas novamente em Florianópolis.

---

<sup>198</sup> Franklin Cascaes acompanhou os dois professores nessa viagem.

<sup>199</sup> N. V. Pereira (2016b) afirma que o grupo organizador foi composto por Walter Piazza, Oswaldo Ferreira de Mello, Max Muller, Zuleika Mussi Lenzi, Luis Carlos Halfpap, Vitor Antônio Peluzzo Jr, Paulo Araújo Lago, e Lélia da Silva Pereira Nunes.

Foi também em 1984, a partir da I Semana de Estudos, que o Núcleo de Estudos Açorianos – NEA foi oficialmente formado dentro da UFSC, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, com o propósito de realizar pesquisas sobre a Cultura Açoriana, sob a coordenação de Luiz Carlos Halfpap. Mas como a açorianidade que se pretendia ainda permaneceu enclausurada dentro da UFSC, restrita aos meios acadêmicos, acredita-se que por isso se diz que “a ideia não saiu do papel”.

Em 1987 foi criada em Itajaí a Marejada<sup>200</sup>, Festa Portuguesa e do Pescado, para ser inserida no calendário das festas de outubro, ao lado da *Oktoberfest*, realizada em Blumenau<sup>201</sup> desde 1984, com o objetivo de divulgar os potenciais econômicos e turísticos da cidade, proporcionando entretenimento artístico e cultural relacionados àquela cultura. Itajaí é uma cidade portuária que mantém forte ligação com a navegação desde os seus primórdios. Localizada no litoral norte de Santa Catarina, foi colonizada por portugueses no século XVIII, mas recebeu muitos imigrantes alemães no século XIX. Apesar de sua forte marca de colonização alemã, Itajaí adotou a etnia portuguesa como tema da festa. Conforme informações obtidas no site da Prefeitura Municipal de Itajaí,

Em que pese a variedade de etnias imigrantes que constituíram a população itajaiense, a marca cultural prevalecente da cidade ficou sendo a luso-açoriana. Nas festas e tradições populares, no artesanato, na culinária, no linguajar do povo, o que se observa são expressões da cultura de base açoriana (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, s. d.).

Contudo, isso não é consenso entre os estudiosos. Para Severino (1999), na época em que a festa da Marejada foi pensada não havia apenas uma influência cultural na cidade, mas para criar uma festa típica, foi necessário definir uma “marca cultural”. Assim, em busca das origens, a imagem do “homem do litoral”, do pescador, foi reelaborada para que se tornasse símbolo da cidade e as evidências culturais açorianas passassem a ser disseminadas na imprensa. Esse autor deixa

---

<sup>200</sup> O nome marejada é utilizado pelos pescadores para significar o sobe e desce das marés.

<sup>201</sup> A inspiração se deu na famosa *Oktoberfest* de Munique (Alemanha), que teve a primeira festa realizada em 1810.

claro que “a Marejada propõe, ou impõe, um passado monolítico, “inventado” (...) que se pretende comum a todos” (SEVERINO, 1999, p. 90). Em entrevista em 2012, Severino é enfático ao declarar que “a festa saiu de uma simples estratégia mercadológica, relacionada às festas de outubro, para adquirir um discurso ideológico, de produção de identidade” (SPAUTZ, 2012). No evento, a gastronomia, os trajés, as apresentações artísticas aparecem como resgate do passado luso-açoriano na região, mesmo que realmente não sejam, como é o caso de pratos à base de bacalhau, do boi de mamão e do pau de fita. De todo modo, a Marejada é uma forma de divulgar o município de Itajaí e atrair muitos turistas dispostos a “consumir a cultura”, ainda que apenas no período da festa.

Mas, isso não é exclusivo de Itajaí. Pesquisadores como Urry (1996) e Schackley (1999) também relataram situações de resgate das tradições ou de tradições inventadas, na Inglaterra, no Nepal e em outros lugares, com a finalidade de atrair turistas. Para Debord (1997), isso não parece surpreender, já que se vive numa época em que “parecer” é mais importante do que “ter”, podendo-se entender que a aparência é mais importante do que realmente possuir ou ser. Assim, as manifestações culturais são transformadas em espetáculos, e tradições étnicas podem ser inventadas, mesmo quando são desvinculadas de uma base histórica anterior efetiva, ou quando são pouco reconhecidas como um sentimento de identidade. Sobre isso, Luchiari (2000, p.123) comenta:

A natureza como um dom e a cultura como diversidade são destituídas de sua autenticidade ou reproduzidas artificialmente como mercadorias de consumo, e, mesmo simbólicas, são vendidas pela mídia, pelas construtoras, pelas agências imobiliárias e de turismo.

Seja ela genuína ou não de determinada localidade ou região, a cultura torna-se importante produto de comercialização que visa ao entretenimento com a finalidade de obter lucro. Ser diferente é uma estratégia para atrair a vinda de pessoas, cada vez mais ávidas por novidade, para conhecer o exótico, o típico, o tradicional, mesmo que tudo ou parte seja mesmo uma invenção. O estado de Santa Catarina é conhecido como o “paraíso das festas de outubro” ou como o melhor destino turístico no mês de outubro, devido ao circuito de festas típicas que procuram “resgatar” as tradições culturais de etnias europeias que povoaram o estado, como, por exemplo, a alemã, a italiana, a

portuguesa, a polonesa e a austríaca. Apelidadas de “oktoberfestas”<sup>202</sup>, essas festas dinamizam as atividades econômicas regionais, que se mobilizam para receber milhares de turistas. A cultura como mote de comemoração passou a ser mercantilizada para obter lucro.

Por sua vez, em 1989, foi criado o grupo folclórico Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu, em Biguaçu, por Ana Lúcia Coutinho, ex-aluna de Piazza no curso de História da UFSC, com o intuito de preservar o patrimônio local. Leal (2007) menciona que o repertório desse grupo seja baseado na música e na dança do arquipélago dos Açores, mas a fundadora afirmou que o grupo possui diferentes atividades, entre as quais o grupo Folclórico Danças e Cantares Açoriano de Biguaçu, fundado em 1990. Tal grupo foi criado para dar visibilidade às atividades de pesquisa do grupo ARCOS e também “divulgar, proteger e revitalizar o patrimônio material e intangível, relacionado ao povoamento açoriano no litoral catarinense” (COUTINHO, 2017).

Como se percebe, os anos de 1980 foram marcados por ações mais expressivas e ampliadas, embora ainda sem reflexos na identidade local e regional. Para Leal (2007), a primeira e a segunda fases retrocitadas constituem apenas uma. Mas se optou por distinguir três fases, haja vista as diferenças que caracterizam cada uma.

A partir dos anos de 1990 se pode falar numa terceira retomada da cultura açoriana, em que Florianópolis e o litoral catarinense sentiram efetivamente as mudanças em relação a essa origem. Foi o momento em que o litoral se açorianizou, o momento em que ocorreu a etnização da identidade cultural da região litorânea pela origem açoriana.

Esse processo ocorreu a partir da reestruturação do NEA, em 1993, quando diversas ações tiveram início para promover a disseminação da cultura açoriana do litoral catarinense e substituir o “amarelo indolente” pelo “açoriano descendente”. Tais ações contaram com o apoio do Governo Regional dos Açores e com a cooperação de inúmeras instituições e organizações públicas e privadas de diversos municípios do litoral catarinense, que foram denominados agentes culturais multi-institucionais. Esses passaram a compor o Conselho Deliberativo do NEA, que atualmente é composto por 91 representantes legais, como prefeituras municipais do litoral catarinense, universidades, fundações culturais, grupos folclóricos, além de SETUR, IPUF, SANTUR, Arquivo Público e Consulado Honorário de Portugal (NEA, 2017a). Assim, com o intuito de devolver ao litoral um “açoriano

---

<sup>202</sup> Festas de outubro.



descendente”, o orgulho cultural de suas raízes, definir as fronteiras do seu território dentro do território de Santa Catarina e incentivar o desenvolvimento da atividade turística foi articulado um “movimento regional açorianista”. Nessa terceira retomada, conforme explica Leal (2007), a aproximação dos Açores com as diásporas foi intensificada por parte do Governo Regional, intermediado pelo Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades (GEACA), e posteriormente, pela Direção Regional das Comunidades (DRC). Houve um grande empenho desse Governo em aproximar a terra de origem, o que de acordo com F. V. Pereira (2016), referiu-se no caso de Santa Catarina, ao apoio financeiro para realização de cursos nos Açores, criação de festas comemorativas no litoral catarinense, participação em eventos, realização de viagens, inclusive a construção da atual sede do NEA na UFSC. Leal (2007), afirma que o apoio ao movimento açorianista de Santa Catarina passou a ser idêntico aquele reservado às organizações da diáspora açoriana nos EUA e Canadá. E destaca que, frequentemente, conferencistas, artistas, artesãos e representantes administrativos do arquipélago participam dos eventos relacionados à temática açoriana em Santa Catarina.

Coordenador do NEA entre 1993 e 2000, o Professor Vilson Farias afirmou em entrevista (FARIAS, 2017) que quando cursou a disciplina de História de Santa Catarina, lecionada por Walter Piazza no curso de Graduação em História da UFSC, descobriu suas origens açorianas e naquele momento se comprometeu como profissional a “devolver os conhecimentos e o orgulho para o litoral de Santa Catarina pela sua cultura”. Disse também que foi o idealizador da metodologia do mapeamento cultural e criador da expressão “cultura de base açoriana”, já que essa não representava uma cópia dos Açores. Relembrou que a intenção era “transformar a cultura de base açoriana na cultura chave para o desenvolvimento do turismo do litoral de Santa Catarina”. Então, ao assumir a coordenação do NEA, foi o momento “de divulgação e reoxigenação” dessa cultura, o que ele chamou de “intervenção propositiva” para “retomar, valorizar e utilizar esses valores para despertar o litoral de Santa Catarina para a cultura do turismo para contrapor à cultura alemã do Vale, que era a única divulgada na mídia nacional”. Farias (2017) confirma que a intenção era estabelecer um “corredor turístico cultural no litoral catarinense” e de “tornar essa cultura uma fonte de renda e sobrevivência para a população através de um turismo construído em cima da cultura”. E enfatiza:

não existe uma cultura açoriana no litoral de Santa Catarina. Existe uma cultura de base açoriana, construída pelos descendentes de

açorianos que fundiram valores da cultura local e influências do meio ambiente pra produzir uma cultura nova, que é forte e que tem muita raiz no arquipélago dos Açores.

Nessa declaração de Farias (2017) ficam evidentes duas questões: a primeira é a questão psicológica, isto é, que o sentimento de inferioridade do litoral em relação ao Vale permanecia vivo, talvez não mais por questões diretamente associadas ao trabalho e ao progresso, mas pelo fato de ver a imagem daquela etnia divulgada como representantes do sul do Brasil. Para Frotscher (1998) isso ocorreu a partir das enchentes de 1983 e 1984 que devastaram Blumenau, e a cidade passou a ser notícia na mídia nacional. A imagem de pessoas loiras de olhos azuis passou a ser utilizada como estratégia de *marketing* para divulgar a região e a *Oktoberfest*, festa com tema da cultura alemã criada para atrair turistas e ajudar a reconstruir a cidade. Já a segunda é a clara relação entre o turismo e a cultura, a apropriação da cultura pelo capital por meio da atividade turística, com o objetivo de dinamizar essa atividade por meio de aspectos culturais, como outros municípios do estado já estavam fazendo, ao observar as festas de outubro. Essas questões confirmam as hipóteses de que a reconfiguração da identidade cultural nos anos de 1990 não pode ser dissociada da lógica capitalista, uma vez que o capital se apropria tanto do espaço como da cultura; de que questões políticas e psicológicas também estiveram presentes na reconfiguração da identidade açoriana, mas que, por si sós, não seriam suficientes para que uma região fosse etnizada e que a identidade cultural do litoral foi ressignificada e reconfigurada como uma resposta aos interesses do capital. Essas questões merecem ser destacadas, pois em muitas referências encontradas sobre o NEA, inclusive na fala de membros de comunidades litorâneas entrevistados por diversos pesquisadores, como Sayão (2004) e Martins (1995), por exemplo, a relação com o turismo parece inexistente ou fica subentendido nas entrelinhas.

Com relação às tensões socioculturais estabelecidas com “os de fora”, “os invasores”, especialmente com os gaúchos, as pesquisas realizadas revelam que o problema foi mais localizado e superficial do que em relação aos alemães, cuja disputa identitária já se manifesta há mais de um século. No caso dos gaúchos, nota-se uma disputa política de controle da cidade, justificada pela “invasão” deles. Tal disputa ficou mais evidente em 1996, nas campanhas políticas para as eleições municipais. Além do mais, de certa forma, o gaúcho também era turista

e o cosmopolitismo que passou a caracterizar a cidade esmaeceu tais intrigas.<sup>203</sup>

Tendo isso em vista, o movimento regional açorianista, encabeçado pelo NEA e com o apoio do Governo dos Açores, contou com uma nova geração de ativistas (LEAL, 2007), ou militantes (LACERDA, 2003), com destaque para Joi Cletson, Jone Araújo e Francisco do Vale Pereira, além de Peninha e outros que aderiram à causa no decorrer dos anos de 1990. Esses projetaram diversas ações para reconfigurar a identidade açoriana e disseminar a açorianidade para além das fronteiras da Universidade e da Ilha, buscando ampliar suas ações para todo o litoral catarinense. Era preciso resgatar a importância do imigrante açoriano, refazer os laços, mostrar de onde ele veio, relacionar as práticas culturais do litoral com o arquipélago açoriano, enfim, era preciso positivar e dar visibilidade ao descendente de açoriano, mesmo já decorridos quase 250 anos da chegada dos pioneiros. E assim, o presente foi legitimado pelo passado. Nessa direção, Canclini (2011) ensina que além do interesse econômico, o patrimônio tradicional no reviver contemporâneo pode ser utilizado para identificar um povo, que percebe no passado um prestígio simbólico. Num mundo em que as fronteiras se tornaram diluídas, a identidade pode representar uma saída para a coesão, para o sentimento de pertencimento em relação ao todo.

Entre as principais ações do movimento açorianista destacam-se encontros, cursos, congressos, festas, entrega de troféus, mapeamento cultural e um aprofundamento das relações com os Açores. Entre esses, em 1993, foi realizado o I Curso de História e Cultura Açoriana (LEAL, 2007), e também o Iº Encontro Interinstitucional de Cultura Açoriana do Litoral Catarinense. Realizado em Florianópolis, esse evento pretendia “[...] atrair os órgãos públicos e instituições de Ensino Superior do litoral” (ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL DE CULTURA AÇORIANA DO LITORAL CATARINENSE, 1993), com os seguintes objetivos:

- a) Articular as diversas instituições que interagem no litoral catarinense em torno de ações integradas que analisem a convivência harmoniosa da cultura açoriana com o desenvolvimento econômico da região.
- b) Estruturar o Núcleo de Estudos Açorianos como órgão articulador da política cultural

---

<sup>203</sup> Ver mais em Fantin (2000).

para as áreas de cultura açoriana do litoral catarinense. (ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL DE CULTURA AÇORIANA DO LITORAL CATARINENSE, 1993).

A programação contou com a participação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), do IHGSC, da Santa Catarina Turismo (SANTUR), do Ministério da Educação em SC, que foram divididos em grupos de trabalho para planejar algumas ações:

Grupo 1 – Projeto “produção de material didático/pedagógico em vídeos e textos, voltados ao ensino fundamental para a área de Cultura Açoriana do litoral catarinense”.

Grupo 2 – Formulação de calendário de eventos culturais articulado para os municípios litorâneos, sobre a Temática Cultural Açoriana.

Grupo 3 – Projeto Mapeamento – diagnóstico-cultural do litoral voltado ao resgate/retomada dos valores culturais açorianos (cultural para as áreas de cultura açoriana do litoral catarinense. (ENCONTRO

INTERINSTITUCIONAL DE CULTURA AÇORIANA DO LITORAL CATARINENSE, 1993).

Essa discussão resultou na produção de material didático, na criação do Açor – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, e de uma das ações mais importantes para levar a cultura açoriana aos municípios do litoral catarinense, isto é, o mapeamento cultural. Essa ação é definida, conforme consta no site do NEA, como:

[...] curso de formação e treinamento para professores da rede municipal e estadual de ensino fundamental e médio, com a parceria das prefeituras municipais, para a aplicação das fichas técnicas do Mapeamento da Cultura de Base Açoriana do estado de Santa Catarina. O projeto atua de uma forma global com ações multidisciplinares e interinstitucionais e agindo de forma integrada nos campos da educação, cultura e turismo, buscando os valores culturais de cada comunidade, não de

forma simbólica, mas de forma concreta, e que permita a estas comunidades usufruírem destes valores na geração de uma fonte de renda agregando valores ao seu artesanato, folclore, festas populares, etc. (NEA, 2017b).

O objetivo, segundo Farias (2017), foi “criar um banco de informações que pudesse ser acessado tanto por pesquisadores da comunidade, como por planejadores do desenvolvimento turístico cultural do litoral.” Era uma espécie de banco de dados, para “preservar, registrar e se tornar úteis para o desenvolvimento” e também “levar para a sala de aula a cultura de base açoriana”. Farias (2000, p. 108) complementa que “o processo tinha de ser sistemático e devolvido aos que efetivamente operavam com os valores culturais-educacionais locais, para que tivesse efeito multiplicador consistente”. E tendo isso em vista, compreende-se por que os professores do ensino fundamental e os agentes culturais que interagem nas comunidades foram selecionados, para atuar nesse processo de disseminação da identidade cultural açoriana no litoral catarinense. Num primeiro momento, foram realizados encontros microrregionais, com apoio das universidades regionais, mas entre 1996 e 2000, passou-se a priorizar uma articulação direta com os municípios.

Nos cursos de formação eram abordados assuntos relacionados à História dos Açores, migração açoriana para Santa Catarina, manifestações culturais e treinamento piloto para aplicar a ficha de pesquisa em campo, entre outros. Segundo Lacerda (2003), outro tema com frequência abordado era a genealogia. Usada com destaque para reapropriar a cultura e o orgulho cultural, o autor menciona que tal ligação valia mais pela capacidade de imaginação da conexão com uma origem que certifica uma identidade, haja vista que o efetivo pertencimento só se apresentava visível até a geração dos bisavós. Isso fica claro na fala de Humberto Corrêa (apud LACERDA, 2003, p. 97), um dos fundadores do NEA e militante da causa açorianista:

[...] quando as pessoas meteram o olho em cima das relações das famílias que vieram dos Açores era todo mundo querendo saber se o seu sobrenome estava ali relacionado. Então essa busca das raízes, ela é fundamental para manter a cultura viva, até porque para explicar os próprios erros, a própria maneira de ser das pessoas. E essa busca de raízes, essa busca do seu sobrenome, - eu sou Souza, quero ver de

onde vim, eu vim dos Açores! Pode até não ter vindo, pode até ser um português que entrou pelo Nordeste, mas para ele, ao saber do fato de o sul do Brasil ter sido ocupado pelos açorianos, e o Souza que veio dos Açores também ser um Souza que ele possui, ele acha que é descendente de, e isso foi talvez a grande virtude do trabalho que nós fizemos, foi exatamente conectar, conectar o imaginário das pessoas com a sua origem no sentido étnico, com a sua origem nominal. Isso talvez tenha sido a conexão mais importante que se conseguiu fazer. Porque as pessoas sentiram, não teoricamente apenas a questão, mas se sentiram num elo genético.

Lacerda (2003, p. 96) afirma que “desse modo, passou a orientar aquelas comunidades para a importância daqueles valores culturais, daquilo que se chama de orgulho cultural.” O autor complementa que isso resultou do “[...] agenciamento sistemático da memória concebido como missão de resgate de uma cultura adormecida, esquecida ou minimizada” (LACERDA, 2003, p. 87). Concorda-se com o autor, quando ele diz que ocorreu um processo de etnização da identidade que implicou reconexão com as raízes, isto é, os Açores; demarcação de um passado relacionado à fundação; seleção de tradições; valorização da autoestima pelo orgulho de ter uma origem, ou seja, diferenciar-se do outro pela sua etnia.

Para realizar a última etapa do mapeamento – a pesquisa de campo nas comunidades de municípios do litoral – foi elaborado um questionário com questões sobre folclore (danças e folguedos); arquitetura (militar, civil, religiosa); produção artesanal (artesanato agrícola e pesqueiro); gastronomia (produtos e receitas agrícolas, do mar); religiosidade (crenças e mitos, festas, romarias, procissões); literatura popular (escrita, falada); jogos e brinquedos (masculino e feminino); documentos, meios de transporte (terrestre e marítimo), com o propósito de identificar as diferentes expressões da cultura popular “de base açoriana”. Ao analisar o resultado desse processo, disponível no site do NEA, constatou-se que 28 municípios dos 39 que fazem parte do Conselho Deliberativo foram mapeados, dentre os quais: Araquari, Araranguá, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Biguaçu, Bombinhas, Camboriú, Criciúma, Forquilha, Governador Celso Ramos, Gravatal, Içara, Imaruí, Imbituba, Itapema, Itapoá, Jacinto

Machado, Jaguaruna, Palhoça, Paulo Lopes, Penha, Porto Belo, São Francisco do Sul, São João do Sul, São José, Sombrio, Tijucas e Tubarão (mapa 6).

Destaca-se que essa ação não foi realizada em Florianópolis, segundo Farias (2017), em decorrência de questões políticas. Todavia, a origem açoriana de parte dos ascendentes não deixa dúvidas, já que é comprovada historicamente. Todavia, em muitos municípios o elo com os Açores estava representado de maneira muito frágil, pois os elementos citados eram característicos do litoral catarinense, como o boi de mamão, a farinha de mandioca, a cana-de-açúcar, a tainha escalada, por exemplo; ou vagos, como pagamento de promessas, mussi<sup>204</sup> de banana e de abóbora, gemada, café, farofa de amendoim, entre outros. Parece estranho relacionar a presença açoriana num município em decorrência de elementos como os acima citados. De fato, em alguns municípios, como São Francisco do Sul e Criciúma, sabe-se que a presença de portugueses e italianos respectivamente não deixa dúvida, mas a efetiva presença açoriana ainda carece de estudos mais aprofundados, pois a presença portuguesa não significa, por si só, a presença de açorianos.

Com o intuito de dar continuidade aos trabalhos de disseminação cultural, em 1994 o NEA organizou em São José o II Encontro Interinstitucional de Cultura Açoriana do Litoral Catarinense, que contou com a participação de diversas instituições: além da UFSC, nomeadamente a UNISUL, a UNIVILLE, a UDESC<sup>205</sup>, a FCC, Fundação Açorianista (ligada ao Eco Museu do Ribeirão da Ilha); o grupo folclórico ARCOS e as prefeituras municipais de Araquari, Araranguá, Barra Velha, Biguaçu, Camboriú, Criciúma, Garopaba, Governador Celso Ramos, Içara, Imaruí, Imbituba, Itajaí, Laguna, Palhoça, São José, Sombrio e Tubarão (LEAL, 2007). No ano seguinte, ocorreu em Tubarão, o terceiro Encontro Interinstitucional de Cultura Açoriana do Litoral Catarinense<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> Doce utilizado para passar no pão.

<sup>205</sup> Leal (2007) cita a presença de duas universidades regionais, sem nomeá-las.

<sup>206</sup> Sobre esse encontro não foram localizados documentos no NEA.

**Mapa 6** – Municípios que participam do Conselho Deliberativo do NEA (2017) e Municípios que participaram do Mapeamento Cultural



Fonte: Elaborado por Renata Duzzioni e pela autora (2017).



Foi também em 1994 que se realizou o primeiro Açor – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, evento anual, de caráter itinerante, que a cada ano ocorre em um município diferente, com data a ser definida pelo próprio município, com duração de três dias, seguindo um modelo pré-definido, contando com o apoio do NEA e de outros municípios. A primeira festa ocorreu em Itajaí, e na sequência, em Imaruí, Imbituba, Penha, Içara, Porto Belo, Garopaba, São José, Araquari, Tijucas, São Francisco do Sul, Barra Velha, Laguna e Governador Celso Ramos. Em 2008 a Açor aconteceria novamente em Itajaí, mas em decorrência das fortes chuvas que assolaram a cidade<sup>207</sup>, foi cancelado pelos organizadores. Em 2009 a festa ocorreu em Palhoça, depois Governador Celso Ramos, Sombrio, São Francisco do Sul, Içara, Florianópolis, Bombinhas, Itajaí e em 2017 será novamente realizada em Palhoça (quadro 3).

**Quadro 3 – Ano e local de realização do Açor**

<b>Nº</b>	<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>Nº</b>	<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>
<b>1ª</b>	1994	Itajaí	<b>13ª</b>	2006	Laguna
<b>2ª</b>	1995	Imaruí	<b>14ª</b>	2007	Governador Celso Ramos (Calheiros)
<b>3ª</b>	1996	Imbituba	<b>15ª</b>	2008	Itajaí (cancelada)
<b>4ª</b>	1997	Penha	<b>16ª</b>	2009	Palhoça
<b>5ª</b>	1998	Içara	<b>17ª</b>	2010	Governador Celso Ramos (Ganchos)
<b>6ª</b>	1999	Porto Belo	<b>18ª</b>	2011	Sombrio
<b>7ª</b>	2000	Garopaba	<b>19ª</b>	2012	São Francisco do Sul
<b>8ª</b>	2001	São José	<b>20ª</b>	2013	Içara
<b>9ª</b>	2002	Araquari	<b>21ª</b>	2014	Florianópolis
<b>10ª</b>	2003	Tijucas	<b>22ª</b>	2015	Bombinhas
<b>11ª</b>	2004	São Francisco do Sul	<b>23ª</b>	2016	Itajaí
<b>12ª</b>	2005	Barra Velha	<b>24ª</b>	2017	Palhoça (Enseada do Brito)

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Nessa sequência, é interessante perceber que o município de Florianópolis realizou a festa somente em 2014. São José já a realizara em 2001, Palhoça em 2009, Governador Celso Ramos por duas vezes,

<sup>207</sup> O município decretou estado de calamidade pública.

em 2007 e 2010, assim como São Francisco, em 2004 e 2012. Segundo Farias (2017), isso se deve a questões políticas e à visão de muitos gestores da administração pública. Sobre a questão, Francisco do Vale Pereira, que era Coordenador de Comunicação do NEA à época, menciona que o Açor é uma festa mais facilmente organizada em cidades menores, pois no caso de Florianópolis, uma das primeiras dificuldades é definir um local adequado, com raízes históricas, que consiga ser acessado pelo público alvo da festa, por exemplo (F. V. PEREIRA, 2016).

A programação do Açor é composta por diversas atrações culturais relacionadas à cultura açoriana, como apresentação de grupos folclóricos, comida típica, e a partir de 1996, um dos pontos altos da festa passou a ser a entrega do Troféu Açorianidade (foto 34) para homenagear pessoas, empresas e instituições que desenvolvam trabalho em prol da cultura de base açoriana, por indicação e votação do Conselho Deliberativo.

**Foto 34** – Troféu Açorianidade sem a placa



Fonte: Arquivo da autora (2017).

Cada troféu traz o nome de uma ilha açoriana, e a Ilha de Santa Catarina empresta o nome ao décimo troféu, por ser considerada pelo NEA a décima Ilha do arquipélago açoriano (quadro 4). O 11º troféu é entregue ao município sede da Festa, como forma de agradecimento pela realização da festa. A escultura do troféu foi escolhida por meio de concurso público, realizado no estado em 1996, sendo vencedor o Artista Plástico João Aurino Dias, conhecido como “Dão”. Essa obra apresenta a Bandeira, a Pomba do Divino Espírito Santo e um bote

baleeiro, e no verso o registro de movimentos da dança folclórica açoriana.

**Quadro 4** – Troféu Açorianidade – nome da ilha e indicação correspondente

<b>Troféu Açorianidade</b>	<b>Indicação</b>
Ilha de São Miguel	Instituição de Ensino Superior/Cultural
Ilha Terceira	Grupo Folclórico
Ilha do Pico	Mestre dos Saberes e Fazeres
Ilha do Faial	Administração Municipal
Ilha de São Jorge	Personalidade
Ilha de Graciosa	Pesquisador
Ilha de Flores	Artista Plástico
Ilha de Santa Maria	Empresa Patrocínio ou Veículo Comunicação
Ilha do Corvo	Artesão
Ilha de Santa Catarina	Escola Ensino Fundamental/Médio

Fonte: Adaptado de NEA (2017c).

Entre os eventos de peso realizados pelo NEA, também merece destaque o I Encontro Sul-Brasileiro de Comunidades Luso-Açorianas, realizado em 1996, para comemorar os 250 anos da emigração açoriana, que contou com numerosos participantes dos Açores. Nesse evento, foi inaugurado na cabeceira continental da ponte Pedro Ivo Campos, próximo ao Portal Turístico de Florianópolis, o monumento em homenagem aos açorianos (foto 35). Concebido em concurso<sup>208</sup>, o monumento foi criado pelo artista plástico blumenauense Guido Heuer. Segundo informações encontradas no site do NEA, a obra representa uma porta e uma janela características da arquitetura luso-brasileira, técnica construtiva que os açorianos passaram a utilizar. A roda de carro de boi apoiada na porta simboliza o meio de transporte que esses imigrantes trouxeram para cá. Nas seis placas estampadas e hasteadas verticalmente um peixe representa a pesca, atividade que os imigrantes passaram a praticar, por não conseguirem reproduzir suas lavouras; um

<sup>208</sup> O Concurso foi promovido pelo NEA (UFSC), Prefeitura Municipal de Florianópolis e Governo Regional dos Açores. A premiação do Concurso foi uma viagem para o Arquipélago dos Açores. Ironia à parte, um monumento criado por um artista de origem germânica, natural do Vale do Itajaí.

touro, forte elemento da identidade açoriana<sup>209</sup>, e que aqui representa o trabalho, e a brincadeira do boi; o bilro, que até pouco tempo era desconhecido nos Açores<sup>210</sup>, mas representa o nosso artesanato; a coroa do Espírito Santo, que representa a forte religiosidade daquele povo, difundida por todo o litoral catarinense; o jarro, que faz alusão à produção da cerâmica utilitária; e o “pão por Deus”, tradição local de escrever versos carinhosos para alguém em papel recortado em forma de coração.

---

<sup>209</sup> Nos Açores o boi é um animal muito importante para a labuta diária da vida rural sendo utilizado como força de trabalho, meio de transporte e, no caso da Ilha Terceira, especificamente associado à brincadeira do boi na corda. Em Florianópolis o boi está associado ao trabalho e à brincadeira do boi.

<sup>210</sup> Peça de madeira ou metal, utilizada para confeccionar determinado tipo de renda.

**Foto 35** – Monumento em homenagem aos açorianos localizado próximo à cabeceira da ponte Pedro Ivo Campos



Fonte: <http://nea.ufsc.br/homenagens-monumentos/monumento-ao-povoamento/>

Em 1997, como efeito do processo de transnacionalização da cultura açoriana em relação à sua diáspora, o Governo Regional dos Açores, por meio do Gabinete de Imigração e Apoio às Comunidades Açorianas (GEACA) até 1998, quando foi substituído pela Direção Regional das Comunidades (DRC), criou o curso "Açores: A Descoberta das Raízes", com o intuito de reforçar os elementos da identidade perdida (LACERDA, 2003) de suas diásporas. Esse curso se repetiu até 2000; em 2001 foi realizada uma versão de reciclagem; em 2002 foi realizado um curso no formato inicial e outro com o tema "250 anos depois – Ao encontro das raízes açorianas", apenas para brasileiros; em 2003 houve um curso específico para o Canadá; e em 2004 e 2005 voltou a ocorrer no formato original. O estado de Santa Catarina, por intermédio do NEA, levou um grande número de pessoas para o arquipélago, que passaram a ser chamadas de agentes culturais, para

realizar o curso e conhecer de perto a cultura da região. A contrapartida era multiplicar os conhecimentos adquiridos no estado catarinense, nas suas localidades de origem. Segundo Farias (2017), o Governo açoriano dava a hospedagem por duas semanas e pagava metade da passagem, mas deixou claro que o interesse era tornar o litoral catarinense uma fonte de recursos relacionada ao turismo nos Açores, pois ao divulgar o arquipélago, esses agentes despertariam a curiosidade da população em conhecer as ilhas de lá.

Convém mencionar que o apoio do Governo Regional dos Açores foi indispensável para que as ações do NEA se concretizassem, o que o torna um dos principais agentes, ao lado do NEA, no processo de etnizar a cultura do litoral catarinense. O Governo Regional dos Açores tem uma política forte de investimento nas suas diásporas, o que se confirma no discurso de Rui Bettencourt, Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, quando afirmou “[...] que as comunidades açorianas, nos diversos países onde estão radicadas, são "claramente determinantes para uma efetiva projeção externa dos Açores”, deixando claro que “[...] permitem promover os interesses regionais no estrangeiro”, e também divulgar a imagem dos Açores internacionalmente. Destacou que “[...] as interações com a diáspora personificam a cultura de origem, fomentam as ligações económicas e políticas, fortalecem os elos familiares e sociais”; e frisou “[...] a relevância crescente que a diáspora açoriana assume na economia, na política, na ciência e na ação cívica” (RÁDIO ATLÂNTIDA SINTONIA AÇORES, 2017).

Em 1998 foi realizado o Simpósio Comemorativo ao cinquentenário do 1º Congresso Catarinense de História e 250 anos da presença açoriana no estado. E em 1999 foi organizado o I Congresso Internacional de Festas do Divino Espírito Santo, ambos em Florianópolis.

Como se pode perceber, essas ações permitiram que a discussão da açorianidade saísse do meio acadêmico e político para chegar ao universo popular. Conforme Farias (2000), sendo ele um descendente açoriano que tardiamente descobriu sua origem, “tinha-se a consciência, [...] que o primeiro e mais significativo passo seria devolver ao povo litorâneo o conhecimento de suas raízes históricas e culturais que praticava” (FARIAS, 2000, p. 108). Todavia, é importante notar que muitas raízes a que o autor se refere dizem respeito às práticas culturais do litoral catarinense, que em sua maioria não são conhecidas nos Açores, como já se viu aqui. Considerando que nos anos de 1990 haviam se passado 250 anos da vinda desses imigrantes; que pouco

contato se manteve durante esse período com as terras de origem; que a base da cultura daqueles imigrantes era portuguesa, mas que foi adaptada e criou suas especificidades em cada uma das nove ilhas do arquipélago; que ao chegar aqui as condições geográficas eram completamente diferentes das de lá; que aqui passaram a conviver com populações de outras etnias com práticas culturais diferentes e que lá o sentimento de açorianidade também é recente, não se pode deixar de pensar que o trabalho do NEA, não excluindo sua grande importância, foi de recriar uma identidade para a região litorânea ao associá-la à etnia açoriana, que foi instituída por meio da valorização da memória coletiva e recuperação da autoestima por tanto tempo abalada psicologicamente pelo seu “fracasso econômico”. Apesar disso, precisa ser entendida no contexto da expansão da atividade turística na região, ou seja, há necessidade de inserir a cultura regional no processo de mundialização econômica, no qual o capitalismo impera sobre tudo e sobre todos, o que não quer dizer que também não esteja relacionada a questões políticas e disputas de poder em relação a outras regiões do estado. Esse movimento encabeçado pelo NEA e apoiado pelos seus parceiros reivindicou a valorização do patrimônio cultural, seja material (arquitetura) ou imaterial (culinária, brincadeiras como a ratoeira, o pão por Deus, entre outros), independentemente de ser de gênese açoriana ou não.

Leal (2007, p. 185) esclarece que a “[...] utilização da cultura popular encontra-se a serviço da formulação e reiteração de uma identidade que podemos caracterizar [...] como étnica”. Assim, observa-se que, para a população, o adjetivo açoriano pode tanto significar algo que tem a sua origem no arquipélago, como algo nativo, antigo, o que demonstra a polissemia que reveste a cultura açoriana em Santa Catarina.

Diante disso, percebe-se que elaborar uma identidade implica fazer uma seleção da memória, do que será utilizado, do que será valorizado e do que será transmitido. Mas nem sempre a memória pode ser acessada, então se torna necessário inventá-la. Para Lacerda (2003), seis pontos auxiliaram a consolidar os descendentes de açorianos como comunidade étnica no litoral catarinense. O primeiro refere-se ao mito fundador, ao resgatar a história da vinda dos açorianos, os motivos da imigração, as dificuldades encontradas, a criação de um herói desbravador que se adaptou muito bem ao meio. O segundo diz respeito à demarcação de fronteiras no estado, uma vez que demarcar o território tem um efeito político ao definir uma área cultural, pois estabelece os limites de atuação, permite que se visualize a população que perpetua as



tradições herdadas dos pioneiros e as transmite para as novas gerações. O terceiro ponto relaciona-se à produção de eventos evocativos, como a realização do Açor, a festa da cultura açoriana; a entrega do troféu açorianidade, que abrange diversas categorias; entre outros. O quarto está relacionado ao repertório singular de tradições culturais, estabelecendo as manifestações “de origem” açoriana, como o boi de mamão, a farra do boi, ciclo do divino, renda de bilro, culinária, entre tantas outras, mesmo que não sejam. O quinto menciona a representação de uma figura – o manezinho da ilha – termo que perdeu em parte seu caráter pejorativo para tornar-se sinônimo de orgulho. E por último, destacam-se as viagens, tanto pelo litoral como para os Açores, a fim de divulgar a cultura, estabelecer contatos e aproximações e participar de eventos, entre outros.

Para além do NEA, foram materializadas, tanto em Florianópolis como nos demais pontos do litoral, outras ações voltadas para a revitalização do artesanato, organização de materiais escolares do ensino fundamental, criação de grupos folclóricos, estabelecimento de um calendário de festas do Divino. A atuação dos municípios foi fundamental para etnizar a identidade cultural do litoral catarinense. Esse processo foi acompanhado de uma espetacularização da cultura açoriana, que segundo Farias (2000, apud LEAL, 2007, p. 233), transformou o litoral catarinense “numa grande vitrine”.

#### 4.4 ETNIZAÇÃO, ESPETACULARIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA AÇORIANIDADE

Como resultado de todas essas ações, a expressão “cultura de base açoriana” relacionada à cultura popular passou a ser utilizada para caracterizar a identidade cultural de Florianópolis e do litoral catarinense. Assim, a partir do final dos anos de 1990, praticamente “tudo” que se relacionava à cultura do litoral catarinense passou a ser designado como açoriano ou de base açoriana, como sugere o NEA, mesmo que não fosse. Expressões como culinária açoriana, arquitetura açoriana, folclore açoriano tornaram-se comuns. Estratégias de marketing em pôsteres turísticos e de estabelecimentos comerciais usaram textos e imagens que identificavam a cultura local e/ou regional como açoriana. Na Ilha, com exceção da Pousada Açoriana, do Hotel Faial e da Agência de Viagens Açoriana Turismo, que foram criados nos anos de 1970, inúmeros estabelecimentos comerciais com referência aos Açores foram criados a partir do final dos anos de 1990, início dos anos

2000 para identificar a cultura local. Por exemplo: o Auto Posto dos Açores (Cacupé), Mercado e Padaria Açoriano (Pantanal), Padaria Açoriana (Campeche), Pizzaria Vila Açoriana (Córrego Grande), Restaurante Rancho Açoriano (Ribeirão da Ilha e Coqueiros), entre outros. Essa multiplicação recente de designações relacionadas a essa cultura é vista por Leal (2007) como uma forma de etnicidade banal, já que somente nos Açores, talvez, poderiam ser encontradas essas referências em maior quantidade. Todavia, é importante ressaltar que em alguns municípios a apropriação açorianista se deu por relações políticas, e, segundo F. V. Pereira (2016), quando a administração muda, o trabalho desenvolvido precisa ser reiniciado.

Essa etnização também fica visível na fala de membros de comunidades do litoral entrevistados por Sayão (2004), Martins (1995), Lacerda (2003) e outros, pois fazem questão de afirmar sua origem açoriana, já que ser nativo foi, por tanto tempo, ser sem origem, ser matuto, amarelo, indolente. Nesse sentido, o sentimento de inferioridade foi substituído pelo orgulho de ter uma origem.

Outro exemplo desse processo ocorreu também na culinária. Segundo Hernández e Armaiz (2005), devido à mundialização da economia alimentar, observou-se, por um lado, a forte tendência à homogeneização dos modelos alimentares, mas, por outro, surgiu o interesse em incorporar e resgatar o que se chama de cozinhas regionais e alimentos étnicos. No final dos anos de 1990, a culinária típica da Ilha passou a ser caracterizada por muitos restaurantes como “açoriana”. Assim, apresentam cardápios com ostra, mariscos e camarões, entre outros, em diversas preparações, como se esses pratos fossem açorianos. Todavia, constatou-se *in loco* que a cozinha típica que existe no Arquipélago dos Açores atualmente é muito diferente da cozinha típica denominada açoriana ou de base açoriana em Florianópolis. O mesmo pode ser inferido sobre a culinária tradicional. Segundo Farias (1998), não se pode comparar a comida dos Açores com a comida do litoral de Santa Catarina, já que os produtos utilizados são bastante diferentes. O mesmo autor diz que evidenciar as diferenças é necessário para não tornar semelhante o que é diferente. Todavia, justifica que a culinária regional do litoral catarinense, identificada como açoriana, deve ser denominada de culinária “de base açoriana”, pois a contribuição da cultura africana e indígena é muito importante. Aqui fica claro que existe a consciência das diferenças entre a culinária das ilhas de lá e da ilha de cá, já que a cultura do litoral guarda características da cultura de outras populações, mas a prática vivenciada pela população ainda parece gerar muitas confusões.

Esse é o caso da ostra, que se tornou um alimento estabelecedor da identidade da culinária local, ganhando status de ícone da culinária “açoriana” da Ilha. A inexistência de qualquer vestígio da ostra na cozinha dos Açores pode ser confirmada nos livros de cozinha açoriana: Cozinha Regional dos Açores (PEREIRA, 2004), O Peixe na Cozinha Açoriana e Outras Coisas Mais (GOMES, 2001), Cozinha Tradicional da ilha de São Miguel (GOMES, 1987), Cozinha Tradicional da Ilha Terceira (GOMES, 1986).

A ostra nativa fez parte da alimentação tradicional dos habitantes de algumas localidades da Ilha<sup>211</sup>, sendo extraída na região nas rochas à beira mar. Já a ostra do pacífico (*Crassostrea gigas*), consumida a partir dos anos de 1990, passou a ser cultivada pela UFSC no final da década de 1980, com sementes de origem japonesa, mas que foram importadas do Chile (PAULILO, 2002). A partir dos anos de 1990, com o auxílio da UFSC e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), essa espécie passou a ser cultivada e produzida sob um arranjo produtivo local<sup>212</sup>, que surgiu como alternativa salvadora em face da decadência da pesca e do extrativismo artesanal. Assim, a ostra do pacífico não pode ser caracterizada como um elemento característico da “cultura de base açoriana”, mas sim como gastronomia típica de Florianópolis.

Em 1999, a Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana (FENAOSTRA) foi criada pelo então Escritório Municipal de Agropecuária Pesca e Abastecimento (EMAPA) – atual Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOP) –, e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI/SC<sup>213</sup>. De acordo com informações obtidas no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o objetivo do evento é “[...] divulgar o molusco catarinense e ampliar o mercado para os produtores” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015), confirmando que a festa surgiu de uma questão econômica para abrir o mercado para o consumo da ostra cultivada em cativeiro, até então

---

<sup>211</sup> Os Sambaquis comprovam o consumo pelos indígenas da região (ALVES, 2004).

<sup>212</sup> Sua organização passa por todas as etapas: produção, colheita, beneficiamento e comercialização.

<sup>213</sup> Atualmente a festa é realizada pela Prefeitura de Florianópolis, por meio da Secretaria de Turismo, Secretaria de Cultura, IGEOP, Secretaria de Educação e Secretaria de Pesca, tendo ABRASEL/SC, SENAC, SEBRAE/SC e CDL como apoiadores.

praticamente ausente na alimentação regional e também nacional. Como Florianópolis ainda não estava inserida no circuito das diversas festas realizadas no mês de outubro no estado, a FENAOSTRA representou uma oportunidade para atrair turistas para a capital, associando-a à cultura açoriana, mesmo que a ostra não fosse consumida nos Açores. Isso justifica constar naquele site que “o festival é um verdadeiro resgate da gastronomia e da cultura açoriana da Ilha de Santa Catarina [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2015). Nesse evento há atrações artísticas e culturais relacionadas à cultura regional, culinária com a ostra como principal ingrediente, atividades técnico-científicas e econômicas, entre outras. Não obstante, como todas as festas de outubro estavam associadas a um mote cultural, Florianópolis associou a festa da ostra à cultura açoriana. Esse produto de maricultura, na FENAOSTRA, realizada no contexto das festas de outubro em Santa Catarina, evoca uma identidade açoriana.

A Marejada, a Açor, a FENAOSTRA, as festas do Divino Espírito Santo, o boi de mamão e a ratoeira hoje podem ser vistos como exemplos de espetacularização da cultura regional, haja vista a exploração comercial quando se tornam produto a ser consumido. Todavia, até atualidade, a FENAOSTRA ainda não conseguiu estabelecer-se como festa típica tradicional ao lado das “oktoberfestas”.

Outro exemplo foi a criação de personagens caricatos, como a Dona Bilica, uma espevitada manezinha da Ilha criada em 1991 pela artista de teatro Vanderléia Will, que ganhou popularidade em 1993. A personagem foi construída com base em experiências da artista e em muitas pesquisas realizadas com a população local. Dona Bilica é uma senhora manezinha que conta causos e histórias relacionados à cultura da Ilha com linguajar e sotaque característicos dos descendentes açorianos. Ela representa o modo de ser, pensar e falar do manezinho de maneira alegre e brincalhona. A personagem faz apresentações em eventos públicos e privados, além de participar de festivais nacionais e internacionais (NOTÍCIAS DO DIA, 2016; DONA BILICA, 2017). Apesar da justificativa de resgate e preservação, a lógica do lucro se sobrepõe a qualquer outra. Assim, apresentações, teatro e desfiles funcionam como espetáculo para divertir, mostrar a identidade local e também como meio de sobrevivência de muitos dos envolvidos.

Sob a retórica de preservar o patrimônio cultural local e regional, a reelaboração da identidade cultural do litoral também implicou a formação de grupos folclóricos que contraditoriamente buscam apresentar práticas culturais idênticas às realizadas nos Açores, mesmo que tais práticas nunca tenham feito parte do folclore

catarinense<sup>214</sup>. Um exemplo é o grupo Arcos (LEAL, 2007), já citado, e o Grupo Folclórico Mixtura, de Bombinhas. No perfil virtual deste último, encontrado no site Valecultural (VALECULTURAL, 2017), consta a seguinte descrição:

O Grupo Folclórico Mixtura é mais que um grupo folclórico, tornou-se ao longo dos anos e principalmente pela **prática incansável da manutenção das tradições de nosso município e consequentemente para a região litorânea de Santa Catarina**, uma instituição. Tanto no quesito da preservação e disseminação da história, cultura e tradição, quanto no sentido de exemplo a ser seguido. [...] **Era preciso um resgate cultural, na intenção de preservar** e ensinar aos habitantes de onde vieram seus antepassados. E criar vagarosamente um orgulho por estas tradições. Uma gente que sente, brinca e mantém o boi de Mamão, o Terno de Reis e o pau de fita, **mas não mantinha uma preservação fixa** (grifo nosso).

O Grupo Mixtura foi criado em 1999, “e desde então vem difundindo, pesquisando e revivendo o folclore açoriano!” (GRUPO MIXTURA, 2017). Especializado em danças do folclore açoriano, com indumentária, música e coreografia, o grupo busca reproduzir meticulosamente as características do arquipélago (fotos 36 e 37), mesmo que tais danças não façam parte do folclore catarinense, apesar de apresentarem um discurso que aponta a importância do resgate cultural da região litorânea. Silva (2009, p. 70) tem essa mesma percepção:

Se pensarmos que a atual valorização das origens açorianas, mediante o incentivo e divulgação das práticas culturais tradicionais do litoral catarinense, já é uma espécie de mecanismo de (re) elaboração da identidade cultural, então a proposta desse grupo parece transcender essa tendência. [...] difere completamente do de grupos do litoral catarinense que enfatizam práticas folclóricas

---

<sup>214</sup> Fazem parte do folclore catarinense a ratoeira, o pau-de-fitas, o boi de mamão e outros.

como o Pau de Fitas, Boi de Mamão e a Ratoeira, por exemplo. [...] Mostrou-me possibilidades de diversos caminhos que este fenômeno de “açorianização” no litoral catarinense pode percorrer.

Esse autor menciona inclusive um intercâmbio cultural entre grupos folclóricos catarinenses e açorianos, promovido pelo governo dos Açores, no qual o Mixtura participou com um grupo açoriano da Ilha do Pico, em que ambos se visitaram. E salienta que a principal diferença desse grupo para outros açorianos é que utiliza um CD de música, enquanto no arquipélago eles contam com a presença de um grupo de músicos.

**Foto 36** – Grupo Folclórico Mixtura: Trajes típicos para apresentação de uma dança



Fonte: <http://www.valecultural.com/artista-galeria-164>

**Foto 37** – Integrantes do Grupo Folclórico Mixtura: Trajes típicos das “raparigas açorianas”



Fonte: <http://www.valecultural.com/artista-galeria-166>

Para Leal (2007), a concepção da cultura popular do litoral catarinense é encarada como um produto da migração de elementos dos Açores, no qual remanescências culturais sobreviveram intactas aos diferentes processos em que a cultura é submetida ao longo do tempo. Esse autor também destaca o fato de não serem utilizadas referências teóricas nem documentos que confirmem as relações estabelecidas, mas a partir de comparações atuais traçam-se paralelos entre Santa Catarina e Açores, reconstruindo as semelhanças entre as Ilhas de lá e a Ilha de cá. Assim, as características imóveis da açorianização do litoral são também enviadas para as origens da colonização, há mais de 260 anos. Para o autor, a relação em alguns casos é plausível, enquanto em outros as dificuldades são quase intransponíveis, como o boi de mamão, por exemplo.

O trabalho de açorianização da cultura popular catarinense tende portanto a incidir sobre um universo alargado de manifestações, definidas mais por referência a um espaço geográfico – o litoral de Santa Catarina – do que por referência a uma herança etnogenética – o arquipélago dos Açores (LEAL, 2007, p. 201).

Assim como outros, esse grupo faz apresentações frequentes, em festas típicas, eventos, festivais, tornando-se mais representantes dos Açores do que da cultura litorânea de Santa Catarina. Uma vez que tal repertório não representa o mesmo praticado aqui, será necessário realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre essa questão, a fim de identificar e compreender as relações desse grupo e também de outros com os Açores.

Embora o recorte temporal dessa pesquisa finalize no final dos anos de 1990, é relevante enfatizar que ações continuaram ao longo do tempo, de lá para cá. Um exemplo é o site Dezarranjo Ilhéu, criado pelo designer gráfico Douglas Pereira, em 2014, que “[...] tem como proposta resgatar, fortalecer e divulgar a cultura e os costumes de Florianópolis” (DEZARRANJO ILHÉU, 2017). O artista criou diversas ilustrações associadas às expressões típicas faladas na Ilha de forma bem-humorada, que são utilizadas para estampar diversos produtos decorativos e de souvenir que são comercializados no site e em alguns pontos de venda, como canecas, copos, almofadas, quadinhos, camisetas, ímãs de geladeira etc. De acordo com Douglas em entrevista para o jornal Notícias do Dia, os três tons de azul utilizados remetem às porcelanas e aos azulejos dos portugueses que colonizaram a cidade (figuras 4-5). E justifica: “quero trazer essa memória para incentivar as pessoas a terem orgulho de ser ilhéu. Valorizar nossa identidade é importante. Florianópolis não é só praia, festas e mulheres bonitas” (NOTÍCIAS DO DIA, 2015).

**Figura 4** – Almofadas com referência ao modo de falar dos nativos da Ilha de Santa Catarina



Fonte: <http://www.dezarranjoilheu.com.br/>



**Figura 5** – Quadro com referência ao modo de falar dos nativos da Ilha de Santa Catarina



Fonte: <http://www.dezarranjoilheu.com.br/>

Diante disso, pode-se dizer que a identidade açoriana foi inserida como mais uma etnia dentro do circuito turístico de Santa Catarina. A criação de um “corredor turístico do litoral” mencionado por Farias (2017), à luz da cultura açoriana, está hoje visível no *marketing* de diversos municípios, apesar de as belas paisagens ainda terem mais força como atrativo turístico, no caso do litoral catarinense.

A associação entre turismo e cultura é um fenômeno global na sociedade contemporânea. Canclini (1983), uma das principais referências de estudos culturais na América Latina, trabalhou a tese de que a apropriação da cultura popular pelo turismo implica sua mercantilização e espetacularização – o que seria uma das “estratégias de reprodução e de transformação do capitalismo” nas economias periféricas dos países latino-americanos. Assim, algumas manifestações da cultura popular, de origem basicamente “rural” e “pré-capitalista”,

“subsistem e crescem porque desempenham funções na reprodução social e na divisão do trabalho necessárias para a expansão do capitalismo” (CANCLINI, 1983, P. 62). Sobre Florianópolis, nessa mesma linha de raciocínio, Ouriques (2017) afirma que o processo de elaborar políticas públicas para a cultura popular visam a sua utilização no turismo em Florianópolis. Por isso, o “resgate das tradições” e a “recuperação da cultura local” devem ser compreendidos de forma crítica, como parte da atividade turística, que busca constantemente elementos para expandir-se. E enfatiza: “[...] quando um modo de vida se desestrutura surgem as possibilidades de inseri-lo, de forma caricaturada, como atrativo turístico (OURIQUES, 2017, p. 11).” Em outra obra, Ouriques (2009, p. 19) acentua:

[...] o turismo se inscreve no contexto maior da transformação mercantil de todos os aspectos da vida social. [...] aparece assim como um veículo da mercantilização de tudo, desde um lugar ao sol até a transformação do folclore em espetáculo programado para os turistas.

Então, a partir do momento em que o capital se apropria da cultura, as práticas culturais são retomadas e ressignificadas, para se transformar em mercadoria. Uma apresentação do boi de mamão, um souvenir de barro, uma almofada de renda de bilro, uma caneca estampada com uma expressão local reafirmam a identidade regional aos turistas. Por outro lado, pode-se dizer que essa “tradição”, mesmo que ressignificada, reduz seu risco de desaparecer. A valorização do passado torna-se a justificativa de um discurso que expõe o fetiche da mercadoria.

Os turistas buscam o diferente, o peculiar, o que foge da massificação. Como ensina Rodrigues (1997, p. 12), “o turismo vive de suas especificidades, uma vez que as pessoas se deslocam em busca do novo, do inusitado, da aventura do lugar – caracterizado por sua força identitária”. Nesse sentido, as tradições são inventadas, são recriadas com fins mercadológicos, e assim o passado e o futuro são amalgamados. Rompe-se com o passado para receber o novo, mas o novo busca no passado formas de se reinventar. Todavia, o novo não pode ser considerado uma continuidade da tradição, haja vista que sofreu cortes, recortes, ajustes, adaptações. A identidade está, portanto, associada ao seu tempo e ao seu espaço.

## CONCLUSÃO

Esta etapa precisa ser finalizada, embora não represente um fim em si mesma, pois o conhecimento não é estanque nem definitivo. A proposta de analisar o processo de construção da identidade açoriana no litoral catarinense, com a intenção de preencher muitas lacunas relacionadas à açorianização da região, deve ser apreendida no contexto de uma economia cada vez mais globalizada, cuja influência alcança as escalas nacional, regional e local.

Para entender esse processo de construção identitária no litoral catarinense, foi imprescindível remontar à gênese dessa cultura: ao arquipélago dos Açores, permeando os diferentes períodos socioeconômicos no tempo e no espaço, a fim de compreender as ilhas de lá para depois entender a Ilha de cá. Formado por nove ilhas vulcânicas localizadas praticamente no meio do oceano Atlântico, o arquipélago dos Açores teve grande importância para as expedições de expansão europeia no decorrer da sua história, até o século XIX. Formadas socioculturalmente em suas origens por portugueses e outros europeus a partir do século XV, as ilhas são muito diferentes entre si, destacando como semelhanças a forte religiosidade, a distância do continente e a base cultural portuguesa. Percebeu-se que a emigração sempre esteve presente no arquipélago por diferentes motivos, e que a açorianidade como sentimento de pertencimento a uma região, a partir de significados comuns, é muito recente, pois sua construção teve início no final do século XIX. Portanto, não foi algo que se formou naturalmente, não foi um sentimento natural que emergiu entre a população das Ilhas: foi uma construção política das elites regionais movida por interesses econômicos.

Como se viu aqui, em meados do século XVIII chegaram ao litoral catarinense muitas famílias açorianas que foram responsáveis pela dinamização econômica da região. Esses imigrantes se adaptaram à nova geografia, constituíram novo modo de vida, miscigenaram-se com outros povos ao longo do tempo e formaram uma cultura ainda predominante no litoral catarinense. Isso ficou ainda mais evidente quando se constatou que a cultura açoriana se diluiu a ponto de essa origem ser esquecida pela população, que acreditava ser genuinamente brasileira e não ter uma ascendência portuguesa. Mas, como foi explicado, não existe aqui uma população de origem pura, tampouco o eram os açorianos.

Esses imigrantes estabeleceram um modo de vida em que não predominavam as relações capitalistas, o que se contrapôs aos ideais de algumas colônias alemãs estabelecidas em Santa Catarina, a partir de meados do século XIX, que alcançaram marcante progresso econômico. Essas novas colônias, com destaque para Blumenau, Brusque e Joinville, por meio de suas elites construíram um discurso de superioridade racial, embasado no trabalho, que desqualificou e inferiorizou a população litorânea, enquanto exaltava o “alemão” como raça superior, civilizada. Assim, ao longo do século XX estabeleceu-se uma disputa entre os luso-brasileiros e os teuto-brasileiros para legitimar uma identidade homogênea do estado de Santa Catarina, apesar de sua gênese ligada a diversas etnias. Tais disputas confirmam que a construção de uma identidade implica outro para ser desqualificado, inferiorizado. As semelhanças importam menos que as diferenças, e como disse Hall (2014b), as identidades são concebidas dentro das relações de poder e não podem ser entendidas fora do discurso hegemônico.

A identidade açoriana ganhou certa visibilidade entre final dos anos de 1930 e final dos anos de 1940, quando foi instaurada a Campanha de Nacionalização (1937 – 1945) pelo Governo Federal, a fim de eliminar as diferenças para construir um Brasil com características “brasileiras”, e quando ocorreu o I Congresso de História Catarinense (1948), em Florianópolis, para celebrar os duzentos anos da imigração e a importância dessa população para a região. Durante essa campanha, e em especial no Congresso, haja vista ser um evento comemorativo, essa população foi inserida na brasilidade que era requerida para garantir o ideal da nação brasileira, embora o desenvolvimento econômico relacionado ao trabalho ainda fosse um problema não resolvido. Convém esclarecer que durante o Congresso apenas os açorianos que deixaram a agricultura e a pesca foram considerados vitoriosos. De todo modo, foi a partir desse momento que os arquivos foram abertos e essa origem passou a ser conhecida no meio político e intelectual, dando início à construção do orgulho cultural em relação a essa etnia.

Os anos que se seguiram ao Congresso foram de descobertas e pesquisas, mas também de desacertos que se disseminaram, pois passou-se a atribuir uma origem açoriana a quase tudo no litoral catarinense, mesmo que não o fosse. Aos poucos, novos estudos foram evidenciando novas possibilidades e incertezas, mas muita confusão permaneceu até nossos dias. Nesse momento foram selecionados os elementos da cultura local para representar a cultura açoriana.

Contraditoriamente, é nessa altura que muitas tradições começaram a perder força, chegando a desaparecer, em muitos casos. Um novo cenário econômico mundial começava a estabelecer-se, e a ausência de uma atividade econômica representativa em Florianópolis criou condições para que a atividade turística fosse escolhida como redentora de todos os problemas vivenciados no município. Isso confirma que tanto a cultura quanto a identidade não são estáticas: são dinâmicas e estão diretamente associadas ao modo de produção dominante, localizadas no tempo e no espaço. Assim, a partir da década de 1970, com a conclusão da Rodovia BR-101 e com a urbanização intensa para desenvolver a atividade turística, a cidade inseriu-se novamente na economia nacional. Convém alertar, no entanto, que embora os atrativos naturais representem uma condição propícia para desenvolver a atividade, isso não ocorreu de modo acidental nem “natural”: foi planejado pelos poderes públicos especialmente para a Ilha de Santa Catarina.

Essa atividade reestruturou e redefiniu papéis, tempos e espaços da cidade. Trouxe contradições que passaram a dominar o cenário de desenvolvimento local. Embora a paisagem natural e o lazer sejam os principais atrativos da região, devendo ser preservados, a exploração econômica prevaleceu e a paisagem passou a ser depredada pelos interesses capitalistas. Nesse sentido, para atender as demandas do capital, antigas tradições foram selecionadas, retomadas e ressignificadas, ou quando necessário, chegaram a ser inventadas. Apesar disso, até o início dos anos de 1990, a identidade açoriana foi pouco explorada, o *marketing* realizado explorou sobremaneira as belezas naturais, as belas paisagens relacionadas ao turismo de sol e mar.

De fato, as belezas do litoral catarinense são o seu maior e principal atrativo, mas a partir dos intensos processos de mundialização econômica surgiu a necessidade de caracterizar a identidade cultural de Florianópolis e também do litoral, haja vista a competição entre os lugares. Foi preciso identificar o município como um espaço diferenciado via enaltecimento de suas “peculiaridades” culturais, ou seja, construiu-se uma identidade cultural com base na origem açoriana. Nisso, por meio da atividade turística e imobiliária, transforma-se o passado em mercadoria, visando ao seu consumo, o que muitas vezes implica invenção de tradições e espetacularização de práticas culturais.

Nesse cenário, o Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, que já desenvolvia atividades de pesquisa relacionadas à cultura açoriana, após um processo de reestruturação percebeu que essa cultura açoriana

precisava sair de dentro da Universidade e ser inserida na lógica econômica do mercado, para ganhar visibilidade, como já acontecia com a cultura alemã e italiana, por exemplo. Nesse sentido, com o apoio de Prefeituras e em especial do Governo da Região Autónoma dos Açores, entre outros agentes, foram criadas e implantadas inúmeras ações ao longo de diversos municípios do litoral catarinense, associadas ao lazer e à atividade turística. Desenvolveu-se uma metodologia para devolver as origens e o orgulho cultural para uma população ferida psicologicamente. Ressalta-se que o apoio financeiro do Governo dos Açores, foi imprescindível para estreitar os laços entre as ilhas de lá e a ilha de cá.

Isso posto, pode-se entender a construção da identidade cultural de gênese açoriana no litoral catarinense como um esforço coletivo de diversos agentes em prol de diversas causas: “devolver” as raízes e o orgulho cultural à população do litoral de Santa Catarina; recuperar a autoestima, que por tanto tempo foi depreciada, e não menos que estes, criar uma identidade regional visando ao desenvolvimento turístico. Mas essas ações também devem ser entendidas como uma construção política, que deu à uma região um sentimento identitário por meio de ações apoiadas em elementos de frágil caracterização étnica, associadas a um passado distante. Isso sugere que apesar do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, um dos principais agentes ao lado do Governo Regional dos Açores, fazer parte da academia, as metodologias de trabalho utilizadas nas ações e pesquisas apontadas, afastam-se do método científico.

Embora as questões políticas e de caráter psicológico sejam relevantes, acredita-se que, por si sós, não seriam suficientes para etnizar a identidade cultural de toda a região litorânea de Santa Catarina, como demonstram as tentativas de dar visibilidade a essa origem, desde o Congresso de História de 1948 até os anos de 1980. Portanto, as hipóteses de que a construção da identidade açoriana nos anos de 1990 não pode ser dissociada da lógica capitalista, uma vez que o capital se apropria tanto do espaço como da cultura; de que questões políticas e psicológicas também estiveram presentes na reconfiguração da identidade “açoriana”, mas, por si sós, não seriam suficientes para etnizar uma região, e que a identidade cultural do litoral foi ressignificada e reconfigurada como resposta aos interesses do capital, parecem confirmadas.

Nesse contexto, muitos equívocos, além dos já existentes, foram cometidos para inserir a cultura na lógica do espetáculo, de modo que, numa primeira impressão, poder-se-ia imaginar que tais manifestações

culturais representariam uma réplica do que existe ou existia nas Ilhas Açorianas. Assim, compreender a construção da identidade cultural do litoral catarinense permitiu desmitificar a denominação açoriana para todas as práticas culturais da região, como bem demonstra o caso do boi de mamão, do pão por Deus, da farinha de mandioca e até da atuação de grupos folclóricos que afirmam querer preservar o patrimônio local, mas têm nas suas práticas as danças do folclore do arquipélago dos Açores.

Classificar a identidade cultural do litoral como açoriana é uma opção política da academia e da elite política regional apoiadas e subsidiadas pelo Governo Regional dos Açores, mas somos de opinião que o correto seria utilizar “identidade cultural do litoral catarinense”, haja vista ser específica dessa região, tendo sido formada nas trocas culturais e na miscigenação entre índios, vicentistas, negros, açorianos e outras etnias que aqui viveram. Todavia, entende-se que atualmente o capital exige um posicionamento da região em estado multiétnico, levando a uma diferenciação apoiada na definição de etnia.

Se em 1948 a construção de uma identidade açoriana estava relacionada à sua contraposição à etnia alemã, nos anos de 1990 esse termo estará relacionado à exaltação de uma identidade com fins econômicos: a atividade turística. Sendo assim, pode-se perceber que a representação social do homem do litoral é uma construção cultural histórica, moldada no tempo e no espaço conforme os contextos e interesses de cada período. Ficou claro que as representações sociais se dão a partir do interesse das classes dominantes que atuam numa conjuntura espacial e temporal definidas pelo modo de produção. Se por um lado instituem verdades, por outro produzem subjetividades.

No Brasil, em geral as políticas públicas de turismo não se dissociam das relações de poder e dos grupos de interesse que normalmente direcionam o desenvolvimento da atividade. Esses grupos têm o poder de interferir tanto na formulação das políticas que lhes interessam – tendo em vista o lucro – como no direcionamento de futuros investimentos. Diante do exposto, infere-se que a atividade turística pode representar importante motor econômico de desenvolvimento. Nesse sentido, cabe às políticas públicas orientar a atividade, pois quando mal planejadas podem resultar em impactos negativos e comprometer o bem-estar da sociedade, ou gerar benefícios para alguns poucos em detrimento do todo.

Apesar dessas considerações, é preciso reconhecer que se por um lado a atividade turística gera emprego, renda e atua como propulsora do desenvolvimento econômico, por outro, pode descaracterizar ou inventar tradições em decorrência da necessidade de

espetacularização. Nesse processo, a mídia desempenha importante papel, tanto para selecionar como para divulgar o que se pretende comercializar.

A identidade cultural açoriana em Florianópolis e no litoral catarinense representa uma categoria dinâmica, que se configurou e reconfigurou em diversos momentos no tempo e no espaço, com distintos discursos que ora se tornavam visíveis, ora invisíveis, haja vista que em grande parte do tempo estiveram associados a interesses políticos. Assim, a partir disso, o setor imobiliário apropriou-se das características singulares de Florianópolis para atrair significativa quantidade de pessoas, para “consumir” a cidade e os seus objetos. A apropriação dessas características pelo NEA, pela atividade turística e pelo setor imobiliário tratam a identidade e a cultura como se fossem estáticas.

Criou-se uma teia de imagens que ressignificaram a origem açoriana, a sua história, e por conseguinte a identidade cultural de Florianópolis e também do litoral catarinense. Tradições foram inventadas e raízes foram criadas para subverter o tempo e o espaço a fim de consolidar a história. Mais especificamente na Ilha de Santa Catarina, a arte, o folclore, o banal, o mágico foram envolvidos na lógica do espetáculo para vender a Ilha da Magia como um produto turístico.

O presente estudo teve como propósito ajudar a compreender como a cultura é apropriada pelo capital e esclarecer muitas confusões relacionadas à identidade açoriana em Florianópolis e litoral catarinense. Os objetivos propostos foram alcançados por meio de intensas pesquisas, mas abriu lacunas que ainda ficarão pendentes, para serem averiguadas em futuras pesquisas. Nesse sentido, sugere-se compreender como a questão da açorianidade foi tratada pelas diversas administrações do município de Florianópolis, após os anos de 1990; como os grupos folclóricos do litoral estabeleceram relações com o arquipélago dos Açores a ponto de adotarem danças típicas dos Açores como foco de suas apresentações; e verificar se a identidade açoriana continua sendo explorada pelo *marketing* turístico de Florianópolis, haja vista que processos de visibilidade e invisibilidade se alternam, como foi visto neste estudo. Portanto, outras pesquisas podem dar sequência ao leque se abre.



## REFERÊNCIAS

A OPINIÃO. Estreito. 2 fev. de 1916, p. 1.

AÇORIANO ORIENTAL. Corvo "não é o fim do mundo". 20 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.acorianooriental.pt/noticia/corvo-nao-e-o-fim-do-mundo>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ALMEIDA, Manuel Ângelo G. A. M. de. **Precedentes histórico-teóricos dos regionalismos dos Açores e da Galiza**. 2007. 360 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2007.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Reading Capital**. London: NLB, 1970.

ALVES, Luiz Antônio. **Memorial Açoriano**. Caxias do Sul: Ed. do autor, 2007.

ALVES, Rafael. **Estudo taxonômico de ostras do gênero *Crassostrea* Sacco, 1897, da região da grande Florianópolis - Brasil**. Florianópolis, 2004. 40 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Aqüicultura, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PAQI0152.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

ANDERMANN, Adriane Schroeder. **Histórias de engenho: os engenhos de farinha de mandioca em Florianópolis**. Economia, cuidados com a produção, imagens (1917-1920). 1996. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARAÚJO, Adalice Maria de. **Mito e magia na arte catarinense**. 1977. 436 f. Tese (Concurso para Professor Titular) – Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1977.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

AZEVEDO, Eduardo Brito de. **Modelação do clima insular à escala local: modelo CIELO aplicado à ilha Terceira**. 1996. 247 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Agrárias) – Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 1996.

AZEVEDO, Filipa. **Regiões ultraperiféricas (RUP)**. Fichas Técnicas sobre a União Europeia. 07/2017. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_5.1.7.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.1.7.html)>. Acesso em: 12 maio 2017.

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1995.

BARROS, Edy Álvares Cabral. **A freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio de Lisboa: 1841 a 1910: a sua transição demográfica**. 1979. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos (Org.). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005. p. 127-140.

BASTOS, Rafael José de Menezes (Org.). **Dioniso em Santa Catarina: Ensaio sobre a Farra do Boi**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1993.

BAUMAN, Zygmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2003.

BELUZZO, Rosa. A valorização da cozinha regional. In: ARAÚJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Márcia Rodrigues (Org.). **Gastronomia: cortes e recortes**. Brasília: SENAC DF, 2006. v. 1, p. 181-188.

BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana (Org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. rev. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 26-40.

BITENCOURT, João Batista. Via de mão dupla para a urgente lusitanidade: tramas historiográficas que anexaram o sul do Brasil à identidade nacional no contexto do Estado Novo. **História Revista**, v. 18, n. 2, p. 111-141, jul./dez. 2013. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/29858/16493>>. Acesso em 20 jul. 2015.

BITENCOURT, Suzana. **Castelos de areia: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980)**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a História Catharinense**. Florianópolis: Moderna, 1912.

BOITEUX, Lucas Alexandre. João Dias de Solis. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina**, Florianópolis, n. 4, p. 51-64, 1916.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Poranduba catarinense**. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1957.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **O Congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana**. Coimbra: Coimbra Editora, 1950.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização catarinense**. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Trad. Fernando Tomaz.

BRANDÃO, Raúl. **As Ilhas desconhecidas**. 2. ed. Lisboa: Aillaud e Bertrand, s.d.

BRASIL. Decreto Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0221.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760.htm)>. Acesso em 14 de ago. de 2015.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. v. I. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória política sobre a Capitania de Santa Catharina**. Lisboa: Typografia da Mesma Academia, 1829. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/Catarinense/Fontes/MemoSC.html>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

BRITO, Raquel Soeiro de. **Portugal**: perfil geográfico. Lisboa: Estampa, 1997.

BULLAR, Joseph; BULLAR, Henry. **Um inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas**. Tradução João H. Anglin. 3. ed. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001 [1841].

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CABRAL, João de Pina. **Contextos da Antropologia**. Lisboa: Difel, 1991.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Santa Catharina: história, evolução**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1937.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina. **Cultura política**: revista mensal de estudos brasileiros, Rio de Janeiro, ano I, n. 7, set., 1941.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os Açorianos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, p. 9-34, 1º semestre, 1943.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. O significado do açoriano no panorama social de Santa Catarina. **Atualidades**, nº 12, p. 36, dez. 1948.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. O discurso do Dr. Oswaldo Cabral. 1º CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE. **Anais...** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950a. v. I. p. 34-37.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os Açorianos. 1º CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE. **Anais....** Florianópolis, 1950b. vol II, p. 503-608.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Folgedos populares de Sta. Catarina. **Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore**, ano IV, n. 15-16, p. 25, jun./set. 1953.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Composição do Complexo social de Santa Catarina. In: HALFPAP, Luiz Carlos (Org.). **Povo e Tradição em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1971.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**: Notícia. v.1. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 10, n. 2, p. 211-253, abr./jun. 1948. Disponível em:  
<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1948\\_v10\\_n2.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n2.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil.** 1998. 347 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo, 1998.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC/FCC, 1991.

CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação de terras na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 7, n. 34, p. 113-136, 2002.

CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do litoral catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura. **Arquipélago – História**, 2ª série, v. 13, p. 177-201, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1236/1/NazarenoJoseCampos\\_p177-201.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1236/1/NazarenoJoseCampos_p177-201.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Néstor García. La épica de la globalización y el melodrama de la interculturalidad. In: MORÁNA, Mabel (Org.). **Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina.** Santiago: Cuarto próprio, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **Estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CAPELLESSO, Adinor José. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense.** 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARDOSO, Jaqueline Henrique. **Políticas de Turismo, patrimonialização e tensões identitárias**: Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis, SC), 1966-2012. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013a. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/784/jaqueline\\_henrique\\_e\\_cardoso.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/784/jaqueline_henrique_e_cardoso.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2015.

CARDOSO, Jaqueline Henrique. Políticas públicas de proteção do patrimônio cultural e ações de promoção turística: reflexões sobre Florianópolis, SC. 1º SIMPÓSIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, 21 e 22 de novembro de 2013. **Anais...** Florianópolis: Grupo de Pesquisa Patrimônio, Memória e Educação (UFSC), Laboratório de Patrimônio Cultural (UDESC) e Grupo de Trabalho Patrimônio Cultural (ANPUH-Seção SC), 2013b. Disponível em: <[http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc2013\\_jcardoso\\_politica\\_publicas.pdf](http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc2013_jcardoso_politica_publicas.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2016.

CARUSO, Raimundo. A ilha perde seus engenhos. **O Estado**, 6 maio 1977, p. 24.

CARUSO, Raimundo. **Franklin Cascaes**: vida e arte, e a colonização açoriana. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Sociologia, 1983.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. A arte de fazer. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. **Memória histórica da província de Santa Catharina**. Desterro: Typ. Desterrense de J. J. Lopes, 1856.

CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE. **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense**: comemorativo do Segundo Centenário da Colonização Açoriana, realizado em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, de 5 a 12 de outubro de 1948. vol. 1. Florianópolis: Impr. Oficial, 1950.

CORDEIRO, Carlos. Identidade e autonomia: do discurso contestatário à afirmação identitária nos Açores. **Boletim do Núcleo Cultural da Horta**, n. 15, p. 237-249, 2006. Disponível em: <<http://www.nch.pt/biblioteca-virtual/bol-nch15/n15-32.html>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Artur Boavida. **A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820)**: uma leitura em torno de interesses e vontades. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003.

CORIOLANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. **O turismo litorâneo cearense**. São Paulo: Papyrus, 1998.

CORIOLANO, Luiza Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Editora da UECE, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Introdução à geografia cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 167-186.

CORREIO DOS AÇORES. Os Açores já não são o fim do mundo. 14 out. 2007, p. 21.

CORREIO MICAELENSE. Decreto de 2 de março de 1895. **Correio Micaelense**, n. 259, 24 mar. 1909.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Parte 1. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco, c. 1950.



COSTA, Francisco Carreiro da. Religiosidade do povo açoriano através do seu folclore. In: COSTA, Francisco Carreiro da (Org.). **Livro da II Semana de estudos dos Açores**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963. p. 71-95.

COUTINHO, Ana Lúcia. **Informações grupo ARCOS – Tese de doutorado**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <marcelakc.mar@gmail.com>. em: 23 nov. 2016.

CRUZ, Glenda Pereira da. Arquitetura luso-açoriana no Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EST Edições, 1997.

CRUZ, Karina Martins da. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC)**. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. Trad. Viviane Ribeiro.

D'AMARAL, Max Tavares. Contribuição à história da colonização alemã do Vale do Itajaí. PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE. **Anais....** 1950. v. II, p. 275-327.

DAVEAU, Suzanne. **Portugal Geográfico**. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1995.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu.

Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEZARRANJO ILHÉU. (2017). Sobre a loja. Disponível em: <<http://www.dezarranjoilheu.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

DIAS, Fátima Sequeira. Uma breve reflexão sobre a história dos açores com particular incidência no exemplo micalense. **Arquipélago – História**, 2ª série, v. 3, p. 457-484, 1999.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Contribuição dos casais ilhéus à fixação do “uti-possidetis”.** Separata do volume II dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

DONA BILICA A MANEZINHA DA ILHA. (2017). Disponível em: <<http://donabilica.blogspot.com.br/#!/p/projetos-com-dona-bilica.html>>. Acesso em: 12 mar. 2107.

DORES, Victor Rui. **Pronúncias dos Açores, por Rui Victor Dores (HD).** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7BTcK35UI38>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

EDGEELL, David L.; ALLEN, Maria DelMastro; SMITH, Ginger; SWANSON, Jason R. **Tourism policy and planning:** yesterday, today and tomorrow. Oxford (UK): Elsevier, 2008.

ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL DE CULTURA AÇORIANA DO LITORAL CATARINENSE. 1º Encontro Interinstitucional de Cultura Açoriana do Litoral Catarinense. (Panfleto). Florianópolis, 1993

ENES, Carlos. A construção da unidade e identidade regional. CONGRESSO DO I CENTENÁRIO DA AUTONOMIA DOS AÇORES. **Atas...** v. 1. A autonomia no plano histórico. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995, p. 289-305.

ENTRES, Gottfried. **Gedenkbuch zur jahrundertfeier deutscher Einwanderung im State Santa Catharina.** Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1929.

ESPLAN. Escritório Catarinense de Planejamento Integrado. **Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF).** Florianópolis: exemplar datilografado, 1971.

FACCIO, M. G. A. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis.** 1997. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX.** Itajaí: Editora da Univali, 2000.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida.** Florianópolis: Futura, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo.** Florianópolis: Edição do Autor, 1998. v. 1.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo.** Florianópolis: Edição do Autor, 2000. v. 2.

FARIAS, Vilson Francisco de. Entrevista concedida a Marcela Krüger Corrêa em 8 de fevereiro de 2017.

FEBVRE, Lucien. *La terre et l'évolution humaine.* Paris: Abin Michel, 1970

FERREIRA, António de Brum. A geografia física dos Açores. In: MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas; LEITE, Guilherme Reis (Orgs.). **História dos Açores: do descobrimento ao século XX.** v. 1. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 25-45.

FERREIRA, José Medeiros. Prefácio. In **PRIMEIRO CONGRESSO AÇORIANO. Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938.** Lisboa: Casa dos Açores, 1940.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970).** 1994. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Nós não somos de origem:** populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960). 2006. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FERREIRA LIMA, Joaquim David. Discurso inaugural proferido pelo Sr. Dr. Joaquim David Ferreira Lima, na seção solene de 21 de fevereiro de 1913. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina**, Florianópolis, Livraria Moderna de Paschoal Simone, vol. 2, p. 99-105, 1º e 2º semestres, 1913.

FIGUEIREDO, João Leonardo Bairos. Cultura da língua açoriana: uma Identidade lusófona. In: ENCONTRO AÇORIANO DA LUSOFONIA, 3., 2008, Lagoa, São Miguel, Açores. **Actas**. São Miguel: Encontro Açoriano da Lusofonia, 2008. p. 74 - 77. Disponível em: <<http://epub.sub.uni-hamburg.de/epub/volltexte/2011/2201/pdf/actas08.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi:** palavras, sentidos, ficções. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998a.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A invenção da açorianidade. **Cadernos do Noroeste**, Braga, v. 11, n. 1, p. 125-147, 1998b.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 246, 15 de novembro de 1955. Aprova o código municipal. Disponível em: <<https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/1017899/lei-246-55>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 853, de 29 de novembro de 1967. Dispõe sobre a política municipal de turismo, prevê estímulos, cria a Diretoria de Turismo e Comunicações da Prefeitura e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1967/86/853/lei-ordinaria-n-853-1967-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-turismo-preve-estimulos-cria-a-diretoria-de-turismo-e-comunicacoes-da-prefeitura-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 1.516, de 29 de junho de 1977. Disciplina o uso do solo, dispõe sobre áreas verdes, equipamentos urbanos e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1977/151/1516/lei-ordinaria-n-1516-1977-disciplina-o-uso-do-solo-dispoe-sobre-areas-verdes-equipamentos-urbanos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 1.674, de 23 de setembro de 1979. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1979/167/1674/lei-ordinaria-n-1674-1979-dispoe-sobre-a-estrutura-administrativa-da-prefeitura-municipal-de-florianopolis>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 2.193, de 3 de janeiro de 1985. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 17 fev. 2017.

FORTUNA, Mario. COUTO, Gualter; FAIAS, Carlos. **Development Opportunities between Azores and New England**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2007. Disponível em: <[http://www.empendedorismo.uac.pt/doazne/DOAZNE\\_II\\_Portugues.pdf](http://www.empendedorismo.uac.pt/doazne/DOAZNE_II_Portugues.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Coleção Documentos Brasileiros, v. 28.

FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada**: a luso-brasileira. 3. ed. Recife: Gabinete Português de Leitura, 1980.

FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade**: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950). 2003. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES. **Roteiro das manifestações culturais do município de Florianópolis**. Elaboração da Equipe Técnica da Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Fundação Franklin Cascaes. 2. ed. rev. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1995.

FURTADO, Arruda. **Materiais para o estudo antropológico dos povos dos Açores**: observações sobre o povo micalense. Ponta Delgada: Typ. Popular, 1884.

FUSTER, Luis Fernandez. **Teoria y técnica del turismo**. Madri: Editora Nacional, 1971. v. 2

G1 SC. Ribeirão da Ilha conserva registros da colonização açoriana na capital de SC. 31 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2015/noticia/2014/12/ribeirao-da-ilha-conserva-registros-da-colonizacao-acoriana-na-capital-de-sc.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GARCIA JR., Edgar. **Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense**. 2002. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-492, out./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v16n4/a11v16n4.pdf> >. Acesso em: 10 jul. 2011.

GASTAL, Susana de Araújo. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas/SP: Papirus, 2006.

GASTAL, Susana de Araújo; GEISS, Letícia. Turismo cultural sob o olhar pós-moderno: os mercados públicos em questão. **VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL**, Passo Fundo, 2007. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0474-1.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.

GASTAL, Susana de Araújo; SALES, Fabiana de Lima. Identidade sob o turismo: a italianidade no Sul do Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 2, n. 1, p. 22- 35, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/548/351>>. Acesso em: 14 set. 2017.

GERBER, Diana. O saneamento em Florianópolis: projeto de modernização e estratégias de poder. **Esboços**, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, Editora da UFSC, v. 6, n. 6, p. 31-36, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Vitorino Magalhães. L'émigration portugaise du XVe siècle à nos jours: histoire d'une constante structurale. In: BOUVIER, Jean et al. (Eds.). **Conjoncture économique, structures sociales: hommage à Ernst Labrousse**. Paris: s. n., 1974. p. 253-268.

GOELDNER, Charles; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Tradução Roberto Catado Costa. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Augusto. **Cozinha Tradicional da Ilha Terceira**. Açores: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1986.

GOMES, Augusto. **Cozinha Tradicional da ilha de São Miguel**. Açores: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1987.

GOMES, Augusto. **O Peixe na Cozinha Açoriana e Outras Coisas Mais**. Portugal: Edição do autor, 2001.

GONÇALVES, Janice. A singela e pitoresca história de nosso estremeado torrão: em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 17 a 22 de julho de 2005. **Anais...** Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1288.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 444 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOVERNO DOS AÇORES. Diáspora Açoriana contribui para a afirmação dos Açores e de Portugal, afirma Paulo Teves. 26 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/C9A4A121-5F91-4435-9F21-5607750DB00C,frameless.htm?WBCMODE=tzggfdkepqd>>. Acesso em: 4 set. 2016.

GREGÓRIO, Rute Dias. Formas de organização do espaço. In: MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas; LEITE, Guilherme Reis (Org.). **História dos Açores**: do descobrimento ao século XX. v. 1. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008. p. 111-140.

GRUPO MIXTURA. (2017). Sobre. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/gfmixtura/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/gfmixtura/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 20 set. 2017.



HACHMANN, Juliana. **Cultura popular e modernidade**: a comissão catarinense de folclore e as articulações com o turismo em Florianópolis (1948-1980). 2011. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, set. 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/4/3>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e realidade**, v. 22., n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a. p. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014b.

HARO, Martim Afonso Palma de (Org.). **Ilha de Santa Catarina**: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. **The Limits to Capital**. New York: Verso, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. Trad. João. Alexandre Peschanski.

HERNÁNDEZ, Jesús Contreras; ARMAIZ, Mabel Gracia. **Alimentación y cultura**: perspectivas antropológicas. España: Ariel, 2005.

HOBSBAWN, Eric; Introdução. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SANTA CATHARINA. Estatutos. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina**, Florianópolis, Livraria Moderna de Paschoal Simone, v. 1, n. 1, p. 81-89, 1902.

IPUF. Instituto De Planejamento Urbano de Florianópolis. **Plano de desenvolvimento turístico do aglomerado urbano de Florianópolis (PDTAUF)**. Resumo. Florianópolis, 1981.

IPUF. Instituto De Planejamento Urbano de Florianópolis. **Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1984.

JAMENSON, Frederic. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Catarinensismos**. Florianópolis: UDESC; EDEME, 1974.

JESUS, Giselli Ventura de. **Formação socioespacial do distrito de Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis/SC):** passado e presente. 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

JOÃO, Maria Isabel. Identidade e autonomia. **Ler História**, n. 31, p. 103-131, 1996.

KONDER, Marcos. **Aspectos de Santa Catharina:** o Valle do Itajahy. Discurso pronunciado pelo deputado na sessão do Congresso Representativo do Estado em 13.09.1919, p. 2.

LA PÉROUSE, Jean François Galup de. Voyage de La Pérouse autour du monde. In: HARO, Martim Afonso Palma de (Org.). **Ilha de Santa Catarina:** relatos de viajantes estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1996 [1797].

LACERDA, Eugênio Pascele. **O Atlântico Açoriano:** uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. 2003. 290f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina:** a terra, o homem, a economia. Florianópolis: UFSC, 1968.

LAGO, Paulo Fernando. **O turismo em Santa Catarina.** Florianópolis, CODESUL, 1970.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense:** desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: UFSC; FCC; Lunardelli; UDESC, 1988.

LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis:** a polêmica urbana. Florianópolis: Palavra Comunicação/Fundação Franklin Cascaes, 1996.

LANFANT, Marie-Françoise. (1980) Introduction: Le tourisme dans le processus d'internationalisation. **Revue Internationale des Sciences Sociales**. v. 32, n. 1, p. 14-45, 1980. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000383/038317fo.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

LEAL, João. Açorianidade: literatura, política e etnografia (1880-1940). **Etnografica**, v. 1, n. 2, p. 191-211, 1997. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_01/N2/Vol\\_i\\_N2\\_03joaoleal.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_01/N2/Vol_i_N2_03joaoleal.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: Imigração e etnicidade**. Açores: Direção Regional das Comunidades, 2007.

LEAL, João. Associativismo e transnacionalismo: organizações açoriano-americanas na Nova Inglaterra. In: MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano da. (Org.) **Construção da nação e associativismo na emigração portuguesa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 71 – 96.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. (Coord.) **Memória e história**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 11-51. Enciclopédia Einaudi, 1.

LEITE, José Guilherme Reis. Os flamengos na colonização dos Açores. **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, n. 69-70, p. 57-74, 2012. Disponível em: <<http://www.ihit.pt/new/boletins/2012/flamengos.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

LENZI, Maria Helena. A institucionalização do turismo em Florianópolis (SC) e sua inserção no planejamento urbano: décadas de 1960 a 1980. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro et al. (Org.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da cidade e do urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/institucionalizacao-do-turismo-em-florianopolis-sc-e-sua-insercao-no-planejamento-urbano>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

LIMA, G. A **Patria Açoreana**. Praia da Vitória: Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1989 [1928]. Edição fac-simile.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora da Revista do Brasil, 1918.

LOHN, Reinaldo. A Cidade Contra o Campo. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Estudos Contemporâneos, 1999.

LUCIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCIARI, Maria Tereza Duarte Paes (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 105-130.

MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização**. 2000. 272f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e Alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 16, p. 145-156, dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-1832001000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1832001000200008)>. Acesso em: 30 jul. 2013.

MADEIRA, Artur Boavida. **População e emigração nos Açores (1766-1820)**. Cascais: Patrimonia, 1999.

MADEIRA, Artur Boavida. Ilhéus açorianos na colonização do Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **De Cabral a Pedro I: Aspectos da colonização portuguesa no Brasil**. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001. p. 111-130.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Unicamp; FAPESP, 1998.

MALTZAHN, Paulo César. **A Construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)**. 2011. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MAMIGONIAN, Armen. Vida Regional em Santa Catarina. **Orientação**, São Paulo, IG-USP, n. 2, set. 1966.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: SANTA CATARINA. **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986. p. 104-106.

MAMIGONIAN, Armen. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: ANDRADE, Manoel Corrêa de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Org.). **O mundo que o português criou: Brasil, século XVI**. Recife: CNPq/FJN, 1998.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João *et al.* (Orgs.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Ilha de Vitória, ES: EDUFES, 2006. p. 609-647.

MARTINS, João Batista; **Marolas antropológicas: identidades em mudança na Praia do Santinho**. 1995. 241f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel; EDUSP, 1991.

MASSOT, Albert. **A Agricultura do Arquipélago dos Açores**: (Delegação da COMAGRI). Parlamento Europeu. Direção Geral das Políticas Internas. Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de Coesão. Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2015. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/567667/IPOL\\_STU\(2015\)567667\\_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/567667/IPOL_STU(2015)567667_PT.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2017.

MELLO FILHO, Osvaldo Ferreira de. Notas e pesquisas sobre o boi-de-mamão. **Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore**, ano 4, n. 15 e 16, p. 79, jun./set. 1953.

MENDES, José Manuel de Oliveira. Cada ilha o seu mundo: região e regionalismo nos Açores. In: III CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 20 a 24 de Fevereiro 1996, Lisboa. **Anais...** . Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia; Celta Editora, 1996. p. 1-8. Disponível em: <[http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR492bdb52ecd27\\_1.pdf](http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR492bdb52ecd27_1.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017

MENESES, Avelino de Freitas de. Os Açores na colonização do Brasil: do descobrimento ao advento de Pombal. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 41, p. 9-35, jan./jun. 2007. Disponível em: <[http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista41/Artigo\\_Avelino.pdf](http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista41/Artigo_Avelino.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MENEZES, Manuel de Sousa. Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina. **Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, p. 40-104, 1952.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MICHELMANN, Alan Cristhian. **Franklin Cascaes, a divulgação turística de Florianópolis e a invenção da “Ilha da Magia”**. 2015. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

MONTANARI, Massimo (Org.) **O mundo na cozinha**. História, identidade, trocas. São Paulo: Estação Liberdade; SENAC, 2009.

MOTA, Aristides Moreira da. Projecto de Lei apresentado à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 31 de março de 1892. In: LEITE, José G. Reis. **A autonomia do Açores na Legislação portuguesa (1892-1947)**. Horta: Assembléia Legislativa Regional dos Açores, 1987, p. 15-20.

MÜLLER, Silvana Graudenz. **Patrimônio cultural gastronômico**: identificação sistematização e disseminação dos saberes e fazeres tradicionais. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NARCISO, Armando. **Terra Açoreana**: Monografia Romântica. Lisboa: P Guedes, 1932

NEA – Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC. (2017a). Conselho Deliberativo. Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/conselho-deliberativo/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NEA – Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC. (2017b). Mapeamento cultural. Disponível em: < <http://nea.ufsc.br/mapeamento-cultural/> >. Acesso em: 20 set. 2017.

NEA – Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC. (2017c). Troféu Açorianidade. Disponível em: < <http://nea.ufsc.br/trofeu-acorianidade/> >. Acesso em: 25 set. 2017.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Orgs.) **UFSC 50 anos**: trajetórias e desafios. Florianópolis: UFSC, 2010.

NEMÉSIO, Vitorino. **O açoriano e os Açores**. Porto: Renascença Portuguesa, 1928.

NEMÉSIO, Vitorino. Açorianidade. *Insula*, Ponta Delgada, n.7-8, jul.-ago., p. 59, 1932.

NEMÉSIO, Vitorino. Açores: de onde sopram os ventos. **Diário Insular**, nº 8815, 5 out. 1975. p. 1-3.

NOÉ, Paula. **Os Impérios do Espírito Santo na Ilha Terceira**. Sacavém: IHRU, 2012. Disponível em: <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/DATA\\_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/da746d0b-f751-4b93-acad-fd95fd88ef28/Artigo%20final.pdf](http://www.monumentos.gov.pt/Site/DATA_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/da746d0b-f751-4b93-acad-fd95fd88ef28/Artigo%20final.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais**: Ribeirão da Ilha – Florianópolis. 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Houry. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, São Paulo, EDUC, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NOTÍCIAS DO DIA. "Dezarranjo Ilhéu" resgata e fortalece cultura e costumes de Florianópolis através de ilustrações. (13/4/2015). Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/dezarranjo-ilheu-resgata-e-fortalece-cultura-e-costumes-de-florianopolis-atraves-de-ilustracoes>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

NOTÍCIAS DO DIA. Autêntica intérprete da cultura dos manezinhos, Dona Bilica completa 25 anos. (3/9/2016). Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/autentica-interprete-da-cultura-dos-manezinhos-dona-bilica-completa-25-anos>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

O ARGOS. Anúncio da chegada do brigue Minerva ao Porto em 14 de janeiro de 1856. **O Argos**, ano 1, número 7, 22 de janeiro de 1856, p. 4.

O DESPERTADOR, ano XVIII, número 1.840, 30 de outubro de 1880, p. 3.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **A história do turismo em Florianópolis**: narrada por quem a vivenciou (1950-2010). Florianópolis: Palavrascom, 2011.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. In: BRANCHER, Ana; FÁVERO, AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 205-230.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. **Entendendo o turismo**: glossário básico. Disponível em: <<http://statistics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/glossaryen.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

OURIQUES, Helton Ricardo. Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo. In: MIYASHIRO, Rosana; DOPICO, Evaristo Luzardo (Org.). **Turismo e hospitalidade na região metropolitana de Florianópolis: reflexões sobre a qualificação e certificação profissional**. Florianópolis: Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT, 2009. p. 15-25.

OURIQUES, Helton Ricardo. A invenção do turismo em Santa Catarina: notas sobre o mercado de trabalho no setor. **Cadernos de Economia**, Curso de Ciências Econômicas, Unochapecó, ano 11, n. 21, p. 7-22, jul./dez., 2017. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/download/282/144>> Acesso em: 23 out. 2017.

PAES, Sergio Nolasco de Oliveira. Documentos para a História. **Revista Trimestral do Instituto Histórico de Santa Catarina**, p. 76-77, 1913.

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF Edgar. **Florianópolis: Plano Diretor**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PAULILO, Maria Inês S. Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 87-112, jul./dez. 2002.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. A identidade catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, 3ª fase, n. 5, p. 259-280, 1984.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio (Org.). **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Balbina. **Cozinha Regional dos Açores**. Portugal: Publicações Europa-América, 2004.

PEREIRA, Francisco do Vale. Entrevista concedida a Marcela Krüger Corrêa, em 17 de novembro de 2016.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

PEREIRA, Nereu do Vale. Esboço histórico dos estudos açorianos em Santa Catarina. In: ALVES, Joi Cletison (Org.). **Colóquio NEA 30 anos de história: preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis: NEA/UFSC, 2016.

PEREIRA, Raquel Maria F. do Amaral. Formação sócio espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v.18, p. 99-109, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13604>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

PIAZZA, Walter Fernando. E a semente frutificou... (relações culturais do Brasil-meridional com os Açores). 3º CONGRESSO DAS COMUNIDADES AÇORIANAS. Angra do Heroísmo, 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991. **Anais...** p. 145-155.

PIAZZA, Walter Fernando. **A epopéia açórico-madeirense: 1747-1756**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992.

PIGRAM, John J.; WAHAB, Salah. **Tourism, development and growth: the challenge of sustainability**. Routledge: New York; London, 1997.

PIRES, António Manuel B. Machado. Palavras de abertura. In CONGRESSO DO I CENTENÁRIO DA AUTONOMIA DOS AÇORES. **Actas...** v. I. A autonomia no plano histórico, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995. p. 11-16.

PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. **A capitania de Santa Catarina**: alguns momentos. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Lunardelli; Fundação Catarinense de Cultura, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. (2015). 16ª FENAOSTRA é lançada com eleição da Corte. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=14981>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. (2017). Fundação Franklin Cascaes. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?cms=fundacao+franklin+cascaes&menu=1>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Luso-açorianos e outros imigrantes: origem da gente itajaiense. Disponível em: <<http://www.itajai.sc.gov.br/c/historia#.VkoBg0aFPIU>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

RADIO ATLÂNTIDA SINTONIA AÇORES. Rui Bettencourt defende importância da diáspora na projeção externa dos Açores. Publicado em 29 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.radioatlantida.net/index.php/informacao/item/1513-ruibettencourt-defende-importancia-da-diaspora-na-projecao-externa-dos-acores>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RAMIRES, Julio César de Lima. O Processo de Verticalização das Cidades Brasileiras. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 97-105, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12156/7320>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

REGO, Maria Margarida Vaz do. Mar e terra: dualidade na economia micaelense nos finais de setecentos. **Arquipélago – História**, 2ª série, v. 4, n. 2, p. 117-125, 2000.

REGO, Maria Margarida Vaz do. As ilhas das Flores e do Corvo na perspectiva de um negociante micaelense de setecentos. **Arquipélago – História**, 2ª série, v. 9, p. 343-357, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro**: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina. 2002. 287 f. Tese (Doutorado Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

REIS, Luísa; DIAS, Margarida. Grupos e valores de referência sócio-políticos. In FRANÇA, Luís (Coord.). **Portugal**: valores europeus, identidade cultural. Lisboa: Instituto Estudos para o Desenvolvimento, 1993.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes. 1. Contatos Fotográficos. 2. Manezinho: de ofensa a troféu. **Antropologia em primeira mão**, Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, n. 48, 2001.

RIBEIRO, Luís da Silva. Os Açores de Portugal. In RIBEIRO, Luís da Silva. **Obras**. v. II – História. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira; Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983 [1919]. p. 1-17.

RIBEIRO, Luís da Silva. Interesses Açoreanos. In CORDEIRO, Carlos (Org.). **Na senda da Identidade Açoriana**: antologia de textos do Correio dos Açores. Ponta Delgada: Açoreana, 1995.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes et al. **Arquipélago – História**, Universidade dos Açores, v. 9-10, p. 105-140, 2005-2006. Disponível em: <<http://sites.uac.pt/grocha/files/2011/02/Os-açores-como-região-de-fronteira-publicado1.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. A emigração portuguesa no quadro das migrações internacionais. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Org.). **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, Adyr. **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, José Damião. As elites locais nos Açores em fins do Antigo Regime. In: **Arquipélago – História**, 2ª série, v. 9, p. 359-384, 2005. Disponível em: <[https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/426/1/Damiao\\_Rodrigues\\_p359-383.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/426/1/Damiao_Rodrigues_p359-383.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2015.

RODRIGUES, Ricardo J. No leite dos Açores há uma história de sobrevivência. **Magazine Notícias**, 19/6/2016. Disponível em: <<http://www.noticiasmagazine.pt/2016/no-leite-dos-aco-res-ha-uma-historia-de-sobrevivencia/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ROMERO, Silvio. **O elemento português no Brasil**. Lisboa: Companhia Nacional, 1902.

ROMERO, Silvio. O Alemanismo no Sul do Brasil. In: ROMERO, Silvio (Org.). **Realidades e ilusões no Brasil**: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979. Coleção Dimensões do Brasil, 14.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem á província de Santa Catharina (1820)**. Brasiliana, Série V, v. 58. Tradução Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTA CATARINA. Lei nº 3.684, de 9 de julho de 1965. Cria o serviço estadual de turismo. Disponível em: <<http://www.leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-3684-1965-santa-catarina-cria-o-servico-estadual-de-turismo>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SANTA CATARINA. Lei nº 4.240, de 30 de outubro de 1968. Define a política estadual de turismo, cria o departamento autônomo de turismo do estado de Santa Catarina, revoga a lei 3.684, de 9 de julho de 1965 e dá outras providências. Disponível: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-4240-1968-santa-catarina-define-a-politica-estadual-de-turismo-cria-o-departamento-autonomo-de-turismo-do-estado-de-santa-catarina-revoga-a-lei-3684-de-9-de-julho-de-1965-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SANTA CATHARINA. **Falla com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Luiz da Gama Roza abriu a primeira sessão da vigesima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 5 de fevereiro de 1884.** Desterro: Typ. de J. J. Lopes, 1884. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/969/000008.html>>. Acesso em: 5 maio 2016.

SANTA CATHARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 10 de agosto de 1899 pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado.** Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1899. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u953/index.html>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para a Civilização da América Portuguesa: povoações no Brasil das primeiras décadas do século XVIII. **Fronteiras:** Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 12, p. 89-112, jul. 2004.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro:** a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. 639 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Ademir Valdir dos; MUELLER, Helena Isabel. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 2, p. 261-274, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3711/2716>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SANTOS, Cristina Camilo dos. **O processo de urbanização da bacia do Itacorubi: a influência da UFSC.** 2003. 99 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Civil, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SANTOS, Cristina Silveira Ulysea. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional.** 1993. 247f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PGCN0032-D.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

SANTOS, João Marinho dos. **Os Açores nos sécs. XV e XVI.** Angra do Heroísmo: SREC; DRAC, 1979. 2 vols.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.



SANTOS, Silvio Coelho dos. Contribuição para o delineamento de subáreas culturais em Santa Catarina. HALFPAP, Luiz Carlos (Org.). **Povo e tradição em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1971. p. 53-63

SAYÃO, Thiago Juliano. **Nas veredas do folclore: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)**. 106 f. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 63-79, 1996.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SERPA, Élio Cantalício. Açores em Lisboa: o livro do congresso açoriano de 1938 e a escrita da história – poder, raça e cultura. **Arquipélago** – História, 2ª série, v. 4, n. 2, p. 481-508, 2000. Disponível em: <[https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/320/1/Elio\\_Serpa\\_p481-507.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/320/1/Elio_Serpa_p481-507.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**, n. 37, p. 1-33, 20 out. 1982. Disponível em: <[http://www.ppgasmn-ufrrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim\\_do\\_museu\\_nacional\\_37.pdf](http://www.ppgasmn-ufrrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_37.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2017.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. **Estudos afroasiáticos**, v. 20, p. 165-185, jun. 1991.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, p. 115-6, out. 1994.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 21-61.

SHACKLEY, Myra. The Himalayas: masked dances and mixed blessings. **The Unesco Courier** - Tourism and culture: rethinking the mix., p. 28-29, jul./ago. 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001165/116578e.pdf#116583>>. Acesso em: 20 set. 2013.

SIEBERT, Itamar. Crônica jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro de meados do século XIX. In: BRANCHER, Ana; FÁVERO, AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 231-268.

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738 - 1807)**. 2007. 299 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: FCC Edições e Editora da UFSC, 1992.

SILVA, Cristiani Bereta da; GASPARINI, Helena Gabriela Moellmann. Livro didático e memória: a construção do saber escolar sobre a História de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 35-62, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/13337/11247>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SILVA, Rodrigo Moreira da. **“Ratoeira não me prende, que eu não tenho quem me solta”**: música de tradição oral e identidade cultural no litoral de Santa Catarina. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 21-36.

SOUTO, Américo A. da Costa. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960)**. Florianópolis: Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina – CEAG/SC, 1980.

SOUZA, Evandro André de. **Franklin Cascaes** uma cultura em transe /. Florianópolis, 2000. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0154-D.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SOUZA, Nestor de. Sinais de presença britânica na vida açoriana (XVI-XIX). **Arquipélago – História**, Universidade dos Açores, Número Especial, 1988. p. 25-100. Disponível: <[http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1058/1/NestorSousa\\_p25-100.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1058/1/NestorSousa_p25-100.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **As fortificações catarinenses**: notas para uma revisão histórica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

SPAUTZ, Dagmara. Festa da Marejada mantém vivas as tradições portuguesas em Itajaí. **O Sol Diário**, 12 out. 2012. Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/diversao-e-estilo/noticia/2012/10/festa-da-marejada-mantem-vivas-as-tradicoes-portuguesas-em-itajai-3916534.html>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

SREA. Serviço Regional de Estatística dos Açores. **Os Açores em número 2015**. 2017. Disponível em: <[http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista\\_relatorios.aspx?idc=392&idsc=409&lang\\_id=1](http://estatistica.azores.gov.pt/conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=392&idsc=409&lang_id=1)>. Acesso em: 1 abr. 2017.

SUBCOMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE. **Boletim da Subcomissão Catarinense de Folclore**. Florianópolis, n. 3, ano 1, mar. 1950.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**. A via de contorno norte-Ilha. 1994. 232 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. v. 1.

TAUNAY, Affonso de E. Notícias práticas da costa e povoação do mar do sul. In: TAUNAY, Affonso de E. **Relatos sertanistas**. Itatiaia, SP: EDUSP, 1981. p. 213-225.

TERRA LIVRE. O futuro da cidade. **Terra Livre**: órgão dos interesses do povo catarinense, Florianópolis, n.112, p.72, 14 dez. 1918.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**: revista do Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002. Trad. Eliane Cezar. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/15/15art2.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TOCCHETTO, Fernanda B. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista. Porto Alegre: Oikos, 2010. Coleção ANPUH-RS.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. São Paulo: Papirus, 1993.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1996.

VALECULTURAL. (2017). Disponível em: <http://www.valecultural.com>>. Acesso em 25 jun. de 2017.

VASCONCELOS, José Leite de. **Mês de sonho**. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1992 [1926].

VEGINI, Edmundo. **A personalidade histórica de Crispim Mira e a regeneração nacional pela ética germânica do trabalho – 1880-1927**. 462 f. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2003. Trad. Viviane Ribeiro

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 2, p.5-15, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZANELA, Cláudia Cristina. Políticas governamentais do turismo de Santa Catarina: especificidades locais no redescobrimto do Estado. **Esboços**, Florianópolis, v. 6, n. 6, p. 19-27, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/512/9780>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

ZANELA, Cláudia Cristina. **Atrás da porta**: o discurso sobre turismo na ilha de Santa Catarina (1983-1998). 1999. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ZEFERINO, Augusto César. **Inglese do Rio Vermelho, o lugar e a gente**. Florianópolis: Edição do autor, 2008.

## APÊNDICES





**APÊNDICE A – QUESTÕES PARA ENTREVISTA  
SEMIESTRUTURADA 1 (NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS  
- NEA)**

- 1) Como e onde surgiu a ideia de formar o NEA? Quem teve a ideia?
- 2) O projeto estava associado à alguma outra instituição?
- 3) Tinha uma sede? Se sim, onde era?
- 4) Teve apoio financeiro da UFSC? E de outra instituição?
- 5) Como foi a organização?
- 6) Teve alguma participação ou apoio dos Açores? Se sim, de qual Órgão?
- 7) Por que nesta primeira fase o projeto não teve continuidade?
- 8) É possível ver o projeto daquela época?
- 9) Quando surgiu a ideia de reestruturação? Quem deu início? Como foi?
- 10) Quem eram os participantes?
- 11) Quais foram os primeiros passos?
- 12) Teve apoio dos Açores? Se sim, de qual Ilha/Orgão? Como foi?
- 13) O NEA passou a atuar com as Prefeituras, como foi? Quem idealizou? Qual era o principal objetivo?
- 14) Qual foi a primeira prefeitura a ser procurada pelo NEA? Como foi o trabalho desenvolvido? O que mudou com o passar do tempo? Como era o material dos cursos?
- 15) Quais os benefícios e as vantagens que o NEA oferecia? Havia alguma contrapartida?
- 16) Houve alguma prefeitura que não quis participar?
- 17) E como foi a relação com a prefeitura de Florianópolis nesse início? E no decorrer dos anos? E atualmente? Por que a Prefeitura de Florianópolis nunca demonstrou interesse?
- 18) E em relação as festas que aconteceram em Florianópolis, houve alguma além da Açor que fazia referência à cultura açoriana?
- 19) A Marejada tem alguma relação com o NEA? Se sim qual?
- 20) E a FENAOSTRA tem relação com o NEA? Qual a opinião do NEA sobre essa festa?
- 21) A Açor é uma festa promovida pelo NEA, por que esta festa teve sua primeira edição em Florianópolis somente em 2015?
- 22) Qual a importância do fortalecimento da cultura açoriana em Florianópolis e litoral catarinense?
- 23) O fortalecimento desta identidade cultural auxilia no desenvolvimento do turismo?



**APÊNDICE B – QUESTÕES PARA ENTREVISTA  
SEMIESTRUTURADA 2 (PROF. VILSON FRANCISCO DE  
FARIAS)**

1. Nome Completo:
  2. Ano de nascimento:
  3. Local de nascimento:
  4. Onde viveu a maior parte da vida:
  5. É descendente de açorianos? Se sim, quando e como descobriu?
  6. Conheceu as nove ilhas do arquipélago? Quando?
  7. Qual a sua relação com o NEA?
  8. Como foi a primeira fase do núcleo fundado em 1984? Qual era o objetivo? Foi constituído como um projeto de extensão?
  9. Que trabalhos foram desenvolvidos neste período?
  10. Teve parcerias com os Açores nesta primeira fase?
  11. E como surgiu a ideia de reestruturar o núcleo? Qual era o principal objetivo?
  12. O que o Conselho faz? Por que Florianópolis tem o maior número de cadeiras do Conselho? Por que a SANTUR?
  13. Turismo foi levado em consideração? O que esta atividade representava na época para Florianópolis e litoral?
  14. Como surgiu a ideia de fazer o mapeamento cultural?
  15. Por que foram escolhidos professores (ensino fundamental ou médio)? Quem aplicava os questionários eram os alunos?
  16. Qual a importância deste trabalho para o litoral do estado?
  17. Qual a relação do NEA com a prefeitura de Florianópolis?
  18. Por que não foi realizado o mapeamento cultural na capital?
  19. E o que acha da FENAOSTRA estar relacionada com a cultura açoriana?
  20. Por que adotou a expressão “cultura de base açoriana”?
- Total geral de participantes: 2.057.